

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DRIELY NEVES COUTINHO**

***Partidos e linguagens políticas na Corte imperial: a transformação do conceito partidário  
e a formação das identidades políticas na imprensa do Rio de Janeiro (1837-1842)***

**VITÓRIA**

**2023**

DRIELY NEVES COUTINHO

***Partidos e linguagens políticas na Corte imperial: a transformação do conceito partidário e a formação das identidades políticas na imprensa do Rio de Janeiro (1837-1842)***

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Karulliny Silverol Siqueira.

VITÓRIA

2023

DRIELY NEVES COUTINHO

***Partidos e linguagens políticas na Corte imperial: a transformação do conceito partidário e a formação das identidades políticas na imprensa do Rio de Janeiro (1837-1842)***

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 02 de março de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Karulliny Silverol Siqueira (Orientadora)

Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Marcello o. Neri de Campos Basile (Membro Externo)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Pereira Campos (Membro Interno)

Universidade Federal do Espírito Santo

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

C871p Coutinho, Driely Neves, 1999-  
Partidos e linguagens políticas na Corte imperial : a transformação do conceito partidário e a formação das identidades políticas na imprensa do Rio de Janeiro (1837-1842) / Driely Neves Coutinho. - 2023.  
220 f.

Orientadora: Karulliny Silverol Siqueira.  
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Partidos políticos. 2. Imprensa. 3. Século XIX. 4. Brasil.  
I. Siqueira, Karulliny Silverol. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

## AGRADECIMENTOS

Após dois anos de mestrado, e sete anos que entrei nesta jornada da História, imensuráveis obrigadas eu devo a determinadas pessoas. Evidente que sozinhos não chegamos a lugar algum, mas, perto de alguns, podemos ir cada vez mais longe. E é por isso, que primeiramente gostaria de indicar toda a minha gratidão a minha Professora e Orientadora Karulliny. Ao longo destes sete anos que nos conhecemos, aprendi com você muito além dos limites acadêmicos. Sua trajetória de vida me inspira desde 2016, e desde então, consegui acompanhar vários momentos importantes da sua jornada, e por isso, sei que continuará me inspirando por longos anos. Agora, por exemplo, sei que conhecerei outra Karul, que além de uma professora incrível, pesquisadora excepcional, e amiga comprometida, nascerá uma mãe inspiradora à nossa Stella.

Eu não conseguiria chegar ao Mestrado sem a participação dos dois maiores personagens da minha vida. Dona Simone e senhor Olávio, para além da vida, muito obrigada por terem acreditado em mim, mesmo quando as coisas não estiveram sempre favoráveis. Obrigada por nunca terem exigido nada além da dedicação aos estudos, mesmo não tendo a melhor das condições financeiras. O mesmo é preciso ser dito em relação ao meu padrasto, Valdinei. Presente em minha vida desde 2012, nunca deixou de proporcionar o melhor que pode em meus estudos, em minha alimentação, em minha moradia. Sem o apoio dos três, eu realmente não sei como seria.

Imprescindível, ao falar da minha jornada acadêmica, é falar sobre a minha companheira desde a Graduação. Cibele, sem a sua amizade, ou irmandade, essa jornada teria sido muito difícil. Graças a Deus, nossa amizade transcende à academia, mas ainda bem que nos encontramos neste meio. Muito obrigada por estar comigo desde 2017, dividindo espaço quando pesquisávamos na Biblioteca Pública Estadual, quando tomávamos diariamente um café da tarde perto da faculdade, e dividindo os sonhos acadêmicos e pessoais.

Muitos são àqueles que devo as mais sinceras e eternas gratidões, principalmente em minha família materna, que sempre acreditaram e sempre celebraram minhas conquistas. Cito aqui, com muita emoção, que ao publicar o meu primeiro artigo científico em uma revista especializada, meu tio Sidney me presenteou com um anel, jamais esquecerei desse reconhecimento. Ressalto também, a influência das minhas tias Jaqueline e Camila, professoras incríveis que muito me inspiraram a seguir a trajetória acadêmica e da educação. Infelizmente não há espaço para falar de cada um dos meus familiares, mas todos eles possuem um significado para esta realização para mim. Amo todos vocês.

Por fim, ressalto a importância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para o desenvolvimento desta pesquisa. Não é fácil pesquisar, e seria muito mais difícil se eu não tivesse desfrutado da bolsa para me dedicar integralmente e exclusivamente ao Mestrado. Destaco aqui, a importância desta instituição e das demais para o desenvolvimento do conhecimento científico do Brasil. Para os próximos anos, desejo maiores investimentos e sucessos para os programas de Pós-Graduação e aos pesquisadores do país.

## RESUMO

Este trabalho investiga a linguagem de formação dos partidos políticos no Rio de Janeiro entre os anos de 1837 e 1842. Para a realização, analisamos periódicos políticos que circulavam na Corte durante o recorte temporal. Como método de investigação das fontes, utilizamos a *metodologia das linguagens políticas*, que possibilitou resgatar a conexão da prática com a linguagem política, assim, demonstramos a ação linguística dos personagens mediante aos acontecimentos no governo e na Câmara dos Deputados. Com o objetivo de conceder suporte ao método principal, também utilizamos a *prosopografia* para analisar o perfil social dos ministros que ocupavam o poder, uma vez que a alteração destes personagens no jogo político, modificava também o vocabulário político da imprensa, assim como as denominações partidárias. Como embasamento teórico, utilizamos o conceito de *cultura política*, que em conjunto ao contextualismo linguístico e a análise social dos líderes que ocupavam o poder, demonstrou a similaridade discursiva entre os grupos, já que partilhavam interesses e possuíam trajetória de vida semelhantes. Já o conceito de *liberalismo*, possibilitou reconhecer o grau de diferença entre as agremiações políticas que estavam sendo formadas. Portanto, este trabalho investiga, através da imprensa que circulava na Corte, a transformação das identidades políticas, no âmbito prático e doutrinário, na transição da Regência para o Segundo Reinado.

**Palavras-chave:** Partidos políticos; imprensa; Brasil Império; Regência.

## **ABSTRACT**

This work investigates the formation language of political parties in Rio de Janeiro between the years 1837 and 1842. For its realization, we analyzed political periodicals that circulated in the Court during the time frame. As a method of investigating the sources, we used the methodology of political languages, which made it possible to rescue the connection between practice and political language, thus demonstrating the linguistic action of the characters through events in the government and in the Chamber of Deputies. In order to support the main method, we also used prosopography to analyze the social profile of the ministers who occupied power, since the alteration of these characters in the political game also modified the political vocabulary of the press, as well as the party denominations. As a theoretical basis, we used the concept of political culture, which, together with linguistic contextualism and the social analysis of the leaders who occupied power, demonstrated the discursive similarity between the groups, since they shared interests and had similar life trajectories. The concept of liberalism, on the other hand, made it possible to recognize the degree of difference between the political associations that were being formed. Therefore, this work investigates, through the press that circulated in the Court, the transformation of political identities, in the practical and doctrinal scope, in the transition from the Regency to the Second Reign.

**Keywords:** Political party; press; Imperial Brazil; Regency.

## LISTA DE QUADROS

|   |     |
|---|-----|
| <b>Quadro 1.</b> Periódicos utilizados para a análise do Capítulo 1.....                                    | 33  |
| <b>Quadro 2.</b> Perfil social dos ministros do Gabinete de 1 de novembro de 1836 e 16 de maio de 1837..... | 51  |
| <b>Quadro 3.</b> Foram reeleitos entre os deputados.....  | 88  |
| <b>Quadro 4.</b> Perfil social do Ministério Parlamentar.....   | 102 |
| <b>Quadro 5.</b> Periódicos utilizados para a análise do capítulo 2.....                                    | 114 |
| <b>Quadro 6.</b> Periódicos utilizados para a análise do capítulo 3.....                                    | 158 |
| <b>Quadro 7.</b> Perfil social do Gabinete Maiorista.....   | 180 |
| <b>Quadro 8.</b> Perfil social do Gabinete de 23 de março de 1841.....                                      | 192 |

# Sumário

|   |     |
|---|-----|
| Introdução .....  | 3   |
| 1. Partido do governo e partido da oposição: a transformação do termo partidário na imprensa do Rio de Janeiro oitocentista (1837)..... | 32  |
| 1.2- A formação dos partidos políticos na historiografia brasileira. ....   | 34  |
| 1.3- Debate político e construções de identidades no governo do Padre Regente .....   | 43  |
| 1.3.2- A linguagem política na imprensa: perspectivas de governo e oposição (1837) .....  | 51  |
| 1.3.3- O vocabulário político crítico de um impresso da oposição .....  | 64  |
| 1.4- Modificação da autoridade: a renúncia do regente. ....   | 79  |
| 1.5- Regressistas e progressistas: a distinção das identidades políticas a partir do 19 de setembro. ....                               | 88  |
| 1.6 - Conclusão.....  | 100 |
| 2 – Partido como princípio político: o vocabulário político das identidades na fase inicial do Regresso .....                           | 102 |
| 2.1- “Somos regressistas”: projeto político e afirmação de identidade no periódico <i>Sete d’Abril</i> ..                               | 115 |
| 2.2- Liberalismo e conservadorismo no Brasil: o equilíbrio entre o absolutismo e a anarquia.....  | 126 |
| 2.3- Identidade e crítica nos periódicos progressistas do Rio de Janeiro .....  | 136 |
| 2.3.1- A linguagem crítica ao projeto regressista em meio à formação das identidades partidárias .....                                  | 140 |
| 2.4- Dois partidos em combate no vocabulário político dos impressos .....   | 143 |
| 2.5- Conclusão.....   | 151 |
| 3- “O Sr. D. Pedro II há de governar”: vocabulário político partidário na transição da Regência para o Segundo Reinado .....            | 153 |
| 3.1- Proposta de maioria do Imperador no governo de Diogo Antônio Feijó .....   | 158 |
| 3.2- O vocabulário político majorista em 1840.....  | 163 |
| 3.3- O vocabulário político regressista em oposição aos projetos da maioria.....  | 172 |
| 3.4- Linguagem e identidade política no alvorecer do Segundo Reinado.....   | 179 |
| 3.5- O vocabulário político após o fim do gabinete majorista .....  | 196 |
| 3.6- Conclusão.....   | 204 |
| Considerações finais.....   | 206 |
| REFERÊNCIAS .....   | 213 |

## Introdução

O período que se inicia em 1837, nos anos finais da Regência, até 1842, momento em que se deflagraram movimentos políticos liberais pelo Império com o objetivo de denunciar as práticas políticas dos regressistas, é considerado de grande relevância para a formação dos partidos políticos no Império. A conjuntura política desse momento mostrou-se espaço profícuo, no qual o debate possibilitou que as principais ideias de regressistas e progressistas se traduzissem, posteriormente, na consolidação dos dois partidos políticos do Império: Conservador e Liberal. De um lado, a retórica dos regressistas pleiteou o embargo das leis liberais descentralizadoras que permearam os primeiros anos da Regência. No outro campo, a linguagem progressista buscava frear as tentativas de reforma em direção à centralização.

No decorrer do próprio trabalho, questionamos se as próprias denominações progressista e regressista foram amplamente utilizadas, ou se foram empregadas por todo o período estudado. Deste modo, com o foco no vocabulário político, preferimos dar voz aos termos utilizados pelos próprios redatores para definir o jogo político. Assim, este trabalho analisa as características do vocabulário difundido pelos grupos que estavam em formação, compreendendo a trajetória destes como formadora do bipartidarismo político no Império, bem como evidenciaremos a forma que enxergavam o conceito de *partido* naquele período.

Tendo como base a imprensa, por meio da metodologia das *linguagens políticas*, destacamos os principais aspectos do vocabulário de seus personagens nos anos finais da Regência e início do Segundo Reinado. Assim, encontramos nos periódicos os conceitos que esses indivíduos difundiam na Corte, como agiam como autoridade ou oposição política, como atuavam em direção a perpetuar, ou se apropriar dos postos ministeriais. Ou ainda como buscavam preservar ou modificar a *cultura política* em benefício do grupo. Logo, como os personagens políticos se mobilizavam a fim de ocupar ou se manter no poder.

É importante ressaltar que a formação dos partidos políticos imperiais, e sobretudo sua composição e características de seus personagens políticos, tem sido objeto de estudo privilegiado no âmbito acadêmico. Marcello Basile indicou a existência de três grupos que formavam três projetos distintos de governo no período regencial, cujo tema entrava em emergência com a abdicação de Pedro I ao trono. Dessa forma, a partir da caracterização do vocabulário político de *moderados*, *exaltados* e *caramurus*, o autor destacou que foi através dos desdobramentos destes personagens políticos ao longo da década que se têm os partidos imperiais.<sup>1</sup>

Através das considerações do autor, notamos que foi no processo que envolveu o desmantelamento dos grupos exaltado e caramuru que é necessária a análise dos embates políticos entre regressistas e progressistas, que surgiram de uma divisão do seio moderado, demonstrando a trajetória e construção dos principais partidos políticos que atuaram ao longo do Segundo Reinado. Assim, considerando os estudos de Marcello Basile, entende-se que os principais acontecimentos no âmbito legislativo que marcaram a Regência - como a autonomia do parlamento, a criação da Guarda Nacional e as reformas liberais - resultaram na construção dos partidos liberal e conservador em momento posterior.<sup>2</sup>

Outros estudos, como os elaborados por José Murilo de Carvalho, em sua obra *A construção da ordem*, e Jeffrey Needell, em seu trabalho intitulado *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação 1831-1857*, também indicaram o ano de 1837 e a existência da disputa de projetos entre progressistas e regressistas como relevantes para a formação dos partidos políticos no Brasil.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*, v.II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. <sup>3</sup>MOREL, 2016.

<sup>2</sup> BASILE, 2009.

<sup>3</sup>CARVALHO, José M. *A construção da ordem/ Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; NEEDELL, Jeffrey. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação 1831-1857. Almanack Braziliense*. São Paulo, nº10, p.5-22, nov 2009.

Estando esta pesquisa direcionada em compreender a formação dos partidos políticos no Brasil do século XIX, frisando o momento de transição do Período Regencial para o Segundo Reinado, destacamos que a transformação ocorreu primeiramente de forma conceitual. Até a década de 1830, conforme elucida Marco Morel, partidos políticos institucionalizados eram impensáveis na retórica dos personagens que mobilizavam a política no cenário brasileiro, já que o sentido da partidarização, no momento da afirmação da identidade nacional, possuía carga pejorativa no Brasil.<sup>4</sup> No decênio seguinte, o Partido Conservador e o Partido Liberal faziam parte do sistema político, disputando eleições e grandes cargos no governo. Dessa maneira, nos interessa o percurso que possibilitou essa transferência de percepção.

Com o objetivo de compreender a origem dos partidos políticos de modo geral, Maurice Duverger expôs que, com exceção dos Estados Unidos, nenhum país conheceu os verdadeiros partidos políticos antes de 1850. Do ponto de vista contrário ao sentido moderno que o autor se referia, as organizações políticas antes daquele momento podem ser caracterizadas como “[...] tendências de opiniões, clubes populares, associações de pensamento, grupos parlamentares, mas nenhum partido propriamente dito[...]. Conforme sua análise, a origem dos partidos pode encontrar raiz parlamentar e eleitoral, uma vez que o parlamento e as eleições são os principais terrenos de ação das agremiações.<sup>5</sup>

O tipo de agrupamento que, na percepção de Durverger, possuía as principais características dos partidos formados no século XIX, são os “partidos de quadros”. Esta associação, conforme o autor, assim que criada, conservava estritas relações com o grupo parlamentar, a imagem na opinião pública estava relacionada aos eleitos, sua atividade era mais

---

<sup>4</sup> MOREL, 2016. Se constitui como contraponto de perspectivas como a de João Manuel Pereira da Silva, que buscou relacionar o surgimento dos partidos Liberal e Conservador dentro do contexto das primeiras regências. Verificar em: SILVA, João Manuel P. *Historia do Brazil de 1831 a 1840*. Rio de Janeiro: Tipografia Carioca, 1878.

<sup>5</sup> DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 19.

acentuada nas eleições, sua força advinha mais da personalidade dos representantes do que pelos seus seguidores, assim, a tendência de opinião era representada pelas elites.<sup>6</sup>

Na década de 1970 Giovanni Sartori, cientista político italiano, teorizou o conceito de partido político de forma mais abrangente que Maurice Duverger, indicando aspectos relevantes para a compreensão da formação de partidos no Brasil. No sentido originário do termo, o autor destacou que o termo *partido* foi substituto gradual, de forma lenta e tortuosa, de *facção*, que, historicamente, possuía expressão depreciativa.<sup>7</sup>

Na perspectiva de Sartori, a mutação de facção para partido foi um processo paralelo, uma lenta, enganosa e tortuosa mutação da intolerância para a tolerância, da tolerância para a dissensão, e da dissensão para a convicção na diversidade. Desse modo, na compreensão que a dissensão e a diversidade não eram opostas à ordem política, logo, partidos e pluralismo teriam se originado no mesmo caminho. Sendo assim, o autor indicou que o pluralismo constitucional foi o predecessor do pluralismo partidário, todavia, aquele não teria aberto o caminho para este. As bases do constitucionalismo não buscaram um governo partidário, mas, um governo misto, pautado na divisão dos poderes, em seu controle e equilíbrio, sendo construído sem partidos e contra eles, já que eram vistos como facções, partes contra o todo, e não partes do todo.<sup>8</sup>

Em vista disso, o autor parece nos apresentar indícios que a diferença essencial entre uma facção e um partido era a legitimidade que percebiam nas instituições. Nessa perspectiva,

---

<sup>6</sup> DUVERGER, apud, BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org). *Por uma História política*. Tradução de Dora Rocha. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 65.

<sup>7</sup> Indicando sua origem etimológica e semântica, o autor determina que os termos não têm o mesmo significado. A palavra “facção” “[...] vem do verbo latino *facere* (fazer, agir) e *factio* logo passou a indicar, para autores que escreviam em latim, um grupo político empenhado em um *fazere* perturbador e danoso[...] comportamento excessivo, impiedoso[...]”. “Partido” também possuía raiz no latim, mas significava dividir, no entanto, não fazia parte do vocabulário político até o século XVII. Sartori argumenta que a predecessora mais antiga era a “seita”, “[...]palavra vinda do latim *secare*, que significava separar, cortar e, com isso, dividir[...]” “Partido” transmitia, então, basicamente a ideia de parte, e parte não é, em si, uma palavra depreciativa: é construto analítico[...].” Desse modo, expõe que, durante o século XVII, “partido” entrava no vocabulário da política, e “seita” retirava-se, passando a ligar-se à religião. No percurso, o primeiro termo ganhava o sentido do segundo, reforçando à sua ligação original, como separação e divisão. SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 23-24.

<sup>8</sup> “[...]Se um partido não é capaz de governar em função do todo, isto é, tendo em vista o interesse geral, então não difere de facção[...].” Ibidem, p. 47.

o primeiro termo se apresentava como elemento perturbador da ordem, uma ameaça à organização política estabelecida. Enquanto o segundo possuía caráter institucional, disputando a política dentro da formalidade. Entretanto, apresenta que tal dissociação de um conceito para outro ocorreu de forma lenta, sendo associado, nos primeiros momentos, o partido político à facção política. Apenas no século XIX a distinção teria se afirmado com clareza, passando os partidos a serem aceitos como necessários e legítimos num governo livre.<sup>9</sup> Por fim, apresenta como definição o partido como “[...]qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos”.<sup>10</sup>

Neste trabalho, consideramos que, ao falar sobre as origens dos partidos políticos no território brasileiro, é necessário ter em consideração o que a sociedade política compreendia acerca de tal associação naquele momento. Assim, aplicando a metodologia das linguagens políticas, perceberemos que o termo *partido* sofrerá uma mutação ao longo do período estudado, possibilitando a formação dos partidos políticos em âmbito nacional, em sentido próprio, moldado pelas elites políticas através do contexto da época. Na perspectiva de Rodrigo Motta, não reconhecer os partidos políticos do Império como verdadeiros leva-nos a uma consideração anacrônica, já que conservadores e liberais eram encarados como grupos partidários pelos contemporâneos e influenciaram a política da época.<sup>11</sup>

Já Marco Morel expôs que *partido político*, na primeira metade do século XIX, mesmo contendo uma concepção diferente do *partido máquina* que se consolidou no ocidente ao longo do século XX, não pode levar-nos a uma visão negativa das organizações políticas que se formaram durante aquele tempo. Se constituía, através de “[...]agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem e da imprensa, e, determinados espaços associativos ou

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>11</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 30.

de sociabilidade, e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se determinarem por lealdades ou afinidades[..]”. Assim, se identificavam através de nomes ou rotulações, de forma pejorativa ou apreciativa. De outro modo, o que estruturavam as divisões políticas na época se voltava no entendimento que possuíam da “tripartição de soberania”: a soberania do rei, a soberania do povo e a soberania da nação.<sup>12</sup>

Julio Bentivoglio já revelou uma transição do conceito de partido durante o século XIX. Para o autor, durante o Primeiro Reinado e início da Regência, partidos surgiam como partes e posicionamentos dentro do jogo político. Já no Segundo Reinado, esta característica transita para uma organização consistente, com fins de disputa pelo poder, com liderança, projeto e formas de recrutamento pelo país. Desse modo, em sua perspectiva, até meados de 1842, não é possível falar em partidos políticos no Brasil, mas em forças políticas. Assim, as lutas políticas desde a emancipação conduziram à formação dos partidos políticos no Brasil, acelerada na Regência, e institucionalizada no Segundo Reinado.<sup>13</sup>

Nesse sentido, objetivamos compreender a linguagem política de transição para a formação dos partidos políticos no território brasileiro. Perspectivas historiográficas citadas a seguir indicam o fim da década de 1830 como o momento profícuo para o desenvolvimento das agremiações, entretanto, a temática carece de profundidade em relação à modificação da percepção dos partidos políticos e à inserção da organização no sistema político brasileiro.

Se Giovanni Sartori identificou, em ambiente europeu, uma tortuosa, enganosa e lenta distanciação de facção para partido, concebemos, neste trabalho, que o processo também ocorre gradualmente no Brasil. Durante as análises, perceberemos que, por muitas vezes, os termos se confundem; em outras, nota-se a necessidade de seus interlocutores em distanciar os dois conceitos.

---

<sup>12</sup> MOREL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 32-33.

<sup>13</sup> BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. *Diálogos*, Maringá, v. 14, p. 535-556, 2010.

Longe de buscar percalços nos diversos sentidos que podemos encontrar na palavra *partido* durante a pesquisa, consideramos a diversidade semântica como parte do processo de transição. Por isso, partimos da hipótese de que a consolidação ocorreu da seguinte forma: a concepção de partido encontra, no fim da década de 1830, conotação positiva na linguagem dos políticos da época; durante o percurso, os personagens organizam seus grupos parlamentares através da ótica partidária, compreendendo a existência de seu partido e do adversário; por fim, há uma institucionalização das agremiações, sendo elas reconhecidas e formadas no principal canal de comunicação da época, a imprensa política.

Assim como é apresentado nos estudos de Durverger, os partidos políticos no Rio de Janeiro surgem através das discussões em torno das divergências parlamentares, mais precisamente, na Câmara dos Deputados. Por isso, os primeiros indícios partidários que encontramos no vocabulário da época são divididos através de *partido do governo* ou *partido da oposição*, compostos, portanto, pela elite que representava o Império. No entanto, o principal canal de articulação destas ideias não foi o parlamento, mas, a imprensa política, espaço onde os redatores – muitas vezes também deputados, senadores e ministros – desenvolviam comentários, críticas e análises da conjuntura política do Brasil. Dessa forma, as dissensões parlamentares eram produzidas nos jornais, por isso, consideramos certa simultaneidade entre os espaços políticos – imprensa e parlamento – para a formação dos partidos políticos.

Além dos deputados que dialogavam na Câmara e no vocabulário político da imprensa, outro fator que consideramos relevante para o desenvolvimento do trabalho são os ministros escolhidos pelo Regente, e depois por Pedro II. As características destes personagens nos parecem relevantes quando compreendemos que a linguagem política dos redatores dos impressos alterava significativamente quando tais lideranças eram substituídas, logo, o perfil político destes possuía grande valor simbólico para as identidades, amplamente utilizado por

apoiadores e contestadores do governo. Por isso optamos por destacar, através do método prosopográfico, o perfil social dos personagens que ascendiam aos ministérios.

Nesse sentido, esta pesquisa possui como recorte o período inicial do Regresso, concernente às linguagens políticas propagadas na imprensa, considerando que, através da análise dos principais conceitos emanados por seus atores políticos, encontraremos aspectos da transformação da esfera partidária no Rio de Janeiro. Assim, investigamos como as transformações políticas, principalmente as alterações do jogo político, modificaram o contexto político dos impressos, e como essas transições influenciavam na construção linguística dos partidos políticos.

Logo, analisar os periódicos da época com ênfase na linguagem utilizada por grupos políticos distintos nos permitiu refletir acerca dos seguintes questionamentos: de que forma o grupo regressista estampava o projeto político centralizador na imprensa? Como os redatores progressistas se movimentaram contrariamente às práticas governistas do regresso? Quais conceitos permearam o direcionamento político desses indivíduos? Quais as expectativas dos grupos acerca da condução política do Segundo Reinado? Havia indícios de uma linguagem bipartidária naquele momento? Além disso, por meio deste debate, nos indagamos sobre a compreensão que possuíam acerca dos partidos políticos.

Buscando atender à necessidade do aprofundamento das linguagens que fomentaram a efetivação dos partidos políticos no Império, ao analisar a linguagem dos grupos políticos que se desenvolveram após a segunda metade da Regência, buscamos contribuir para a historiografia brasileira acerca da transformação política desses grupos, já que investigamos o vocabulário que distinguia a ação política desta elite, demonstrando como os personagens se combatiam por meio de ideias naquele momento e como formulavam estratégias para derrubar seus opositores políticos. Assim, unimos a ação política dos ministérios, o posicionamento dos

deputados, e a interpretação dos redatores para demonstrar a transformação conceitual da ideia de partido político e de seu estabelecimento na cultura política da época.

Acerca do período investigado, destacamos que o período regencial e a transformação das identidades políticas já foram amplamente discutidos pela historiografia através de diferentes nuances. Paulo Pereira Castro, em *A “Experiência Republicana”, 1831-1840*, delimitou os anos da regência principalmente através da ótica das eleições, caso único do período imperial onde escolheu-se o comandante do Poder Executivo por meio do voto. Durante sua análise, o autor salientou os movimentos políticos que mobilizaram o Rio de Janeiro durante aqueles anos, destacando a autonomia e a importância da Câmara dos Deputados no interregno. Na obra, também encontramos aspectos de transformação partidária presentes no curso político destes anos, corroborando a formação dos dois partidos que se conflagraram durante o Segundo Reinado.<sup>14</sup>

Em primeiras análises, o contexto regencial foi comumente apontado como fase anárquica e atípica diante à consolidação e apaziguamento das questões do Império durante o Segundo Reinado. Esta perspectiva foi baseada em considerações como as de Visconde do Uruguai, que, em sua clássica obra *Ensaio sobre o direito Administrativo*, compreendeu a Regência como tempo de permeada anarquia e impunidade.<sup>15</sup> Como também Justiniano José da Rocha, que, em seu panfleto *Acção; reacção; transacção*, relatou que, nos anos 1831-1836, o Império foi dominado por indivíduos movidos por paixões democráticas que tomaram para si todos os postos do poder. Todavia, após este período, personagens conservadores organizaram a administração do Império, para que, depois do “triunfo democrático”, pudessem atingir o “triunfo monárquico”.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> CASTRO, Paulo Pereira. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da civilização brasileira: dispersão e unidade*. São Paulo: DIFEL, 1972.

<sup>15</sup> URUGUAI, Visconde do. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. In: *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.

<sup>16</sup> ROCHA, Justiniano José da. *Acção; Reacção; Transacção*. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

Citamos também João Manuel Pereira da Silva e Joaquim Nabuco. O primeiro se referiu à Regência como um período onde desencadearam-se paixões e ambições individuais, salientando também que houve uma propagação de ideias subversivas pelas províncias e um cenário de anarquia.<sup>17</sup> Já Joaquim Nabuco asseverou que a função histórica da Regência foi o desprendimento dos princípios liberais à ótica republicana, trazendo aos primeiros estadistas do Segundo Reinado uma necessidade da Monarquia, culminando na ordem, na paz e no pleno funcionamento das Instituições, que se prolongou durante o Segundo Reinado. Todavia, expõe que a época é caracterizada pelo abalo de todo um edifício nacional, quase um decênio de terremotos políticos.<sup>18</sup>

Em contrapartida, outros pensadores políticos do Império refletiram, posteriormente, sobre o período Regencial. Personagens com princípios mais liberais encontraram, no contexto, um triunfo das liberdades e da descentralização administrativa. Assim, Francisco de Salles Torres Homem relatou que D. Pedro I havia deixado um legado de anarquia e pobreza em troca do trono, e a Regência tranquilizou, organizou e salvou o país. No entanto, o autor expõe que, após 1837, o regresso convidou o povo a ter desprezo às instituições livres e a retrogradar para outros tempos.<sup>19</sup>

Ressaltamos também os escritos de Theophilo Benedicto Ottoni, que, em 1860, publicou sua *Circular dedicada aos Srs Eleitores de Senadores da Província de Minas Gerais*. Neste documento, Ottoni expõe que as instituições brasileiras receberam, no 7 de abril, uma nova têmpera, inaugurando já neste dia a reforma federativa. Aponta que, naquele momento, o Brasil retirava o trono de um príncipe português e o entregava regenerado ao príncipe brasileiro.<sup>20</sup> Por fim, Aureliano Cândido Tavares Bastos, que direcionado a defender a

---

<sup>17</sup> SILVA, 1878. p. 60.

<sup>18</sup> NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. Tomo I. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899, p.33.

<sup>19</sup> TORRES HOMEM, Francisco de Salles. O libelo do povo. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

<sup>20</sup> OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typografia do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos & Octaviano, 1860.

descentralização administrativa no país, expôs que, em 1831, a geração pretendia descentralizar o governo confederando as províncias. As reformas que implementaram na época, como o Ato Adicional, o Código de Processo Criminal e a supressão do Conselho de Estado, alargaram a Constituição de 1824. No entanto, salienta que homens com preceitos contrários aos princípios democráticos fecharam a escola revolucionária de 1831.<sup>21</sup>

As perspectivas que interpretaram o Período Regencial como um tempo de anarquia e de perigo à monarquia brasileira se prolongaram dentro das análises. A exemplo disso, Otávio Tarquínio de Sousa, em sua obra *História dos Fundadores do Império do Brasil*, compreendeu o contexto como uma era de grande instabilidade, “[...] de lutas, revoltas, rebeliões, motins, quarteladas, o Brasil de norte a sul em convulsões frequentes, os grupos, as facções, os partidos se extremado.”<sup>22</sup> No entanto, como bem ressalta Marcelo Basile, foi a partir do final da década de 1970, com o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação no país, que os estudos sobre as regências foram revigorados.<sup>23</sup>

Assim, ressaltamos a obra de Arnaldo Fazoli Filho, denominada *O período regencial*, onde o autor aponta a década de trinta como um momento decisivo para o Império. Dessa forma, assevera que a Lei da Regência de 1831, que subordinou os regentes à Assembleia, teria promovido uma “experiência parlamentar”. O Ato Adicional, criando as Assembleias provinciais, proporcionou à nação uma “experiência federalista”; com o estabelecimento do voto direto para o Executivo, teria providenciado uma atípica “experiência republicana”.<sup>24</sup> Frisamos também a perspectiva de Maria de Lourdes Viana Lyra, que expõe que o período

<sup>21</sup> BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. A província: estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

<sup>22</sup> SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Volume I: José Bonifácio. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. p.285

<sup>23</sup> Marcello Otávio Neri de Campos. Regência e imprensa: percursos historiográficos. *Almanack*. nº20, Guarulhos, set, 2018. p.1-9. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S223646332018000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223646332018000300001&lng=en&nrm=iso). Acesso em jul. de 2020.

<sup>24</sup> FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O Período Regencial*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

regencial foi contexto de intensificação dos ideais de liberdade, assim, teria ocorrido uma ampliação da representação política da sociedade no Estado monárquico.<sup>25</sup>

Acerca das concepções recentes e que ampliaram a compreensão da historiografia do período, salientando a Regência como um tempo de construção da nação Imperial, destacamos Marco Morel e Marcello Basile. O primeiro demonstrou que: “[...] o período regencial pode ser visto como um grande laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais[...]”.<sup>26</sup> Em sua investigação, a conjuntura foi o momento em que ocorreu a explosão da palavra pública em grande pluralidade, onde grandes temas efervescentes à época.<sup>23</sup>

Já Marcello Basile indicou que o período das regências foi um momento crucial do processo de construção da nação brasileira, onde ensejou a formação de facções distintas, com diferentes projetos de Brasil. O contexto político teria possibilitado a entrada de novos atores e de camadas sociais em cena que até então eram excluídos de qualquer participação ativa.<sup>27</sup>

Ainda nestes termos, Silvia Fonseca demonstrou que poucos acontecimentos históricos revelaram um autoconhecimento do tempo vivenciado como uma descontinuidade do passado, como foi o 7 de abril. Assim, o sentimento de ruptura e de provisoriedade, além de permitir uma avaliação negativa do passado recente, também revelou uma possibilidade de moldar o futuro através de disputas semânticas com a finalidade de definir posições sociais e políticas. Para a autora, quatro foram os elementos que resultaram na expressão “experiência republicana”, que comumente denomina o período, fruto da conformação da esfera pública política, por conta da multiplicação dos espaços de sociabilidade que foram traduzidas em participação política de forma diversificada.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. 2ªed.São Paulo: Atual, 2000. p.6.

<sup>26</sup> MOREL, 2003. p.9.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>27</sup> BASILE, 2009.

<sup>28</sup> FONSECA, Silvia Carla Pereira de. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

Desse modo, primeiramente apontou a participação e a autonomia da Câmara dos Deputados para assinalar esse novo tempo. Assim, se incumbiram de atualizar as legislações, distribuindo autonomias administrativas, políticas e jurídicas. Em segundo lugar, apresenta a existência de um intenso envolvimento da população nos movimentos de rua que antecederam e sucederam o 7 de abril. Respectivamente, o terceiro elemento está relacionado à ampliação das organizações políticas, por meio da criação de sociedades e clubes, que foram consideravelmente desenvolvidas ao longo da Regência. Por fim, demonstra que o quarto elemento, que sinalizava a conformação de um espaço público político teria sido a grande profusão de periódicos no período.<sup>29</sup>

A conjuntura política, mediante as discussões acerca da descentralização do Império que permearam os debates da época, ganhou estudos mais aprofundados em torno das províncias. Assim, Maria de Fátima Gouvêa demonstrou o caráter liberal e descentralizador da época, à medida que o Ato Adicional de 1834 transformou os Conselhos Gerais em Assembleias Legislativas provinciais, ampliando também o número de representantes nas localidades. Todavia, ressaltou que as nomeações dos presidentes provinciais foram mantidas de forma centralizada. Ademais, expôs que a Lei de Interpretação do Ato Adicional, promovida pelo regresso, posteriormente suprimiu relativamente a autonomia estabelecida.<sup>30</sup>

Em contrapartida, Miriam Dolhnikoff enfatizou que a autonomia foi mantida mesmo após as reformas centralizadoras da década de 1840, já que, ao promoverem maior centralização no Poder Judiciário, não alteraram diversas inovações implementadas nas relações entre regiões e centro.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> Ibidem.

<sup>30</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.19

<sup>31</sup> DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

<sup>27</sup> FERNANDES, Gabriela da Silva R. *7 de Abril: usos políticos e representações na Regência (1831-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p.10.

Dessa forma, pesquisas mais recentes vêm se desenvolvendo pelas universidades brasileiras, dando um novo sentido ao período em questão no que concerne à construção e a características das identidades políticas. Preocupada em investigar as razões da abdicação de Pedro I, Fernanda Pandolfi demonstrou que o acontecimento foi mais que um desdobramento da Independência, com as disputas entre brasileiros e portugueses. Entretanto, teria sido um processo de consolidação institucional, marcado pela ampliação do espaço público, através da formação de uma opinião pública que teve papel fundamental na abdicação. Sendo assim, as divisões intra-elite aparecem como essencial nesta interpretação, onde seus personagens estavam preocupados com a ocupação que exerceriam no Estado que estava sendo gestado.<sup>32</sup>

Já Gabriela Fernandes analisou em sua dissertação os sentidos políticos do 7 de abril para os grupos moderado, exaltado e caramuru. Em sua pesquisa, identificou que, no período evidenciado, houve uma “politização do cotidiano”. Conforme a autora, as autoridades tiveram que lidar com a “[...] falta de um poder forte e representativo, capaz de coibir e acalmar as manifestações públicas [...]” em momento em que apareciam “[...] associações políticas, aumentava o número de jornais em circulação e mais festividades cívicas eram levadas às ruas.”<sup>27</sup>

Nesta crescente diversidade de temas que surgem, Erik Horner, em sua tese intitulada *Em defesa da Constituição*, procurou dar nova reconfiguração às relações de força e interesses presentes nos anos finais da Regência e no início do Segundo Reinado, problematizando a emergência e a implicação dos confrontos armados.<sup>33</sup> Já Laura Oliveira Motta demonstrou, em

---

<sup>32</sup> PANDOLFI, Fernanda Claudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

<sup>33</sup> HORNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1842)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

seu trabalho *Entre a ordem e o medo*, a atuação da Guarda Nacional como elemento repressivo na cidade do Rio de Janeiro entre os anos 1831-1835.<sup>34</sup>

O trabalho de Kátia Luciene Santana, denominado *Reuniões perigosas*, analisou ajuntamentos ilícitos como aparatos repressivos do Estado, no contexto político e social dos anos de 1831 a 1837.<sup>35</sup> Acerca dos projetos políticos que se enfrentavam na época, Leonardo Oliveira, em sua pesquisa intitulada *Momento Federalista*, investigou as propostas defendidas por dois grandes nomes da década, Diogo Feijó e Evaristo da Veiga, comparando os projetos ao dos predecessores federalistas americanos.<sup>36</sup>

Destacamos aqui, com o objetivo de demonstrar que a dinâmica política do Império não ecoou de forma uníssona em todas as províncias, a obra de Karulliny Siqueira, denominada *Imprensa e partidos políticos na província do Espírito Santo*, que revelou que a ausência de uma imprensa política na localidade até a década de 1860 e a condução política de uma elite coesa e pacífica evitaram a proliferação das agitações políticas que permearam o Império no período regencial.<sup>37</sup>

Demonstrando também a peculiaridade de Pernambuco, Manoel Cavalcanti Júnior, destacou que a referida localidade serviu para o Império como um espaço de prova do modelo de Estado defendido pelos regressistas. Seus governantes teriam implementado, em 1836, uma legislação provincial centralizadora, modificando, em caráter local, as reformas implementadas pelos liberais.<sup>38</sup> Nesse sentido, percebemos momentos atípicos em ambas as províncias,

---

<sup>34</sup> MOTTA, Laura Oliveira. *Entre a ordem e o medo*: a utilização da Guarda Nacional no policiamento da cidade do Rio de Janeiro oitocentista (1831-1835). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

<sup>35</sup> SANTANA, Kátia Luciene de Oliveira e Silva. *Reuniões perigosas*: ajuntamento ilícito e política na Corte regencial (1831-1837). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Leonardo Gão Velloso Damato. *Momento Federalista*: projetos políticos no alvorecer do Império brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

<sup>37</sup> SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Imprensa e partidos políticos na província do Espírito Santo (1860-1880)*. Vitória: IHGES, 2013.

<sup>38</sup> CAVALCANTI JÚNIOR, 2015.

enquanto a elite política do Espírito Santo buscava afastar as discussões políticas da Corte na localidade, a elite pernambucana promoveu uma espécie de protótipo para a aplicação no Império.

Em relação à província de Minas Gerais, Wlamir Silva expôs que, no período regencial, a localidade se tornou um sustentáculo para o governo central, uma vez que a elite liberal se configurava como moderada, assim como na Corte, e estabelecendo uma hegemonia na província.<sup>39</sup>

Acerca do desenvolvimento das identidades políticas no Império, destacamos ainda a perspectiva desenvolvida por Jeffrey Needell, que, ao se debruçar sobre o período, revelou que os partidos se originaram de facções da Câmara, representantes de oligarquias rurais, comerciais e grupos urbanos mobilizados com suas primícias emanadas na Assembleia Constituinte de 1823. O brasilianista orientou que as formas de organização da elite pós-independência eram caracterizadas por questões pessoais e pela ausência de agendas ideológicas.<sup>40</sup>

Já na perspectiva de José Murilo de Carvalho, ao investigar a formação dos partidos Liberal e Conservador, revelou que a formação destes foi consequência da descentralização produzida pelo Código de Processo Criminal de 1832, pelo Ato Adicional de 1834 e as rebeliões provinciais que efervesceram a Regência. Assim, teriam composto o Partido Conservador indivíduos resultantes de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores, cujo objetivo se verificava em frear as reformas descentralizadoras. Já o Partido Liberal, na visão do autor, foi resultado da união de antigos exaltados e moderados.<sup>41</sup>

Em relação à efetividade dos partidos no poder, Ilmar Mattos, em sua obra *O tempo saquarema*, denomina liberais e conservadores por “luzias” e “saquaremas”, expondo que os

---

<sup>39</sup> SILVA, Wlamir José da. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

<sup>40</sup> NEEDELL, 2009.

<sup>41</sup> CARVALHO, 2008.

membros do grupo saquarema foram melhores dirigentes por serem intelectuais da classe senhorial em constituição. Os luzias, em contrapartida, à medida que questionavam instituições estabelecidas, como o Poder Moderador, e os próprios regressistas, negavam a própria permanência do grupo no poder.<sup>42</sup>

Todavia, no quesito da mutação entre as facções moderada, exaltada e caramuru para a formação dos partidos políticos Liberal e Conservador, ainda há nuances para serem analisadas, principalmente, no sentido de investigar as linguagens políticas que seus enunciadores emitiam naquele momento. Dessa forma, citamos o trabalho de Tatiane Rocha Queiroz, intitulado *O regressismo e o conservadorismo no periódico O Brasil*. A autora estabeleceu a formação da identidade dos regressistas frente aos seus opositores progressistas, contudo, se limitou a análise de um periódico, investigando a perspectiva de uma das identidades.<sup>43</sup>

Nesse sentido, percebemos a necessidade em debruçar sobre as linguagens existentes na fase de transição da Regência para o reinado de Pedro II e a transformação dos vocabulários dos grupos políticos naquele momento, assim como a modificação do conceito de *partido* durante o recorte temporal proposto. Desse modo, este trabalho busca, a partir da análise da linguagem da imprensa periódica desses grupos políticos, proporcionar maior compreensão das identidades que surgiram nos anos finais da Regência.

O contexto também se destaca por apresentar o maior número de publicações jornalísticas existentes na primeira metade do século, apenas na década de 1860, o Império veria florescer novamente a expansão da palavra pública.<sup>44</sup> No entanto, Cybelle Ipanema e

---

<sup>42</sup> MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987. Fator também evidenciado na tese de Sérgio Ferraz, que revela a predominância de cadeiras ministeriais para o Partido Conservador de 26 anos no poder, contra o Partido Liberal que só obteve 13 anos. FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado*. Instabilidade ministerial, Câmara do Deputados e Poder Moderador (1840-1889). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>43</sup> QUEIROZ, Tatiane Rocha de. *O regressismo e o conservadorismo no periódico O Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

<sup>44</sup> BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de.; NEVES, Lúcia Maria B. (orgs.) *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014. p.37-62.

Marcello Ipanema relataram que os periódicos que circularam nos anos de 1836 a 1840 tiveram queda média anual significativa em relação aos anos anteriores.<sup>45</sup>

Na percepção de Nelson Werneck Sodré, as características da imprensa da época da regência colaboram para a compreensão do contexto vivenciado. Para o autor, a cultura impressa era predominantemente formada por pasquins, onde os responsáveis pelas publicações retratavam as paixões políticas de forma mais clara que os jornais que possuíam mais estabilidade. Traziam para as ruas uma política que era até então consolidada apenas nos gabinetes, assim, introduzindo o elemento popular naquilo que lhe era negado. Conforme Sodré, a linguagem era virulenta, entretanto não era utilizada apenas pela oposição, periódicos ligados aos interesses ministeriais também usufruíam dela.<sup>46</sup>

As características desses impressos foram ressaltada pelo autor:

[...]formato in-4º, quatro páginas em regra, preço de venda avulsa de 40 réis, 80 no caso de dobrar o número de páginas. Não havia venda nas ruas; comprava-se nas tipografias e nas lojas de livros indicadas, exemplares isolados ou por assinatura. O título se referia, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interesse notório no momento; quando não, sob disfarce, guardava alusão a isso. O pasquim, habitualmente, não trazia o nome do redator. Muitos desses nomes, por isso mesmo, ficaram em dúvida, com o passar dos tempos e, para identificação, é necessário recorrer a depoimentos da época, nem sempre seguros. Guardava-se, por outro lado, rigoroso anonimato.

[...]Não tinha periodicidade certa, não aparecia em dias previamente fixados, na grande parte dos casos[...] Não é possível, entretanto, deixar de enquadrar como imprensa periódica esse produto específico do meio brasileiro naquela época tormentosa[...]

[...]As personalidades políticas não eram citadas pelo nome ou pelo título, mas por apelidos chistosos, ridículos, desprimorosos, alguns verdadeiramente torpes[...].<sup>47</sup>

Seguindo o direcionamento contrário daqueles que compreendem esta fase da imprensa brasileira como anárquica, desordeira e atrasada, o autor compreendeu que foi a realidade política que gerou o pasquim daquela forma. Logo, considerou que as características que

<sup>45</sup> IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello. *Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública*. Nº307, IHGB, 1975.

<sup>46</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 158-160.

compunham a imprensa da época, é, na verdade, as características da política, da linguagem e da cultura daquele período. Werneck Sodré enxergou o período regencial como era da ascensão dos princípios liberais, momento de afirmação da identidade nacional que foi cerceado a partir do governo de Diogo Antônio Feijó e dos avanços regressistas.<sup>48</sup>

Basile também demonstrou que, nesse momento, houve um progressivo recuo da imprensa, acompanhando o processo de desagregação dos antigos grupos políticos e a reestruturação operada pelo regresso conservador. Assim, o autor destacou que houve um cerceamento da imprensa e da palavra pública.<sup>49</sup>

Todavia, diminuição e recuo não significaram nulidade, embora tenha ocorrido retração da imprensa, ainda circulavam folhas contestadoras à política. Além disso, o vocabulário emitido pelos redatores da época resultaria na prática política e linguística efetivada no início do Segundo Reinado. A partir da discussão historiográfica levantada, julgamos que a década de 1840 resguardou importantes debates pleiteados pelos liberais em relação a conquistas dos regressistas no âmbito legislativo. Desse modo, consideramos necessária a investigação do vocabulário dos periódicos que pleiteavam bandeiras políticas e a transformação linguística de seus redatores através da ótica partidária, entre os anos de 1837 e 1842.

No decorrer deste trabalho, analisamos a linguagem divulgada pelos grupos políticos nos anos finais da Regência e início do Segundo Reinado através de periódicos do Rio de Janeiro. Bem como identificamos, através das linguagens presentes nestes impressos, os conceitos utilizados como forma de denúncia ou defesa à política vigente. Além disso, investigamos como os grupos políticos utilizaram a imprensa para promover a inversão política ou o mantimento nas cadeiras ministeriais com a consolidação da Maioridade. Verificamos também a transformação semântica que possibilitou a formação embrionária dos partidos

---

<sup>48</sup> Ibidem.

<sup>49</sup> BASILE, 2018, p.4-5.

Liberal e Conservador, destacando o uso dos principais vocábulos ligados às identidades políticas e da própria transformação do conceito partidário.

Para a realização desta pesquisa, tornou-se necessária a utilização de alguns conceitos que ampliaram a compreensão da temática. Para entender as modificações ocorridas entre as identidades políticas imperiais por meio da linguagem, optamos pelo conceito de *cultura política*. Com o objetivo de estudar a formação dos partidos políticos no Brasil imperial, assim como os jogos de oposição na Corte, exigiu-se delinear sobre os conceitos de *liberalismo* e *conservadorismo*. De outro modo, à medida que analisamos um círculo restrito de indivíduos letrados inseridos na política imperial, tornou-se necessária a aplicação dos estudos das *elites*.

Em oposição à definição de cultura política como “cultura global de uma sociedade”, evidenciada na análise de Gabriel Almond e Sidney Verba,<sup>50</sup> Serge Berstein revelou que, no interior de uma nação, existe uma pluralidade de culturas políticas, todavia, “[...]com zonas de abrangências que correspondem à área de valores compartilhados[...]”. Portanto, em sua perspectiva, a mudança de uma cultura política se constitui como um fenômeno individual e, também, coletivo, onde uma geração de indivíduos que vivem em uma mesma sociedade, que conheceram as mesmas crises, nas quais fizeram idênticas escolhas, tem em comum a mesma cultura política que determina comportamentos correlatos aos novos acontecimentos.<sup>51</sup>

Já Keith Baker indicou que sendo a política algo que se relaciona com a formulação de demandas, que indivíduos ou grupos articulam, negociam, implementam ou impõe sobre qualquer sociedade, a cultura política seria o conjunto de discursos, ou práticas simbólicas que realizam essas demandas. Constituem a posição desses sujeitos a autoridade de seus princípios e sua legitimidade ao definir o contexto linguístico desses atores, sendo a autoridade política, uma questão de autoridade linguística. Assim, uma mudança política em uma determinada

---

<sup>50</sup> ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

<sup>51</sup> BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

sociedade é também uma mudança linguística.<sup>52</sup> Desse modo, a definição do autor é a que mais se relaciona com este estudo, uma vez que investigaremos as identidades políticas e a disposição linguística de personalidades.

Em relação ao conceito de liberalismo, destacamos que este possui séculos de significados, no entanto, para a compreensão de sua acepção no Brasil oitocentista, utilizaremos a obra *O liberalismo no Brasil Imperial*, que possui contribuição de variados autores.<sup>53</sup> Assim, Antônio Carlos Peixoto expôs que a matriz liberal tem seu ponto de partida na ação individual, em contrapartida com a ordem divina. Traz em evidência que o liberalismo se desenvolveu através de várias tradições distintas de pensamento, demonstrando uma pluralidade de vertentes: social, econômica e jurídica. Desse modo, a ordem liberal estaria calcada na ação humana, onde compreendeu-se o indivíduo como determinante para a construção do mundo, centrado na liberdade, em seus objetivos e interesses e o estabelecimento desses com os outros indivíduos.<sup>54</sup>

Lucia Maria Paschoal Guimarães demonstrou que os postulados básicos deste liberalismo foram firmados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, ratificada em agosto de 1789. A autora indicou que o documento consagrava o princípio do governo representativo, a prevalência das leis e a soberania da nação. Dessa forma, todos passariam a ser iguais perante a legislação, com a iminência do mérito individual se sobrepondo às hierarquias. Assegurando, assim, aos cidadãos, as liberdades individuais e o direito de propriedade. No entanto, Guimarães revela que essa linguagem é bastante abstrata, uma vez

---

<sup>52</sup> BAKER, Keith M. El Concepto de Cultura Política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. *Ayer*. n.º62. 2006, p.88-110.

<sup>53</sup> GUIMARÃES, Lucia Maria P.; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

<sup>54</sup> PEIXOTO, 2001, p.13-14. In: GUIMARÃES, Lucia Maria P.; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

que não esclarecem quem são personagens detentores dessas garantias, ou os responsáveis por executá-las.<sup>55</sup>

Desse modo, no caso brasileiro, a emergência do liberalismo necessitou de um conceito aos moldes luso-brasileiro, onde o direcionamento calcado na ordem divina foi modificado no século XVIII, dando espaço para as *luzes*, com as reformas pombalinas.<sup>56</sup> Acerca da temática, Lúcia Maria Bastos Neves revelou que o século XIX já nasceu sob o embate entre o Antigo Regime e as luzes, inaugurando, assim, a *modernidade*. Os diversos valores que permeavam as antigas tradições começavam a ser contestados, e a secularização da Europa entrava em evidência. A ideia do progresso, da ciência, da história e da pedagogia entrava em ascensão. Contudo, em solo brasileiro, buscavam reformar, mantendo os antigos alicerces principalmente nas estruturas sociais e econômicas. Um liberalismo pautado na ordem.<sup>57</sup>

No Brasil, o liberalismo colocava a questão da liberdade atrelada à ideia da independência, assim, o rompimento com o Antigo Regime foi a ruptura com seu passado colonial. Entretanto, o resultado do processo foi uma Monarquia Constitucional aliada à igreja, cujo liberalismo “[...]nasceu sob o signo de um Estado cujos traços pareciam atribuir, na realidade, ao absolutismo ilustrado a paternidade.”<sup>58</sup> Outra contradição do liberalismo no Brasil é evidenciada por Maria Emília Prado, que revelou que as ideias de liberdade aqui propagadas mantiveram inalterada a escravidão, logo, a possibilidade de ação individual estava comprometida.<sup>59</sup> Dessa forma, o Partido Liberal se desenvolveria no Brasil pautado nesses alicerces.

---

<sup>55</sup> GUIMARÃES, 2001, p.103. In: GUIMARÃES, Lucia Maria P.; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001

<sup>56</sup> MUNTEAL FILHO, 2001. In: GUIMARÃES, Lucia Maria P.; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001

<sup>57</sup> NEVES, 2001, p.73-75. In: GUIMARÃES, Lucia Maria P.; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> PRADO, 2001. In: GUIMARÃES, Lucia Maria P.; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001

Por fim, para a compreensão do desenvolvimento do Partido Conservador no Império, utilizamos o conceito de *conservadorismo*. Assim, considerando os apontamentos de Marcello Basile, na obra *Dicionário crítico do pensamento da direita*, no Brasil do século XIX, o conservadorismo estava intimamente ligado ao liberalismo, pois incorporava postulados típicos liberais, como: a oposição ao absolutismo, a defesa de um governo monárquico constitucional, representativo e com divisão dos poderes, a perspectiva de um pacto social e a garantia de direitos políticos e sociais aos cidadãos.

Logo, ao ser conservador no Brasil, não se deixava de ser liberal. A principal distinção que possuía em termos de projetos políticos era a defesa da centralização administrativa do Império e o protagonismo do Poder Executivo em detrimento ao Poder Legislativo, ao passo que os liberais defendiam a descentralização e a predominância do Legislativo. Os conservadores buscavam empreender um Estado forte aliado a uma Constituição liberal para assegurar a ordem e a unidade nacional, e promover o progresso no país.<sup>60</sup> Portanto, é através deste pensamento político que se possibilita a formação do Partido Conservador no Brasil monárquico.

Por fim, uma vez que esta pesquisa buscou identificar as características políticas e sociais de um grupo restrito do Império no Rio de Janeiro, tornou-se necessária a utilização do conceito de *elites*, que possui a raiz do desenvolvimento nos trabalhos de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto. Para Gaetano Mosca, em cada organização política, há sempre um chefe hierárquico que comanda toda uma classe política que pode ser denominada como “timão do Estado”. Contudo, este personagem pode não ser aquele que possui legalmente o comando da hierarquia vigente, mas um indivíduo ou grupo político influente que se encontra ao lado do

---

<sup>60</sup> BASILE, Marcello. Conservadorismo no Brasil Império. In: VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 140-141

detentor legal do poder, que executa a função da suprema direção.<sup>61</sup> Nas palavras de Pareto, a noção de uma elite é empregada conforme as qualidades que se procura nela, assim, pode haver aristocracias, ou elites de diferentes ramos. Portanto, é necessário considerar um conjunto de qualidades que favoreçam uma classe na sociedade para chamá-la de elite.<sup>62</sup>

Desse modo, José Murilo de Carvalho analisou as qualidades que favoreceram a formação e a perpetuação da elite política imperial após a Independência. Assim, considerou que estes indivíduos podem ser caracterizados pela homogeneidade ideológica e de treinamento que foi garantida pela socialização da elite por meio da educação, da ocupação e da carreira política.<sup>63</sup>

Assim, a elite que será analisada neste trabalho se constituía como uma elite política e intelectual, pois, conforme o autor, a educação superior foi um elemento poderoso de distinção e unificação ideológica destes indivíduos, já que quase todos possuíam estudos superiores em um país repleto de analfabetos.<sup>64</sup>

De outro modo, essa formação superior se concentrava na formação jurídica, fornecendo uma homogeneidade de conhecimentos e habilidades, logo, um treinamento específico. E, por último, até a Independência, estes estudos se concentravam na Universidade de Coimbra e, posteriormente, em outras quatro capitais provinciais, possibilitando uma homogeneidade ideológica controlada pelas escolas superiores submetidas pelos governos do Brasil e de Portugal.<sup>65</sup>

Para expor a profundidade do caráter intelectual da elite política imperial no período abordado neste trabalho, no levantamento de dados de José Murilo de Carvalho, em relação

---

<sup>61</sup> MOSCA, Gaetano. A classe política (Extraído de Elementos de Ciência política, 1896, p.78-107). In: CRUZ, Manuel Braga da. *Teorias Sociológicas – os fundadores e os clássicos* (antologia de textos) V.1, 4a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p.405.

<sup>62</sup> PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, p.112-113.

<sup>63</sup> CARVALHO, 2008, p. 1.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>65</sup> *Ibidem*.

aos ministros que ocuparam os cargos durante a Regência, 85,72% obtinham formação superior. Nos mesmos anos, 70% dos senadores possuíam tal nível educacional. Os deputados gerais, possuíam nível educacional semelhante ao dos senadores. Assim, Carvalho expõe a baixa representatividade destes personagens em relação à educação para o restante da população em geral.<sup>66</sup>

Portanto, estes são os conceitos que norteiam este trabalho. Além disso, consideramos que o emprego de *cultura política* possibilitou o aprofundamento nos aspectos práticos e simbólicos da sociedade brasileira no século XIX, promovendo embasamento teórico e contextual acerca das tomadas de decisões políticas e linguísticas que os indivíduos estão dispostos na sociedade. Os conceitos de *liberalismo* e *conservadorismo* se constituem como elementos-chave para a compreensão do pensamento político que desenvolveu os partidos Liberal e Conservador no Brasil, pois como veremos no decorrer do trabalho, é justamente o espectro do liberalismo que vai possibilitar as diferenças ideológicas entre os grupos políticos. O entendimento das *elites* proporcionou delimitar os personagens políticos investigados nesta pesquisa, uma vez que apuramos personalidades distintas do restante da população do Rio de Janeiro, tanto intelectualmente como em relação a trajetória de suas vidas

Os documentos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho foram, principalmente, periódicos políticos publicados entre os anos 1837-1842 na Corte. Recorremos também, de modo secundário, com o mesmo recorte temporal, aos *Anais do Parlamento Brasileiro*, com o objetivo de investigar a cultura política da época, destacando suas práticas políticas e características linguísticas. Logo, percebemos a ação política de ministros, senadores, regentes e deputados influenciando as escolhas linguísticas dos jornais estudados.

As fontes jornalísticas selecionadas foram as seguintes: *A Aurora Fluminense*, *A Ortiga*, *A Regeneração*, *O Anônimo*, *O Brasil*, *O Dezenove de Setembro*, *O Maiorista*, *O Parlamentar*,

---

<sup>66</sup> Ibidem, p. 78-80.

*O Propugnador da Maioridade, O Regresso, O Republico e O Sete d'Abril*. A opção por escolher tais documentos ocorreu pelo fato de que, em sua maioria, tais periódicos foram pouco investigados na historiografia brasileira, com exceção do *Sete d'Abril* e da *Aurora Fluminense*. Além disso, tais folhas possuem indícios da participação de personalidades ilustres da política brasileira imperial, como Bernardo Pereira de Vasconcellos, Francisco Montezuma, Antônio Paulino Limpo de Abreu e Maciel Monteiro, indivíduos que verificaremos, durante os capítulos, estiveram no centro das construções partidárias.

Assim, como método de leitura das fontes, utilizamos a *metodologia das linguagens políticas*, defendida por Quentin Skinner e John Pocock. Nesse sentido, Skinner atentou-nos a necessidade em considerar o contexto intelectual em que os textos foram difundidos, à medida que este exame traz a conexão da teoria com as práticas políticas. Portanto, o autor revelou que a concentração deve-se encontrar no estudo do *vocabulário político*, já que este permitirá a definição da posição dos agentes que escrevem. Logo, indicou o que os autores estavam fazendo enquanto escreviam e como lidavam com as ideias e padrões que predominavam no debate político da época.<sup>67</sup>

Continuando a metodologia proposta, Pocock fez a distinção entre *langue e parole*, sendo o primeiro, o contexto linguístico, e o segundo, os atos de fala. Desse modo, indicou que, dentro dos contextos linguísticos, poderemos encontrar complexidades em que os atos de fala buscarão modificar o contexto vigente. Dado o exposto, o estudo das linguagens também expressa sublinguagens dentro dessas conjunturas. Desse modo, compreende que, observando a legitimidade de uma determinada linguagem, esclarecerá bastante a *cultura política* de uma sociedade estipulada, indicando a existência de uma autoridade linguística.<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> SKINNER, Quentin. Prefácio. In: *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>68</sup> POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. J.G.A POCOCK; Sérgio MICELI (org.). São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

Para possibilitar ampla compreensão acerca do contexto político, social e linguístico do período estudado, bem como suporte para a metodologia aplicada, analisamos o perfil dos ministros que ascendiam aos cargos por meio da prosopografia, já que consideramos as inversões ministeriais de extrema relevância para a modificação do vocabulário político. Assim como, depreendemos que a trajetória de vida de tais personalidades mobilizaram as escolhas discursivas dos redatores da época. Acerca do método, Lawrence Stone revelou que o propósito da prosopografia, biografia coletiva, ou análise de carreiras, é dar sentido a ação política, pois, ajuda a compreender a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever com precisão a estrutura da sociedade e a natureza dos movimentos em seu interior. Diante disso, a investigação consiste em encontrar características comuns de indivíduos por meio de um estudo coletivo de suas vidas.<sup>69</sup>

Nesta perspectiva, ao compreender quem os atores foram, compreendemos melhor o funcionamento da instituição a qual pertenciam. Assim, “[...]revelará os verdadeiros objetivos atrás do fluxo da retórica política e tornar-nos-á mais capazes para entender suas realizações, assim como para interpretar mais corretamente os documentos que produziram.” Portanto, a prosopografia se tornou “[...]adequada para revelar as redes de vínculos sociopsicológicos que mantêm um grupo unido[...].”<sup>70</sup> Sendo assim, a prosopografia neste trabalho contribuiu para a ampliação da percepção do vocabulário político da época, já que demonstrou as similaridades e diferenças entre os governantes que ocupavam o poder, e a representação que tais personalidades traziam para a imprensa em meio a formação das identidades políticas.

Percebemos, por meio do cruzamento de dados entre a linguagem política e o perfil social dos personagens que ocupavam o poder, considerando estes como representantes de interesses partidários, que a distinção intra-elite possuía mais sentido ideológico do que social.

---

<sup>69</sup> STONE, Lawrence. Prosopografia. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 39, p.115-137, junho de 2011, p.115-116.

<sup>70</sup> Ibidem, p. 120 e 128.

Por meio da concepção de cultura política, liberalismo e conservadorismo, percebemos que mesmo no âmbito doutrinário, os grupos políticos que estavam sendo formados possuíam semelhanças. Assim, numa cultura política partilhada, com princípios políticos semelhantes, as ações linguísticas que promoviam contra seus adversários ocorriam no sentido de julgá-los como contrários a ordem nacional, defendida por ambos os grupos.

\*\*\*

Para a realização desta tarefa, a organização desta dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, investigamos as características das identidades e da linguagem política na imprensa do Rio de Janeiro no ano de 1837. A análise trouxe uma maior ampliação acerca das identidades políticas que estavam sendo desenvolvidas na Corte. Assim, fruto do contexto político da época, demonstramos como eram denominados os grupos políticos naquele momento, através das nomenclaturas *partido do governo* e *partido da oposição*. Ao longo do debate, é verificada uma transformação do conceito de *partido político*, que se afastava cada vez mais do sentido de *facções*. Assim como, atestamos a força de modificação linguística que as substituições políticas possuíam, seja na figura do Regente ou de seus ministros, já que a alteração do quadro governativo alterava as escolhas políticas dos redatores, até mesmo na compreensão que possuíam acerca dos partidos.

Já no segundo capítulo, apresentamos o cenário político e linguístico do primeiro ano do governo regressista. A análise indicou que o momento que vigorou o 19 de setembro foi de extrema relevância para a formação dos partidos políticos, já que através da imprensa, os grupos políticos traduziam as disputas através da ótica partidária. O recorte temporal também se destaca pela maior incidência das denominações de *partido progressista* e *partido regressista*. Da mesma forma, buscavam dar significado as agremiações políticas que estavam sendo formadas desde meados da década de 1830. A investigação demonstrou que a partir do governo alcunhado de *Ministério Parlamentar*, o bipartidarismo foi cada vez mais exposto, construindo

no âmbito prático e das ideias, o ambiente para o estabelecimento dos partidos Conservador e Liberal, já que o próprio conceito de partido ganhava novos contornos. Como caráter de distinção, apresentamos que o posicionamento que possuíam em relação ao liberalismo ascendente no oitocentos foi o fator primordial para as distinções de identidades.

Durante a realização do terceiro capítulo, constatamos que as designações partidárias *progressista* e *regressista* só obtiveram grande relevância durante o ministério de 19 de setembro de 1837. Assim, durante o processo em torno da maioria de Pedro II, as denominações partidárias retornavam mais uma vez para um ambiente difuso, demonstrando que as nomenclaturas Partido Liberal e Partido Conservador ainda não eram realidade no vocabulário político da imprensa da época. Estabelecemos então, que na transição da Regência para o Segundo Reinado, as definições partidárias eram caracterizadas através do contexto político que seus intérpretes vivenciavam, corroborando com a ideia de que os partidos políticos, além de estarem sendo gestados no campo da prática política, através da união de personagens em torno de um interesse comum, desenvolvia-se também no campo doutrinário, já que a própria concepção de partido político estava sendo gestada.

## 1. Partido do governo e partido da oposição: a transformação do termo partidário na imprensa do Rio de Janeiro oitocentista (1837)

### PROFECIAS

O partido que adotou o Sr. Feijó, pela sua nomeada de republicanismo e aversão à Igreja Católica Romana, fará esforços para o reeleger: haverão novas cabalas, novos ódios, novas facções, novos partidos, tumultos e desmembrações: as predições do solitário do Itajurú serão realizadas, e então o poderoso entre os poderosos da Terra virá apagar o incêndio ateado pelo partido do Sr. Feijó: ele reporá no seu antigo brilho as doutrinas da nossa religião santa, assaltadas pelo filosofismo do Sr. Feijó: preservará a Constituição do Império de um novo Enxerto de Federação Rio Grandense: fará da Monarquia Americana da Aurora e da Monarquia barata do Sr. Feijó, uma Monarquia de realidade e de salvação: reunirá as províncias divididas pelo ciúme dos partidos pró ou contra o Sr. Feijó: reviverá a liberdade de Imprensa, sem a temer nem a desejar só para si como o Sr. Feijó: será, enfim, respeitado e amado por toda a nação, e não por um partido como o Sr. Feijó[...] <sup>71</sup>.

A citação acima é datada de 1838, um ano após o recorte temporal deste capítulo.

Contudo, a linguagem emitida revela componentes interessantes para o contexto político vivenciado no ano de 1837. Se este trabalho busca traçar o processo de consolidação de um vocabulário partidário no Rio de Janeiro, qualquer sentido que redatores ou parlamentares atribuam ao termo *partido* é interessante.

O periódico *O Sete d'Abril*, com tendências políticas voltadas ao regressismo, que abordaremos no decorrer do capítulo, demonstrou, em relação ao grupo rival, uma percepção partidária, compreendendo a existência de um partido ligado aos interesses do ex-regente Diogo Antônio Feijó. O personagem que acabava de renunciar a Regência era caracterizado pelos adversários como deturpador dos preceitos cristãos, como defensor do republicanismo e agressor a liberdade de imprensa. Tais críticas, que evidentemente foram explicadas pelo *Sete d'Abril*, reuniam, nos artigos escritos pelo redator um grupo político, aqueles que eram correligionários de Feijó, um partido.

Assim, em 19 de setembro de 1837, caía o Padre Regente. Passados os fervorosos anos que permearam a primeira metade da década regencial no Brasil, daquele momento em diante, ascendeu ao poder personagens que mobilizavam um projeto político distinto do efetivado pela

<sup>71</sup> *O Sete d'Abril*, nº 517, 16/01/1838.

ala mais liberal dos moderados no início da década. Após a abdicação do Regente Diogo Antônio Feijó, que, em plena Monarquia, subiu ao poder através do voto,<sup>72</sup> personagens imbuídos politicamente de um caráter mais conservador ocuparam o Poder Executivo, sendo a Regência assumida interinamente por Pedro de Araújo Lima, nomeando para ocupar o governo antigos adversários parlamentares do renunciante. Assim, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Antônio Peregrino Maciel Monteiro, Sebastião do Rego Barros, Joaquim José Rodrigues Torres e Miguel Calmon Du Pin e Almeida, todos deputados da legislatura de 1834-1837, ocuparam os ministérios do Império, iniciando o momento denominado pela historiografia como “Período do Regresso”.

Consideramos, neste trabalho, o ano de 1837 relevante para o surgimento dos partidos políticos no Rio de Janeiro, constatação também averiguada na historiografia do período, abordada a seguir. Entretanto, julgamos que o aparecimento dos partidos ainda merece um estudo aprofundado, já que carece de uma análise que demonstre a transformação de uma linguagem não partidária para a emergência das agremiações no Rio de Janeiro. Portanto, durante este capítulo, demonstraremos como os personagens políticos do ano marcado pela abdicação de Feijó compreendiam, na imprensa e no parlamento dos deputados, a questão partidária e o contexto político que providenciava o tipo de entendimento que possuíam. Por fim, perceberemos que o período é de transição: Partido Conservador e Partido Liberal, os primeiros do Império, não se formavam neste ano.

### **Quadro 1 - Periódicos utilizados para a análise do Capítulo 1**

---

<sup>72</sup> “[...]Esta foi, em todo o período imperial, a única oportunidade que os brasileiros tiveram de escolher o homem que queriam à frente do governo do país. Também foi uma oportunidade única: a eleição ocorreu num tempo em que não havia partidos políticos organizados, nem candidatos previamente indicados – e tampouco unidade de pontos de vista. Qualquer cidadão podia ser eleito num pleito em dois turnos. Os votantes (assim eram chamados os eleitores comuns de hoje) de cada município escolhiam seus eleitores (termo aplicado aos indicados pelos votantes); estes, em assembleia na capital de cada província, votavam livremente no nome que julgavam mais apropriado para o cargo. As listas com os votos de cada província eram enviadas para o Rio de Janeiro, e ganhava quem tivesse mais voto. Neste cenário, pouco marcado por partidos políticos ou organizações nacionais, escolhia-se mais um perfil pessoal que propriamente um programa.” CALDEIRA, Jorge. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. II.

| <b>Jornais</b>                | <b>Ano de início da publicação</b> | <b>Redator</b>            | <b>Tipografia</b>  | <b>Tendência</b>              |
|-------------------------------|------------------------------------|---------------------------|--|-------------------------------|
| <i>O Republico</i>            | 1837                               | Antônio Borges da Fonseca | Typographia Imparcial  | Progressista                  |
| <i>O Sete d'Abril</i>         | 1834                               | Anônimo                   | Typographia Americana  | Regressista                   |
| <i>O Parlamentar</i>          | 1837                               | Anônimo                   | Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve e Comp. | Progressista                  |
| <i>O Dezenove de Setembro</i> | 1837                               | Anônimo                   | Typographia de J.S. Saint-Amant                                | Regressista                   |
| <i>O Regresso</i>             | 1837                               | Anônimo                   | Typographia do Diário  | Não foi possível identificar. |

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro acima, apresentamos os periódicos utilizados para o desenvolvimento deste capítulo. Com exceção do *Sete d'Abril*, todos os outros jornais foram fundados em 1837, bem como este é o único que ultrapassa um ano de periodicidade. *O Republico* é o único documento que aparece com a assinatura do redator responsável. Apesar das especulações, todos os outros são lançados através do anonimato. Já o fator de todos os jornais terem sido publicados em tipografias distintas demonstra o quanto o cenário editorial se desenvolvia no Rio de Janeiro, apesar do caráter efêmero das publicações. Deste modo, além do período apresentar um caráter de transformação das identidades políticas, também aparece como fase de transição da imprensa, que aos poucos distanciava-se dos pasquins, e se consolidava no espaço público.

### 1.2- A formação dos partidos políticos na historiografia brasileira.

A formação dos partidos políticos imperiais, sobretudo a sua composição e as características de seus personagens políticos, tem sido objeto de estudo constante no âmbito acadêmico. As primeiras análises acerca da formação dos partidos políticos advêm ainda de contemporâneos do Império. O político, publicista e jurista Joaquim Nabuco, foi um dos escritores dedicados a estudar o Brasil daquele tempo vivenciado por seu pai. Acerca da

constituição dos partidos políticos no Brasil, Nabuco indicou a ligação dos acontecimentos entre o fim do Primeiro Reinado e o início da Regência com a formação dessas organizações políticas.

Desse modo, apontou que, durante o reinado de Pedro I, o regime político desenvolvia-se e efetivava-se através do progresso de ideias liberais, que já era sensível desde a Carta de 1824, e encontrava maior expansão em 1830 com o Código Penal. Em sua ótica, caso não fosse a impaciência de exaltados, que enxergavam qualquer resistência do Imperador como despotismo, o 7 de abril poderia ter sido evitado em favor da causa democrática. Entretanto, a abdicação foi realidade e parte dos personagens que participaram do movimento tiveram que impedir que a revolução continuasse, indicando que se tornavam conservadores mesmo que tivessem participado da montagem revolucionária. Seriam estes os personagens que integravam o partido moderado, que governou o Império dos anos de 1831-1837, salvando a sociedade de um problema causado por ele mesmo.<sup>73</sup>

Joaquim Nabuco mostrou que, após a morte de Pedro I, personagens conservadores que foram contrários ao movimento, assim como liberais desiludidos pela anarquia, começaram a se retirar do partido moderado e uniram-se aos restauradores, formando a grande reação monárquica que se iniciou em 1837. Assim, uniam-se no mesmo grupo velhos reacionários do primeiro reinado, indivíduos participantes do 7 de abril e um grupo que pretendia representar a verdadeira tradição liberal do país em torno dos Andradas. Neste contexto, os dois partidos começavam as organizações, governando alternadamente o país até 1853, momento em que os partidos passaram pela Conciliação, disputando, entre eles no terreno da lealdade, a monarquia constitucional.<sup>74</sup> Em sua interpretação, não existiu, durante o Império, uma diferença sensível entre os dois partidos políticos.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> NABUCO, 1899.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 40-41.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 173.

Autores da primeira década do século XX também indicaram a formação partidária no Brasil Império. Caio Prado Junior compreendeu que, dos anos de 1837-1849, a política brasileira teria vivenciado o momento mais reacionário de sua história. Num ambiente de muitas tensões, de perda de confiança nas regências, nasceu a ideia da maioria, através da qual objetivava-se sair do período de transição e consolidar de vez as instituições. Após sua efetivação, Prado Junior revelou que todos os governos seguintes vão se imbuir de um mesmo caráter, embora com rótulos de liberal ou conservador, e essas nomenclaturas não possuíam qualquer significação, pois o direcionamento era o mesmo.<sup>76</sup>

Vicente Licínio Cardoso seguiu o mesmo sentido, determinando que os partidos políticos durante o Império, principalmente após a Conciliação de Paraná, eram apenas agrupamentos de homens políticos. As denominações, em seu estudo, eram palavras vazias de sentido.<sup>77</sup> Percepção também comungada por Nelson Werneck Sodré e Richard Graham. O primeiro constatou que o Partido Conservador foi fundado em 1837, defendendo a ordem estabelecida no Império e os privilégios de classe. Enquanto isso, o Partido Liberal teria sido composto por indivíduos que pretendiam algumas reformas na sociedade. Contudo, considerou essas divisões frouxas, pois correspondiam a uma divergência dentro de uma mesma classe.<sup>78</sup>

Já Richard Graham revelou que os grupos políticos no Brasil do século XIX não eram divididos através de lealdades partidárias ou pela ideologia, mas pelos laços pessoais. Desse modo, considerou as siglas dos partidos enganosas, seja em nível nacional, seja local. Por conta disso, o autor apontou os partidos como uma afiliação de deputados, sem compromisso duradouro com uma política ou um programa específico, sendo, até o fim do Império, imbuídos de contradições em determinadas questões.

---

<sup>76</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e Império*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 86-87.

<sup>77</sup> CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 136.

<sup>78</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 86.

Em sua perspectiva, a divisão política do Brasil era baseada nas facções paroquiais e municipais, sendo as lealdades e as ligações pessoais condutoras de todo o sistema. Assim, “[...] Essa precária qualidade dos partidos políticos serve para explicar as visíveis contradições na história política brasileira que viu os Conservadores apoiando causas liberais e os liberais votando de forma conservadora[...]”.<sup>79</sup> Nesta análise, *partido* significava facção ou clientela, e não programa político.

No entanto, questionamos neste trabalho as tendências historiográficas que apontam as contradições ou concessões partidárias como ausência de programa político ou defeito dos partidos políticos imperiais. Consideramos que as incoerências que podem ser encontradas nas agremiações da época não se diferem de outras incoerências que existem nos grupos políticos da contemporaneidade. A política, gestada por homens, é conduzida através de mudanças repentinas de posicionamento e, por muitas vezes, de consentimentos entre adversários para a eficácia do jogo político.

Nas últimas décadas, novas perspectivas acerca do próprio Período Regencial modificaram a forma de encarar a formação dos partidos no Brasil. É importante ressaltar que o contexto ainda era de transição entre o Antigo Regime e a consolidação de um Império independente. Logo, a inserção de ideias liberais torna-se um fator de extrema relevância para a compreensão da formação deste tipo de organização que só existira na modernidade.

Considerando os estudos de Marcello Basile, entre os anos 1820 e 1822, o movimento vintista português possibilitou a divulgação de ideias liberais no Brasil, ensejada pela proliferação de jornais pelo território. Assim, uma cultura política liberal se desenvolvia, discutindo questões como o constitucionalismo monárquico, o pacto social, a divisão dos poderes, os direitos do cidadão, a soberania nacional, a liberdade, e outras formas de oposição

---

<sup>79</sup> GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 198.

ao poder absoluto. Entretanto, o vocabulário não incorporava as tendências mais radicais francesas ou americanas, resultando nas bases moderadas que permearam a Independência.<sup>80</sup>

Conforme o autor, foi somente a partir dos últimos anos do Primeiro Reinado que uma linguagem radical desenvolve no país, com os liberais exaltados, uma nova facção política. O surgimento do grupo ocorre em meio a uma crise política que acontecia no Império desde a abertura do parlamento, em 1826, contra Dom Pedro I. Tanto na Assembleia Temporária, quanto na imprensa, forças da oposição lideradas pelos liberais moderados, como Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcellos e Diogo Feijó, objetivavam reformas de caráter político-institucional no país, buscando limitar o poder do Imperador, aumentar as liberdades da Câmara dos Deputados e a garantia da autonomia do Poder Judiciário.

Basile indicou que a crítica dos exaltados ia além destas reformas. Parte deste grupo defendia o regime republicano, o federalismo, a separação da Igreja e do Estado, a reforma agrária, a ampliação da cidadania em relação à renda, ao sexo e à etnia, o fim gradual da escravidão, entre outras questões sociais. Seus membros não pertenciam à elite política, tampouco à elite socioeconômica do Império. Foi na esfera pública que se formava que este grupo adquiriu destaque, sendo a imprensa e as ruas as principais zonas de ação política.<sup>81</sup> Destaca-se também que moderados e exaltados formaram um bloco de oposição ao Imperador até sua saída, em 7 de abril de 1831.

Desse modo, Marcelo Basile indicou, em seus estudos, a existência de três grupos que formavam três projetos distintos de governo no período regencial, compreendendo que o tema entrava em emergência com a abdicação de Pedro I ao trono. Sendo assim, a partir da caracterização do vocabulário político de moderados, exaltados e caramurus, o autor destacou

---

<sup>80</sup> BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, dez. 2001, p. 91-130. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2001000200091&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2001000200091&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 3 Abr. 2021, p. 92-93

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 93-94.

que os desdobramentos destes personagens políticos ao longo da década resultaram nos partidos Conservador e Liberal.<sup>82</sup>

Ainda sobre a atuação dos grupos citados acima, o historiador Marco Morel demonstrou que os personagens que compunham os exaltados, por exemplo, não obtiveram espaço dentro do poder central, uma vez que compreendiam que a revolução era um direito natural do povo contra governos despóticos. Um dos espaços de sociabilidade que esses indivíduos ocupavam era as ruas, transbordando protestos, motins e rebeliões. O grupo foi desintegrado por meio da repressão de seus adversários e pela adesão de integrantes ao Segundo Reinado, assim, grande parte dos personagens se aproximava da ala progressista dos moderados.

Já o projeto moderado, que viria ganhar espaço ao longo do Império, rejeitava o absolutismo à medida que a ideia de revolução não fosse completamente aceita: a premissa de uma liberdade limitada. Assim, eram conservadores à medida que objetivavam uma determinada transformação política sem que atingisse a ordem social. Suas perspectivas de modernidade estavam calcadas nas divisões de poderes, direitos individuais, liberdades públicas e comerciais. E utilizaram a revolução para legitimar a construção da nação em seus interesses e, em seguida, frear o processo revolucionário.<sup>83</sup>

Marco Morel também enfatizou que, sem negar totalmente o liberalismo, os restauradores, ou caramurus, possuíam uma matiz política antiliberal. Após 1831, a restauração no Brasil estava relacionada ao retorno de D. Pedro I ao Brasil, pois valorizavam a supremacia monárquica e uma aproximação com o tradicionalismo português, ou seja, um apego ao Antigo Regime. Dessa forma, caos, anarquia e revolução ganham sentidos similares. Os partidários propunham uma Constituição liberal, entretanto, outorgada pela soberania do monarca. Após a morte do primeiro Imperador do Brasil, personificavam a soberania monárquica em Pedro II. Entretanto, por forças repressivas, o grupo também é desmantelado, mas seus personagens se

---

<sup>82</sup> BASILE, 2009.

<sup>83</sup> MOREL, 2016.

aproximam dos moderados regressistas. Logo, a engrenagem nacional centralizadora pautada na ordem social não foi derrotada, e, sim, regenerada com o pertencimento de muitos integrantes aos hostes do poder.<sup>84</sup>

Na percepção de Basile, o projeto político caramuru se baseava na recusa em qualquer proposta de reforma na Constituição de 1824, pois o grupo compreendia o documento como liberal o suficiente. Assim, o modelo era de uma Monarquia constitucional altamente centralizada, até mesmo autoritária – um liberalismo de vertente conservadora. Eles defendiam as instituições firmadas por D. Pedro I, como o Poder Moderador, o Conselho de Estado e o Senado Vitalício. E entendiam o federalismo como características de governos democráticos e republicanos, opostos à realidade do Brasil, onde predominava-se o elemento aristocrático. De outro modo, o autor problematiza a afirmação de historiadores que determinaram este grupo como iminente restaurador, uma vez que nem todo caramuru defendia o retorno de Pedro I ao trono. Assim, a restauração que defendiam era mais em relação a um modelo político do que ao soberano em si – uma oposição à regência e aos projetos moderados.<sup>85</sup>

É nesse sentido, a partir do processo que envolveu o desmantelamento dos grupos exaltado e caramuru, que consideramos necessária a análise dos embates políticos entre regressistas e progressistas, que surgiram de uma divisão do grupo moderado, objetivando elucidar a trajetória e a construção dos principais partidos políticos que atuaram ao longo do Segundo Reinado. Assim, considerando os estudos de Marcello Basile, entende-se que os principais acontecimentos no âmbito legislativo que marcaram a Regência - como a autonomia do parlamento, a criação da Guarda Nacional e as reformas liberais - resultaram na construção dos partidos liberal e conservador em momento posterior.<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> Ibidem.

<sup>85</sup> BASILE, Marcello. Os reacionários do Império: a imprensa caramuru no Rio de Janeiro. *Dimensões*, Vitória, v. 10, p. 167-189, jan/jun 2000.

<sup>86</sup> BASILE, 2009. Marcelo Basile também assevera que os propugnadores do regresso defendiam uma Monarquia constitucional centralizada, com concentração de poderes no Parlamento e no Executivo. Enquanto os partidários

José Murilo de Carvalho também apresentou o surgimento nestes termos, em sua análise, até o ano de 1837 ainda não era possível falar acerca de partidos políticos no Brasil. Para o autor, foram as consequências da descentralização produzida pelo Ato Adicional de 1834 e o Código de Processo Criminal de 1832 e as rebeliões que ocorreram nas províncias durante a Regência que iriam possibilitar a formação dos partidos liberal e conservador. Logo, o Partido Conservador teria surgido de uma coalizão de antigos moderados e restauradores, sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcellos, que propunha uma reforma das leis descentralizadoras, movimento conhecido como Regresso. Já os defensores destas leis teriam também se organizado, nomeando seu grupo como Partido Liberal.<sup>87</sup>

De outro modo, indicou que as divergências entre liberais e conservadores, durante seus anos de existência, giravam em torno quase exclusivo das ideias centralizadoras ou descentralizadoras. Os primeiros defendiam uma maior autonomia provincial, uma justiça eletiva, a separação entre justiça e polícia e a redução das atribuições do poder moderador. Já os conservadores preferiam o fortalecimento do centro nacional, o controle centralizado da magistratura e da polícia e o fortalecimento do Poder Moderador.<sup>88</sup>

Já na percepção de Miriam Dolhnikoff, a partir de 1837, o Partido Conservador foi organizado pelos personagens que buscavam revisar as reformas do início da década, enquanto isso, seus defensores se agrupavam em torno do Partido Liberal. Entretanto, compreende que tais divergências devem ser encaradas com certo cuidado, uma vez que estes antagonismos não eram irreduzíveis. A historiadora destacou que a revisão que os conservadores buscavam possuía conteúdo diverso dos que eram contrários ao Ato Adicional e ao Código de Processo

---

do progresso defendiam a autonomia provincial, a prevalência do Legislativo sobre o Executivo e a restrição do Poder Moderador.

<sup>87</sup>CARVALHO, 2008, p. 204.

<sup>88</sup>Ibidem, p. 206.

Criminal nos anos de 1832 e 1834. Os conservadores, nesse novo momento, contestavam as reformas liberais no sentido judiciário, não prejudicando o cerne do pacto federativo.<sup>89</sup>

As elucidações acima indicam o cenário do Brasil Império que possibilitou a formação dos partidos políticos, que, em suma, revelam que as movimentações políticas dos últimos anos do governo de Pedro I e do período regencial como transformadoras dos grupos políticos. À luz da concepção de Giovanni Sartori,<sup>90</sup> o Brasil Império era movimentado, naqueles momentos, por facções políticas.

Sem comprometimento com a consolidação das instituições recém-fundadas, moderados e exaltados buscaram modificar a organização política, mobilizando a queda do primeiro imperador. Já na década de 1840, os estudos apontam que o Partido Liberal e o Partido Conservador eram realidade no cenário político do Rio de Janeiro. Neste estudo, compreendemos que, para que isso ocorresse, uma aceitação da concepção de *partido* teve que ocorrer na linguagem política da elite da Corte.

Em meio à discussão sobre a construção das identidades políticas, Manoel Nunes Cavalcanti Junior demarcou o ano de 1835 como “um divisor de águas” da política imperial. De acordo com o autor, nesse contexto, as assembleias provinciais começaram seus trabalhos decorrente a aprovação do Ato Adicional. Os liberais moderados que se perpetuaram no poder durante a maioria do período regencial estavam divididos, pois alguns estavam insatisfeitos com as reformas. Além disso, o autor revela que o embate entre *regressistas* e *progressistas* teve início com a abertura dos trabalhos legislativos daquele ano, com dois grandes nomes moderados representando cada lado: Evaristo de Veiga, no campo do progresso, e Bernardo Pereira de Vasconcellos, como “apóstolo do Regresso”.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> DOLHNIKOFF, 2005, p. 130-131.

<sup>90</sup> SARTORI, 1982.

<sup>91</sup> CAVALCANTI JUNIOR, 2015.

Em relação às diferenças que marcavam estes dois grupos que surgiam na arena parlamentar, Ilmar Mattos revelou que progressistas, que logo depois tornaram-se liberais, possuíam um ponto de vista quantitativo de liberdade como fator de união, compreendendo, a nação como um conjunto de indivíduos, e o Império, como associação política do povo.<sup>92</sup> Já os regressistas pautavam-se num conceito qualitativo de liberdade, deslocando-se do conceito revolucionário, igualitário e quantitativo, que se parecia com a desordem nos primórdios da regência. Assim, permitia que “[...]a desigualdade natural entre os homens se desdobrasse em desigualdade na sociedade, reservando a cada indivíduo um lugar distinto[...]”.<sup>93</sup>

A bibliografia apontada não se preocupou em reconhecer a transição conceitual dos partidos no Império, compreendendo a linguagem política dos personagens que os formaram, assim como a aceitação do termo perante os personagens. Estima-se, de modo geral, que os partidos políticos surgiram em 1837, no Rio de Janeiro, através da introdução da política do regresso no poder. No entanto, qual teria sido a linguagem que providenciou esta formação? Como que os partidos começaram a serem reconhecidos como organizações institucionais no vocabulário político da época?

Considerando as perspectivas historiográficas destacadas, o ano de 1837 surge como um momento relevante para a formação dos partidos políticos no Império. Desse modo, este capítulo busca compreender o sentido partidário no ano citado, demonstrando o vocabulário que possibilitou a inserção das agremiações no jogo político da época.

### 1.3- Debate político e construções de identidades no governo do Padre Regente

Foi durante a Regência que os legisladores tiveram a oportunidade de concretizar a primeira reforma na Constituição. Além das medidas descentralizadoras, como a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, promovendo maior autonomia legislativa para as

---

<sup>92</sup> MATTOS, 1987, p. 138-139.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 149.

localidades, destacamos um aspecto que determinava os próximos passos políticos naquele momento:

Art. 26. Se o Imperador não tiver parente algum que reúna as qualidades exigidas no art. 122 da Constituição, será o Império governado, durante a sua menoridade, por um Regente eletivo e temporário, cujo cargo durará quatro anos, renovando-se para esse fim a eleição de quatro em quatro anos.<sup>94</sup>

Dessa forma, se estabelecia uma das reformas constitucionais implementadas pelo Ato Adicional de 1834, ou a Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Desde a abdicação de Dom Pedro I ao trono, coube à Assembleia Geral determinar como se conduziria o Império enquanto perdurasse a menoridade do sucessor ao trono, uma vez que este só possuía seis anos quando a coroa foi deixada. Assim, no ano de 1835, foi eleito o primeiro regente uno no Brasil, através de um processo de eleição direta, onde os eleitores que estavam aptos escolheram o principal componente do Executivo para um governo que duraria quatro anos, momento inédito que levaria a historiografia a interpretar o período pela sua “experiência republicana”.<sup>95</sup>

Este contexto marcou o início da cisão entre os moderados, dividindo-se ao longo dos debates parlamentares e na imprensa, através de *regressistas* e *progressistas*. O primeiro grupo, buscando a revisão das reformas adotadas, enquanto o segundo demonstrava que o progresso do país dependia da legitimidade delas. O governo de Diogo Antônio Feijó, sobretudo seu fim, é bastante relevante para compreender a formação partidária no Império, já que é nesse momento que o termo *partido* começa a tomar conotação relevante na arena política e a divisão entre dois grupos torna-se cada vez mais evidente nos documentos.

Perspectivas clássicas da historiografia já salientaram a atuação dos liberais moderados desde o momento em que formaram oposição a Pedro I e o exercício destes personagens nos governos regenciais. Na ótica de Tarquínio de Sousa, com o triunfo dos liberais em 1831,

---

<sup>94</sup> Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html#:~:text=1%C2%BA%20O%20direito%2C%20reconhecido%20e,titulo%20de%3A%20Assembl%C3%A9ias%20Legislativas%20Provinciais>. Acesso em: 16/08/2021.

<sup>95</sup> MOREL, 2003, p. 29.

assinalava-se o perigo revolucionário. Assim, num colapso da disciplina e da ordem que levava o país à anarquia, homens como Diogo Feijó, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Honório Hermeto e Evaristo empenharam-se numa luta heroica. Entretanto, no momento da escolha do nome de Diogo Antônio Feijó para a Regência, os moderados já se encontravam divididos.

O núcleo do grupo, composto pelos mesmos Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Honório Hermeto, e Rodrigues Torres, entrou em divergência em relação aos rumos políticos e ao nome do postulante ao Executivo. Vasconcellos, que objetivava parar o carro revolucionário e fortalecer a autoridade, pode ter sido o primeiro a abandonar o partido moderado, esboçando logo a sua política do regresso, buscando apoio de restauradores, que perderam a razão de existir após a morte de Pedro I. Otávio Tarquínio de Sousa também aponta que o contexto futuro dar-lhe-ia razão e o Segundo Reinado asseguraria o poder ao elemento conservador.<sup>96</sup>

Já em uma análise um pouco mais recente, Magda Ricci compreendeu que, no início da década de 1830, o discurso do futuro regente teria ganhado força no parlamento, levando-o ao Ministério da Justiça após a abdicação.<sup>97</sup> Para a autora, o personagem foi de suma importância para a conservação da Regência, criando instituições como a Guarda Nacional, salvando a Corte da anarquia social. Em seguida, a Guarda Municipal dos Permanentes, como também a sua participação ativa na elaboração do Código Criminal.<sup>98</sup> Assim, após assumir a Regência, o personagem buscou formar um gabinete num sentido *apartidário*, denominando-o de *gabinete dos instintos*, mas muitos antigos opositores não aceitaram o convite para a composição, formando um ministério não muito popular.<sup>99</sup>

---

<sup>96</sup> SOUSA, 2018, p. 225 e 244-245.

<sup>97</sup> RICCI, Magda Maria de Oliveira Ricci. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 287.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 315.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 348-349.

Assim, Diogo Antônio Feijó foi eleito e se tornava o principal político do Império naquele momento, suas atitudes, durante toda sua trajetória política e religiosa, giraram em torno de polêmicas. Interessando este trabalho principalmente o Período do Regresso, inaugurado em 1837, cabe aqui salientar os temas que foram destaque no ano estudado, compreendendo que tais temáticas estavam no vocabulário crítico de seus adversários momentos antes do fim de seu governo. Demonstraremos também como estes temas fizeram parte da formação de um vocabulário político partidário naquele tempo.

Consideramos que o contexto político possibilitou uma oportunidade linguística de crítica por parte dos regressistas no ano ressaltado. Primeiramente, a relação do regente com a Igreja Católica e, respectivamente, as deflagrações que ocorriam internamente no Império, sendo a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, o maior exemplo de dissensão da época. As fontes analisadas demonstraram que os críticos do governo transformaram o cenário em questão partidária, dividindo-se nestes temas.

Acerca do primeiro objeto, Otávio Tarquínio de Sousa ressaltou o contexto problemático que vivia o Brasil com Roma. Conforme o autor, em março de 1833, o padre Antônio Maria de Moura foi nomeado bispo do Rio de Janeiro. No mesmo ano, o ministro do Brasil em Roma, que era Luís Moutinho Lima Álvares e Silva, informou que a Santa Sé negou a expedição das bulas e a confirmação do bispo. Entre os motivos do papa, estavam as opiniões contrárias sustentadas por Moura aos santos cânones, particularmente, a defesa da abolição do celibato.<sup>100</sup> Diogo Antônio Feijó foi contrário à ordenação vinda do centro episcopal, e as

---

<sup>100</sup> Para Otávio Tarquínio de Sousa, a proposta de abolição do celibato defendida por Feijó justificava-se pelo escândalo vivenciado no Brasil, onde muitos padres exibiam amantes e filhos. Nos debates empreendidos pelo padre, questionava se o celibato se constituía como preceito divino, de instituição apostólica, ou se era apenas uma antiga lei disciplinar da Igreja. Entretanto, o autor salienta que não era tanto escandaloso como se pensa tal posicionamento de Feijó, uma vez que o direcionamento se encontrava de acordo com seus contemporâneos que vislumbravam uma educação igual à sua. O personagem era regalista, assim como os mais notáveis políticos e estadistas do Império. Portanto, não estava sozinho e tinha continuadores (SOUSA, 2015).

características de seus princípios em relação à religião e à própria política justifica seu posicionamento e seus conflitos diante da igreja.

De acordo com Magda Maria de Oliveira Ricci, Feijó intitulava-se católico romano. Todavia, era contra o celibato dos padres, contra a entrada de frades e freiras estrangeiros no Brasil e defensor da ideia que era o Estado, e não a Santa Sé, quem deveria guiar as questões eclesiásticas no Brasil.<sup>101</sup> Além disso, enxergava a Constituição Eclesiástica como a continuação das reformas que ocorriam na Constituição civil. Assim, a Igreja Católica poderia ser reformada pelo parlamento, baseado na Carta de 1824.<sup>102</sup>

Acerca desse ponto, Gustavo Souza de Oliveira salientou que Feijó e seus aliados, também padres, acreditavam que a religião deveria contribuir com a política e, por isso, não deveria se subordinar a um poder central – o Vaticano, no caso. Assim, estes personagens não disputavam com ultramontanos um modelo de reforma da Igreja Católica, mas defendiam uma espécie de religião civil, que deveria fortalecer o Estado. Diogo Feijó via certas práticas ortodoxas como uma espécie de resquícios do poder absoluto, e o celibato era uma dessas medidas que necessitavam de alteração, e considerava que o papado preservava essas tradições construídas de forma autoritária. Sendo assim, o regente acreditava numa espécie de pluralidade de catolicismo, distinto do “centralismo papal”, que vigorava com o Vaticano. O catolicismo

---

<sup>101</sup> RICCI, p. 20.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 291.

como religião civil<sup>103</sup> era, em sua perspectiva, o caminho para a formação da identidade nacional brasileira.<sup>104</sup>

Na percepção de Miriam Nomura, o político estava inserido num movimento intelectual que marcou o século XIX, formado por católicos liberais que objetivavam um projeto reformista em vista da causa da Independência, cujo objetivo era o maior apego aos elementos nativos e à superação das raízes ibéricas. Ademais, “[...]a partir da apropriação dos ideais liberais, intentava-se, sob a égide do regalismo, estabelecer uma igreja nacional, comprometida com as peculiaridades do país”.<sup>105</sup>

Ana Rosa da Silva e Thaís Carvalho demonstram que a geração de clérigos que conviveu com o processo de formação do Estado nacional brasileiro era derivada de um liberalismo cristão e regalista, cujo principal representante era Feijó. Dessa maneira, buscando um Estado soberano e uma Igreja nacional, esses clérigos fizeram proposições legislativas contra a entrada de frades e freiras no Império e defenderam a tolerância religiosa para acatólicos, compreendendo como agentes necessários para a civilização. Sendo assim, o regente teria sugerido, em algumas ocasiões, o convite para que os irmãos morávios educassem indígenas no Brasil.<sup>106</sup>

---

<sup>103</sup> Miriam Nomura, utilizando um artigo do periódico *Correio Oficial*, que estabelece um padrão para a religiosidade do período, argumenta que conseguimos notar o campo simbólico do tema para o Brasil Império naqueles anos: “A religião, reconhecida como parte essencial do homem, está veiculada muito mais a uma conduta moral do que as obrigações ritualísticas ou ao cumprimento de normas. Valoriza-se mais a razão do que o sentimento religioso. Virtuoso não é aquele que vive cercado por regras, mas aquele que está comprometido com seu próximo. O dever dos homens está muito mais relacionado ao desempenho de suas responsabilidades na sociedade.” Destaca-se, desse modo, que a religião se tornava mais prática, e menos mística. NOMURA, Miriam do Prado Giacchetto Maia. *Os relatos de Daniel Kidder e a polêmica religiosa brasileira na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011, p.28.

<sup>104</sup> OLIVEIRA, Gustavo Souza de. “Eu sou católico romano, mas não sou ultramontano, nem papista”: Pe. Diogo Antônio Feijó e o catolicismo com Religião Civil. *Caminhos da História*, Montes Claros, v. 24, n. 2, jul/dez de 2019.

<sup>105</sup> NOMURA, 2011, p. 65-66.

<sup>106</sup> “Segmento protestante que originou-se como movimentos de seguidores de João Huss na Comunidade de Irmãos, na Boêmia, por volta de 1453. Com a proibição do protestantismo na Morávia, em 1627, o movimento se deslocou, ressurgindo na Saxônia, liderado pelo conde Nicoleus Ludwig von Zizendorf, institucionalizando-se sob o nome de Igreja Morávia ou Unitas Fratrum, dando início às missões evangelizadoras. O trabalho dos Morávios ficou conhecido no Brasil, principalmente, pelas realizações com os índios na América do Norte. Os irmãos morávios acreditavam que deveriam cumprir somente as leis descritas nas sagradas escrituras e não as ordens da Igreja Católica.” SILVA, Ana Rosa Clochet da; CARVALHO, Thaís da Rocha. Ultramontanismo e protestantismo

Logo, num país onde o político e o religioso não possuíam independência prática entre eles, o posicionamento contrário aos preceitos estruturados na sociedade causava debates na imprensa e na Câmara dos Deputados. Algumas vezes, tais opiniões apareciam com a ideia de “partido”.

Outro aspecto que tencionava o governo de Feijó desde o início de seu mandato e que auxiliou na construção de um vocabulário partidário no Rio de Janeiro, foi os levantes que ocorreram em variadas províncias do país. A respeito disso, Bruno Magalhães contextualizou o cenário relatando que os presidentes das províncias de Sergipe e Rio Grande do Norte estavam impossibilitados de cumprirem a lei, que previa a supressão de algumas vilas com o medo de que desencadeassem uma reação popular.

Em Alagoas, magistrados encontravam sua integridade física e funcional ameaçada. No Mato Grosso, diversas desordens acabavam de resultar a deposição do presidente. Desde 6 de janeiro de 1835, o Pará se encontrava em revolução, denominada “Cabanagem”, travada entre apoiadores de Malcher e Vinagre. Durante este tempo, a província esteve quase desligada da comunidade brasileira, entregue aos conflitos. Ademais, outras províncias vivenciavam o estado de insegurança, com uma série de furtos, roubos e assassinatos acontecendo constantemente nas localidades.<sup>107</sup>

O Sul parecia vivenciar o pior cenário para a integridade do Império. Morel salienta que nenhum outro momento na História do Brasil imperial presenciou tanta violência social e política num curto espaço de tempo como a Regência, e a Revolta Farroupilha, ou República Riograndense, que durou dos anos de 1835 a 1845, é um grande exemplo disso. Conforme o

---

no Brasil regencial: uma análise da crítica panfletária dos padres Perereca e Tilbury à missão metodista no Brasil. *Almanack*, Guarulhos, n. 15, p. 143-182, 2016.

<sup>107</sup> MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Visconde de Abaeté*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1939, p. 61-62.

autor, estanceiros, caudilhos e liberais exaltados proclamaram a República no Rio Grande do Sul, chegando a convocar uma Assembleia Constituinte e leis próprias.<sup>108</sup>

Miriam Dolhnikof revela que esse movimento foi repleto de motivos que levaram ao descontentamento da elite gaúcha, sendo o primeiro deles o objetivo em depor o presidente de província. A rebelião só assumiu o caráter separatista quando o governo central decidiu pela repressão aos revoltosos, antes disso, o próprio líder da primeira fase do movimento, Bento Gonçalves, demonstrava seu comprometimento com a Monarquia.<sup>109</sup>

A análise das fontes indica que, durante o governo de Feijó, as identidades foram sendo diluídas cada vez mais, à medida que o grupo moderado deixaria de existir. As divergências em torno da religião e da intervenção dos levantes fizeram parte do vocabulário político daquele momento, e seus interlocutores as utilizavam para diferenciarem seus grupos. Se em 1835 houve, no parlamento, os primeiros indícios de uma distinção entre regressistas e progressistas, durante o governo Feijó, tais posicionamentos se firmaram ainda mais, sendo a figura do personagem a chave para as diferenciações. Contudo, os dados também revelam que a maior efervescência em relação à citação destas identidades ocorreu após a renúncia do padre, sendo o cenário de oposição dos progressistas e o ingresso efetivo da política do regresso, um marco importante para a configuração partidária do império.

Assim, buscamos encontrar os primeiros vestígios linguísticos que deram base à formação dos partidos políticos Liberal e Conservador nos anos posteriores. Ao longo do exame, perceberemos que muitas caracterizações entre os grupos se encontram neste percurso, através de acusações, de ligações que possuíam com outros indivíduos, como também da própria diferença que gostariam de salientar diante os adversários. Desse modo, nas próximas páginas, encontraremos o contexto de disputas linguísticas na política do Rio de Janeiro, sendo a autoridade que os indivíduos exerciam diante da realidade um aspecto decisivo para a escolha

---

<sup>108</sup> MOREL, 2003, p. 64.

<sup>109</sup> DOLHNIFOK, p. 206.

do vocabulário que emitiam. Regressistas e progressistas, ou conservadores e liberais, se encontravam em construção no âmbito linguístico.

### 1.3.2- A linguagem política na imprensa: perspectivas de governo e oposição (1837)

Neste momento, destacaremos uma das críticas direcionada a Diogo Antônio Feijó no início do ano de 1837. Buscando findar o seu governo, a oposição circulou ideias com fins de desqualificá-lo, entre elas, a acusação de que o regente e seus apoiadores angariavam o republicanismo. Para isso, serviram do posicionamento do governo diante de algumas medidas e da aproximação do personagem com indivíduos de passado exaltado.

Para iniciarmos a análise da linguagem política daquele momento, destacamos as características dos personagens políticos que ocupavam as cadeiras ministeriais, já que consideramos a crítica a esses ministérios como algo importante para o desenvolvimento das identidades políticas. Ademais, perceberemos o que o perfil dessa elite representava para o contexto da época.

**Quadro 2** – Perfil social dos ministros do Gabinete de 1 de novembro de 1836 e 16 de maio de 1837

| <b>Personagem</b>                 | <b>Data de nascimento</b> | <b>Local de nascimento</b> | <b>Formação</b>   |
|-----------------------------------|---------------------------|----------------------------|---|
| Antônio Paulino Limpo de Abreu    | 22/09/1798                | Lisboa                     | Bacharel em Direito – Universidade de Coimbra                     |
| Manuel da Fonseca Lima e Silva    | 10/06/1793                | Rio de Janeiro             | Militar – Academia Militar  |
| Manuel Alves Branco               | 07/06/1797                | Bahia                      | Bacharel em Direito e Ciências naturais – Universidade de Coimbra |
| Manuel Nascimento Castro e Silva  | 25/12/1788                | Ceará                      | Não há dados  |
| Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja | 1798                      | Bahia                      | Direito – Universidade de Coimbra                                 |

|   |            |                          |   |
|---|------------|--------------------------|---|
| João Vieira de<br>Carvalho              | 16/11/1781 | Olivença                 | Engenharia e<br>Matemática –<br>Real Colégio dos<br>Nobres<br>Militar |
| Salvador José<br>Maciel                 | 27/11/1781 | Lisboa                   |   |
| Francisco Gê<br>Acaiaba de<br>Montezuma | 23/03/1794 | Bahia                    | Bacharel em Leis<br>– Universidade<br>de Coimbra                      |
| José Saturnino<br>da Costa Pereira      | 22/11/1773 | Colônia do<br>Sacramento | Bacharel em<br>Matemática -<br>Universidade de<br>Coimbra<br>Militar  |
| Tristão Pio dos<br>Santos               | 1773       | Colônia do<br>Sacramento |   |

Fonte: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883; SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

Optamos por apresentar, de forma conjunta, os últimos ministérios do Regente Diogo Antônio Feijó, pois a linguagem dos jornais estudados envolve o contexto em que tais indivíduos estavam no comando. O primeiro fator curioso a ser notado, é a existência de cinco personagens que haviam nascido fora do território brasileiro nesses dois últimos ministérios feijoistas. Fora estes, a representação recaía majoritariamente na região Norte, sobretudo na Bahia, província que entregou grandes nomes na política brasileira. Assim, metade advinha de fora do Brasil, e a outra metade quase que totalmente do Norte, com a exceção de Lima e Silva, nascido na província do Rio de Janeiro.

José Saturnino da Costa Pereira e Tristão Pio dos Santos eram os indivíduos mais velhos, os únicos sexagenários dos ministérios, bem como, nascidos fora do território brasileiro. No entanto, considerados brasileiros adotivos, assim como José Maciel e Limpo de Abreu. Manuel Alves Branco, futuro Visconde de Caravelas, era o indivíduo mais jovem, possuindo na época 40 anos de idade. Assim, todos já haviam atingido a fase adulta desde o estabelecimento do Brasil independente.

Se considerarmos os estudos de José Murilo de Carvalho, tais personagens apresentam as características da elite política dos primeiros anos do Brasil Império. Para o autor, a formação

intelectual, principalmente na Universidade de Coimbra, a ocupação de cargos e a carreira política foram fatores importantes para distinguir as elites políticas do restante da população, resultando em certa homogeneidade ideológica.<sup>110</sup>

Nesta perspectiva, dos nove personagens ressaltados, cinco obtiveram formação na Universidade de Coimbra e quatro possuíram formação militar, dentro ou fora do Brasil. Já em relação a Manuel Nascimento Castro e Silva, não obtivemos informações acerca de sua formação. Entretanto, Blake apontou em sua carreira uma trajetória na magistratura, como tabelião e escrivão.<sup>111</sup>

Assim, a investigação da vida política destes personagens nos revelou que todos eles possuíam experiência na vida pública, em cargos eletivos ou não. Antes que pudesse atingir o cargo de Ministro, Manuel Nascimento Castro e Silva foi presidente da província do Rio Grande do Norte, deputado de Cortes portuguesa e deputado geral nas primeiras legislaturas. O mesmo percurso se percebe com Antônio Paulino Limpo de Abreu, que atuou por diversos cargos da magistratura e foi deputado e presidente pela província de Minas Gerais.<sup>112</sup>

Gustavo Pantoja exerceu o cargo de juiz de fora, ouvidor e desembargador na província de Pernambuco, e foi eleito deputado geral pela província de Alagoas. Trajetória semelhante ao de Manuel Alves Branco, que foi juiz de fora na província da Bahia e na Corte e deputado geral. Longa jornada política em cargos públicos foi também a de Francisco Montezuma, o personagem atuou na Câmara Municipal da Bahia ainda nos tempos coloniais, foi deputado da Constituinte e deputado geral pela sua província natal.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> CARVALHO, 2008.

<sup>111</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

<sup>112</sup> Ibidem.

<sup>113</sup> Ibidem.

Por fim, ressaltamos outras características semelhantes dos outros quatro indivíduos. Manuel da Fonseca Lima e Silva, João Vieira de Carvalho (Conde de Lages), Salvador José Maciel e Tristão Pio dos Santos, eram militares de grande relevância para o Império, já que todos atuaram em combates em defesa da independência nacional e da ordem do Império, como os movimentos contestadores ao 7 de setembro e a Guerra da Cisplatina. Além disso, tais nomes atingiram cargos elevados do âmbito militar: Conde de Lages foi Tenente Geral do exército e era senador desde 1829; Salvador Maciel foi presidente de província, diretor da Escola Militar e Brigadeiro do exército, responsável pela condenação de Frei Caneca à morte; Tristão Pio dos Santos foi vice-almirante do Império; e Lima e Silva, por fim, era um combatente renomado da década de 1820. A presença deste último personagem era um problema simbólico para o governo, já que era irmão de João Manuel de Lima e Silva, militar revolucionário da farroupilha no Rio Grande do Sul.<sup>114</sup>

Deste modo, todos os militares presentes no ministério ocuparam altos postos, ou atuaram de forma expressiva nos combates importantes para a construção nacional. Assim, se grande parte obteve formação intelectual estrangeira antes de atingir cargos públicos, a outra parte obteve participação e destaque em âmbito militar. Em comum, todos os nove personagens ocupavam postos institucionais desde o início do Brasil independente, logo, ressaltamos o comprometimento que possuíam com a ordem desde o início da construção nacional. E por isso, é necessário o cuidado em entendê-los através da perspectiva de seus adversários, que os julgavam *republicanos* por terem participado de movimentos revolucionários ou até mesmo por serem próximos de personagens que teriam atuado em tais agitações.

O cenário político que se encontrava o Império, no início do ano de 1837, no vocabulário político da imprensa da Corte, era conturbado. Até mesmo periódicos políticos aliados ao governo destacavam o mau estado da situação governativa. A exemplo disso, o periódico *O*

---

<sup>114</sup> Ibidem.

*Republico*, defensor da regência de Diogo Antônio Feijó, estampava, em sua epígrafe, a frase: “Estamos ao pé do abismo.”<sup>115</sup> O seu retorno<sup>116</sup> à imprensa da Corte chamou a atenção de um adversário bastante incisivo, que nos permite indicar o início dos conflitos linguísticos que identificamos na imprensa do Rio de Janeiro naquele momento.

Consideramos importante ressaltar que, nos primeiros anos de publicação do periódico, seu redator possuía um direcionamento intelectual firmado em Rousseau. Na própria epígrafe da folha, estampava-se o seguinte trecho de sua clássica obra *Do Contrato Social*: “Povos livres, lembrai-vos desta máxima – A liberdade pode-se adquirir; mas depois de perdida, não se pode recobrar”. Acerca da difusão deste ideário no Brasil imperial, Marcello Basile demonstrou que os políticos exaltados do início da década, inspirados em Rousseau, compreendiam que a liberdade deveria ser acompanhada de certa igualdade, ultrapassando as perspectivas dos moderados, que, seguindo os postulados clássicos de Locke, Montesquieu e Guizot, acreditavam numa igualdade jurídica. Para os exaltados, a liberdade, em conjunto com a igualdade, também deveria possuir conteúdo social.<sup>117</sup>

No ano de 1837, o *Republico* reaparece sendo publicado na Typographia Imparcial às terças, quintas e sábados. Não possuía assinaturas e vendiam-se os números avulsos a 80 réis. O seu retorno indicava uma postura diferente daquele redator que encerrou seus trabalhos no Rio de Janeiro em 1831, momento em que se aliou aos moderados e deixava o terreno da exaltação. Assim dizia o publicista meses após o 7 de abril:

---

<sup>115</sup> *O Republico*, nº 1, 19/01/1837.

<sup>116</sup> O jornal apontado passou a circular na Corte em 1830, na tipografia da Ástrea, na Rua do Sacramento, nº23, com o preço avulso a 40 réis. Já em 1831, subiu para 120 réis, com assinatura de 2\$000 trimestralmente. Mais tarde, começou a ser publicado na tipografia de R. Ogier, na Rua da Cadeia, nº142, com o preço de 80 réis. Ao analisar o impresso, percebemos que os vocábulos *liberdade*, *soberania*, *direito* e *resistência* constituíam-se como conceitos caros ao redator. Ao longo de seus anos de publicista, também utilizou outros termos como *federalismo*, *lei* e *constituição* para interpretar a realidade política que vivenciava e formular um projeto político adequado para o Império. O redator do periódico, Antônio Borges da Fonseca, utilizou a folha, de forma bem-sucedida, como instrumento de sua batalha política. E, por isso, é considerado como um dos principais publicistas que participaram do evento da abdicação de Pedro I na arena dos escritos. Para um estudo mais aprofundado acerca do personagem e do próprio jornal no início da década de 1830, verificar: SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória d’O Republico no fim do primeiro reinado e início da Regência*: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832).

<sup>117</sup> BASILE, 2001, p. 109.

É tempo pois de descansarmos tranquilos e vigilantes a sombra da árvore da liberdade, é tempo de termos inteira confiança nos governantes [...]  
 [...] Aos bons brasileiros, aos verdadeiros amigos da liberdade incube hoje trabalharem de comum acordo para **serenar os espíritos exaltados**, e paralisar aos anarquistas. A lei deve ser o nosso norte: em seu nome temos o atual governo, cumpre respeitá-lo e obedecê-lo<sup>118</sup>[grifos nossos].

Após a abdicação de D. Pedro I e a organização dos moderados no poder, Antônio Borges da Fonseca firmou suas alianças com este grupo. Todavia, seis anos mais tarde, mudaria de linguagem, insatisfeito com os resultados políticos. Relembrando seus momentos de exaltação política nos tempos do antigo Imperador, na primeira edição de retorno do *Republico*, o publicista questiona: “[...]o que se tem feito? Por que se não tem cumprido a nossa promessa? Nós sossegamos[...]”.<sup>119</sup> Na opinião do personagem, desde então, as circunstâncias teriam piorado, e a culpa recaía sobre o parlamento, que era majoritariamente composto pela oposição, pois, “[...]a administração atual está sob a direção de um braço forte, de um cidadão que entendeu e entende os princípios da revolução[...]”.<sup>120</sup>

Durante sua exposição, dizia “estar autorizado” para falar com franqueza, pois os revolucionários, com generosidade reconhecida, haviam servido no momento da revolução, protegeram e nunca aceitaram favores pelos serviços que prestaram. Relatava que a oposição que estava acusando o regente de pretensões republicanas não deveria reclamar, pois a República poderia ter sido proclamada em abril de 1831, ou em outro momento em que o regente quisesse, e não o fez. Para ele, só os antigos exaltados poderiam se queixar diante da realidade política, já que o regente tratava a oposição regressista com verdadeira moderação.<sup>121</sup>

O periódico *Sete d’Abril*, ferrenho opositor de Feijó e do próprio 7 de abril, com muita ironia, questionou a “autorização” de Antônio Borges da Fonseca para fazer tais clamores republicanos na imprensa. Na verdade, a rivalidade entre esses impressos iniciou antes da volta

<sup>118</sup> *O Republico*, nº 79, 21/06/1831.

<sup>119</sup> *O Republico*, nº 1, 19/01/1837.

<sup>120</sup> *Ibidem*.

<sup>121</sup> *Ibidem*.

da circulação do *Republico*, que só ocorreu após seu redator passar pela redação do *Paquete do Rio*.<sup>122</sup>

Ao anunciar a troca da redação do *Paquete*, o redator do *Sete* identificava que esse personagem pertencia aos antigos revolucionários do início da década que não haviam ainda descreditado dos princípios republicanos e democráticos. No decorrer de seus argumentos, revelou que tal posicionamento político também o teria atingido desde seus primeiros contatos com os estudos da política e que, durante a juventude até a saída de Pedro I do trono, obtinha essas convicções.

Contudo, a experiência do governo daqueles últimos anos teria transformado seu pensamento e seguiu em direção ao monarquismo, e que não via a hora de tornar-se maior o Imperador. No mesmo número, salientou a mensagem de seus correspondentes acerca da transformação da redação do *Paquete* e de seus princípios republicanos, pedindo para que queimassem a edição que circulou. Da mesma forma, comemorou a interrupção das publicações por parte de M. Ogier, que desfez a venda.<sup>123</sup>

Quando o *Republico* surgiu novamente no cenário editorial da Corte, o redator do *Sete d'Abril* relatava que, caso defendesse as doutrinas que pregava este jornal, ou seu antecessor, o *Paquete do Rio* provavelmente seria perseguido pelas autoridades. Contudo, Borges da Fonseca

---

<sup>122</sup> O *Sete d'Abril* verificava a passagem da seguinte forma: “O *Paquete* cessou de pertencer a Mr. Ogier; hoje é redigido por um anônimo que vem defender o Instinto[...] parece-nos pertencer ao círculo desses (bem poucos) que, depois de terem concorrido para a Revolução de Abril, vendo os desatinos e desacertos dos ambiciosos que se aproveitaram da feitura dos outros para se engrandecerem e se enriquecerem, não desanimaram nem desconfiaram do **liberalismo e do progresso**[...] ainda esperam do progresso e do desenvolvimento do espírito democrático a felicidade da pátria [...].

Fomos muito tempo democrata desde a idade de 10 anos, que ouvimos gabar o sistema republicano[...] nossa razão, com o progresso de anos de estudo, foi-se desenvolvendo e amoldando a essa primeira impressão da mocidade e da educação. A leitura da história da Revolução Francesa não nos desenganou, antes apoiou nossa crença política[...] republicanos, não nos podíamos encarar a D. Pedro I, senão como a um déspota sanhudo; entusiastas, acreditávamos enquanto aleive se lhe assacava, em quanta calúnia se propalava contra sua administração: franca e cordialmente o detestávamos: e quando o povo do Rio de Janeiro se ergueu, soprou sobre o trono e o fez baquear, demos palmas ao triunfo.

Mas veio logo depois ... o desengano. Vimos os patriotas, nossos modelos e nossos ídolos, renunciarem as crenças e aos princípios que propalavam, não cumprirem nenhuma das promessas que haviam prodigalizado[...] nossas crenças vacilaram[...] e renunciámos nossas crenças, e de republicanos tornamo-nos monarquistas[...] e ansiosos suspiramos pela maioridade do imperante[...].” *O Sete d'Abril*, nº 415, 18/01/1837.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

estava “autorizado a falar com franqueza” aos brasileiros *moravitas*, termo que indicava a ligação dos personagens ao protestantismo.<sup>124</sup>

Demonstrando suas bases conservadoras, a redação ainda frisava que, assim como na Europa, o povo era quem sustentava o trono no Brasil. Entretanto, salientava que, de forma distinta ao outro lado do Atlântico, onde temiam que o governo tomasse sua liberdade, os brasileiros temiam que democratizassem ainda mais as instituições, pois a liberdade só possuía excelência quando combinada ao cumprimento de seus limites.<sup>125</sup>

Desse modo, determinava que a liberdade que a nação angariava não era aquela democrática, mas buscavam ser livres “[...] sobre a cabeça do jovem Pedro, porque daí pende nossa paz e prosperidades [...] a liberdade que se goza a sombra das leis os governos monárquicos constitucionais [...]”. Seguia seus argumentos demonstrando que votaria eterno ódio aos falsos republicanos<sup>126</sup>:

[...] Desenganai-vos, homens turbulentos, desenganai-vos; o Povo do Brasil em 1837 já não é mais o que foi antes de 1831. Então ele apenas tinha lido os funestos resultados das revoluções; hoje é a **experiência** colhida nos próprios males quem o tem ensinado a não dar crédito a loucos inovadores e a refalsados ambiciosos[...] O Brasil nem quer escravidão, nem também **anarquia**: o Brasil quer pois a **ordem**[...] quer ver a lei respeitada e o crime punido: o Brasil quer **UNIÃO, TRONO e INTEGRIDADE**.

Tais são os votos dos brasileiros e do **Cincinnato**<sup>127</sup> [grifos nossos].

Diante da exposição desses argumentos utilizados pelo redator, verifica-se que a redação possuía uma interpretação dos acontecimentos desde a abdicação de forma distinta que o *Republico*. Percebia, naquele contexto, um caráter revolucionário a ser evitado novamente, enquanto seu adversário reclamava novos ventos radicais. No *Sete d’Abril*, estampava-se que os preceitos defendidos por Antônio Borges da Fonseca possuíam teor anárquico, quando, na verdade, o direcionamento clamado pelos brasileiros era de ordem, união, trono e unidade. Durante a análise, demonstraremos que tais conceitos direcionaram o horizonte político do

<sup>124</sup> *O Sete d’Abril*, nº 418, 28/01/1837.

<sup>125</sup> *Ibidem*.

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> *Ibidem*.

periódico, uma vez que seu redator lançava seus argumentos para a centralização do território brasileiro e com maiores *princípios monárquicos* em relação aos seus adversários.

Na citação acima, também percebemos a existência de uma nomenclatura que constantemente assinava-se os artigos. O *Cincinnato* aparece-nos como um personagem ligado a determinados interesses que eram assinalados no *Semanario do Cincinnato*, que circulou no ano de 1837, no Rio de Janeiro. A definição que o redator empreendia acerca de seus princípios e propostas auxiliam na compreensão do direcionamento político do *Sete d'Abril*.

Dessa maneira, sua primeira publicação ocorreu em 18 de fevereiro de 1837, na Tipografia do Diário de N. L. Vianna, lançando logo na primeira página que seu principal compromisso era com a *monarquia* e a garantia do *sossego público* por meio da *ordem*, para desenvolver o *verdadeiro progresso*. Para José Cristino da Costa Cabral, de codinome *Cincinnato*, a monarquia brasileira estava em perigo pelo estado de fraqueza dos laços que uniam as províncias e o centro nacional. Assim, o redator objetivava, sem ferir a liberdade:

[...]a união da grande família brasileira. A experiência tem mostrado que nos são improfícuas muitas das nossas leis: nós queremos ver essas leis emendadas. Queremos a prosperidade da indústria no maior desenvolvimento da agricultura, do comércio e das artes. E depois de tudo isto, queremos finalmente que se dê a ciência o merecido culto; que, punido o crime, se premeie a virtude; que o homem de merecimentos seja sempre o preferido para os cargos da nação. Erguemos nossa voz contra o patronato. Presamos a religião de nossos pais.<sup>128</sup>

Durante a apresentação destas ideias, revelava que o *Cincinnato* não era desconhecido pelos leitores e que já havia feito sua apresentação no *Diario do Rio de Janeiro*, assim, publicava o semanário com fins de expor suas ideias políticas para o público. Portanto, destacamos o caráter centralista do personagem, colocando-se em oposição às ideias e às práticas descentralizadoras que se implementava no Império desde o início da década.

Embasado nas experiências vivenciadas, numa perspectiva negativa diante da realidade política, dizia-se clamar pela unidade da nação e pela revisão das legislações adotadas durante a Regência. Por fim, demonstrava que tudo isso contribuiria para o verdadeiro progresso,

---

<sup>128</sup> O *Semanario do Cincinnato*, nº 01, 18/02/1837.

conceito caro aos seus adversários, indicando que a indústria, a agricultura, o comércio, as artes e as ciências que deveriam progredir. Nesse ponto, enunciava que seu *progresso* não estava relacionado ao mesmo horizonte que seus antagonistas.

Acerca desse direcionamento das elites voltado ao progresso e como seus preceitos eram compartilhados por grupos políticos antagônicos, o sociólogo Robert Nisbet indicou que a ideia de progresso atingiu seu ápice no período entre 1750 e 1900, no Ocidente. Assim, teria sido uma das ideias mais importantes, transformando-se em dominante, mesmo equiparada com as perspectivas de igualdade, justiça social e soberania popular. Na percepção de Nisbet, no campo acadêmico, a filosofia foi saturada, e todas as ciências sociais foram erguidas na perspectiva do progresso humano.

Salienta também que, nos séculos XVIII e XIX, com o conceito de liberdade em alta, para muitos intelectuais, o objetivo final do progresso era o avanço da liberdade individual no mundo. Assim, “[...]era atestada pelas conquistas do conhecimento humano e pelo domínio do homem sobre o mundo natural; entretanto, essas vitórias só seriam possíveis quando se removessem todas as barreiras à liberdade do indivíduo de pensar, trabalhar e criar[...]. Nesse sentido, o progresso era medido pelo grau de liberdade de uma nação ou de um povo.<sup>129</sup> Desse modo, assim como o conceito *liberdade*, o *progresso* também estava em eminência naquele momento, atingindo o vocabulário político das elites. Logo, tais eram as convicções seguidas pelo *Cincinnatiato*, aliado ideológico da redação do *Sete d’Abril*, através de transcrições de publicações, principalmente, do *Diario do Rio*.

O redator do *Republico* dizia ao *Cincinnatiato* que o governo nada poderia fazer sem o apoio do Poder Legislativo, que não o apoiava com os meios para se salvar o Brasil, logo, eram os deputados os responsáveis pelos males políticos.<sup>130</sup> Assim, se nos primeiros anos da década,

---

<sup>129</sup> NISBET, Robert. *História da ideia de progresso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

<sup>130</sup> *O Republico*, nº 5, 28/01/1837.

esta instituição sustentava, para Borges da Fonseca, a ordem e a liberdade,<sup>131</sup> naquele momento, interpretava que a Câmara dos Deputados estava limitando o Poder Executivo. Tal alteração de perspectiva comprova as elucidações de Keith Baker, que considerou que, no interior de uma cultura política, a mudança de uma autoridade política resulta também na modificação do vocabulário político.<sup>132</sup>

Já em relação à percepção de Borges da Fonseca acerca do governo de Feijó, dizia que todos os homens honestos, de qualquer *partido*, desejavam a mudança de parte do ministério, em especial, no Ministério da Justiça. Para o *Republico*:

[...]regressistas, progressistas, indiferentistas, todos tomam quentura, quando se trata do Snr. Pantoja: nós mesmos se não soubéssemos que o Exm. Regente é homem seguro, firme e de plano; se não soubesse que ele nomeando o Snr. Pantoja mostrou aos regressistas, em cujo rancho se arrebanhava o Snr. Adolfo, também podia servir [...] com essa nomeação, a do Sr. Lajes, e a do Sr. Maciel, o Regente fez morrer o partido corcunda[...]<sup>133</sup>

Assim, revelava que, embora não apoiasse alguns dos nomes que colocou Feijó ao seu lado para governar, compreendia que o regente teria feito com o propósito de conciliar as divergências para a condução do Império e findar o *partido corcunda* que ameaçava o país. Logo, o personagem considerou a participação de portugueses, antigos *corcundas* da época da Independência, no governo Feijó, para demonstrar a moderação do governante. E, nesse sentido, revelava seu comprometimento com a ordem institucional.

Destacamos que o termo *partido corcunda* não possuía o sentido partidário que buscamos neste trabalho. A conotação possuía sentido de facção e, também, de lado político, e não de organização. Vale ressaltar que, no início da década de 1830, o publicista reconhecia

---

<sup>131</sup> No ano de 1830, após o encerramento da Sessão da Assembleia Geral Legislativa, o periodista relatava que “[...]Quando a Assembleia trabalha, os periódicos da oposição podem enfraquecer alguma coisa, porque a **liberdade** está segura; mas quando cessa de trabalhar, toda a energia da parte dos escritores da oposição é pouca[...]” (grifos nossos). Nesse momento, o personagem salientava que era necessário que os jornalistas opostos ao governo sustentassem a liberdade até maio do ano seguinte, quando abriria novamente a Sessão Legislativa. Diante disso, percebemos que considerava os parlamentares e a imprensa como os defensores da liberdade e, como o primeiro entraria em recesso, cabia a ele e a seus colegas de profissão sustentá-la frente ao governo. *O Republico*, nº19, 01/12/1830.

<sup>132</sup> BAKER, 2006.

<sup>133</sup> Ibidem.

certa existência partidária. Sendo o liberalismo um conceito difundido na época, apegado à Independência, à constituição e ao progresso,<sup>134</sup> no *Republico*, reconhecia-se a existência de um *partido liberal* e um *partido recolonizador*.<sup>135</sup> No entanto, demonstrava a identidade política muito atribuída ao sentido da nacionalidade, o partido não possuía conotação organizacional, mas uma definição àqueles que se opunham à D. Pedro I e à colonização, e defendiam a descentralização – num sentido próximo à facção.

Quando a autoridade política passou pela inversão no Executivo em 1831, sua identidade política se deslocou, conduzindo sua linguagem para a moderação. Assim, quando a palavra *partido* retornou a aparecer, voltava-se aos federalistas ou antifederalistas,<sup>136</sup> gerando sentido ao cenário de disputas para a reforma legislativa que iria se concretizar em 1834. Naquele momento, a organização de uma família política voltada às instituições, de forma estruturada, visando a disputa de eleições e a cargos no governo, não se encontrava no horizonte político, a identidade política inclinava-se à nacionalidade.

Para compreender a participação de Antônio Borges da Fonseca no vocabulário crítico ao governo, é importante salientar que os argumentos utilizados para combater seus princípios não eram direcionados apenas a ele. Cada alegação utilizada pelo redator do *Sete d’Abril* foi formulada para confrontar o governo. Assim, questionava: “O Republico tem pregado a república, mas não atacou ainda a pessoa do Regente: como querem então que o promotor o acuse[...]”.<sup>137</sup> Neste argumento, revelava que, embora o *Republico* demonstrasse uma luta

---

<sup>134</sup> GUIMARÃES, 2001, p. 103.

<sup>135</sup> “Se uma doutrina for interessante a liberdade, mas oposta as ideias do momento da população, sempre a enunciarei[...] nem me sucumbi eu sofrer a barbaridade do partido recolonizador, e as ingratidões do partido liberal, invejosos talvez de não poder ter a mesma franqueza que eu tenho.” *O Republico*, nº43, 02/03/1831.

<sup>136</sup> “Os dois diferentes partidos que se contavam no Brasil; se acham atualmente confundidos em dois mais pronunciados, que são – o dos federalistas e o dos antifederalistas. Quais são os federalistas? São os brasileiros, cujo único voto é a Constituição que nos rege, porém, modificada de um modo mais consentâneo com as exigências crescentes, ou com os interesses progressivos da nação. Que pretendem os antifederalistas? Sustentar a lei da inércia, isto é, a continuação de todos os abusos[...]”. No mesmo trecho, o redator ressaltava os federalistas como pessoas imbuídas de patriotismo, nacionalidade e dedicação. Enquanto os membros do partido antifederalistas eram caracterizados como portugueses, absolutistas e comodistas. *O Republico*, nº52, 02/04/1831.

<sup>137</sup> *O Sete d’Abril*, nº 418, 28/01/1837.

contra a monarquia, o redator não era acusado pelos excessos de liberdade de imprensa, indicando que a acusação só ocorria àqueles que se posicionassem contra o regente.

Infelizmente, só possuímos quatro edições do periódico o *Republico* no ano de 1837, assim, não foi possível encontrar outras respostas às críticas do *Sete d’Abril*. Contudo, a análise deste periódico permite identificar que os conflitos duraram mais algumas edições. Relatava o redator que, no nº 19 do periódico de Borges da Fonseca, dizia que “[...] o sistema republicano vingará, o Brasil será republicano, e a monarquia se não pode enxertar cá na América[...]”. Dessa maneira, indicava que o cidadão “Antônico”, inimigo das coroas, não se impedia de ser amigo de um coroadado, portanto, “estava autorizado” a se expressar daquela forma na imprensa.

Também ressaltava, que o *Sete d’Abril* foi avaliado pela justiça criminal, por ordem do “mestre Agostinho”, Denunciante Público Agostinho Moreira Guerra, a pagar 27.200\$00 réis pelas tendências monárquicas no periódico. Enquanto para o *Republico*, foi determinada uma fiança de dois cruzados pelas tendências democráticas.<sup>138</sup> Ao demonstrar a disparidade entre os valores, o *Sete* indicava a propensão republicana do governo.

Apresentava também que “O pequeno réo-publico afilhado do grande diz – que é preciso que corra o sangue[...] para bebermos os princípios americanos[...] Eis o patriota autorizado a quem protege Zizendorf e Mestre agostinho!”.<sup>139</sup> Destacamos que a fala ainda caracterizava Feijó como um protestante, já que o apelidava com o nome do líder dos moravitas, Nicolas Zizendorf. Mais uma vez, para combater o governo em exercício, destacava a ligação de Borges da Fonseca com Feijó:

Nas selvas indiaticas do Oeste  
Intérprete da Bíblia Sagrada,  
Patriarca da Herética Cambada  
Que ao Dogma, a trôxe-môxe, sempre investe.  
[...]  
Eis aqui, eis aqui o refalsado  
Que tem com os anarquistas conviência.  
Antônico diz: - mata! – Ele: - apoiado!!” –.<sup>140</sup>

<sup>138</sup> *O Sete d’Abril*, nº 429, 08/03/1837.

<sup>139</sup> *O Sete d’Abril*, nº 430, 11/03/1837.

<sup>140</sup> *O Sete d’Abril*, nº 431, 15/03/1837.

Nestes versos, utiliza, junto da acusação de ser conivente aos anarquistas, os preceitos religiosos, já destacados neste trabalho, do padre regente, interpretando como heréticos. Consideramos que os principais conceitos utilizados para formar oposição ao governo merecem destaque. *O Sete d’Abril* foi um dos maiores contestadores do governo de Diogo Antônio Feijó no ano de 1837.

A rivalidade demonstrada entre ele e Antônio Borges da Fonseca revela o ambiente conturbado entre defensores e opositores do governante. Este cenário de contendas estava além destes dois documentos. As identidades políticas estavam sendo construídas e divididas nos dois principais espaços para o debate político da época: a imprensa e o parlamento. Esta trajetória se encontra no percurso da formação dos partidos políticos. Contudo, o caminho era conturbado. A própria palavra *partido* começava a entrar de forma positiva e institucionalizada no vocabulário político destes personagens, e compreender os diversos sentidos que empregavam a ela é necessário para a compreensão da formação dos partidos políticos.

A linguagem emitida pelo *Sete d’Abril*, oposição que empreendeu a bem-sucedida queda de Diogo Antônio Feijó, merece seção própria de análise, já que o protagonista da folha, que muitos julgavam redator, Bernardo Pereira de Vasconcellos, era também um dos personagens principais da política da época. Após o 19 de setembro de 1837, data da renúncia do regente, o deputado de oposição tornava-se ministro do Império.

### 1.3.3- O vocabulário político crítico de um impresso da oposição

O periódico *O Sete d’Abril*, no ano de 1837, era publicado às quartas e aos sábados na Tipografia Americana, cujo proprietário era Inácio Pereira da Costa e o editor era Francisco de Rego Barros Beberibe. O estabelecimento ficava atrás da Rua do Hospício, no número 160. As assinaturas custavam 2\$ semestralmente, e os números avulsos eram vendidos a 80 réis nas lojas dos costumes.

Com o desenvolvimento de uma imprensa comercial ao longo do século XIX no Brasil, é necessária a compreensão dos diferentes personagens que integravam uma redação. Enquanto, na maioria das vezes, os redatores ocupavam o ofício ideológico dos periódicos, apresentando interpretações do mundo em que vivenciavam, o proprietário e o editor estavam direcionados também à difusão, de forma lucrativa, daquele impresso. Para Roger Chartier, a história da cultura impressa, em toda sua dimensão, pode ser associada à figura do editor, responsável pela prática da edição, da escolha dos textos, dos negócios e do contato com um público de leitores.<sup>141</sup>

Acerca da autoria dos textos publicados, para o público da época, como os jornais rivais, a redação era comumente atribuída a Bernardo Pereira de Vasconcellos, ou então o estadista orientasse sua escrita. De todo modo, o impresso corroborava os preceitos políticos deste personagem, defendendo, no decorrer das edições, suas ideias e seu grupo político. De acordo com Augusto Blake, biógrafo das principais personalidades brasileiras no século XIX, a responsabilidade da redação por parte de Bernardo Pereira de Vasconcellos foi até o ano de 1837, após isso, o redator teria sido Thomaz José Pinto de Siqueira.<sup>142</sup>

Conforme os apontamentos de José Murilo de Carvalho, antes de se tornar o principal teórico do Regresso conservador, Bernardo Pereira de Vasconcellos teria sido um típico liberal no Primeiro Reinado. Sendo participante dos movimentos que levaram à abdicação de Pedro I, Carvalho demonstra que Vasconcellos preocupava-se em estabelecer, no Brasil, uma monarquia representativa, findando resquícios do absolutismo que ainda estariam presentes no imaginário do Imperador e ministros. Durante o Primeiro Reinado, o personagem defendeu a

---

<sup>141</sup> CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED, 2001, p. 45.

<sup>142</sup> BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. V. 1 Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, P. 442.

criação do juizado de paz e foi o principal autor do projeto do Código Criminal, aprovado em 1830.<sup>143</sup>

Além disso, apresentou, em 1833, o projeto de reforma constitucional, transformado no Ato Adicional de 1834. O objetivo era atender às principais reclamações liberais que enxergavam restos do absolutismo na Constituição. Entretanto, sempre obteve postura ambígua em relação à reforma, pois comumente se afastava de posicionamentos exagerados. Desde então, seus discursos já revelavam características conservadoras, compreendendo que as mudanças deveriam ser feitas de maneira calma. Após a aprovação da reforma constitucional, Bernardo Pereira de Vasconcellos começava a se afastar dos liberais que participaram do movimento com ele, rivalizando com eles a partir de então.<sup>144</sup>

Já Luaia Rodrigues destaca que Bernardo Pereira de Vasconcellos é apresentado no Brasil como um dos grandes idealizadores e construtores do Estado brasileiro. Era um orador temido pelos adversários, reconhecido por sua eloquência e agressividade na oratória. Para a autora, Vasconcellos, durante toda sua trajetória, teria apoiado o equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Como moderado no início da década, ou regressista no fim das regências, a ideia do *Justo Meio*<sup>145</sup> sempre guiou o horizonte político do personagem. Assim, distante de uma perspectiva inconstante que alguns narradores o teriam interpretado, Bernardo Pereira de Vasconcellos teria sido sempre coerente com as ideais que defendeu, mudando apenas os contextos políticos que faziam o personagem modificar sua ação.<sup>146</sup>

---

<sup>143</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 19.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 22-23.

<sup>145</sup> A ideia do Justo Meio foi interpretada pela autora através do jornal *O Justo Meio da Política Verdadeira*, de Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. Esta concepção iria legitimar e justificar o equilíbrio entre uma sociedade desigual e o liberalismo, servindo como embasamento teórico para implantar no Brasil uma monarquia constitucional representativa e escravista, buscando um meio-termo entre o mundo antigo e o novo: “Nem monarquia absolutista, nem república. Esses eram os dois extremos que uma parte da elite brasileira evitava. O despotismo presente no primeiro precisava ser abrandado através de uma constituição e de uma representação dos cidadãos brasileiros[...]” RODRIGUES, 2016, p. 19-20.

<sup>146</sup> RODRIGUES, Luaia da Silva. *O Justo Meio: a política regressista de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1835-1839)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016, p. 29 e 68.

O *Sete d'Abril* comungou do ideário político deste personagem, uma vez que possuía grande influência em suas publicações. Desse modo, perceberemos, na folha, a tendência em assegurar o país dos perigos que as exagerações poderiam causar, principalmente, se o excesso fosse em direção à democracia ou à república.

Vivenciando todo o ano o governo de Feijó, o vocabulário desta folha era permeado de críticas e soluções para o Império. Buscou-se, paulatinamente, inverter a situação do Poder Executivo estabelecido, seja por meio da troca do regente por outro personagem de seu credo político, pela princesa Januária, ou pela antecipada maioria de D. Pedro II. Logo, findar a realidade vivenciada era seu maior objetivo. As propostas que oferecia ao Império, bem como as críticas que fazia a realidade política, demonstravam o cenário de divergências da época que transitava para a formação dos partidos políticos.

### 1.3.3- O partido do governo e o partido da oposição: o debate entre o *Sete d'Abril* e o *Parlamentar*

Conforme Maurice Duverger, a formação dos partidos políticos possui raiz parlamentar,<sup>147</sup> e assim não foi diferente no Brasil Império. Sua primeira distinção, de forma organizacional, ocorre no seio das disputas políticas entre parlamentares, reconhecendo a existência de uma opinião contrária ao governo. Muito comuns, por exemplo, foram as menções escritas em periódicos, onde argumentavam-se a importância e o dever da oposição. Nesse sentido, naquele período os grupos políticos eram destacados por pertencerem ao *partido do governo* ou *partido da oposição*.

No entanto, se acreditamos que a razão de coesão das agremiações se origina nas discussões parlamentares, do mesmo modo não compreendemos acerca do desenvolvimento, consolidação e a própria formação dos partidos políticos. Neste trabalho, enxergamos que foi a imprensa o principal canal de articulação e de formação destes grupos políticos, foram nos

---

<sup>147</sup> DUVERGER, 1970.

periódicos que os personagens políticos apontavam suas críticas, seus programas e delimitavam o grupo que pertenciam. Nesta perspectiva, m grande parte do ano de 1837, a redação do *Sete d’Abril* encontrava-se em cenário contrário ao governo. Assim, recuperamos, em suas páginas, o reconhecimento que possuía do seu grupo:

Não cessam os inimigos da pátria de atribuir os males do Brasil ao **partido da oposição**[...] A oposição que conta no seu seio algumas das **maiores ilustrações do Brasil**, a oposição que se compõe de homens abalizados pelas ciências, longe de merecer censuras, tem antes merecido as bençãos da pátria. Essa honra da oposição que tem forcejado contra os desvarios do governo, é quem ainda **sustenta o Brasil**, é quem **sustenta o Trono, a Religião** e as nossas **Instituições** livres[...]<sup>148</sup> [grifos nossos].

Desse modo, percebemos que se colocava como apoiador do referido partido da oposição, colocando-os como personagens ilustres responsáveis pela sustentação dos principais preceitos do Império. No entanto, quem seriam os inimigos da pátria? Estes apoiadores do governo que ameaçavam a ordem nacional?

Em 1837, a redação do *Sete d’Abril* empreendeu um grande debate com um jornal que surgiu em meados daquele ano. O confronto linguístico que operaram revela características importantes para o reconhecimento das identidades políticas que se formavam, uma vez que é verificado uma disputa entre personagens líderes de seus grupos no parlamento: Bernardo Pereira de Vasconcellos e Antônio Paulino Limpo de Abreu. Sendo assim, um ambiente de diferenciações era construído no conflito do *Parlamentar* com o *Sete d’Abril*.

Antônio Paulino Limpo de Abreu, futuro Visconde de Abaeté, era lisboeta, mas considerava-se filho adotivo do Brasil. Durante o período regencial, foi presidente da província de Minas Gerais, e algumas vezes ministro do Império e da Justiça. Bruno Magalhães destacou o personagem como um elemento importante na primeira infância da política brasileira, pois, filiando-se à corrente liberal, combateu o retrocesso do país ao absolutismo. O autor ressalta que, durante a Regência, se destacou atuando na repressão das inspirações restauradoras e na

---

<sup>148</sup> *O Sete d’Abril*, n° 474, 12/08/1837.

manutenção da ordem do Império. Assim como pela colaboração na efetivação do Código de Processo Criminal e no Ato Adicional.<sup>149</sup>

Quando seu opositor se lançou na arena editorial, foram salientados, no periódico regressista, o escrito e sua ligação com os princípios do governo:

Saiu a luz um periódico intitulado – Parlamentar – é escrito **moravita** ou **feijoista**: seu principal redator é o **Sr. Antônio Paulino**, ex-ministro dos Estrangeiros e **chefe da maioria**, como ele mesmo se jactou na Câmara dos Deputados. Muitos são os colaboradores: entre estes apontam-se os Srs. Pinto Chichorro e Quadros Aranha [...] [grifos nossos].<sup>150</sup>

Referenciando à nova publicação com termos que utilizavam para depreciar a imagem do governo, como moravita, indicava que a redação pertencia a Limpo de Abreu, líder da maioria no Parlamento, que possuía a ajuda de outros parlamentares para a escrita do jornal. No próprio *Parlamentar*, publicou-se uma recopilação do *Parahybuna*, que dizia que “[...]Seus redatores são o Sr. Limpo de Abreu, o despejado Bhering, o Alcibiades, o Fernandes Torres e até nos asseveram que o mesmo Quadros Aranha[...]”. Entretanto, indicava que reconhecia as qualidades dos parlamentares assinalados, mas ainda não era hora de revelar seus colaboradores.<sup>151</sup>

Nesse sentido, a nova folha, que se indicava como *progressista*, surge na atividade impressa do Rio de Janeiro. Em sua primeira edição, avisava que sairia todos os sábados, contendo o resumo das discussões importantes que aconteciam nas câmaras legislativas com as devidas reflexões. Percorreria também aos atos do governo, com a finalidade de crítica, como também artigos e correspondências que pudessem interessar ao país.<sup>152</sup> O preço da assinatura era de 1\$rs por trimestre, se pagos adiantados. Sua publicação e subscrição ocorria na Tipografia imperial e constitucional de J. Villeneuve e Comp., na Rua do Ouvidor, nº 65.

<sup>149</sup> MAGALHÃES, 1939, p. 24 e 42.

<sup>150</sup> *O Sete d’Abril*, nº 460, 28/06/1837.

<sup>151</sup> *O Parlamentar*, nº 10, 12/08/1837.

<sup>152</sup> *O Parlamentar*, nº 01, 10/06/1837.

Nos primeiros momentos de publicação, a folha era direcionada à defesa do regente, rechaçado pela imprensa de oposição. Nas páginas, ressaltavam-se as qualidades de Feijó e dos aspectos positivos de sua gestão. Como contra-argumento aos periódicos de oposição, era necessário defender as decisões tomadas pelos governantes e que eram criticadas.

Em relação à acusação que sofria Diogo Antônio Feijó diante de seu direcionamento religioso, no *Parlamentar*, compactuou-se com seus princípios, questionando a autoridade de Roma. Para isso, ressaltava que o direito de confirmar os bispos não teria sido sempre exercido pelo Papa, não existindo durante os doze primeiros séculos da religião, mantendo a unidade da Igreja. Logo, considerava que o direito não era essencial ao primado, podendo a maior autoridade romana deixar de exercê-lo sem que quebrasse a unidade católica, levando à cisma ou à heresia. Dessa forma, considerava que o poder de eleger e confirmar os bispos não era absoluto:

[...]O governo imperial nomeou para a diocese do Rio de Janeiro ao Sr. Dr. A. M. de Moura[...] Se pois o bispo eleito não tem inabilidade canônica, se o pontífice não pode recusar a confirmação aos canonicamente eleitos, segue-se necessariamente que a pertinácia da cúria romana em negar as bulas ao bispo eleito não é fundada em direito, não tem aparência alguma de razão, e por consequência é injuriosa ao governo de S.M.I.<sup>153</sup>

Posto isso, não concordava com a atitude de Gregório XVI em não aceitar a nomeação do bispo no Rio de Janeiro, ferindo a independência nacional. Para construir seus argumentos, questionava a trajetória da autoridade, demonstrando que o direito exercido pelo pontífice nem sempre existiu, logo, poderia ser contraditado. À vista disso, percebemos que o periódico possuía um vocabulário político compartilhado com o governo não apenas no limite das decisões parlamentares, pois comungava com os preceitos religiosos do regente, defendendo maior independência nacional no âmbito eclesiástico.

No tocante aos acontecimentos do Rio Grande do Sul, defendia-se no periódico as atitudes governamentais. Em sua percepção, o ministério que integrava Limpo de Abreu, saído

---

<sup>153</sup> *O Parlamentar*, nº 11, 19/08/1837.

de cena em maio do ano, não teria forças para combater o movimento na província, assim, a melhor forma que possuía para acalmar o conflito era por meio da política de conciliação, na qual a anistia integrava seus aspectos. Revelava que o próprio corpo legislativo havia aprovado estas medidas, na Lei de 11 de outubro de 1835, logo, caso houvesse o erro por parte da administração, os parlamentares teriam compactuado. Dessa forma, era determinado na folha que a oposição ao questionar tais atitudes do governo demonstrava um orgulho excessivo e implementavam a *desordem* e a *anarquia*, já que não queriam se subordinar as leis do país enquanto não fossem resultado de suas ideias e pensamentos.<sup>154</sup>

Para o *Parlamentar*, as críticas direcionadas ao governo ocorriam porque os opositoristas queriam tomar o poder. Desse modo, ressaltava que o objetivo do *Sete d'Abril* se expressava em quatro palavras: “[...]a oposição quer governar[...]”. Descrevia seu jornalismo como *pedante* e *assalariado*, expressão do *absolutismo* empreendido por indivíduos que compunham o legislativo.<sup>155</sup>

Sendo assim, evidenciava que a oposição sustentava uma *ditadura parlamentar*, pretendendo que seus caprichos e interesses triunfassem de qualquer maneira, mesmo sacrificando as instituições e ao trono. Nesta interpretação, o legislativo invadia os interesses do executivo quando a Constituição prezava a separação e a independência dos poderes.<sup>156</sup> Portanto, ressaltava que a harmonia e a ordem pública dependiam deste equilíbrio. Indicava também que, na Câmara Temporária, parlamentares buscavam a possibilidade de demitirem os ministros do governo. Logo, a aprovação de tal medida prejudicaria a independência do Poder Executivo, sendo ele subordinado ao legislativo.<sup>157</sup>

Nas discussões parlamentares, Rodrigues Torres, figura chave entre os regressistas, defendia que a condição para que a Coroa pudesse nomear seus ministros como bem entendesse

---

<sup>154</sup> *O Parlamentar*, nº 01, 10/06/1837.

<sup>155</sup> *O Parlamentar*, nº 07, 22/07/1837.

<sup>156</sup> *O Parlamentar*, nº 10, 12/08/1837.

<sup>157</sup> *O Parlamentar*, nº 05, 08/07/1837.

era que estes obtivessem confiança das câmaras. Desse modo, o chefe do poder executivo não teria poderes ilimitados e absolutos, mas deveria haver cooperação com os parlamentares.<sup>158</sup> Todavia, nas páginas do *Parlamentar*, estes argumentos eram provas para a falta de interesse de seus oponentes em sustentar o equilíbrio entre os poderes, assim, informava que o resultado seria “[...]a forma do governo ficará desnaturalizada, e em lugar de uma monarquia constitucional teremos de fato uma democracia, ou antes um governo oligárquico.”<sup>159</sup>

É relevante destacar o significado do conceito *democracia* para estes grupos políticos. Longe de indicar a acepção contemporânea do termo, percebida de forma positiva e considerada como condição básica para o exercício da liberdade na política, para estes personagens, seu sentido estava próximo àquilo que entendiam por republicanismo. O próprio Antônio Borges da Fonseca, em 1831, ao defender as bases de seu federalismo, ao apresentar sua forma monárquica ideal, relatava que a defesa de seus princípios não era feita por meio da *demagogia*, *anarquia* ou pela *democracia*.<sup>160</sup> Mesmo alegando defender um sistema republicano e democrático, a seu modo, em seus argumentos linguísticos, buscou, por vezes, apartar suas ideias da ótica democrática, muito associada ao elemento anárquico no período.

A redação do *Sete d’Abril* ressaltava os resultados imperfeitos da democracia, compreendendo que, neste sistema, o que predominava era a força física, acompanhada da pobreza e da licença. Assim, não havia riqueza nem governo, somente anarquia e desordem. A democracia pura era interpretada como “[...]o governo mais imperfeito e monstruoso[...]”.<sup>161</sup>

O deputado Antônio Pereira Rebouças, aliado aos progressistas, também salientava, em seu discurso, que, assim como na Regência não cabia ao executivo dissolver a Câmara dos Deputados, aos camaristas também cabia não abusar da existência temporária do regente, ou

<sup>158</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, 17 de maio de 1837.

<sup>159</sup> *O Parlamentar*, nº 05, 08/07/1837.

<sup>160</sup> *O Republico*, nº 28, 08/01/1831.

<sup>161</sup> *O Sete d’Abril*, nº 495, 25/10/1837.

então a instituição viraria uma *ditadura*.<sup>162</sup> Para Calmon Du Pin, outro personagem regressista de grande estirpe, era o governo atual que desrespeitando as instituições e violando a Constituição que exercia a ditadura no país, que só seria findada após a revogação dos decretos anticonstitucionais.<sup>163</sup>

Voltando à percepção do *Parlamentar* acerca de seus adversários, o periódico indicava os prejuízos que o direcionamento da oposição levava ao governo e à própria Monarquia, afetando a Carta de 1824 e a própria tradição do governo. Se a nação encontrava prejuízos em seu desenvolvimento, a culpa era do *patronato* exercido pela Câmara dos Deputados, o termo era definido como “[...]o sacrifício da causa pública a considerações e interesses meramente individuais[...]”. Para sustentar o argumento, publicava-se na folha que, desde o início da sessão legislativa, empenhava-se para empregar um parente de Rodrigues Torres e Belizario e, para a realização da tarefa, demitiram outro funcionário da secretaria da Câmara para que pudessem colocá-lo. Desse modo, ressaltava “[...]Rodrigues Torres, Belizario, Honório, Araújo Vianna e outros, que formam atualmente a maioria oposicionária, a saber, o patronato e prodigalidade!”.<sup>164</sup>

Portanto, salientamos a tensão que se travava entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo no ano de 1837. Para o *Parlamentar*, a oposição se constituía como maioria entre os deputados, reconhecimento muito relevante para compor seus argumentos. Na Câmara, o próprio Limpo de Abreu colocava a si e ao seu grupo como minoria, “[...] Estou na minoria; do ministério eu caí no seio da minoria[...]”.<sup>165</sup> Para Montezuma, que compunha o ministério formado em 16 de maio de 1837, ocupando a pasta da justiça, a oposição estava focada em propor embaraços a administração. O princípio que defendiam não era conservador como

---

<sup>162</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, 05 de junho de 1837.

<sup>163</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, 07 de junho de 1837.

<sup>164</sup> *O Parlamentar*, nº 13, 02/09/1837.

<sup>165</sup> *Anais do Parlamento brasileiro*, 20 de julho de 1837.

diziam, mas destruidor. Não se direcionavam à ordem, mas à perturbação, produzindo calamidades e desordens.<sup>166</sup>

Dessa maneira, interpreta-se, no *Parlamentar*, que, configurando-se como maioria, a finalidade da oposição era:

[...]negar ao governo todos os recursos de que ele possa necessitar, obrigando-o por este modo a renunciar a administração do estado, deixando assim desimpedido o lugar para ser ocupado por outros que se proclamam a si mesmos mais ilustrados e patriotas. O núcleo desta maioria é um partido que principiou a aparecer na sessão de 1835, com o título que alguns lhe deram de **maromba**, e que, não tendo podido nesta sessão conseguir coisa alguma por ser muito reduzido, **hoje domina a câmara** com um peso numérico de seus votos pelo motivo de ter-se lhe associado a maior parte dos membros da antiga oposição[...]<sup>167</sup> [grifos nossos].

Diante da citação, percebemos que, embora definisse seus adversários como maioria no parlamento, demonstrava que esta não foi escolhida pelo voto popular, mas foi tornando-se maioria através da união que fez com outros indivíduos que compunham o *partido da maromba*. Acerca da palavra *maromba*, quando recorremos aos dicionários de língua portuguesa do século retrasado, o termo mais próximo que encontramos é *maroma*, conforme Moraes e Silva era uma “corda grossa, calibre de navio”.<sup>168</sup> Quando buscamos a origem do termo nos textos contemporâneos, *maromba* aparece como a corda utilizada por equilibristas, sendo *maroma* a origem do termo.<sup>169</sup> Logo, percebemos o sentido que buscavam denominar, como personagens que não buscavam se posicionar.

Raras vezes encontramos esta alusão identitária nos *Anais do Parlamento Brasileiro*, o termo *partido da maromba* surge pela primeira vez em 17 de junho de 1836, quando Bernardo Pereira de Vasconcellos critica o posicionamento da administração, pedindo-a para que tomasse cuidado ou então veria sua maioria ao longo do tempo tornar-se minoria. Para o discursante, a existência de um terceiro partido não deveria desprezar esta ideia.<sup>170</sup>

<sup>166</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, 09 de agosto de 1837.

<sup>167</sup> *O Parlamentar*, nº 03, 24/06/1837.

<sup>168</sup> MORAES E SILVA, Antônio de. *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823, p. 222.

<sup>169</sup> MAROMBA. In: *Michaelis*. São Paulo: Melhoramentos, 2023. Disponível em: Maromba | Michaelis On-line (uol.com.br). Acesso em: 01/02-/2023.

<sup>170</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, 17 de junho de 1836.

A identidade *partido da maromba* surge novamente no documento legislativo em setembro do mesmo ano, nas palavras de Alvares Machado, onde mais uma vez, *maromba* aparecia como uma terceira via entre a oposição e o governo.<sup>171</sup> Em maio de 1837, Raphael de Carvalho definia o posicionamento de outro parlamentar como um “caráter da maromba”, assim, “[...]serve para um e outro lado, sem haver aplicação alguma[...]”. Neste ponto, indicava que não apenas eram descompromissados com o governo ou a oposição, mas vendia-se para qualquer lado. Durante seu discurso, indicou que, em 1834, era um homem de partido, todavia, quando chegou ao fim da sessão, começou a estudar os dois partidos e percebeu que

[...]o partido do governo tem sempre o centro de movimento; que o outro lado chamado oposição sempre compunha de mil opiniões conforme corriam os negócios: não conheci nada fixo; zanguei-me com isto; procurei a razão por que, e conheci que era porque não havia centro de movimento algum; todos querem ser chefes, cada um quer ver triunfar sua opinião, e todos enganam-se uns aos outros; neste estado de coisas assentei nisto - não sou da oposição, nem do ministério.<sup>172</sup>

Para Carneiro Leão, aquilo que era ser da maromba. Carvalho se defendeu, argumentando que seu caráter distinto do governo ou ministério não o colocava como maromba, pois não agia sob conveniência.<sup>173</sup> Dois dias após esta discussão, Raphael de Carvalho indicava que estava havendo uma transição da maromba para a oposição.<sup>174</sup> A palavra só retornaria novamente nos assuntos parlamentares em 1840.

Este debate auxilia na compreensão em verificar que a partidarização dos grupos ia ganhando forma na política. Assim, as fontes indicam a existência, na arena política, de dois grupos conflitantes reconhecidos como partidos, com conotação de lados, se enfrentando na tribuna. Tais direcionamentos não eram percebidos como aspirantes ao facciosismo. Governo e oposição eram percebidos como condições indispensáveis para a liberdade política. Todavia, a existência de personagens sem posicionamento diante das propostas e dos conflitos entre as duas vertentes políticas foi mal interpretada pelos personagens.

<sup>171</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, 01 de setembro de 1836.

<sup>172</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, 11 de maio de 1837.

<sup>173</sup> *Ibidem*.

<sup>174</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, 13 de maio de 1837.

Sendo assim, para a redação do *Parlamentar*, o partido da maromba era considerado uma fracção, um partido anfíbio, um instrumento de desorganização:

[...]a fracção anfíbia, ignorando ou postergando os seus deveres parlamentares, esquecendo os interesses nacionais, e cuidando unicamente dos seus particulares, andou a semelhança do pêndulo, em contínua oscilação entre a oposição e o governo, até o momento de se desenganar de que este a não chamava aos cargos eminentes. Chegado esse momento, ela abandonou o posto em que, se fosse dotada de patriotismo, poderia prestar serviços relevantes, e foi engrossar as fileiras desorganizadoras, esperando na dissolução da máquina governativa, satisfazer suas ambições[...].<sup>175</sup>

Desse modo, o periódico caracterizava tal grupo como versátil, pois não buscava se comprometer em seus posicionamentos, votando ora com a oposição, ora com o governo, onde conviria no momento. Logo, aumentou o grupo adversário do governo quando percebeu que este não concedia suas ambições, demonstrando falta de coerência no ideário opositor. Assim, achava impossível compreender as pretensões de parte da oposição, já que “[...] Em um ano é progressista, em outro é regressista[...]”, o objetivo dela, não era propor medidas interessantes para o país, mas, criar problemas e maiores dificuldades ao governo.<sup>176</sup>

Nesse sentido, assinalava que a maioria pertencia à oposição pelo fato de ter-se unido aos antigos indivíduos integrantes da maromba. Portanto, o grupo da oposição era interpretado como indivíduos sem coerência de ideias, desorganizados ideologicamente, voltados apenas para a queda do governo.

Já no *Sete d’Abril*, considerava-se esta afirmativa da oposição se constituir maioria incongruente e, no momento da alteração do ministério, questionava se a mudança teria sido feita a tempo. Para a redação, o abalo causado a nação pelo governo instintivo já era sentido. Os antigos ocupantes teriam invadido o Poder Legislativo, sem considerar que era da separação dos poderes políticos que dependia a harmonia do sistema representativo.<sup>177</sup>

Logo, verifica-se a semelhança de vocabulário entre os grupos para a defesa de seus argumentos. Este aspecto encontra coerência quando aplicamos o conceito de *cultura política*.

<sup>175</sup> *O Parlamentar*, nº 15, 16/09/1837.

<sup>176</sup> *O Parlamentar*, nº 10, 12/08/1837.

<sup>177</sup> *O Sete d’Abril*, nº 450, 20/05/1837.

Acerca do tema, Serge Berstein demonstrou que, mesmo que no interior de uma nação, exista uma pluralidade de culturas políticas, todas elas possuindo valores comuns que são compartilhados, determinando comportamentos semelhantes entre os indivíduos.<sup>178</sup> Desse modo, consideradas sob ótica linguística, mesmo que estes personagens se direcionassem para horizontes opostos politicamente, empreendendo disputas de projetos, de cargos, ou seja, uma rivalidade para a autoridade, havia concepções que eram coletivas a estes personagens.

A Constituição de 1824, o Ato Adicional de 1834, o Código Criminal implementado em 1832, entre outros aspectos da cultura política imperial, representava um espaço de concordância entre as figuras que atuavam na política. Se havia projetos de interpretações, de reformulações, ou críticas a estas legislações, na maioria das vezes, justificavam que era para o melhor entendimento ou melhor aplicação delas. Assim, as análises indicam que os grupos políticos lançam argumentações muito semelhantes, contudo, mobilizando finalidades distintas.

A exemplo disso, destacamos a semelhança na percepção dos escritores em relação à tensão existente entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Nas páginas do *Sete d’Abril*, através de uma recopilação do *Paquete do Norte*, solicitava-se para não incriminarem a oposição, que ela não tinha culpa dos acontecimentos do país, que estava em minoria e que o governo era o único culpado. Nesse sentido, o governo não saberia usar a Assembleia Geral, que se encontrava em sua disposição.<sup>179</sup> E, através de um artigo do *Parahybuna*, publicava:

[...]para que a indignação pública recaia não sobre o Sr. Limpo, não sobre a camarilha e governo do Sr. Feijó, mas sim sobre a honrada oposição que atesta tão horrorosos crimes e tão grandes criminosos, o Sr. Limpo de Abreu lançou mão de um trama nefando, intitulado minoria a maioria, quando realmente a maioria é ministerial e a minoria a oposição. Todas as medidas antinacionais que se adotarem devem ser atribuídas ao partido do governo que prepondera na Câmara[...].<sup>180</sup>

Já para o *Parlamentar*, o maior percalço do governo era a Assembleia dos Deputados que não o deixavam trabalhar. “[...]Quando o Sr. Ministro da Marinha veio a Câmara pedir

---

<sup>178</sup> BERSTEIN, 1998.

<sup>179</sup> *O Sete d’Abril*, nº 459, 22/06/1837.

<sup>180</sup> *O Sete d’Abril*, nº 470, 29/07/1837.

forças, respondeu-se lhe: não são necessárias. O Sr. Ministro da Guerra pede forças, respondesse-lhe: não são necessárias[...]”.<sup>181</sup> Se não agiam perante as necessidades do país, era porque não encontravam apoio entre os parlamentares, impedindo a aplicação.

Posto isso, publicava-se no *Sete d’Abril* que era verificada uma inimizade irreconciliável entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, já que o governo buscava ser atendido mediante suas pretensões, enquanto a Câmara gostaria de prestar recursos a um ministério que não fosse prejudicial à Constituição e merecesse a confiança da nação. Nesta interpretação, o único personagem que poderia inverter este estado era D. Pedro II, o “[...]íris celeste que virá anunciar a paz aos ânimos dissidentes[...]”.<sup>182</sup>

O cenário político permeado de conflitos com sublevações pelas províncias do território, de desentendimentos diante das medidas empregadas e do desânimo à vista das legislações adotadas no início da Regência possibilitou um ambiente de tensões na imprensa do Rio de Janeiro e na Câmara dos Deputados. Tal contexto impulsionou os grupos conflitantes a interpretarem os acontecimentos de modo próprio, por meio da acusação de seus adversários. Para isso, ressaltavam o passado dos indivíduos, características dissonantes com o Império ou com a política que empregavam, se distanciando um do outro por meio das diferenciações, num jogo de identidades.

Ao longo do debate, percebemos que alguns termos foram utilizados tanto por aliados do governo, como pela oposição, a saber, ditadura, *invasão de poderes* e *tiranía*. Estes vocábulos explicitam bem o tom do debate naquele período. Durante o governo de Diogo Antônio Feijó, uma tensão entre os parlamentares foi desenvolvida, com a rivalidade ocorrendo entre oposicionistas e apoiadores. O confronto levou à acusação entre o Legislativo e o Executivo, onde seus defensores imbuíam um ao outro de abusarem dos poderes que possuíam

---

<sup>181</sup> *O Parlamentar*, nº 06, 15/07/1837.

<sup>182</sup> *O Sete d’Abril*, nº 461, 01/07/1837.

perante as legislações. Em setembro de 1837, esse embate sofreu inversão com o ingresso ao poder dos antigos algozes do grupo ligado a Feijó.

#### 1.4- Modificação da autoridade: a renúncia do regente.

Como já asseveramos em momento precedente, a oposição mobilizada pela redação do *Sete d’Abril* acusava o governo e seus ministros de tratarem as instituições e legislações brasileiras com pretensões de ditadura. Em um artigo publicado às vésperas da renúncia de Feijó, demonstrava-se bem o tom crítico que foi utilizado no decorrer de todo o ano pela folha e pela oposição no parlamento para intervir e findar o governo. Para isso, questionava-se a fala do ministro da Justiça, Francisco de Montezuma, que teria dito, no parlamento, que a principal causa de o governo brasileiro não ir bem era o estado quatrienal do regente, a folha regressista delineava que o pensamento deste ministro e do governo era:

- 1° Que seja **permanente, vitalício ou perpétuo o Regente do Brasil** o Sr. Feijó.
- 2° Que por conseguinte seja **abolida a Constituição e o Ato Adicional**, pois a Constituição exige três membros para a Regência e o Ato Adicional Faz o Regente único.
- 3° Que por conseguinte fique o Sr. Feijó superior a Constituição e a todas as leis, por imediato corolário, com **absoluta ditadura**.
- 4° Que por conseguinte fique extinto o trono Augusto do Senho d. Pedro II e Sua Imperial Dinastia.
- 5° Que por conseguinte fique o Sr. Feijó feito Imperador do Brasil com o nome de Regente.
- 6° Que por conseguinte se proclame o casamento dos padres, tão desejado e pregado pelo Sr. Feijó, para ele casar-se e deixar sucessores ao trono do Brasil.
- 7° Que por conseguinte **se proclame a Religião Protestante**, para poderem os padres casar-se.
- 8° Que por conseguinte se proclame **o cisma e desobediência a Santa Sé** Apostólica, para firmar a Religião Protestante.
- 9° Que por conseguinte se proclame a destruição de todas as bases de moral civil e religiosa dos brasileiros, desconjuntada inteiramente a máquina social.
- 10° Que por conseguinte, enfim, se declare guerra de morte entre o governo e a nação[...]<sup>183</sup> [grifos nossos].

Desse modo, as práticas governistas foram depreendidas através de algumas especulações, como a intenção de Feijó em não largar os hostes do poder, definindo-o como contrário aos princípios constitucionais, ou até mesmo ao Ato Adicional, que sua defesa integrava o vocabulário político do grupo aliado ao governo. Sendo assim, indicava que os

<sup>183</sup> *O Sete d’Abril*, nº 477, 23/08/1837.

governantes ameaçavam a permanência da Monarquia e da dinastia de Pedro II. De outra parte, rememorava os aspectos religiosos da política empreendida pelos ocupantes do poder, já que defendiam o fim do celibato, o estabelecimento da religião protestante no país e o rompimento com Roma. Portanto, pela Monarquia, pela Constituição e pela Igreja Católica, três pilares-chaves de convergência na cultura política nacional, construía-se a crítica e a tentativa de substituição do poder.

[...]Caiu Feijó!... Segurou-se o Trono do Senhor D. Pedro II... Triunfou a Imprensa!... Esmoreceu a **facção demagógica!**... Consolidou-se a Constituição do Império e o Ato Adicional! As artimanhas e a desmedida ambição dos **homens dos progressos na ordem**[...] o reduziram de Regente do Brasil a capitão de bandeira ignóbil e esfarrapada, da qual enfim o Sr. Feijó se correu de vergonha[...] <sup>184</sup> [grifos nossos].

Estas foram as palavras emitidas pelo *Sete d'Abril* um dia após a renúncia do regente.

Em sua interpretação, o Brasil do tempo daquela curta administração foi dilacerado pela guerra civil, pela má administração e roubo do tesouro público, pelo desmantelamento do Exército e a derrota da Marinha, pelas províncias entregues a maus administradores, pelo falseamento da justiça, as leis massacradas, a imprensa sufocada e a religião ameaçada de um cisma. Daquele momento em diante, se iniciava uma nova trajetória na Regência, chefiada por Pedro de Araújo Lima como regente interino, organizando seu *Ministério Parlamentar*: Bernardo Pereira de Vasconcellos, como ministro da Justiça e interinamente do Império; Calmon Du Pin, na pasta da Fazenda; Joaquim Rodrigues Torres, no Ministério da Marinha; Sebastião do Rego, como ministro da Guerra, e Maciel Monteiro, nos Estrangeiros. Todos os parlamentares da legislatura de 1834-1837.<sup>185</sup>

Em clima de comemoração com os novos rumos que tomava o Império, outro periódico se estabelece na Corte, *O Dezenove de Setembro*. Seu próprio nome simbolizava o caráter de apoio ao novo regente. Foi publicado na Typographia de J.S. Saint-Amant, na Rua da Cadeia, nº 69. Dizia-se que os números seriam publicados indeterminadamente, enquanto não houvesse

<sup>184</sup> *O Sete d'Abril*, nº 485, 20/09/1837.

<sup>185</sup> *Ibidem*.

assinantes, e que se venderia na mesma tipografia de produção, como também na tipografia do Sr. Antônio Burgain e na loja do Sr. Albino Gonçalves, com o preço de 80 réis. Todavia, temos apenas um número da folha. Em relação à redação, não encontramos o responsável pelas publicações.

A redação deste periódico proferia que, nos últimos anos, a nação teria sido governada por um governo *fraco, imbecil e avesso à liberdade* do país. De outra forma, relatava que, embora todo o sofrimento, o *povo pacífico e dócil* não precisou usar as armas da força e da desordem para defender-se, mas, sim, o fez por meio da *razão* e da *censura*. Assim, a transição da administração se fazia daquele que mal soube defender seu posto, para a elevação de uma direção *forte, ilustrada e cercada das públicas simpatias*.<sup>186</sup>

Nesta interpretação, em quase dois anos, o Brasil teria sido vítima de um governo obstinado, parcial e opressor, que desconhecia a importância dos interesses do Estado, mostrando-se indigno do voto da maioria dos cidadãos que o depositou. O contexto que a Regência de Feijó teria promovido foi de *desordem*, de *patronato*, da decadência do estado de finanças e da distribuição de empregos para seus iméritos pares. *O paládio da liberdade* e a mais segura garantia de um *povo livre* que se constituía a *imprensa* teriam sido atacados e quase extintos. O Exército e a Marinha foram abandonados, a segurança individual ameaçada, e houve a invasão nos poderes Legislativos e Judiciários por parte do Executivo. Conforme esta perspectiva, o Brasil caminhava, durante o governo de Feijó, para um inevitável *precipício*.<sup>187</sup>

Para o publicista responsável pelo jornal, a desconfiança nasceu na Câmara dos Deputados. Assim, foram considerados como “[...]verdadeiros intérpretes dos sentimentos do povo, a briosa oposição negou a esse governo todo o arbítrio [...]Chegada a crise a este estado, manietando assim o governo, desacreditado e impopularizado [...]se viu forçado a

---

<sup>186</sup> *O Dezenove de Setembro*, nº 1, 06/10/1837.

<sup>187</sup> *Ibidem*.

renunciar[...]”.<sup>188</sup> Logo, considerava que após tal fato, ascendeu à Regência um indivíduo probo e inteligente, conhecedor das dificuldades do país, convidando ao seu lado como ministros homens ilustrados saídos da Representação Nacional, que defendiam a liberdade pública, assegurando paz e liberdade.<sup>189</sup>

Desse modo, percebemos que a folha comungava do mesmo vocabulário e interpretação dos anos vivenciados durante o governo de Feijó pelo *Sete d’Abril*. A data *19 de setembro* era contemplada como um novo momento em que novos personagens viriam findar os males públicos causados pelo governo transato. Deixava o posto um homem fraco, imbecil e contrário à liberdade, entrava um indivíduo forte, inteligente e que aspirava as simpatias públicas. O jogo linguístico seguia, através de um emaranhado de oposições, de um conflituoso cenário de incertezas, no qual as identidades políticas foram sendo construídas.

Da outra parte, buscava-se ressaltar as qualidades do renunciante e a trajetória que levou o governo ao fim. Não deixou de salientar que Diogo Feijó chegou ao cargo máximo do executivo pelo *voto livre* e espontâneo dos cidadãos, e que todos conheciam quais eram os *partidos* que teriam disputado as urnas naquele tempo. Para o *Parlamentar*, o partido moderado teria se conservado indiferente naquele momento, por conta do fracionamento que sofria no seio do grupo. A oposição, ou o partido da oposição, apresentou Hollanda Cavalcanti, enquanto, do outro lado, apresentava-se um personagem conhecido pelas virtudes, fortaleza, inflexibilidade de caráter, honradez e energia - Feijó, que era eleito pela maioria dos votos.

No periódico, ressaltava que, após sua ascensão, o *partido da oposição* buscou fazer uma guerra contra o seu poder. Os deputados contrários ao padre teriam buscado promover a regência da Princesa Januária, como também a maioria de Pedro II, ambos em vista de arruinarem o governo, com a conclusão realizada naquele setembro. Para a redação, mais uma vez, as atitudes que o regente deveria ter tomado para o impedimento da continuidade dos males

---

<sup>188</sup> Ibidem.

<sup>189</sup> Ibidem.

não dependiam apenas de sua ação ou vontade, redirecionando a culpa para os parlamentares da oposição.<sup>190</sup>

Anunciado o novo comando do executivo chefiado por seus algozes, expôs que esperaria para dizer se tal *Ministério Parlamentar* contribuiria de forma positiva para a realidade nacional, no entanto, alguns membros já possuíam a experiência na administração. Foram destacadas três personalidades pertencentes a *seita do regresso*, Calmon Du Pin e Vasconcellos teriam inundado, no passado, a nação de dívidas quando se estabeleceram no Ministério da Fazenda. Já Joaquim Rodrigues Torres, quando ministro da Marinha, nada teria feito para a função, pois “[...] pôs tudo fresco na sua repartição; mandou plantar algumas árvores no arsenal para preservar os ardores do sol a quem quisesse ali passear e divertir-se[...].” Já Sebastião do Rego Barros e Maciel Monteiro eram inexperientes na administração pública. No *Parlamentar*, indicava-se que simpatizavam com os princípios políticos destes últimos, uma vez que, através de seus discursos na Câmara, era percebido que eram favoráveis ao progresso da ordem e da liberdade.<sup>191</sup>

É valoroso destacar a característica que indica pertencer ao agrupamento rival, apontado como *seita do regresso*. Não se fala em partido, como citou o *Parlamentar* acerca das forças que concorreram na época da eleição do regente, mas se diz *seita*. Em seu sentido semântico, o termo não se relaciona à ideia de um tipo de agremiação, associação ou grupo político. Como bem explicita Giovanni Sartori, no contexto ocidental, sobretudo na Europa, ao longo do século XVII e XVIII, *seita* deixava de pertencer ao vocabulário político e adentrava no mundo religioso, principalmente, em relação ao sectarismo protestante.<sup>192</sup> Nesse sentido, identificar o bloco oposto como *seita* indicava um caráter distinto do político, um tipo de agrupamento não

---

<sup>190</sup> *O Parlamentar*, nº 16, 23/09/1837.

<sup>191</sup> *Ibidem*.

<sup>192</sup> SARTORI, 1982, p. 24.

formalizado, correndo as margens das instituições oficiais, com certo aspecto sombrio, numa ótica negativa, tal qual o conceito de *facção*.

A redação também considerava que, embora o estabelecimento destes novos governantes, a liberdade caminharía majestosamente e sobranceiramente. No entanto, para isso, era necessário um conselho as províncias, para que se tornassem vigilantes em torno da Constituição e do Ato Adicional: “[...]A aproximação do menor perigo o Parlamentar ocupará o posto que lhe compete, e desde já começará ele de bradar <<Oh das províncias! Alerta!!>>.”<sup>193</sup> Nesse sentido, indicava que o direcionamento deste novo governo era contrário as autonomias provinciais, sendo esta perspectiva um fator de discussão bem incisiva entre os grupos.

Nesta argumentação, ressaltava-se a trajetória seguida pela antiga oposição para a derrubada de Feijó:

[...]Publicada as **reformas constitucionais**, pareceu formar-se uma **oposição de princípios**; na sessão de 35 e no começo da de 36, na Câmara Temporária se manifestou em alguns deputados o **desejo de centralizar e caçar as províncias** as prerrogativas de que gozavam em virtude do Ato Adicional: pretendeu-se fazer prevalecer este pensamento, mas achou contra si não só os deputados reformistas[...] como muitos dos que tendo sido antirreformistas, depois de adotadas as reformas pela nação, sustentavam, como era seu dever, o voto nacional. Mas **tomando posse o governo** o Regente do Ato Adicional, **a oposição na Câmara Temporária tomou outra feição; compôs-se de elementos heterogêneos. Centralistas e não centralistas, aristocratas e democratas, todos se reuniram para um só fim; fizeram uma oposição pessoal, e não de princípios**[...] não se embaraçaram com a legitimidade dos meios, contanto que conseguissem o seu fim: - Descei, que nós queremos subir<sup>194</sup> [grifos nossos].

Portanto, salientava que, após a aprovação das reformas no início da década, como o Ato Adicional, uma oposição se formou em relação aos princípios. Pois, acreditava numa ideia centralista para o país com a redução dos poderes provinciais. Após a tomada de poder por Feijó, a oposição que se formou possuía um caráter heterogêneo, aglutinada por concepções pessoais, onde o único objetivo era a destituição do poder. Assim, quando o governo buscava

<sup>193</sup> *O Parlamentar*, nº 16, 23/09/1837.

<sup>194</sup> *O Parlamentar*, nº 19, 14/10/1837.

implementar medidas para a salvação nacional, os parlamentares as consideravam inúteis, impedindo o resgate público.<sup>195</sup>

Já na interpretação do *Sete d’Abril*, a trajetória possuía outro sentido. Através de uma recopilação do *Jornal dos Debates*, indicava que a principal função da legislatura de 1834-1837, assim que foi eleita, foi salvar o país da revolução. Assim, foi escolhida no sentido de conservação e de ordem, em oposição à antiga legislatura, que foi eleita num sentido de luta e demolição. Logo, a missão de 1834, de modo distinto, era de aceitar a causa da revolução, defendê-la e impedir sua destruição. Desse modo, foi eleita pela pouca variedade política e de opiniões, por sua sujeição ao espírito de conservação, pela esterilidade em relação ao progresso, pela preocupação com os perigos e pela moderação:

[...]no primeiro ano da sua existência, essas **tendências conservadoras** da Câmara não foram sem grandes vantagens. Sem elas, que satisfação teria sido dada, **que esperança seria oferecida aos alarmas e a inquietação pública?! Que barreira teria contido as paixões irregulares, as opiniões antipáticas à ordem de coisas de então?! Em uma época em que todos os interesses sérios do Brasil inquietavam-se com a perspectiva de uma reação para o passado, a conduta da Câmara foi qual devia ser. O amor da liberdade, o respeito da igualdade política, o afincamento às instituições que elevam a alma e garantem os direitos, todas essas crenças simples e fortes eram atormentadas pelo receio de uma volta para o passado[...]** Ela mostrou-se fiel ao mandato dos seus comitentes, até que um **acontecimento grande e imprevisto destruiu pela base as esperanças que era destinada a combater**. Este acontecimento, que surtiu efeitos de diversos gêneros, tirou também a câmara a sua fisionomia própria, deixando-a sem caráter e sem destino, **ficando entregue aos seus instintos de conservação**, quando essa tinha deixado de ser a principal necessidade do Brasil<sup>196</sup> [grifos nossos].

Diante disso, de forma distinta de seu adversário que considerava que os fins da oposição era a derrocada do poder, compreendia-se que o próprio ofício que a sociedade havia entregado a estes indivíduos teria sido de ordem, moderação e conservação da Regência, sendo o impedimento do retorno de Pedro I um fator importante. Todavia, a morte do antigo imperante modificou a causa da casa legislativa, tendo-lhe restado apenas o aspecto conservador de sua função, já que a revolução já estava salva.

---

<sup>195</sup> Ibidem.

<sup>196</sup> *O Sete d’Abril*, n° 493, 18/10/1837.

Outra incumbência importante providenciada àquela legislatura foi a reforma da Constituição, ocorrida no primeiro ano de sessão. Para o autor do artigo acima, o Ato Adicional estava ressentido pelas disposições do tempo em que havia sido votado, pois, naquele momento, a centralização era desacreditada pela maioria. “Todavia, muitos dos defeitos do Ato Adicional foram inevitáveis, sendo em grande parte devidos, menos a força das circunstâncias do que a inexperiência do Brasil em matéria de reformas[...]”. Sendo assim, naquele momento, a inexperiência legislativa havia prejudicado as reformas implementadas, necessitando-as de serem revistas.<sup>197</sup>

Ainda em relação ao texto destacado, o intérprete compreendia que a importância da Câmara no sistema representativo teria sido falseada nos últimos anos, quando nunca estabeleceram no poder, ao lado da Regência, um ministério parlamentar, que a apoiaria com força e sinceridade. Após 1835, este aspecto teria sido mais incisivo, o governo de Feijó “[...]calculando sobre o espírito da inércia e de fraqueza da Câmara, marchou a largos passos no caminho que conduziu a crise em que nos achamos[...]”. Por isso, a maioria parlamentar teria se despertado com a oposição, pois a ordem constitucional e a sociedade inteira estavam comprometidas. A oposição, que era minoria na casa legislativa antes de 19 de setembro, salvou o país.<sup>198</sup> Para os aliados da nova administração, a oposição que se formou após o início da regência de Pedro Araújo Lima, se encontrava em minoria.<sup>199</sup>

No *Parlamentar*, destacava-se o *Sete d’Abril* como um jornalismo assalariado, que, junto de outros periódicos, como o *Jornal dos Debates*, recebia o soldo do *partido convencional*, alcunhado de *parlamentar*.<sup>200</sup> Mais uma vez, encontramos o cenário político definido em torno de partidos, com novos termos utilizados para definir os grupos políticos - uma família política estabelecida através do ministério concretizado no país.

---

<sup>197</sup> Ibidem.

<sup>198</sup> Ibidem.

<sup>199</sup> *O Sete d’Abril*, nº 492, 14/10/1837.

<sup>200</sup> *O Parlamentar*, nº 19, 14/10/1837.

O periódico também ressaltava um contrassenso histórico de vida de alguns ministeriais. Para o escritor, a missão da nova administração era o retorno dos dias de glória de Calmon Du Pin, ressurgindo o Brasil dos anos de 1828, 1829 e 1830, momento em que era ministro de Pedro I. Sendo assim, ninguém melhor que Rodrigues Torres, entusiasta do 7 de abril, para “[...]ser ministro com os homens e heróis daquela época de absolutismo e prepotência[...]”. Ressaltava também que, em 1831, 1832 e 1833, quando escrevia *O Independente*, Torres custava a suportar a Monarquia, publicando e sustentando doutrinas democráticas e republicanas. Nesse sentido, questionava a mudança de princípios políticos do personagem.<sup>201</sup>

Do mesmo modo, expunha a trajetória de Bernardo Pereira de Vasconcellos, definido como *camaleão político* no passado, que teria sido grande inimigo do antigo Imperador e de seus ministros, o colocando como o maior personagem da oposição de 1831 que derrubou o governo, descrito como “[...]sem fé, nem crença! Homem das circunstâncias, que beijará hoje o seu inimigo, para amanhã cravar-lhe[...]”.<sup>202</sup> Nesta discussão, percebemos a importância que exercia um posicionamento político:

Se se demonstra que um ministro pode distinguir os anos da sua vida pública pela diversidade de princípios que adotou, e com entusiasmo propagou; que seus discursos públicos pela tribuna e jornalismo dão triunfos alternados a democracia e a monarquia, ao progresso e ao regresso, sempre exagerados e sempre insinuados com perfídia; que as suas alianças nascem e perecem com o interesse momentâneo que se lhe oferece[...] haverá, por desgraça do país, quem assevere que um perverso assim goza de confiança pública?<sup>203</sup>

Portanto, a incoerência histórica da trajetória ideológica de seus adversários foi utilizada para argumentar que eles não possuíam constância de princípios, compreendido como prejudicial para a execução de políticas para o país. No *Sete d’Abril*, questionava-se esta alusão: “[...]os homens do Parlamentar não admitem jamais conciliação alguma[...]”. Se expôs, no entanto, que Limpo de Abreu, no passado, era inimigo de Montezuma e, naquele momento, eles compartilhavam a amizade. Do mesmo modo, Montezuma e Feijó, no passado, haviam

---

<sup>201</sup> Ibidem.

<sup>202</sup> Ibidem.

<sup>203</sup> *O Parlamentar*, n° 20, 21/10/1837.

pertencido a lados políticos opostos.<sup>204</sup> Desse modo, se a modificação de ideias e aliados políticos ao longo do tempo era considerada incoerência e falta de princípios políticos, os integrantes da nova oposição também deveriam ser definidos assim.

Com o fim da regência de Feijó, não ocorre somente um rompimento de governo, entretanto, altera-se também a percepção de identidades nos grupos. Não é novidade que regressistas e progressistas faziam parte do cenário de similaridades e diferenças naquele momento no Rio de Janeiro. Contudo, com a abdicação, esses termos surgem de forma mais incisiva no debate político - era a consolidação dos vocábulos *regresso* e *progresso* como grupos políticos na imprensa e no parlamento do Rio de Janeiro. Definir um ao outro foi imensamente recorrente naquele momento.

1.5- Regressistas e progressistas: a distinção das identidades políticas a partir do 19 de setembro.

Após a renúncia de Diogo Antônio Feijó, a distinção entre os grupos políticos aparecia com mais clareza nos periódicos estudados. Além disso, o resultado das eleições para a Câmara dos Deputados Gerais já indicava a iminência de um parlamento de grande maioria ligada aos interesses da antiga oposição regressista. Logo, perceberemos a nova oposição, ou o grupo progressista, buscando cada vez mais o debate por meio da imprensa, ambiente imprescindível para esses personagens que se encontram em antagonismo com o governo.

Nas páginas do *Sete d’Abril*, é apresentada uma lista preciosa que dá nome aos homens do governo e da oposição quando Feijó ainda era regente. Destacamos que o objetivo da redação foi demonstrar a vitória do último grupo sobre o primeiro nas eleições para a deputação geral da legislatura de 1838-1841. E estes eram definidos da seguinte forma:

**Quadro 3 – Foram reeleitos entre os deputados.**

| <b>Da Oposição</b>  | <b>Do Governo</b> |
|---------------------|-------------------|
| Hollanda Cavalcanti | Souza Martins     |

<sup>204</sup> *O Sete d’Abril*, nº 503, 22/11/1837.

|                             |                        |
|-----------------------------|------------------------|
| Maciel Monteiro             | Lima e Silva           |
| Almeida Albuquerque         | Costa Miranda          |
| Francisco do Rego           | José Marianno          |
| Luiz Cavalcanti             | Castro e Silva         |
| Pedro Monte                 | Ferreira de Castro     |
| Araújo Lima                 | Gonçalves Martins      |
| Sebastião do Rego           | Limpo de Abreu         |
| Amaral                      | Batista Caetano        |
| Calmon                      | Belisário              |
| Rodrigues Torres            | Ferreira da Veiga      |
| J. F. de Vianna             | Cerqueira Leite        |
| Honório                     | Fernandes Torres       |
| Bispo de Cuiabá             | José Pedro de Carvalho |
| Monteiro de Barros          | Lemos                  |
| Martim Francisco            | Gomes da Fonseca       |
|                             | Álvares Machado        |
|                             | Floriano de Toledo     |
|                             | D. José                |
| <b>Não foram reeleitos.</b> |                        |
| <b>Da Oposição</b>          | <b>Do Governo</b>      |
| Abranches                   | Rafael de Carvalho     |
| Vital                       | Odorico                |
| Pinto Mendonça              | Fortuna                |
| Fontes                      | Henriques de Rezende   |
| Figueira de Mello           | A.J. de Mello          |
| Ibiapina                    | Remígio                |
| Barbosa Cordeiro            | Padre Costa            |
| Fernandes de Barros         | Messias de Leão        |
| Arcebispo                   | Rafael de Macedo       |
| Antônio Augusto             | Paula Araújo           |
| Ferreira França             | Padre Lessa            |
| Cornélio França             | Oliveira Braga         |
| Paim                        | Pinto Peixoto          |
| Galvão                      | Rodrigues Barbosa      |
| Muniz Barreto               | Padre Bhering          |
| Paulo José de Mello         | Bispo Eleito           |
| Ernesto França              | Chichorro              |
| Clímaco                     | Gabriel Mendes         |
| Vieira Souto                | Junqueira              |
| Sousa e Oliveira            | Quadros Aranha         |
| Corumbá                     | Alcibiades             |
|                             | Manso                  |
|                             | Marcondes              |
|                             | Dias de Toledo         |
|                             | Amaral Gurgel          |
|                             | Padre Valério          |
|                             | Duarte e Silva         |

Diante dos números, o periódico apresentava que, embora a quantidade de indivíduos pertencentes ao lado do governo reeleitos fosse maior, o número de não reeleitos o superava. Indicando preliminarmente que, dos 37 que, na legislatura que terminou naquele ano, 16 prosseguiriam no parlamento por parte da oposição. Enquanto isso, dos 46 que pertenciam ao governo, apenas 19 continuariam nos postos. Estes dados indicava a reprovação dos governistas perante a opinião nacional.

Entretanto, o que nos interessa neste quadro é a informação e o reconhecimento de uma câmara legislativa dividida em dois segmentos políticos, governamentais e oposicionistas, justamente o significado que possuía a palavra *partido* naquele momento. No entanto, perceberemos a partir de então uma maior utilização dos termos *regressistas* e *progressistas* para a definição dos grupos políticos, demonstrando uma maior cisão e construção de identidade entre eles.

Para ilustrar o cenário, ressaltamos um aparecimento jornalístico polêmico que rivalizou ainda mais os redatores do *Sete d'Abril* e do *Parlamentar*. Só possuímos acesso a duas edições da folha *O Regresso*, que propunha sair às quartas-feiras na Tipografia do Diário, com o preço de 400 rs. por trimestre. Todavia, para além do conteúdo da publicação, nos importa a interpretação que seus contemporâneos fizeram de si. Para o grupo progressista, seus adversários do regresso eram os responsáveis pela redação, enquanto o grupo regressista indicava os rivais do progresso como encarregados do jornal.

Destacamos que a folha aparece em cena após a renúncia de Feijó e dizia vir apoiar o novo governo. Assim, no vocabulário do *Regresso*, destacava-se a importância da substituição completa dos cargos políticos por todo o Império:

[...]Obre assim o Governo, e não se importe com a gritaria dos descontentes: vá-os arredando da administração; vá-se rodeando somente de homens do Regresso; não creia nos convertidos que querem enganar, e o hão de trair.

Enfim, nada de pactuar com o Progresso, guerra de morte a esta origem de tantos males. Viva o Regresso! Viva o Sr. Vasconcellos, pai do Regresso! E vivam os ministros que seguem, e apeiam suas luminosas medidas administrativas.<sup>205</sup>

Durante toda a publicação da edição, o jornal buscava separar sempre progressistas de regressistas, além disso, tocava em pontos polêmicos como a independência dos poderes. Por exemplo, respondendo a um artigo do *Chronista*, dizia: “[...]Engana-se o digno redator, quando pretende que a Constituição tirou toda a ingerência ao Executivo sobre o Judiciário[...]”. Referindo-se a Justiniano da Rocha, aconselhava “[...]Esqueça-se o nosso colega, como bom Regressista que é, desses princípios da exaltada independência de poderes: tudo isso é tema da demagogia para perturbar a boa ordem, e oprimir o cidadão[...]”. Demonstrando, assim, que a política que buscava era pela força da Monarquia e do Imperador, “[...]O governo vai, talvez em pouco tempo reorganizar o Poder Judiciário, para pôr o pé em que deve estar, quando comparado ao Poder Executivo[...]”.<sup>206</sup>

Nesse sentido, emitia-se uma linguagem de autoridade por meio da supremacia do Poder Moderador sobre os outros poderes políticos, indicando a existência de um princípio de “exaltada independência dos poderes”, como se não pudesse exercer expressamente o que configurava o preceito, pois seu sentido era *demagógico*, termo comumente atribuído aos princípios republicanos pelos monarquistas. Tocando em um tema tão importante no debate político brasileiro desde a Independência, seu vocabulário dividiu a opinião dos periódicos que estamos analisando.

No dia 11 de novembro de 1837, o *Parlamentar* anunciava a nova folha que era publicada na Corte:

Saiu a luz um novo periódico intitulado – O Regresso -. As ideias que expende, e os princípios que prega, são os do **absolutismo**, único meio que descobre o seu redator para felicitar o Brasil. Chama a **Constituição trambolho**, e que que o **Imperador governe sem trambolho**[...] O herói deste periódico, onde também se escreve em verso, é o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos[...]<sup>207</sup> [grifos nossos].

<sup>205</sup> *O Regresso*, nº 03, 15/11/1837.

<sup>206</sup> *Ibidem*.

<sup>207</sup> *O Parlamentar*, nº 24, 18/11/1837.

Desse modo, o jornal indicava que o objetivo do periódico, como também do grupo regressista, era estabelecer o absolutismo no país, ignorando os preceitos constitucionais. Nesse mesmo dia 11, era publicado, no *Sete d’Abril*, o seguinte diálogo:

Mais uma perfídia da súcia do Parlamentar

O Limpo de Brio e o Mente-zurra.  
*Mente-zurra.* Que Grande ideia!... foi uma inspiração dos céus.  
*Limpo de brio.* Oh! Venha isso: que tal!  
*Mente-zurra.* Que famosa ocasião nos não deparou a providência para pagarmos um tributo de louvor ao nosso...  
*Limpo de brio.* Nada de palavrório, entre na matéria, sem perífrase: revela-me a inspiração.  
*Mente-zurra.* Aí vai. Eu descobri o meio de fazer acreditar o Parlamentar que poucos leem; não tendo matéria para tornar odioso este governo, vou escrever um periódico intitulado o Regresso, no qual darei com profusão elogios ao Regente interino e aos Ministros...  
*Limpo de brio.* Dirão por aí que estás comprado; e essa, toda a gente acredita.  
*Mente-zurra.* Ouça, Sr. Desembargador, não me interrompa: eu ei de elogiar os Ministros. Mas como?!... Declarando que eles vão restabelecer o antigo governo absoluto, derrubar e destituir a Constituição do Império, que o Regente tem feito reviver todos os antigos usos no Paço, que tem afastado do Imperador todos aqueles que podiam infundir ideias liberais.  
*Limpo de brio.* Olha, amigo, o Povo do Rio de Janeiro não é tão estúpido como figuras; essa artimanha ele a penetrará imediatamente, e nós, que somos já bem conhecidos por pérfidos e traidores, ficaremos para sempre perdidos.  
*Mente-zurra.* Sempre foste tímido; foi este sempre o teu maior defeito: verás com que artifício hei de nele (ilegível) e será (e tal Regresso) tido e havido por obra de Vasconcellos ou de seus colegas; e nós então no Chocalho havemos aspar os Ministros e o mesmo Regente, já se sabe, porque não posso simpatizar com tal gentinha.<sup>208</sup>

No dia 15, nas páginas do *Sete d’Abril*, também se considerou o aparecimento do *Regresso*, revelando estar enjoado com a primeira edição, à qual não possuímos acesso. Ressaltava, “[...]Nos mete a cara ironicamente os governos da Áustria, Prússia e Espanha, de Henrique VIII de Inglaterra e de Luiz XIV de França[...]”. O redator indagava o porquê de se buscar apologia em governos que fizeram tanto mal às nações, de ligar as ideias regressistas aos princípios desses governos tão detestados pelos constitucionalistas. Assim, interpretava, “pareceu-nos que o fim do artigo do Regresso era ir atacar ao Sr. Vasconcellos[...]”.<sup>209</sup>

Nesse sentido, acusava os redatores do *Parlamentar*, Montezuma e Limpo de Abreu – referenciando-os como Mente-zurra e Limpo de brio, onde o primeiro era definido por meio de suas mentiras e falta de inteligência, enquanto o segundo, pela falta de honra – como os

<sup>208</sup> *O Sete d’Abril*, nº 499, 11/11/1837.

<sup>209</sup> *O Sete d’Abril*, nº 500, 15/11/1837.

responsáveis pela publicação, onde o único fim era prejudicar o governo, que era imbuído de figuras regressistas. No *Chronista*, através de um artigo recopilado pelo *Sete d’Abril*, também se verificava o periódico desta forma. Para o redator, o objetivo de quem o escrevia era:

[...]fazer acreditar nas províncias, entre a gente incauta e menos atilada, que o governo atual do Brasil quer retrogradar, - retrogradar até os fins do absolutismo.

-O governo atual é absolutista! **Ó das províncias, alerta!** Gritam em coro esses **republicanos que nem a liberdade da tribuna, nem a liberdade da imprensa podiam outrora tolerar[...] O governo atual é absolutista e vós sois liberais[...]** que não respeitáveis garantias alguma e que aprováveis a ditadura de sangue de vossos Alencares[...]

[...]felizmente o Brasil já tem os olhos muito abertos, o Povo já sabe o que pode esperar de **democratas de vosso jaz[...]** O Povo do Brasil quer o pacto fundamental todo inteiro, com todas as suas garantias; **não quer absolutistas nem ditadores, e por isso caístes**<sup>210</sup> [grifos nossos].

Sendo assim, ressaltava a participação do *Parlamentar* na publicação através do jargão “ó das províncias, alerta”, publicado no jornal logo após a inversão de poder. Como historicamente foi construída essa rivalidade, acusava seus opositores de serem republicanos e democratas, compreendidos como contrários aos princípios monarquistas. De outro modo, conduzia a acusação de absolutista aos próprios progressistas, que teriam governado por meio de vertentes ditatoriais, reduzindo a liberdade da imprensa e do parlamento brasileiro.

Este debate em torno da publicação do *Regresso* nos mobiliza para o novo arranjo linguístico que se configura após a inversão de poder na regência e nos ministérios. Para travar uma oposição, é necessário definir a si mesmo e aos seus adversários. Evidente que o lado ao qual o indivíduo pertence sempre será descrito através de uma ótica positiva, enquanto o contrário acontecerá em relação aos seus contestadores. Entretanto, mesmo que se busque se afastar ao máximo de seu inimigo, se autoidentificando como oposto a suas premissas, algo é essencial e indissociável deste processo: o reconhecimento do antagonista.

Conforme os apontamentos acima, a cisão entre os grupos políticos ocorria de forma cada vez mais clara nos periódicos do Rio de Janeiro. No vocabulário do *Parlamentar*, por

<sup>210</sup> *O Sete d’Abril*, nº 502, 18/11/1837.

exemplo, os termos *regressistas*, *regresso*, *retrógrados* e similares começavam a aparecer de forma mais incisiva.

Sendo uma das pautas dos regressistas a interpretação do Ato Adicional, seus contestadores a utilizaram para indicar seus princípios *retrógrados*, demonstrando que este era um ato que encontraram para regressar o país para o momento anterior a 1831, percebido como resquício do Antigo Regime. Defendendo a reforma legislativa ocorrida no início da década, no *Parlamentar* era exposto que as comparações que faziam entre a Constituição de 1824 e o Ato Adicional com o objetivo de demonstrar as contradições entre as legislações, não eram corretas, pois sempre que houvesse uma oposição entre as doutrinas, deveria prevalecer a posterior, já que “[...]a constituição que nos rege não é a antiga constituição, mas a constituição reformada[...]”.<sup>211</sup>

Nas palavras emitidas na folha, era um absurdo o que buscavam os *retrógrados interpretadores*, que a legislação já estava clara e não se podia verificar boa-fé nos que queriam interpretar, sendo seus objetivos o cerceamento do poder provincial e a limitação de seu poder. E ainda rebatia àqueles que acusavam os homens do progresso de serem anarquistas, “[...]se o termo anarquista quer dizer inimigo do absolutismo e da retrogradação, e defensor da constituição que nos rege, seremos anarquistas[...]”. E, mais uma vez, proferia “oh das províncias, alerta!”.<sup>212</sup>

Compartilhava-se no periódico um artigo do *Universal*, jornal que circulava na província de Minas Gerais. Rememorando o governo de Feijó, o autor ressaltava que o seu governo teria sido responsável pelo despertar dos brasileiros ao amor à Monarquia, extinguindo um partido que tendenciava para a democracia. Nesse sentido, “[...]A administração que acabou naquele dia[...] merecia a confiança do partido liberal, e que se tem nestes últimos tempos, denominado – do progresso[...]”. Nesta ótica, o *partido liberal* ou do *progresso* teria dominado

<sup>211</sup> *O Parlamentar* n° 22, 04/11/1837.

<sup>212</sup> *Ibidem*.

até o dia 19 de setembro, quando o *partido do regresso* veio substituir “[...]o das antigas lembranças, o amigo da ressurreição do passado[...]”.<sup>213</sup>

Observamos mais uma vez que a emergência do elemento partidário, definindo seu grupo como *partido liberal* desde, pelo menos, o início do governo de Diogo Feijó, demonstrava que agora o grupo era comumente definido como *partido do progresso*. Enquanto isso, do lado oposto, vislumbrava-se o *partido do regresso*. Portanto, teríamos, nesse momento, a formação dos partidos políticos no Brasil? Ou o seu reconhecimento no Rio de Janeiro? A análise das fontes nos leva a crer que não. O que identificamos é uma transição de vocabulário que propiciou a sua formação.

Era, na verdade, a palavra partido que estava em voga no momento, coligada ao termo liberal, princípio político presente no vocabulário de todos os políticos que analisamos neste trabalho. Entretanto, o liberalismo no Brasil é permeado de ambiguidades, que estabeleceram a distinção e o ideário político dos partidos.

A exemplo disso, no *Parlamentar*, indicava-se que a administração de 19 de setembro estava fazendo o Brasil “[...]regressar a pátria ao estado lastimoso em que éramos antes do ano de 1822[...]”. Nesse sentido, indicava que o governo estava colocando em prática atos comuns do Antigo Regime, como o reestabelecimento do beija-mão, extinto por Feijó.<sup>214</sup> Na folha progressista, caracterizava-se o Brasil de então como *monarquia gótica*, fruto da retrogradação implementada por seus adversários. Assim, dizia que buscavam restabelecer usos e costumes que há muito tempo teriam sido banidos pelas luzes da filosofia, mesmo na Europa. Logo, questionavam como poderiam incluí-los na América do século XIX?<sup>215</sup>

Desse modo, a investigação nos leva a identificar que os grupos políticos no Rio de Janeiro estavam, nesse momento, na fase de construção ou aceitação dos partidos políticos

---

<sup>213</sup> *O Parlamentar* nº 25, 25/11/1837.

<sup>214</sup> *O Parlamentar* nº 28, 16/12/1837.

<sup>215</sup> *O Parlamentar* nº 29, 23/12/1837.

como elemento institucional. A concretização dessas organizações aconteceu algum tempo depois. Além disso, considerando que as primeiras agremiações formadas no Brasil foram o Partido Conservador e o Partido Liberal, ainda não encontramos, naquele momento, tal oposição tanto na imprensa, como no parlamento.

É perceptível que regressistas já eram ressaltados como emanadores de *tendências conservadoras*, assim como progressistas como possuidores de *tendências liberais*, embora o liberalismo fosse evocado e defendido na linguagem de ambos os grupos. Todavia, os elementos constituidores de um grupo conservador ou liberal ainda estavam em construção, por isso, quando encontramos *partido liberal* em uma linguagem progressista, devemos entender como o lado liberal, ou lado mais liberal, sem o sentido organizacional.

Retomando o cenário linguístico de transformação identitária, ressaltamos que cada vez mais os periodistas buscavam definir o seu grupo e o adversário:

O que é **regresso**? É a **volta ao ponto de que se partiu**. O que é o **progresso**? A **continuação do andamento que se começou**.

Aplicando estas ideias as nações, o **progresso é a aquisição e propagação das luzes**, com que elas trabalham para dissipar as trevas, em que a barbaridade dos séculos antecedentes haviam envolvido o espírito humano, e o **regresso seria tornar os erros, e ignorância, que por tanto tempo fizeram a calamidade, e a ruína dos povos**[...] <sup>216</sup> [grifos nossos].

Desse modo, fazia uma oposição entre uma identidade que objetivava propagar a luz e aquela do retorno ao estado de escuridão, de ignorância, que prejudicava as sociedades. No *Sete d'Abril*, esta alusão será questionada pelos regressistas:

[...]Especulando sobre as ambiguidades dos termos, o Parlamentar parece escolher com satisfação este terreno para o conflito dos dois princípios antieconômicos, o progresso e o regresso[...] Não há argumento mais cômodo do que supor em um governo, **nascido de um movimento liberal**,<sup>217</sup> a pretensão e o desígnio de restabelecer o Império dos princípios condenados por um grande ato de soberania nacional. No momento em que a calma das paixões e dos interesses gerais parecem impor silêncio a oposição, explora-se, para semear a desconfiança, certas inquietações vagas[...] Ao de supor nos atuais depositários do poder **tendências retrógradadas**[...] <sup>218</sup> [grifos nossos].

<sup>216</sup> *O Parlamentar* n° 26, 02/12/1837.

<sup>217</sup> Comprovando o argumento de que os princípios liberais norteavam a política do grupo mais conservador.

<sup>218</sup> *O Sete d'Abril* n° 502, 18/11/1837.

Sendo assim, as considerações de seu adversário eram para fazer desacreditar o governo estabelecido, julgando-o como aspirante ao passado que combateu os princípios liberais no Brasil, como a forma autoritária de governo exercida por D. Pedro I, ou até mesmo do Antigo Regime. Dessa maneira, afirmavam que também aspiravam o liberalismo como o progresso. Logo, nesta concepção, o regresso era “[...]caminhar para o porvir, com resolução, com perseverança, com prudência para evitar os acidentes práticos e os perigos das inovações, como intrépidos mineradores que não progridem sem ter primeiro firmado o terreno[...]”.<sup>219</sup> Portanto, a doutrina que defendiam desejava progredir, mas sem a total destruição do passado, evitando incidentes no percurso.

Indagava-se também qual seria o programa político do *Parlamentar*, intérprete oficial da oposição? Quais eram suas bandeiras para a crítica, os princípios, intenções, sistema político que protestavam? E pedia-se que a oposição “[...]fosse um verdadeiro partido, e não uma intriga organizada no interesse de algumas paixões[...]”. Assim, sem programa político, os regressistas buscavam, nesse momento, apenas ferir a imagem do governo.<sup>220</sup>

A análise do trecho da fonte indica o reconhecimento do partido como algo relacionado à existência de um *programa partidário*, fora isso, seria uma intriga organizada que esbanjava o interesse de paixões, algo irracional, considerado não político no vocabulário do periódico. Em outra edição, o jornal revelou que compreendia partidos políticos como *família política* e como a existência de *mais de uma opinião* política.<sup>221</sup> Assim, verificamos uma ampliação da compreensão de partido como lado político, incluindo, em seu significado, o comprometimento de ideias por meio de programas, da perspectiva de lealdade entre os personagens e do reconhecimento da pluralidade de opiniões, do mesmo modo que apresenta Giovanni Sartori.<sup>222</sup>

---

<sup>219</sup> Ibidem.

<sup>220</sup> Ibidem.

<sup>221</sup> *O Sete d’Abril*, nº 500, 15/11/1837.

<sup>222</sup> Na perspectiva de Sartori, a mutação de facção para partido foi um processo paralelo, ou seja, um lento, engansoso e tortuoso processo da intolerância para a tolerância, da tolerância para a dissensão, e da dissensão para

Ressaltamos ainda a seriedade que os intérpretes da política encontravam em relação aos posicionamentos e a incoerência de ideias eram constantemente criticadas. A exemplo disso, a atitude do *Sete d’Abril* em colocar seu grupo como defensor do progresso foi exposta e colocada como prova pelo *Parlamentar* sobre a falta de crença política de seus adversários, desse modo, o regresso que proclamavam, quando se fazia, era para enganar algum indivíduo.<sup>223</sup>

Por fim, na última edição do ano de 1837, o jornal definia que o sentido do ministério em exercício era a satisfação de uma *facção antinacional*, ou seja, do grupo regressista, que era oposto à liberdade, à dignidade, à independência, à ordem e à civilização. Em suas palavras, dizia que se objetivava fortalecer a monarquia sem os alicerces do amor, promovendo a humilhação de brasileiros, reduzindo-os a escravos, precipitando-se a um abismo, logo, em breve, o país entraria num naufrágio.<sup>224</sup> Nesta fala, ressaltava-se, no *Parlamentar*, o caráter faccioso do grupo do regresso, definindo-os como uma *facção antinacional*, e não *partido*.

Assim, verificamos que, nos meses finais do ano de 1837, ocorreu uma modificação importante no vocabulário dos periódicos estudados. Utilizando as dimensões teóricas de Keith Baker,<sup>225</sup> compreendemos que, alterando um aspecto da cultura política imperial, como a administração pública, alterava-se também a linguagem política. Logo, um periódico político ligado aos interesses da oposição, ou, como denominavam, *partido da oposição*, transformava-se em governista, emitindo um vocabulário de autoridade. De outro modo, o jornal, que até então tinha por propósito defender o ministério e seus aliados, ou o *partido do governo*, passa a pertencer às fileiras da oposição, cenário que modifica por completo a forma desses personagens de lidar com a política.

---

a convicção na diversidade. Desse modo, na compreensão que a dissensão e a diversidade não eram opostas à ordem política, partidos e pluralismo teriam se originado no mesmo caminho (SARTORI, 1970, p. 33-34).

<sup>223</sup> *O Parlamentar* n° 27, 09/12/1837.

<sup>224</sup> *O Parlamentar* n° 30, 30/12/1837.

<sup>225</sup> BAKER, 2006.

Desde a reforma legislativa promulgada em 1834, liberais moderados se dissolveram por conta de seus resultados. O principal marco desta cisão é o debate travado no parlamento entre Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcellos, na sessão de 1835, conhecidos por serem os percursores do progressismo e do regressismo como grupos políticos do Rio de Janeiro.<sup>226</sup> De fato, desde 1835, encontramos os termos de forma bastante tímida nos *Anais do Parlamento Brasileiro*. Contudo, é apenas no ano de 1837, junto do termo *partido*, que as identidades são desenvolvidas no vocabulário político dos personagens.

A legislatura de 1834-1837 terminava. Os parlamentares que a integraram tiveram que lidar com muitos desafios, como a aprovação do Ato Adicional, as revoltas características do período, como a Farroupilha, no Sul, e a Cabanagem, no Norte, a primeira eleição de um regente para o país, e o horizonte de incertezas para o Império do Brasil, já que faltava o aspecto primordial para sua continuação: o governo de um imperante. Ao abandonar o posto, Diogo Feijó deixava a administração nas mãos daqueles que diziam restaurar a autoridade no Brasil.

Nesses quatro anos de existência, questões ligadas à religião, ao sistema político, às legislações e às sublevações por todo o Império dividiram a casa legislativa em, ao menos, dois blocos. Predominaram os grupos que formaram o ajuntamento do regresso e do progresso dentro do parlamento. Se Duverger compreende que os partidos políticos surgem primeiramente como partido de quadros, a saber, na Câmara dos Deputados,<sup>227</sup> não encontramos discordância ao analisar o cenário brasileiro. Contudo, compreendemos que os principais debates e o desenvolvimento ocorrem na imprensa. Como argumenta Marco Morel, a imprensa foi ambiente indispensável para a formação de partidos no Brasil.<sup>228</sup>

---

<sup>226</sup> CAVALVANTI JUNIOR, 2015.

<sup>227</sup> DUVERGER, 1970.

<sup>228</sup> MOREL, 2016.

## 1.6 - Conclusão

Ao longo deste capítulo, percebemos que um cenário de distinção de identidades ocorria dentro do parlamento e se desenvolvia no vocabulário político da imprensa do Rio de Janeiro. As principais fontes estudadas revelam, principalmente, o debate entre duas figuras parlamentares emblemáticas: Bernardo Pereira de Vasconcellos e Antônio Paulino Limpo de Abreu. Verificamos também que a figura de Diogo Antônio Feijó, líder máximo do Brasil naquele ano, foi a chave para as distinções entre os grupos.

Constatamos, assim, o contexto vivenciado por personagens do círculo da política, da imprensa e do parlamento. Para o cumprimento do estudo dos partidos políticos, consideramos o contexto importante para integrar os personagens no cenário em que debatiam suas ideias. Desse modo, avistamos, para o ano de 1837, um ambiente conflitivo entre os deputados e o governo. Este cenário providenciou uma maior distinção entre os grupos políticos, levando-os a definir os lados parlamentares através do termo *partido*, sendo, portanto, rivalizado, naquele ambiente, o *partido do governo* e o *partido da oposição*. Por outro lado, quando buscavam deslegitimar a importância política de um grupo, denominavam como *facção*, ou até mesmo *seita*.

Neste trabalho, voltado ao estudo do vocabulário político, a linguagem ganha bastante importância para o cumprimento das transformações políticas. Logo, verificando que, naquele contexto, o sentido organizacional do partido ainda não encontrava realidade no Rio de Janeiro, não se pode dizer o mesmo acerca do significado da palavra. Pouco a pouco, seu conteúdo vai se desassociando da acepção de facção, e o termo entra cada vez mais em evidência no debate político.

Outro fator importante para compreender que a ideia de partido entrava em emergência naquele momento era a necessidade que os indivíduos possuíam em se posicionar, e a exigência do posicionamento políticos que mobilizavam para seus correligionários. Desse modo,

ressaltamos o *partido da maromba*, composto por parlamentares, aludia àqueles que, desde 1835, quando regressistas e progressistas começaram a formar bloco, não se aliaram concretamente a nenhum dos princípios, sendo interpretados, de forma negativa, por seus correligionários.

Percebemos, em nossa análise, que, após a renúncia do regente, o vocabulário político identitário sofre alteração. Se as discussões se voltavam até então entre partidários do governo ou da oposição, daquele momento em diante, os termos *regressistas* e *progressistas* se consolidam como posicionamento e identidade política. Enquanto isso, cada vez mais, a palavra partido ganhava forma de instituição, necessária para a vivência política.

A autoridade política foi invertida no Império brasileiro, Pedro de Araújo Lima ascendia, tornando-se autoridade máxima do Poder Executivo. Os intérpretes da Corte no Rio de Janeiro que expressavam suas opiniões nos periódicos, posicionados em algum espectro político, modificaram também seu vocabulário político. Se 1837 é marcado quase por completo por oposição dos regressistas, em 1838, são os progressistas que pertencem à arena da oposição na política. Sendo assim, o Império entrava em um novo momento de sua história, denominado pela historiografia como Período do Regresso.

## 2 – Partido como princípio político: o vocabulário político das identidades na fase inicial do Regresso.

Com a modificação dos personagens ocupantes do Poder Executivo em 19 de setembro de 1837, o Império começou a passar por um período que determinou as bases do Segundo Reinado, permitindo a consolidação da ordem no Brasil.<sup>229</sup> Denominado como período do Regresso, o cenário marcou a entrada de antigos algozes de Diogo Antônio Feijó e de seus seguidores na liderança do país. É importante destacar que o contexto permitiu uma maior clareza para o cenário identitário, logo, este capítulo demonstrará uma divisão de grupos políticos mais sólidos no ano de 1838, ao mesmo tempo em que assistiremos ao termo *partido* ganhando cada vez mais adesão na imprensa do Rio de Janeiro.

**Quadro 4 – Perfil social do Ministério Parlamentar**

| <b>Personagem</b>                 | <b>Data de nascimento</b> | <b>Local de nascimento</b> | <b>Formação</b>   |
|-----------------------------------|---------------------------|----------------------------|---|
| Bernardo Pereira de Vasconcellos  | 27/08/1795                | Minas Gerais               | Direito – Universidade de Coimbra   |
| Antônio Peregrino Maciel Monteiro | 30/04/1804                | Pernambuco                 | Bacharel em Letras, em Ciência e Medicina - Universidade de Paris.        |
| Sebastião do Rego Barros          | 18/08/1803                | Pernambuco                 | Bacharel em Matemática – Universidade de Coimbra/Universidade de Gottigen |
| Joaquim José Rodrigues Torres     | 13/12/1802                | Rio de Janeiro             | Bacharel em Matemática – Universidade de Coimbra                          |
| Miguel Calmon Du Pin e Almeida    | 22/12/1796                | Bahia                      | Bacharel em Leis – Universidade de Coimbra                                |

Fonte: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

<sup>229</sup> Acerca da construção e do firmamento da ordem no Brasil: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

O quadro acima apresenta o perfil dos personagens que ascendiam ao poder. Como já ressaltado, todos ocupavam as cadeiras parlamentares naquele momento, por isso a denominação de *Ministério Parlamentar*. Assim como era líder intelectual do regressismo, aos 42 anos, Bernardo Pereira de Vasconcellos também figurava como o mais velho do grupo ministerial, sendo Maciel Monteiro a personalidade mais jovem, com 33 anos. Sendo assim, o grupo de ministros era mais jovem que os precedentes, já que o perfil mais antigo possuía a idade do ministro mais jovem de Diogo Antônio Feijó.

De forma distinta dos dois últimos ministérios de Feijó, nenhum personagem havia nascido fora do território brasileiro, e como costumeiro no Brasil imperial, o Norte e o Sudeste aparecem mais uma vez como os grandes produtores de ministros, tendo neste ministério a totalidade da representação.

O dado que mais se destaca no quadro acima, é o da formação intelectual desta elite política. Embora Maciel Monteiro não obtivesse formação em Coimbra assim como seus pares, frequentou também uma universidade na Europa. A composição era bem semelhante as que apontou José Murilo de Carvalho<sup>230</sup>. No âmbito do treinamento que a elite passava antes que pudesse atingir ao cargo ministerial, o mesmo caráter se repete.

Além de deputados gerais naquele momento, tais personalidades também haviam desfrutado de outros cargos públicos eletivos ou não. Bernardo Pereira de Vasconcellos, por exemplo, assim que obteve seu diploma por Coimbra, foi Juiz de Fora por São Paulo, Desembargador pelo Maranhão, membro da primeira Assembleia Provincial de Minas Gerais, e logo que virou ministro em 1837, foi escolhido para o Senado pela mesma província. Já Maciel Monteiro obteve a trajetória um pouco inversa da maioria, após ser Deputado Geral por Pernambuco e ministro do Império, foi vereador de Câmara Municipal, diretor do Teatro

---

<sup>230</sup> CARVALHO, 2008.

Público, provedor de saúde do porto, membro da junta de higiene e diretor de instrução pública. Assim, adquiria experiência em administração pública em setores variados.<sup>231</sup>

A vida precedente de Sebastião do Rego Barros também foi variada, antes de ser Deputado Geral pela província que nasceu, foi um militar combatente pela causa do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1817 contra a Revolução Pernambucana. Destacamos, que desde que foi eleito para deputado em 1830, com exceção de duas legislaturas, continuou no cargo até sua morte em 1863. Um dos grandes nomes do regressismo e do Partido Conservador, Joaquim José Rodrigues Torres lecionou anteriormente na Academia Militar e foi deputado geral pela província do Rio de Janeiro.<sup>232</sup>

Por fim, destacamos o polêmico personagem Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Se a figura de Lima e Silva no governo de Diogo Antônio Feijó representava aspectos do republicanismo para seus adversários, Du pin e Almeida era o indício do *antigo regime* para seus antagonistas, já que havia sido ministro e defensor de Pedro I. No entanto, é necessário que se destaque a participação do personagem como deputado da Constituinte, além dos variados cargos ocupados no governo desde a Independência do Brasil.<sup>233</sup>

Neste sentido, mais uma vez apresentamos um ministério repleto de figuras comprometidas com as instituições nacionais desde a independência, a trajetória de vida destes personagens se insere na trajetória política do Brasil independente. Seja no meio administrativo, político ou judiciário, tais personagens sempre estiveram vinculados aos aparelhos institucionais, corroborando, construindo e agindo pela manutenção da ordem imperial. E por isso, em relação ao perfil social deste grupo, em pouco diferem dos ministros que governaram ao lado de Feijó. Neste trabalho, compreendemos que questões de caráter essencialmente

---

<sup>231</sup> BLAKE, 1883.

<sup>232</sup> Ibidem.

<sup>233</sup> Ibidem.

ideológico diferia estes indivíduos, e é neste momento que a compreensão que possuíam acerca do liberalismo aparece como hipótese.

É importante salientar que o período do Regresso já passou por análises aprofundadas dentro da historiografia e por outros pensadores que se dedicaram à escrita da história do Brasil Império. Contemporâneo de quase toda a trajetória dos partidos políticos da época, Teophilo Benedicto Ottoni relatou, em sua circular, a aprovação do Ato Adicional como uma circunstância que delineou as feições dos partidos do Segundo Reinado. Para o intérprete, desde então, um grupo de ambiciosos que buscavam reformar o Ato Adicional de 1834 formavam a *seita do regresso*, “[...]bandeira a cuja sombra os oligarcas derrocaram os monumentos da civilização e de progresso que os patriotas do primeiro reinado haviam erigido na legislação do país[...]”.<sup>234</sup>

Percepção que também foi compartilhada por Francisco de Sales Torres Homem na primeira fase de sua trajetória política.<sup>235</sup> Para o publicista, a política do Regresso implementada no país convidava o povo a desprezar as instituições livres. Assim, buscava-se retrogradar as mazelas dos tempos antigos. Ressaltou também que os defensores desta política enchiam a boca de *trono, fidalguia e regresso* a fim de tencionar uma reação contra o princípio liberal. Além disso, relatava que o Ato Adicional, obra que conseguiu manter ligada as 18 províncias do Império, foi o primeiro alvo da *facção retrógrada*, que, sob o falso título de interpretação, anulou a lei constitucional, retirando das assembleias preciosas atribuições.<sup>236</sup>

Na década de 1870, o político, jornalista e pensador da descentralização no Império, Tavares Bastos, também interpretava o período nestes termos. Ele considerou que, em 1831,

---

<sup>234</sup> OTTONI, 1860, p. 39-40.

<sup>235</sup> “[...]Sales Torres Homem, cuja carreira política pode ser assim configurada: primeira fase, revolucionária; segunda, coalicionista; terceira, conservadora... Essa violenta transformação, essa trajetória de um a outro pólo, ele a fez no curto período de dez anos.” MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletário do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 31.

<sup>236</sup> TORRES HOMEM, Francisco de. S. O Libelo do Povo. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletário do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 87-89.

ocorreu, no Brasil, uma revolução nacional, cujo objetivo era romper com o modelo do Antigo Regime que atingia o Brasil, imitando os moldes norte-americanos. No fim da década, o partido do regresso, que era composto por servidores do primeiro Imperador e por liberais convertidos, teria restabelecido as teorias europeias de uma monarquia unitária.<sup>237</sup>

As perspectivas apontadas são distintas de Justiniano José da Rocha, publicista portavoz dos conservadores durante décadas. Em sua interpretação, a trajetória política era dividida em três períodos: *ação*, *reação* e *transação*, cujo último marco se realizaria o progresso e firmaria a conquista da civilização. Sendo assim, considerou que, da época da Independência até o ano de 1851, o Império teria vivenciado uma luta entre o elemento democrático e o elemento monárquico, que, caso não fosse para a forte constituição da unidade brasileira, a batalha teria levado o Brasil a sucumbir-se.<sup>238</sup>

Justiniano José da Rocha indicou que as legislações liberais implementadas na época da Regência fizeram parte da *Ação*, período que levou à preponderância da democracia nas instituições nacionais. Desse modo, dos anos de 1831 a 1836, consumou-se a obra da democracia. O Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário cercavam-se de seus elementos. Para o jornalista, de 1836 a 1840, a política imperial vivenciava a luta da *Reação*, que obteve sua primeira vitória com a renúncia do Regente Diogo Antônio Feijó, e sua substituição por personagens políticos da oposição parlamentar daquele tempo. A partir de então, começavam-se importantes modificações nos hábitos públicos, na linguagem oficial e nas leis.<sup>239</sup>

De modo distinto do que acreditava Ottoni e Torres Homem, Justiniano da Rocha enxergou, na elaboração da lei da interpretação, uma procura pela garantia da unidade do

---

<sup>237</sup> BASTOS, 1870, p. 79-80.

<sup>238</sup> ROCHA, Justiniano José da. *Ação. Reação; transação*: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletário do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009, p. 159-160.

<sup>239</sup> *Ibidem*, p. 179-185.

Império, que considerava ameaçada pelos excessos das atribuições concedidas às assembleias provinciais. Para o autor, a lei foi elaborada com madureza e teria, em meio aos partidos, traçado uma linha divisória entre os retores contra a organização democrática e os seus defensores.<sup>240</sup>

Na percepção de Paulino José Soares de Souza, um dos maiores pensadores e políticos do conservadorismo no Império, na medida em que se aumentavam os poderes das províncias, o Ato Adicional findava as liberdades municipais, contrariando o liberalismo e o progresso. Ele também considerou que, principalmente nos anos de 1835, 1836 e 1837, as assembleias provinciais teriam feito diversas usurpações contra o poder geral, começando uma obra de demolição de todo o edifício social.<sup>241</sup>

Com o foco nas divergências entre os programas políticos dos grupos, Americo Brasiliense apresentou as características dos programas de liberais e conservadores na década de 1830. Conforme o autor, no início da década os liberais buscavam por:

Monarquia Federativa  
Extinção do Poder Moderador,  
Eleição bienal da Câmara dos Deputados,  
Senado eletivo e temporário,  
Supressão do Conselho de Estado,  
Assembleias Legislativas Provinciais, com duas Câmaras,  
Intendentes nos municípios, sendo nestes o mesmo que os Presidentes nas províncias.<sup>242</sup>

De modo geral, tais proposições buscavam a descentralização política e administrativa do Império, a redução da autoridade do Imperador e maior teor democrático ao Senado. As fontes analisadas no decorrer deste trabalho não demonstraram com clareza as propostas apontadas acima, principalmente pelo fato de seus projetos terem saído vitoriosos no Ato Adicional de

---

<sup>240</sup> Ibidem.

<sup>241</sup> URUGUAI, Visconde de. *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.

<sup>242</sup> BRASILIENSE, Americo. *Os programas dos partidos e o 2º Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878, p. 10.

1834. Entretanto, verificamos durante a pesquisa, uma linguagem de resposta aos ataques que seus projetos vinham recebendo de seus adversários.

Assim, na linguagem das folhas progressistas foi apresentada uma defesa a autonomia das províncias do Império e um combate à autoridade que era projetada e implementada pelos conservadores. Nos anos analisados, verificamos que o projeto político liberal era a consolidação dos preceitos postos na legislação de 1834. Já o grupo regressista, ou conservador, apresentava projetos mais incisivos, já que suas propostas ainda careciam de serem implementadas e solidificadas no Império. Compreendendo também que o Partido Conservador apareceu na cena política em 1837, Brasiliense apresentou que o grupo partia do seguinte programa:

Interpretação do Ato Adicional, restringindo as atribuições das Assembleias Provinciais.

Rigorosa observância dos preceitos da Constituição.

Resistência e inovações políticas que não fossem maduramente estudadas.

Restabelecimento do Conselho de Estado.

Centralização política, toda a força a autoridade e leis de compreensão contra as aspirações anarquizadoras para que se restituísse e restaurasse a paz, a ordem, o progresso pautado e refletido, e a unidade do Império sob o regime representativo monárquico, que exclusivamente conseguiria fazer a nação prosperar e engrandecer.<sup>243</sup>

Sendo assim, seu programa político aparecia como resposta a solidificação das instituições liberais fomentadas no início da década de 1830, principalmente, no tocante a revisão do Ato Adicional de 1834. Nas folhas conservadoras que estudamos, percebemos que a preocupação era constante com os excessos políticos e sociais que o progresso que julgavam estar descontrolado poderia causar. Portanto, destacamos que o projeto político de tais entusiastas não tinha por objetivo destituir todo o edifício liberal, entretanto, remodelar as peças institucionais com elementos conservadores.

---

<sup>243</sup> Ibidem, p. 12.

Modificando a escala historiográfica para o século XX, Caio Prado Júnior considerou que o Brasil Império teria ingressado na fase de consolidação do estado nacional após a abdicação de Pedro I. Compreendendo que, após a retirada do imperante, o governo teria se livrado de absolutistas que se tornavam restauradores após o 7 de abril. Também demonstra que, no ano de 1836, as antigas facções do período da abdicação e início da regência<sup>244</sup> já estavam diluídas. Assim, alguns parlamentares já consideravam as reformas liberais, como o Ato Adicional, responsáveis pelo enfraquecimento do poder central, formando aos poucos uma maioria reacionária na Câmara. Naquele momento, parlamentares, como Rodrigues Torres e Carneiro Leão, já propunham revisões nas reformas e aconselhavam o regresso.<sup>245</sup>

Em sua análise, Caio Prado Junior também apontou que Feijó não entendeu os significados daquele partido que se formava, que representava as classes dominantes. Logo, sem o apoio destas, foi impossível governar. Para o autor, o padre também era conservador e reacionário, direcionando seu governo para uma política pessoal, que elevou sua oposição no parlamento. Com um viés marxista, o autor aponta que, dos anos de 1837-1849, a política brasileira teria vivenciado o momento mais reacionário de sua história.<sup>246</sup>

Já Raymundo Faoro salientou que, após uma “tímida embriaguez liberal”, o Regresso viria pelos mesmos homens que promoveram a abdicação. Desse modo, antigos revolucionários passavam a conservadores, sendo este o posicionamento do partido moderado, que governou de 1831 a 1838. Citando Nabuco, o autor considera que o grupo “[...]salvou a sociedade da ruína, é certo, mas da ruína que ele mesmo lhe preparou[...]”.<sup>247</sup> Portanto, os liberais que se assentavam no poder aos poucos convertiam-se em conservadores, guardando o país da anarquia.

---

<sup>244</sup> Neste ponto, compreendemos as identidades já aprofundadas por Marcello Basile, denominadas de *moderados*, *exaltados* e *caramurus*. BASILE, 2009.

<sup>245</sup> PRADO JUNIOR, 1994.

<sup>246</sup> Ibidem, p. 86.

<sup>247</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 357.

Percepção também comungada por Richard Graham, que demonstrou que, após notarem as consequências políticas e sociais das reformas implementadas no início da década de 1830, parte da elite brasileira encontrou discórdia, violência e desagregação, em vez de paz, racionalidade e união confederada. As elites locais teriam sido as primeiras a sentirem a desordem, e seus representantes na capital tornavam-se conservadores, com a retórica de restauração da ordem.<sup>248</sup>

No entendimento de Paulo Pereira Castro, o regresso se colocou distante do apaziguamento político. Para o autor, o *Ministério Parlamentar* foi permeado por combates que só concorreu para aprofundar as divisões partidárias. O programa que os regressistas traziam era inspirado nas campanhas políticas de parlamentares liderados por Bernardo Pereira de Vasconcellos contra o ex-regente Feijó. Assim, buscavam reformar o Código de Processo Criminal de 1832 e interpretar o Ato Adicional, cujo objetivo era reduzir os poderes das assembleias provinciais e devolver ao centro nacional o controle do sistema judicial.<sup>249</sup>

Na visão de Castro, inspirado nos publicistas reacionários franceses, Vasconcellos liderava o Partido do Regresso e o definia como a política de recuo ao que julgava como liberalismo excessivo, que levava o país à anarquia. Nesta perspectiva, o núcleo deste partido era a oligarquia fluminense, chefiada por Rodrigues Torres, pertencentes ao grupo os personagens Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós. Enquanto, em São Paulo, a representação era feita por Costa Carvalho.<sup>250</sup>

Ainda abordando a argumentação de Paulo Pereira Castro, o autor considerou que foi justamente em relação à interpretação que ocorreu a divisão de forças no fim do período

---

<sup>248</sup> GRAHAM, 1997, p. 77.

<sup>249</sup> CASTRO, 1972, p. 55. O autor também salienta que, desde a aprovação do Código de Processo, poucos meses depois, já pensava-se em reformá-lo. Do mesmo modo ocorreu com o Ato Adicional, que, desde a redação final do documento, Bernardo Pereira de Vasconcelos, seu principal autor, já apontava como “carta da anarquia”. Na visão de Castro, Vasconcelos transformou as manifestações críticas isoladas como elemento de uma ideologia partidária.

<sup>250</sup> Ibidem.

regencial. Assim, *chimangos ortodoxos*<sup>251</sup> teriam se unido contra as pretensões do regresso em 1838, compreendendo o Ato Adicional como integrante à Constituição, cuja observância deveria ser literal. Dessa maneira, esta linha partidária teria como lema as defesas das franquezas provinciais e a fidelidade aos ideais do 07 de abril, se apresentando como Partido Liberal.<sup>252</sup>

Nesta pesquisa, concordamos em parte com os apontamentos de Castro. De fato, compreendemos e aceitamos que a fundamentação das identidades ocorreu através do desentendimento acerca do Ato Adicional. Entretanto, apenas esta explicação não é suficiente para compreender a divergência entre os grupos. Assim como, consideramos que a sigla Partido Liberal ainda não estava consolidada no período apontado.

Sendo assim, ponderamos a existência de duas identidades que vinham se dividindo dentro do parlamento desde o início das primeiras tensões em torno das reformas. A compreensão dos grupos regressista e progressista é essencial para o entendimento da formação do Partido Conservador e do Partido Liberal, já que, através dos desafios que enfrentaram, foi possível a formação ideológica das agremiações.

No entendimento de Marcello Basile, o Partido do Regresso, sob a liderança de Bernardo Pereira de Vasconcellos, foi o núcleo do que viria a ser o Partido Conservador. O grupo era composto por grandes fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense ligados à produção de café, que estavam em ascensão. Aliados a estes, encontravam-se também a maioria dos magistrados, burocratas da corte, e outros grandes fazendeiros.<sup>253</sup>

Em relação aos seus opositores, apontou que outros segmentos políticos da sociedade formaram inicialmente o Partido Progressista, cerne do que, no futuro, formaria o Partido

---

<sup>251</sup> No início da Regência, o Partido Moderado teria sido alcunhado de chimango, cujo objetivo era aproximar o grupo com o movimento de abril e afastá-los da política caramuru. *Ibidem*, p. 25.

<sup>252</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>253</sup> BASILE, Marcello. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Liberal. Para caracterizar o arranjo político destes, o autor utilizou os estudos de José Murilo de Carvalho, que demonstrou que o grupo era composto por profissionais liberais da área urbana, formado principalmente por advogados e jornalistas, e, também, por numerosos proprietários de terra das áreas menos tradicionais. Junto a estes, aliaram-se antigos exaltados e poucos restauradores.<sup>254</sup>

Acerca desses grupos, Ilmar Mattos revelou que progressistas, que logo depois tornaram-se liberais, possuíam um ponto de vista quantitativo de liberdade como fator de união, compreendendo a nação como um conjunto de indivíduos, e o Império como associação política do povo.<sup>255</sup> Já os regressistas pautavam-se num conceito qualitativo de liberdade, deslocando-se do conceito revolucionário, igualitário e quantitativo, que se parecia com a desordem nos primórdios da regência. Assim, permitia que “[...]a desigualdade natural entre os homens se desdobrasse em desigualdade na sociedade, reservando a cada indivíduo um lugar distinto[...].”<sup>256</sup>

Do mesmo modo, demonstrou que liberais buscaram marcar suas diferenças em relação aos regressistas e dissociar o conteúdo republicano do princípio democrático, se empenhando em definir, de forma mais clara, os poderes políticos expostos na Constituição de 1824 e a hierarquização que deveria compor. Em relação à efetividade do grupo, ressaltou que a fraqueza dos liberais foi exposta quando aliaram o conceito de liberdade à igualdade, ameaçando certa desordem. Após a renúncia de Feijó, os liberais teriam sido incapazes de conter as rebeliões e insurreições que deflagravam pelo país, levando-os a aderir ao discurso da ordem.<sup>257</sup>

Consideramos tal acepção problemática, uma vez que o termo *ordem* era amplamente utilizado por todos comprometidos na alta política na época, sejam liberais, sejam conservadores. Assim como a ideia de princípio democrático defendida pelo grupo liberal deve

---

<sup>254</sup> Ibidem.

<sup>255</sup> MATTOS, 1987, p. 138-139.

<sup>256</sup> Ibidem, p. 149.

<sup>257</sup> Ibidem, p. 40-41.

ser relativizada, já que o direcionamento do justo meio será alvo de ambos os grupos, e a democracia, naquele momento, era manifestada, por diversas vezes, como sinônimo de república.

No entendimento de Miriam Dolhnikoff, a partir de 1837, o Partido Conservador teria sido organizado por personagens que pregavam a revisão das reformas, enquanto defensores dessas teriam se aglutinado em torno do Partido Liberal.<sup>258</sup> Todavia, discordamos da data apontada como início da formação dos dois partidos. Como verificado no capítulo anterior, o ano de 1837 se encerra sem que essas agremiações estivessem no vocabulário de parlamentares e redatores. Entretanto, o ano pode ser considerado chave para a inserção da ideia dos partidos políticos como necessária para o jogo político, pois é a partir dos acontecimentos de então que os grupos começam a se distanciar mais, e o cenário bi identitário e o termo *partido* ganham cada vez mais relevância.

Em pesquisa mais recente, Luaia da Silva Rodrigues indicou que o Regresso se constituiu como um movimento que buscava o retorno ao início, no ano de 1822, quando a ordem ainda não era questionada. Desse modo, o mundo das desordens teria levado os regressistas a desejarem a centralização e o fortalecimento do poder central, como única forma de obter novamente o equilíbrio político e assegurar a monarquia representativa e escravocrata. Para isso, salientou que algumas leis precisavam ser revistas, como o código de Processo Criminal e o Ato Adicional.<sup>259</sup>

Sendo assim, concordamos em parte com as elucidações que indicam o ano de 1837 como inicial da história dos partidos políticos do Império. No capítulo anterior, demonstramos que um cenário de diferenciações entre dois grupos parlamentares se iniciava e o termo partido ganhava adesão no meio do debate político. Entretanto, os significados do elemento partidário

---

<sup>258</sup> DOLHNIKOFF, 2005, p. 127.

<sup>259</sup> RODRIGUES, 2016, p. 29-30.

ainda não estavam formados conforme as organizações que pleitearam as eleições ao longo do Segundo Reinado.

*Partido* significava *lado político* ou posicionamento diante de opiniões políticas. O caráter organizacional não estava presente no discurso partidário. No entanto, veremos que, nesses anos dominados pelos regressistas, ocorre uma transição semântica do conceito de *partido*, acoplando seus significados a programas políticos, organização e firmeza de posicionamento, consolidando, no vocabulário político, este tipo de associação como essencial para o jogo governamental.

Neste capítulo, demonstraremos, por meio da análise dos periódicos o *Sete d’Abril*, *O Parlamentar*, e *A Aurora Fluminense*, o vocabulário político dos progressistas e regressistas no momento inicial da política do regresso. Perceberemos, neste cenário, a aproximação das identidades partidárias com a ideia de princípios e de programas políticos, e não apenas como posicionamento entre governo e oposição. Entretanto, destacamos que esta transformação não ocorreu de forma abrupta e, por isso, à medida que o sentido do conceito de *partidos* ganhava novos significados, não se perdia por completo as antigas conotações – as transformações viriam lentamente.

Desse modo, o contexto linguístico que debruçamos é de transformação conceitual, onde o próprio entendimento dos aspectos que formavam um partido ainda estava sendo definido. Por isso, a partir de então, analisaremos a percepção que parte dos indivíduos desta elite política possuía acerca das próprias identidades e a de seus adversários, bem como os principais aspectos que os distinguiam. Para tal intuito, levaremos em consideração os significados do liberalismo neste jogo político.

**Quadro 5-** Periódicos utilizados para a análise do capítulo 2

| <b>Jornais</b> | <b>Ano de início da publicação</b> | <b>Redator</b> | <b>Tipografia no período estudado</b> | <b>Tendência</b> |
|----------------|------------------------------------|----------------|---------------------------------------|------------------|
|----------------|------------------------------------|----------------|---------------------------------------|------------------|

|                            |      |         |  |              |
|----------------------------|------|---------|--|--------------|
| <i>O Sete d'Abril</i>      | 1834 | Anônimo | Typographia Americana  | Regressista  |
| <i>O Parlamentar</i>       | 1837 | Anônimo | Typographia e livraria de R. Ogier e C.  | Progressista |
| <i>A Aurora Fluminense</i> | 1838 | Anônimo | Typographia de Crimière;<br>Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito. | Progressista |

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a realização deste capítulo, os três periódicos acima foram utilizados. O *Sete d'Abril* e o *Parlamentar* seguiram o mesmo cenário de divergências políticas iniciado em 1837 entre as folhas. Continuavam sem revelar os nomes por trás das publicações, embora Bernardo Pereira de Vasconcellos e Antônio Paulino Limpo de Abreu fossem comumente apresentados como responsáveis pelos números por parte da redação adversária. Do mesmo modo ocorre com a *Aurora Fluminense*, suas edições não possuíam assinatura, entretanto, apontava-se Francisco de Salles Torres Homem como figura responsável pelos escritos.

Mais uma vez podemos ressaltar o cenário crescente da imprensa como espaço de difusão da opinião pública no Rio de Janeiro naquele momento. Em relação ao capítulo anterior, contou com a existência de três outras tipografias que imprimiam os textos para levá-los ao público. Do mesmo modo, novamente as fontes utilizadas foram publicadas em espaços diversos.

## **2.1- “Somos regressistas”: projeto político e afirmação de identidade no periódico *Sete d'Abril***

Estabelecidos no comando do Poder Executivo desde 19 de setembro de 1837, no ano de 1838, os regressistas começaram a obra que objetivava resgatar a autoridade julgada perdida durante os anos de predomínio liberal da Regência. Tais personagens possuíam o intento de tranquilizar as províncias e implementar a ordem nas instituições nacionais. Sendo uma grande

porta-voz destas ideias governistas no Rio de Janeiro, bem como a maior crítica da Regência desde a primeira edição, a redação do *Sete d'Abril* iniciou os trabalhos editoriais da nova fase política, indicando os principais problemas que buscavam solucionar no Brasil.

É importante frisar que o projeto político que defendia voltava-se para a revisão de determinados ordenamentos do início da Regência, possibilitados pelo avanço das ideias liberais e pela ausência da figura de um monarca no trono. O caráter liberal das legislações adotadas no início da década de 1830 já foi destacado pela historiografia. Na perspectiva de Marcello Basile, as reformas implementadas pelos liberais no início da Regência, cujo Ato Adicional completava sua série, cumpriam um duplo papel. Primeiramente, removiam uma parcela significativa dos elementos autoritários que compunham o Estado imperial. Em seguida, reprimiam as oposições consideradas anárquicas, seja a exaltada, seja a restauradora. O resultado disso foi o fortalecimento dos poderes locais, que passaram a dominar os instrumentos que garantiriam a ordem nacional, mas que nem sempre estavam coerentes com os interesses do centro.<sup>260</sup>

O trabalho de Marco Morel aponta as principais medidas implementadas que ofereceram ao Brasil Império tal avanço liberal. Assim, a Guarda Nacional foi criada para ser uma “milícia cidadã”, cujo direcionamento era o fortalecimento de senhores locais, proprietários e do próprio poder central. A justificativa de sua criação era a falta de confiança nos soldados das forças regulares, que, naquele período, haviam participado de motins e sedições por todo o país. Já o Código de Processo Criminal aprovado em 1832 possuía um caráter democrático, pois instituía um juizado de paz escolhido pelo eleitorado e contava com grande poder de jurisdição. O Ato Adicional atendeu a algumas demandas descentralizadoras, como a criação das Assembleias Legislativas Provinciais, com maior grau de autonomia, fortalecendo os poderes regionais.<sup>261</sup>

---

<sup>260</sup> BASILE, 1990.

<sup>261</sup> MOREL, 2003, p. 29-30.

Acerca das discussões em torno destas legislações, Andrea Slemian notou, em seu estudo, que já na Assembleia Constituinte, em 1823, é possível encontrar zonas de conflito entre os personagens que definiriam os principais pontos de discordância entre os grupos em momento posterior. Um dos fatores que apresenta é concernente à balança política entre o Poder Legislativo e o Executivo, onde, de um lado, defendia-se a supremacia do primeiro sobre o segundo, e do outro, o contrário. Assim como as propostas de autonomia para as províncias no Império, gerando intensos debates acerca dos limites de suas atribuições.<sup>262</sup>

Para a autora, o texto constitucional aprovado em 1824 confirmou a opção por um Império unitário. Assim, as províncias teriam presidentes nomeados pelo Imperador, criando-se também os Conselhos Provinciais nas capitais com membros eleitos localmente, o objetivo principal da instituição era decidir sobre os negócios provinciais, todavia, todas as resoluções deveriam ser encaminhadas à Assembleia Geral.<sup>263</sup> Já em relação à autoridade prevalecente, a historiadora revela que a Constituição marcava as Câmaras e o Imperador como representantes da nação, mas com o último exercendo superioridade em relação às Assembleias, a exemplo disso, o monarca ganhava como direito o poder de suspender a Câmara dos Deputados.<sup>264</sup>

Miriam Dolhnikoff também apontou que federalistas e unitaristas travaram embate no parlamento desde os momentos da Independência. Nesta análise, os primeiros acreditavam em uma ampliação da representação política, prevalecendo os interesses das elites provinciais, mantendo a exclusão dos demais grupos sociais. Já os últimos, homens com formação proveniente da ilustração pombalina, defendiam reformas com fins civilizatórios, pretendendo

---

<sup>262</sup> SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 29. Conforme a autora, com a transição do Antigo Regime para um território livre e autônomo, as leis se constituíam como questões primordiais para o novo arranjo político. Seu estudo revela que a criação de uma nova ordem jurídica em oposição à herança colonial era um dos desafios impostos. Diante disso, a ruptura iniciou-se já no Primeiro Reinado com a outorga da Carta Constitucional, seguindo-se pela instalação das Câmaras de Deputados e de Senadores em 1826, que, em conjunto, promoveram uma série de reformas pretendidas para a nação independente.

<sup>263</sup> *Ibidem*.

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 130-132.

a inclusão política para diversos grupos sociais. Acreditavam que um regime centralizado viabilizaria tais reformas, pois garantiria os recursos de intervenção para a elite dirigente.<sup>265</sup>

Entretanto, considera que a centralização ou descentralização não deve ser encarada como a divergência de fundo entre liberais e conservadores. Em sua análise, compreende que a proposta de equilíbrio entre os poderes pelo território brasileiro não era defendida apenas por liberais, mas também pelo grupo oposto. A autora também exemplifica, utilizando a figura dos presidentes de província como um aspecto concordante entre os espectros políticos, que ambos compactuavam com a ocupação dos cargos através de indicação do poder central, de caráter centralista. Desse modo, ambos eram interessados pela unidade, e o presidente de província era sua figura-chave.<sup>266</sup>

Dolhnikoff também indica que, após um regime centralizado como foi o Primeiro Reinado e seus insatisfatórios resultados, a abdicação abriu o caminho para a execução de um novo projeto que combinava unidade com autonomia provincial, este era o federalismo que defendiam para o Brasil, sem qualquer vínculo com a República ou democracia.<sup>267</sup> Sendo assim, a autora argumenta que o Ato Adicional foi uma profunda reforma institucional, pois promoveu a divisão das atribuições legislativas, tributárias e coercitivas entre o centro e as províncias do Império, levando a essas últimas a uma autonomia para a cobrança de tributos, investimento em obras públicas, controle relativo a uma força policial local e empregos provinciais e municipais.<sup>268</sup>

---

<sup>265</sup> DOLHNIKOFF, 2005, p. 10.

<sup>266</sup> “A uniformidade do Império dependia dos delegados do governo central em cada província. As reformas liberais impuseram um modelo que previa a autonomia provincial, mas com o cuidado de não colocar em risco a integridade territorial. Daí a manutenção pelos liberais de um delegado do governo geral na província. A autonomia provincial teria que conviver com um agente do governo central capaz de garantir a integração entre as províncias, dirigida pelo Estado, condição para articular autonomia e unidade, elemento essencial da proposta liberal federativa. Vale lembrar que o modelo federalista tem duas faces: autonomia das partes, mas também capacidade do centro de articular estas partes em um todo único e coeso[...]”. Ibidem, p. 117.

<sup>267</sup> DOLHNIKOFF, 2005, p. 25-27.

<sup>268</sup> Ibidem, p. 286.

As opiniões distintas em torno destas reformas e novas legislações levaram parlamentares a se distanciarem entre eles, formando grupos ou facções distintas no parlamento. Tal é o cenário que já encontramos em 1837 no parlamento brasileiro e que possui maior concretização nos anos seguintes. Do mesmo modo ocorre nos jornais que professavam as ideologias dos grupos. É percebido, no decorrer da análise, a inserção lenta dos termos regressistas e progressistas para dividir os grupos políticos. A definição dos espectros políticos ocorria mediante o posicionamento que os personagens possuíam em relação às reformas formuladas, votadas e aprovadas por eles próprios no início da década.

É nesse sentido que compreendemos a conexão da formação dos partidos políticos com as legislações adotadas pelo país desde a Constituição de 1824. As divergências em relação à própria constituição e a outras ordenações criadas pelos representantes no início da Regência possibilitaram ainda mais a cisão entre os indivíduos, tornando-se um ponto relevante para o surgimento das agremiações.

Sendo assim, corroborando essa perspectiva, era apresentado, no *Sete d'Abril*, que um dos grandes obstáculos para a gestão dos negócios públicos naquele momento era justamente o Ato Adicional nas formas estabelecidas em 1834. Logo, considerava que “[...]a força nos quiseram arrumar com o governo federal, sem a menor providência das tristes consequências que ele nos acarretaria”, apontando que homens de pouca experiência planejaram o estabelecimento de um governo federal, sem considerar os costumes e o grau de civilização que o Brasil possuía.<sup>269</sup>

O periódico considerava que “A ideia de uma federação foi, em geral, admitida e desde então tornou-se necessária à reforma da Constituição e o Ato Adicional: mas três anos de experiência nos têm feito ver o errado passo que demos[...]”.<sup>270</sup> Logo, o projeto regressista não

---

<sup>269</sup> *O Sete d'Abril*, n° 516, 13/01/1837.

<sup>270</sup> *Ibidem*.

era voltar aos tempos precedentes à Independência, mas a um momento anterior a Regência, retomando às bases da Constituição de 1824.

Para compor a argumentação, indicava-se, no periódico, os problemas que a Legislação de 1834 havia entregado a nação:

As Assembleias Provinciais, com uso e abuso de suas atribuições, têm legislado a torto e a direito, introduzindo cada uma as instituições mais disparatas entre si: daqui há de resultar necessariamente que em breve os brasileiros se hão de deixar de olhar como irmãos. O que contém uma nação reunida não é nem pode ser a força; é a comunhão de interesses, de hábitos e de costumes: ora, **com a multiplicidade e variedade de novas legislações que vamos tendo, em breve nossos interesses não serão mais os mesmos, e nossos hábitos e costumes serão inteiramente diversos[...]**<sup>271</sup> [grifos nossos].

Desse modo, apresentava que a união estava comprometida, e a culpa do estado convulsivo em algumas províncias era resultado da multiplicidade de legislações, que as afastava uma das outras. Além disso, compreendia que a unidade nacional deveria abarcar vários aspectos para não comprometer a integridade do Império: “[...]quanto maior a conformidade da maneira de viver, dos usos, hábitos, costumes, linguagem, religião e todas as outras circunstâncias que acompanham o homem[...], maior seria a força da união.”<sup>272</sup>

Assim, na folha era evidenciado que buscavam, na interpretação do Ato Adicional neutralizar, os inconvenientes presentes na legislação estabelecida e dar mais forças ao governo central para retornar o equilíbrio entre o centro e as províncias: “[...]quando o povo tem menos liberdade, pode o governo ser mais fraco; mas é necessário fortalecer este, enquanto aquele aumenta.”<sup>273</sup>

Argumentava ainda que a reforma feita em 1834 não teria produzido os resultados esperados por ter sido influenciada por um *louco progressismo*. Pois, compreendia que, naquele momento, a população ainda não possuía ilustração e civilização necessárias para tal. Sendo

---

<sup>271</sup> Ibidem.

<sup>272</sup> *O Sete d’Abril*, nº 556, 09/05/1838.

<sup>273</sup> *O Sete d’Abril*, nº 516, 13/01/1838.

assim, interpretou o Ato Adicional como uma reforma legislativa preconizada por anarquistas, e sua continuidade ameaçava a união e a integridade do Império.<sup>274</sup>

Para a redação, o que estava causando problemas ao Brasil durante a Regência era o espírito de provincialismo.<sup>275</sup> Logo, o empreendimento necessário para resgatar a ordem era a união, ou melhor, a centralização. Portanto, partilhando com a cultura política da época, em que se voltava aos princípios constitucionais do equilíbrio e independência dos poderes, ressaltava-se que a busca não era pela supremacia do poder central, mas pelo reequilíbrio, compreendendo que as localidades e o povo haviam adquirido liberdades exageradas.

Do mesmo modo, verificavam os malefícios do Código de Processo Criminal aprovado em 1832, sobretudo, em relação ao juizado de paz.<sup>276</sup> Na perspectiva partilhada pela folha, a ignorância e a prevaricação norteavam as práticas dos juízes de paz. Dessa maneira, ressaltava-se o desconhecimento que estes indivíduos possuíam em relação à jurisprudência e, por isso, o trabalho era permeado por arbitrariedades e absurdos. Por esse motivo, propunham:

Cortar todas essas atribuições, fazer que o juizado de paz não seja tão desejado e que não hajam cabalistas, é o meio único de afugentar os pseudopatriotas que dão de mão os seus negócios para inteiramente se entregarem ao bem público[...] Enquanto o Poder Legislativo não fizer esta reforma, altamente reclamada pelo povo, veremos esta instituição desacreditada e a justiça criminal posta em leilão, - que toda ela está nas mãos dos juízes paz.<sup>277</sup>

Também considerava que o Código Criminal era permeado por leis brandas, que não puniam o necessário. Assim, julgava que a outra forma de resgatar a autoridade era por meio da rigorosidade penal.<sup>278</sup>

---

<sup>274</sup> *O Sete d'Abril*, nº 549, 23/04/1838.

<sup>275</sup> “[...]desgraçado espírito de provincialismo tanto nos aflige, sem o trono, que nos dá uma família pertencente a todo o Brasil, as províncias seriam inimigas, e depois da guerra das províncias viria a guerra das cidades, e assim iria até as mais pequenas povoações.” *O Sete d'Abril*, nº 542, 04/04/1838.

<sup>276</sup> Adriana Pereira Campos indica que a implementação dos juzizados de paz no Primeiro Reinado está aliada ao contexto de desenvolvimento das culturas liberais nas décadas de 1820 e 1830 no Brasil. No entanto, em menos de uma década a elite política do Brasil teria variado em relação a crença nesta instituição, acreditando, que a eleição desses magistrados poderia enfraquecer o combate ao crime, já que possuíam compromissos e dependências políticas. CAMPOS, Adriana Pereira. Magistratura eleita: administração política e judicial no Brasil (1826-1841). *Almanack*, Guarulhos, n. 18, p. 97-138, 2018.

<sup>277</sup> *O Sete d'Abril*, nº 521, 31/01/1838.

<sup>278</sup> *O Sete d'Abril*, nº 555, 07/05/1838.

O projeto político em prol da centralização foi montado no país. Conforme Manoel Nunes Cavalcanti Junior, antes que suas realizações fossem efetivadas em âmbito nacional, a província de Pernambuco teria funcionado como protótipo para a futura execução. À vista disso, na presidência de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 1836, foi aprovada uma Lei Provincial denominada de Lei dos Prefeitos, que alterou alguns pontos primordiais das reformas liberais, modificando a estrutura da polícia judiciária, findando as eleições para oficial da Guarda e alterando a situação do júri, retirando dos juízes de paz várias competências. Do mesmo modo, concedeu-se aos presidentes de províncias amplos poderes, medida de natureza altamente centralizadora.<sup>279</sup>

De modo geral, o direcionamento do redator do periódico, e do grupo que defendiam, era pela centralização política e administrativa do Império, acreditando os regressistas que iriam reforçar a *união* – conceito caro a estes personagens. Para eles, o progresso implementado pelos excessivos princípios liberais foi muito acelerado. E, contrariamente, consideravam que o desenvolvimento deveria ocorrer com cautela. Estes posicionamentos levavam a assumirem as ideias que seguiam e ao círculo político que se encaixavam:

[...]Seremos chamados de regressista; mas de bom grado nos sujeitamos a isso. Em todos os tempos, os **partidos** se têm servido de um termo genérico para estigmatizar aqueles que supõem seus avessos: aceitamos essa condição atual das sociedades; mas explicaremos como **somos regressistas**. Desejámos que a **nação tomasse alento por algum tempo, que parasse um pouco na carreira que leva: basta de arrasar, demolir, destruir**[...]. P.B.<sup>280</sup> {  
[grifos nossos].

Durante a análise, perceberemos, cada vez mais, maior incidência do termo *partido* e sua aproximação com a ideia de identidades políticas. Assim, no trecho acima, identificamos que o redator reconhece um jogo de estigmatização entre grupos denominados partidos, buscando esclarecer os princípios do grupo que pertencia.

<sup>279</sup> CAVALCANTI JUNIOR, 2015.

<sup>280</sup> *O Sete d'Abril*, n° 529, 28/02/1838.

Além de indicar a vertente conservadora de suas ideias, onde pedia para que o progresso fosse efetivado de forma lenta, também estabelecia que suas convicções eram as que predominavam na opinião do país. Indicava que não existia apenas um *partidista* do regresso no Brasil, mas, sim, todo o território era regressista.<sup>281</sup> Até questionava se era possível denominar de partido a maioria da nação brasileira.<sup>282</sup>

Para depreender a identidade que forjava, seus objetivos e a presença do elemento conservador em seu vocabulário político, é valoroso destacar o tipo de indivíduo que os regressistas julgavam ser os responsáveis pela direção do país. Nessa interpretação da realidade, havia classes da sociedade que eram mais interessadas na ordem e no bem-estar do país e que não poderiam deixar de preponderar sobre outras: “[...]Como podem confundir-se os que servem e os que são servidos? [...]”.<sup>283</sup>

Foi também publicada, no *Sete d’Abril*, uma correspondência do *Correio de Minas*, que delimitava que um *verdadeiro partido* era aquele de “[...]maioria composta de proprietários, negociantes capitalistas, lavradores, artistas, fabricantes, empregados probos, fiéis, honrados etc., que tudo tem a perder e nada a ganhar em comoções e inovações[...] o partido da boa ordem [...]”.<sup>284</sup> Além disso, indicava o requisito de classe para a direção do país e, de modo geral, eram os detentores de bens, interessados na prosperidade nacional, a quem deveria recair as rédeas do governo, constituindo, de fato, como um partido que prezava pela ordem.

No vocabulário do *Sete d’Abril*, unir-se-ão à perspectiva de *classe* e de *ordem* para construir a identidade conservadora:

#### A classe conservadora

Há em todos os países e nações uma classe, a que se pode chamar – **classe conservadora** – a qual é formada daqueles que tem todo o interesse na estabilidade e na **ordem com o progresso**, e no progresso com ordem e **estabilidade**: esta classe é composta dos **capitalistas**, dos **negociantes**, dos **homens industriais**, dos que se dão com afinco às artes e Ciências: daqueles que **nas mudanças repentinas tem tudo a perder e nada a ganhar**. Será necessário demonstrar que estes e outros indivíduos

<sup>281</sup> *O Sete d’Abril*, nº 556, 09/05/1838.

<sup>282</sup> *O Sete d’Abril*, nº 584, 18/07/1838.

<sup>283</sup> *O Sete d’Abril*, nº 525, 14/02/1838.

<sup>284</sup> *O Sete d’Abril*, nº 585, 20/07/1838.

**não podem de maneira alguma querer a inércia, mas ao mesmo tempo não podem querer um desordenado progresso?** O capitalista quer novos meios de empregar seus cabedais, porque será um modo de lhes dar maior valor: o comerciante quer novos meios de empregar sua atividade[...].

[...]

A classe conservadora apareceu por fim; e o 19 de setembro apareceu; os homens que queriam apressar-se de vagar, os que não queriam dar saltos, entraram em cena; os negócios tomaram uma marcha regular[...]<sup>285</sup>  
[grifos nossos].

Sendo assim, não encaravam o *progresso* como algo contrário à política que defendiam.

No entanto, ela deveria ser por meio da *ordem* e da *estabilidade*, servindo aos interesses das classes mais abastadas. Em um momento em que o vocábulo *partido* estava sofrendo modificação, ingressando como formalidade no vocabulário político dos grupos, algumas incoerências semânticas eram comuns. Em outro trecho do artigo da citação acima, *classe conservadora* e *partido conservador* surgirão como sinônimos.

Ao lembrar a primeira eleição para regente, destacava: “[...]O Sr. Hollanda não foi o candidato do partido conservador; se algum desta classe votou nele, foi para não votar no ex-regente, expressão simbólica do partido do progresso absoluto”.<sup>286</sup> Esta foi uma das raras vezes que encontramos as palavras *partido* e *conservador* escritas em conjunto no jornal, demonstrando que, embora o Partido Conservador ainda não estivesse construído, sua identidade estava em elaboração.

No contexto em questão, era o *regresso* que marcava a identidade deste grupo. E, para assumir a identificação, era necessário dar sentido próprio ao termo, sem deixar que os significados da oposição predominassem. Desse modo, regressistas aceitavam a definição do vocábulo *regresso* como “volta para o ponto ou lugar que se partiu”. No entanto, se seus adversários indicavam uma possível busca ao retorno do estado de colonos de Portugal, no *Sete*

---

<sup>285</sup> *O Sete d’Abril*, nº 636, 19/11/1838.

<sup>286</sup> *Ibidem*. O trecho citado corresponde ao momento da primeira eleição para Regente no Brasil, em 1835. O indivíduo que rivalizou com Diogo Antônio Feijó na eleição que o elegeu foi Hollanda Cavalcanti. Entretanto, nas eleições de 1838, este último personagem foi apoiado pelos progressistas.

*d’Abril*, previa-se a correção das instituições defeituosas que se formaram após a Independência, logo, a revisão das reformas implementadas na Regência.<sup>287</sup>

Assim, no vocabulário da folha, percebemos, constantemente, que a preocupação era incisiva com a ordem e a estabilização das tensões nacionais. O meio em que o grupo regressista encontrava para a realização era a contenção dos excessos promovidos por essas legislações. Sendo assim, a linguagem da folha indicava que a realidade havia sido gerada pela perspectiva de um *louco progressismo, liberdades exageradas e progresso absoluto*.

Considerando o contexto intelectual que a folha era escrita, conforme elucida Skinner para o estudo do vocabulário político, podemos conectar as ideias difundidas na sociedade às práticas políticas.<sup>288</sup> Assim, compreendemos que alguns conceitos, para que fossem utilizados na crítica, necessitava vir acompanhado de um adjetivo desqualificador. Desse modo, defender a liberdade, o progresso, ou o liberalismo não era depreciativo para a cultura política do Brasil do século XIX. Entretanto, para a elite da época, os excessos eram espectros a serem evitados tanto para o absolutismo, como para a anarquia.

Logo, o progresso de seus oponentes aparece como *louco* ou *absoluto*, a liberdade é *exagerada*, e o liberalismo é *excessivo* – todos os termos eram contrários à ótica da moderação. Nesta interpretação, enquanto seus adversários percorriam um caminho perigoso para o progresso, eles objetivavam que a condução nacional fosse feita por meio das noções de *ordem, estabilidade, unidade e centralização*, conceitos caros ao periódico e ao próprio conservadorismo crescente no Brasil.

A linguagem da folha demonstra um ambiente de formação de identidades políticas, onde o principal ponto de distinção estava na marcha do progresso do país. Para o grupo político aqui apontado, nos anos anteriores, o país teria progredido de forma muito acelerada, e ainda

---

<sup>287</sup> *O Sete d’Abril*, nº 602, 31/08/1838.

<sup>288</sup> SKINNER, 1996.

não estava preparado para tal feito. Assim, o objetivo regressista, ao tomar as rédeas do governo, era conter esses avanços antes que o Brasil entrasse em dissolução.

Verificamos aqui que o *Sete d'Abril* aceitava a denominação de regressista para o grupo que pertencia, bem como apontava quem compunha a agremiação e a percebia através de uma ótica partidária. Para adentrarmos no vocabulário dos periódicos progressistas e na inteligência que possuíam acerca dos partidos, delinearemos um ideário que formou e distinguiu as agremiações durante todo o Império: o liberalismo.

## 2.2- Liberalismo e conservadorismo no Brasil: o equilíbrio entre o absolutismo e a anarquia

Falar acerca da cultura política nas primeiras décadas do Brasil Império é constantemente lembrar a influência do liberalismo neste território. Acerca da temática, José Guilherme Merquior apresentou o século XIX como a idade de ouro do movimento liberal. Nesta perspectiva, a movimentação acontecia em dois níveis: o nível de pensamento e o nível da sociedade. Consistia, desse modo, “[...]num corpo de doutrinas e num grupo de princípios que sustentam o funcionamento de várias instituições, algumas antigas (como parlamentos) e outras novas (como liberdade de imprensa) [...].”<sup>289</sup>

No Brasil, *liberdade* era um conceito que marcava o vocabulário dos indivíduos desde a Independência<sup>290</sup> e, com toda clareza, guiava o horizonte de personagens que mobilizavam a política. Principalmente quando o cenário é de recente emancipação e existe uma nação a ser construída e práticas do passado a serem deixadas de lado. Entretanto, as ambiguidades percorreram este caminho e formaram as identidades políticas.

---

<sup>289</sup> O autor aponta, apresentando como consenso histórico, que o liberalismo surgiu na Inglaterra a partir dos movimentos que levaram à Revolução Gloriosa de 1688, contra Jaime II. Conforme Merquior, os objetivos eram a tolerância religiosa e o governo constitucional, pilares do sistema liberal no Ocidente nos séculos seguintes. MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p. 10.

<sup>290</sup> Em relação à variedade de sentidos atribuídos à liberdade no Brasil da época da Independência: RIBEIRO, Gladys S.; PEREIRA, Vantuil. O Primeiro Reinado em revisão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). *O Brasil Imperial*. Volume I, 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 138-196.

Na década de 1970, um debate do círculo marxista movimentou a compreensão acerca do liberalismo no Brasil. Sobre difusão dessas ideias, Roberto Schwarz apontou que, neste território, teoria e prática política não trabalharam em conformidade. Para o autor, a noção de liberdade desenvolvida no Brasil do século XIX foi distinta da europeia. Entre nós, as ideias que compunham o liberalismo haviam adquirido sentido falso em relação ao original, já que a corrente de pensamento serviu para preservar a escravidão por décadas. A noção de propriedade privada concedeu aos latifundiários razão de continuidade ao sistema escravista. Desse modo, afirmou que, em solo brasileiro, as ideias estavam fora de centro.<sup>291</sup>

Refutando sua análise, Maria Sylvania Carvalho Franco demonstrou que a concepção de desordenamento nas ideias liberais no Brasil encontra raiz na relação entre metrópole e colônia que foi formulada durante os séculos. Logo, há uma compreensão entre atraso e progresso, desenvolvimento e subdesenvolvimento, modernização e tradicionalismo, que permeia o entendimento entre as partes. Assim, a colônia aparece como produto das relações econômicas e sociais desenvolvidas na metrópole e, por isso, encontrava certo desajustamento quando replicava novas ideias.<sup>292</sup>

A teoria da autora é de que os sistemas de produção em colônia e metrópole não devem ser encarados como essencialmente diferentes, no entanto, particularidades de um mesmo movimento do capitalismo mundial, carregando ambos a essencialidade do lucro. Portanto, para Franco, a percepção de igualdade e liberdade desenvolvida no Brasil se ajustou a estrutura social e política do país. Do modo geral, em seu entendimento, ambos sistemas caminhavam pela cultura capitalista, ajustados às oportunidades políticas imediatas.<sup>293</sup>

Para Sérgio Adorno, para compreender o tipo de liberalismo construído e que vingou no Brasil durante o século XIX, necessita-se distanciar semanticamente os sentidos de liberdade e

---

<sup>291</sup> SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as Batatas*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992, p. 151-161.

<sup>292</sup> FRANCO, Maria Sylvania de C. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo, v. 1, p. 61-64, 1976.

<sup>293</sup> Ibidem.

de igualdade. Sendo assim, houve diversos modos de conceber a prática do ideário liberal. Para o autor, a agenda liberal significou, para as elites proprietárias rurais, o progresso, a liberdade, modernização e civilização. Do mesmo modo, o estabelecimento de um projeto político que mante a propriedade escrava, sem intenções democratizantes, bem como, não buscasse uma igualdade jurídica, política e social. Contrariamente, para os grupos urbanos pobres, a liberdade e igualdade significavam o fim do privilégio, da miséria e das diferenças sociais.<sup>294</sup>

Ainda acerca da adesão aos princípios liberais no Brasil Império, Lucia Maria Bastos Neves revelou que, neste território, o liberalismo surgiu com a percepção da liberdade atrelada à ideia de independência. Assim, o rompimento com o Antigo Regime<sup>295</sup> foi a ruptura com seu passado colonial.<sup>296</sup> Percepção que não foi oposta aos princípios conservadores daquele momento. Marcello Basile aponta que as ideias conservadoras também acoplavam postulados típicos liberais, como: a oposição ao absolutismo, a defesa de um governo monárquico constitucional, representativo e com divisão dos poderes, a perspectiva de um pacto social e a garantia de direitos políticos e sociais aos cidadãos. Logo, ao ser conservador no Brasil, não se deixava de ser liberal.<sup>297</sup>

Esse entendimento corrobora as características da elite política do Império, analisadas por José Murilo de Carvalho. Sendo a homogeneidade ideológica uma das principais características destes personagens, não significava que possuíssem ideias sempre semelhantes: “[...] Houve tendências mais ou menos descentralizantes, mais ou menos democráticas, mais ou

---

<sup>294</sup> ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988, p. 34.

<sup>295</sup> A ideia de rompimento com o Antigo Regime advém dos acontecimentos ocorridos na França no fim do século XVIII, que modificaram todo o percurso do ocidente. Conforme Koselleck, a sociedade burguesa desenvolvida naquele século entendia-se como um mundo novo, negando, assim, o que concebiam como mundo antigo. Neste ambiente, conforme o autor, haveria o desenvolvimento da filosofia do progresso, onde o principal sujeito era a humanidade, pacificada e unificada pelo centro da Europa, que a conduziria para um mundo melhor. Assim, com a Revolução Francesa, o século XVIII é apresentado à antecâmara do mundo nos séculos seguintes, afetando o mundo inteiro e todos os homens. KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999, p. 10.

<sup>296</sup> NEVES, 2001. In: GUIMARÃES, Lucia Maria P.; PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

<sup>297</sup> BASILE, 2000. p. 140-141.

menos monárquicas, mas as divergências não iam além dos limites estabelecidos pela manutenção da unidade nacional[...]”.<sup>298</sup> Para além das divergências estabelecidas entre liberais e conservadores, ambos direcionavam seu compromisso com a monarquia ao Imperador e à ordem estabelecida.

Sendo assim, a acusação de retrógrados e absolutistas, ou qualquer alusão às práticas do Antigo Regime, era enriquecedora para a crítica, já que o princípio liberal era o padrão da cultura política da época. Esta compreensão justifica as polêmicas em torno de distribuição de título honoríficos, rituais de beija-mão e a aversão aos portugueses estabelecidos no Brasil nos primeiros anos após a independência, práticas que iam ao encontro do novo tipo de sociedade que buscavam.

Característica também compartilhada entre os grupos em conflito era a aversão a princípios que fossem liberais ao extremo, que colocassem o país em perigo e que levassem a anarquia. As legislações liberais e alguns projetos políticos que buscavam os progressistas eram julgados por regressistas.

Neste trabalho, consideramos esta elite de jornalistas e parlamentares estabelecidos em uma disputa cujo direcionamento era voltado à moderação. Entretanto, a sua concretização era o equilíbrio entre o absolutismo e a anarquia. Para progressistas, seus adversários tencionavam para o absolutismo. Já os regressistas julgavam seus oponentes como tendentes à anarquia. Assim, na visão dos críticos, os primeiros buscavam uma liberdade além do que necessitava a sociedade da época, enquanto os outros pretendiam revogar as liberdades conquistadas e retroceder ao Antigo Regime.

Esta interpretação que faziam era muito relevante para os debates no período, já que grande parte desta elite compartilhava determinadas opiniões, como a valorização da

---

<sup>298</sup> CARVALHO, 2008, p. 42.

Constituição, do Código Criminal e do Ato Adicional, assim como comungavam da opinião de que o país estava há alguns anos, se não desde a Independência, perigando a dissolução.

Para exemplificar a ideia de homogeneidade em torno do liberalismo por todos envolvidos em nosso recorte, através de uma recopilação do *Carapuceiro*, publicava-se, no *Sete d'Abril*, que era uma honra ser *liberal*. Entendiam esta como condição de amor à justa liberdade. Nesta publicação, ressaltava-se a crença em uma Monarquia Mista, onde combinava-se a aristocracia e a democracia, recusando, portanto, a ideia de República ou Monarquia absoluta.<sup>299</sup>

Esse tipo de liberalismo que personagens deste grupo angariavam não era exceção brasileira, pois seu direcionamento advinha de pensadores europeus. Conforme José Guilherme Merquior, depois da Revolução Francesa e da ditadura jacobina, o pensamento liberal passava por novas ameaças à liberdade. Mesmo seguindo lutando contra o privilégio aristocrático, os burgueses perceberam que ainda não era tempo de enfrentar as consequências democráticas. Portanto, a ordem liberal civil acolheu a ideia de *le juste milieu* de Benjamin Constant, ou seja, a crença em um centro político entre o absolutismo e a democracia.<sup>300</sup>

Assim, a redação fundamentava-se em François Guizot para pautar o liberalismo que buscavam. Pertencente à geração dos *doutrinários*<sup>301</sup> franceses, o pensador buscava um tipo de sociedade que fosse distinta do radicalismo revolucionário, mas também do autoritarismo.

---

<sup>299</sup> *O Sete d'Abril*, nº 620, 12/10/1838.

<sup>300</sup> MERQUIOR, 1991, p. 18.

<sup>301</sup> "Foi em junho de 1817 que se formou o grupo dos doutrinários, reunião de um pequeno número - eles caberiam num sofá, dizia-se então - de homens superiores, muito conscientes da sua superioridade, que marcaram com o seu selo possante o debate político, a política mesma e a evolução da sociedade ao longo desses anos. O pequeno grupo existia já um ano antes. [...] Todos tinham carteirinha de realistas, em virtude da Constituinte, Fructidor ou da permanência em Gand. Nenhum defendia o Antigo Regime e o seu objetivo era precisamente afirmar que se podia ao mesmo tempo ser liberal e realista. Eles se afastavam da volta aos princípios do Antigo Regime e da adesão, mesmo que especulativa, às teorias revolucionárias. O seu propósito era deitar as bases de uma nova sociedade, sem renegar nem a herança da monarquia, nem as reformas civis da Revolução." (VÉLEZ apud BROGLIE, 1990, p; 65). Para mais acerca do debate teórico sobre o Estado e sociedade civil na era pós-revolucionária, verificar: CASSIMIRO, Paulo Henrique; FRELLER, Felipe. *Estado e sociedade civil na teoria política francesa do século XIX: o debate sobre a formação da sociedade pós-revolucionária*. Lua Nova, São Paulo, nº 111, p. 109-141, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/5rt9yPTjBBYhDFhmMPPphQk/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 04 jul. 2022.

Buscava-se, dessa forma, um culto à tradição, mas sem a defesa do Antigo Regime. Para Ricardo Velez, o Império brasileiro, em sua etapa inicial, entre 1824 e 1840, era semelhante à França na época da restauração, entre 1814-1830. Assim, a política era vivenciada entre os extremos do absolutismo e do democratismo rousseauiano.<sup>302</sup>

Acerca do contexto mundial que se inseria o Brasil, Christian Lynch também demonstrou que houve certa virada conservadora no mundo ibero-americano na década de 1830, justificada pelo entendimento de que o processo revolucionário que propiciou a derrota do Antigo Regime não teria contribuído para a criação de uma ordem constitucional estável. Logo, a busca pela eliminação do despotismo teria criado governos fracos, dando margem para a anarquia na sociedade.<sup>303</sup>

Esta alusão à moderação e ao equilíbrio entre as forças que compunham o Estado fazia-se constante no vocabulário do periódico; no ano anterior, publicou-se também uma fala de Bernardo Pereira de Vasconcellos em defesa da importância do Senado no Brasil, ressaltando “[...]um governo bem constituído deve compor-se de elementos democrático, aristocrático e monárquico, de tal maneira combinados, que nenhum deles jamais aos outros prevaleça.”<sup>304</sup> Este direcionamento, para quem o expressava, indicava a moderação exigida na cultura política da época. Logo, a crença era incisiva nas instituições liberais, desde que não ultrapassasse certos limites.

A *democracia pura* era um desses limites que tanto regressistas como progressistas não buscavam ultrapassar. Resgatando novamente uma passagem de 1837, publicou-se, no *Sete d’Abril*, que a riqueza não poderia predominar na democracia, pois, naquela forma de governo, dominava a *força física* e, por isso, a *pobreza*, a *desordem* e a *anarquia* perpetuavam. Logo,

---

<sup>302</sup> VÉLEZ, Ricardo. *O liberalismo francês: A tradição doutrinária e a sua influência no Brasil*. Juiz de Fora, 2002, p. 107.

<sup>303</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*, Guarulhos, n. 10, p. 314-334, 2015.

<sup>304</sup> *O Sete d’Abril*, nº 438, 07/04/1837.

consideravam como o governo mais *imperfeito e monstruoso*.<sup>305</sup> Assim, nesta orientação, as práticas da realeza precisavam ser mantidas, sem perigo de infligir as instituições modernas:

[...]Ninguém quer, estamos disso firmemente convencidos, ninguém quer voltar ao século de um Luiz XIV da França ou João V de Portugal; mas também ninguém quer ver um trono despido de ornamentos, práticas ou etiqueta, alianças que o fortifiquem e princípios que façam frutificar no Brasil a anarquia.<sup>306</sup>

Esta opinião levava seus opositores a indicarem que a política do regresso possuía interesses em resgatar o Antigo Regime. Um grande contestador desta política foi o periódico *Aurora Fluminense*, que reaparece em 1838, sem a presença do seu ilustre redator Evaristo da Veiga, que faleceu no ano anterior.<sup>307</sup> Destacamos que, apesar da nomenclatura, o jornal ressurgido não apresentava o mesmo direcionamento político de Evaristo da Veiga, o retorno aparecia com certo tom de homenagem ao político.

Quando ressurgiu em maio de 1838, prontificou-se a publicar às segundas, quartas e sextas. As subscrições ocorriam na Tipografia de Crémère, localizada na Rua do Ouvidor, nº 104. O preço da assinatura era de 2\$000 r. por trimestre, 4\$000 r. por semestre, 8\$000 r. por ano, e os números avulsos custavam 80 r. Em sua epígrafe, a mesma de 1827, quando Evaristo era responsável pelo periódico, destacava uma fala do Imperador Pedro I em 1824:

Pelo Brasil dar a vida,  
Manter a Constituição,  
Sustentar a Independência,  
É a nossa obrigação.<sup>308</sup>

<sup>305</sup> *O Sete d'Abril*, nº 495, 25/10/1838.

<sup>306</sup> *O Sete d'Abril*, nº 556, 09/05/1838.

<sup>307</sup> Presente na Galeria dos Brasileiros Ilustres, Evaristo da Veiga levou o jornal *Aurora Fluminense* a ser conhecido em todo o país. No documento, a folha é apresentada como órgão de interesses e necessidades do povo, defensor dos direitos e campeão das liberdades públicas. Como deputado, defendeu a liberdade moderada para o povo, mais prestígio para a Monarquia e respeito às instituições. Opositor de Pedro I preocupou-se com os perigos que o 7 de abril poderia trazer à ordem nacional. Assim, foi um dos grandes nomes entre os liberais moderados. SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. V. 1. Rio de Janeiro: Litographia de S. A. Sisson, 1861. Para uma biografia mais aprofundada do personagem, verificar: SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. V. 4. Evaristo da Veiga. Brasília: Senado Federal, 2015. Acerca das bases teóricas da personalidade, conferir o recente trabalho: VIEIRA, Lidiane Rezende. *Evaristo da Veiga e a recepção do liberalismo francês nas páginas do jornal Aurora Fluminense (1827-18350)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

<sup>308</sup> *A Aurora Fluminense*, nº 01, 02/05/1838.

O trecho acima apresenta o compromisso da folha com as instituições e, comumente, buscava-se o afastamento das ideias republicanas. Para o publicista responsável, já era claro que o país não pedia por repúblicas, e, sim, uma Monarquia segundo os princípios da Constituição, do Ato Adicional, da civilização moderna, hábitos e costumes do Brasil:

[...]O regresso de cujas cores se tingem a política da presente Administração, é mais do que uma falsa teoria, é um perigo incalculável, que devemos assinalar em nome e no próprio interesse do trono do Sr. D. Pedro II[...] O ultrarrealismo arruína as monarquias, como a demagogia causa a perda das repúblicas[...] A **monarquia americana**, para servir-nos de uma palavra, que se acha no vocabulário dos partidos, é o mal, contra que dirige-se a política do regresso[...]<sup>309</sup> [grifos nossos].

No vocabulário deste periódico percebemos que, embora também defendesse a moderação na forma monárquica do poder, compreendia que o grande perigo poderia ser o excesso de monarquia, enquanto seus adversários temiam a república. O liberalismo nesta linguagem buscava, de todo modo, o afastamento das ideias que julgavam ultrapassadas e inclinadas ao Antigo Regime. Assim, o sentido era contrário aos padrões de comportamento europeu, o responsável pela sujeição do Brasil por séculos. Por isso, julgava certas práticas da realeza como retorno aos hábitos que vingavam no passado colonial. No entanto, acreditava que, entre o impulso das inovações e a volta para o passado, havia um justo meio.<sup>310</sup>

No periódico *O Parlamentar*, adversário do *Sete d’Abril*, um pouco mais antigo que a *Aurora*, também é apresentado uma gama de conceitos que demonstram a aversão aos costumes julgados atrasados para a sociedade pós-independência. Na folha, jamais deixou-se de resgatar a figura de Pedro II e ao trono constitucional como imprescindíveis ao futuro esperançoso do Brasil. No entanto, acreditava-se em uma monarquia, “[...]sem as fórmulas góticas, e cerimônias caprichosas do perdido feudalismo[...]”.<sup>311</sup> Para o responsável pela redação, a *facção governista* era devota da *monarquia das etiquetas*<sup>312</sup>:

[...]Já se tem notado que o caráter deste governo é a reação, não só contra as pessoas, mas também contra as coisas, princípios e instituições[...] lhe desagradam o progresso, e as novas instituições, ele se compraz com as

<sup>309</sup> *Aurora Fluminense*, nº 01, 02/05/1838.

<sup>310</sup> *Aurora Fluminense*, nº 07, 16/05/1838.

<sup>311</sup> *O Parlamentar*, nº 52, 07/04/1838.

<sup>312</sup> *O Parlamentar*, nº 59, 02/05/1838.

antigas, e já caducas, que contrastam inteiramente a estas. Defende a **nobreza hereditária, e transmissível**; quer uma **corte pomposa**; mostra-se sobretudo preocupado da monarquia, não a constitucional e americana, mas a **monarquia europeia, a monarquia gótica**[...] <sup>313</sup> [grifos nossos].

Em relação ao conceito de *Monarquia Americana*, <sup>314</sup> conforme as elucidações de Silvia Fonseca, a contraposição entre os continentes europeu e americano deve ser vista como uma polaridade entre dois tempos históricos, assim, transformados em um antagonismo entre duas formas de governo. Logo, a autora apresentou que durante a década de 1830, a linguagem republicana, quando fundamentava o contraponto entre os dois continentes, também fazia entre os dois tempos, sublinhando o que era velho e o que era novo: “[...]o decadente, impregnado de vícios, desigualdades, perseguições e hierarquias, voltado para o passado; e o que seria idealizado como promissor, eivado de liberdade, representatividade e igualdade legal, apontado para o futuro.” <sup>315</sup>

Assim, a linguagem demonstra um tipo de liberalismo que se aliava ao trono, mas que buscava a modernização das práticas monárquicas e o desprendimento de todo costume que vigorava nos reinados absolutistas. E, para os progressistas, o governo buscava a *restauração do sistema absoluto*, pois amava o absolutismo. A ideia era justificada pela classe de homens que rodeavam a administração – aqueles que, no passado, haviam estimulado a restauração de Pedro I. <sup>316</sup>

<sup>313</sup> *O Parlamentar*, nº 84, 04/08/1838.

<sup>314</sup> *Monarquia Americana* foi um conceito desenvolvido no início da Regência a partir das ideias republicanas que circulavam no período. Conforme Marcello Basile, “[...]tratava-se de uma espécie de monarquia democrática, que, além de constitucional, representativa e federalista, seria também não hereditária e eletiva, sendo o monarca eleito, a princípio, com mandato vitalício, mas plenamente passível de destituição caso atentasse contra a Constituição, os poderes instituídos e os direitos dos cidadãos. Este princípio eletivo e a ausência de privilégios é que diferenciariam as monarquias democráticas das aristocráticas[...].” BASILE, Marcello. O bom exemplo de Washington: o republicanismo no Rio de Janeiro (c. 1830 a 1835). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 17-45, jan./jun. 2011, p. 25-26.

<sup>315</sup> FONSECA, 2018, p. 38. A autora ainda ressalta, que o significado de *Monarquia Americana* foi construído em oposição ao entendimento de *Monarquia Europeia, política europeia*, ou *sistema europeu*. De acordo com Silvia Fonseca, para seus enunciadores, a monarquia deveria ser dissociada da hereditariedade e da vitaliciedade. Assim como, a República apareceria para esses personagens como “o governo da lei e do bem comum”: “Assim sendo, a menção à “monarquia eletiva”, “monarquia americana” ou mesmo *sui generis* constituía-se na fórmula para designar alternativamente a República como forma de governo.” *Ibidem*, p. 435.

<sup>316</sup> *O Parlamentar*, nº 67, 30/05/1838.

O liberalismo era tão incisivo em seus discursos que a modificação da data da eleição do regente de 7 de abril para 22 de abril possuía imenso valor simbólico. Escolhida pelos regressistas, a data simbolizava o momento em que o território que formava o Brasil foi encontrado pelos portugueses. Para o *Parlamentar*, a medida era um ataque do *anárquico partido do regresso* aos anais da liberdade brasileira, que conferia o 7 de abril como época da verdadeira independência nacional.<sup>317</sup>

Compreendemos que, neste jogo político, o que estava em foco era a manutenção da Monarquia e as bases que deveriam sustentá-la durante o Segundo Reinado. As fontes apresentam indícios que as redações dos periódicos *Sete d’Abril*, *Aurora Fluminense* e *O Parlamentar* eram compostas por personagens integrantes ao parlamento brasileiro, ou, pelo menos, eram aliados dos assentados nas câmaras.<sup>318</sup> Por isso, os debates que produzem nos jornais são importantes para o entendimento das rivalidades que ocorriam na política nacional daquele tempo.

Acima, apresentamos o arcabouço ideológico que diferia progressistas e regressistas em relação às forças que deveriam ter domínio no Estado. Assim, identificamos que regressistas, imbuindo-se de uma vertente mais conservadora, que levaram a fundação do Partido Conservador, buscavam uma Monarquia forte, ornamentada com as tradições, mas mantida pelas instituições liberais vigentes. De modo distinto, os progressistas pleiteavam por uma *Monarquia Americana*, despreendida das tradições dinásticas europeias, e pelo respeito às instituições criadas no Brasil pós-Independência. Entre elas, o Ato Adicional e o Código Criminal.

---

<sup>317</sup> *O Parlamentar*, nº 41, 28/02/1838.

<sup>318</sup> Conforme José Murilo de Carvalho, durante boa parte do século XIX, no Brasil, a maioria dos jornalistas era política. Desse modo, o jornalismo consistia, num primeiro momento, apenas como um meio de se fazer política. Assim, o debate implementado nas folhas era direcionado à própria ação política e a ação política de seus rivais (CARVALHO, 1998).

Neste capítulo, já apresentamos o vocabulário utilizado pelo *Sete d’Abril* de aceitação à identidade regressista, bem como demonstramos os principais projetos que possuíam para a implementação no Império do tipo de sociedade que angariavam. Entretanto, falta-nos apresentar a concepção que os progressistas possuíam da identidade que construíam, como criticavam as propostas adversárias, assim como o que projetavam para o futuro nacional.

### 2.3- Identidade e crítica nos periódicos progressistas do Rio de Janeiro

Nesta seção, apontaremos o reconhecimento da identidade progressista ou liberal nos periódicos *Aurora Fluminense* e *O Parlamentar*. A preocupação desta pesquisa é direcionada ao vocabulário que permitiu a formação dos partidos políticos no Brasil Império, sendo assim, a *Aurora Fluminense* torna-se imprescindível para o estudo, uma vez que a análise da linguagem desta folha, revela um entendimento do termo *partido* de forma muito mais incisiva que nos outros impressos analisados. Neste periódico, todo o jogo político estava acontecendo numa disputa entre partidos.<sup>319</sup>

Quando se lançou na atividade impressa do Rio de Janeiro no ano de 1838, o jornal indicou que iria prezar pela *moderação* e pelo *progresso*.<sup>320</sup> Estabelecido em cenário de oposição ao governo, trazia para si a autoridade de ditar o *programa da oposição*:

[...]A oposição deposita inteira confiança nas instituições do país, no ato adicional, na monarquia estreme das práticas e ornamentos do direito divino, no júri, que não deseja ver substituído por tribunais excepcionais, enfim nos grandes princípios, após dos quais tem o Brasil corrido desde 17 anos através das revoluções. Progresso regular; nada de reações[...].<sup>321</sup>

Desse modo, percebemos que a construção de um projeto estava sendo fundamentada através da política empreendida pelo governo, ou melhor, em oposição ao programa político regressista. Portanto, viria pela defesa do Ato Adicional, do júri e, conseqüentemente, por maior

<sup>319</sup> Em nossa interpretação, isso foi possível pelo fato de o periódico ter aparecido na atividade impressa da Corte justamente quando a cisão entre os grupos se tornava mais intensa. Diferentemente ocorrera nos jornais *Sete d’Abril* e *O Parlamentar*. Estes impressos, já circulavam em momento anterior ao ingresso da política do regresso no comando do país, que julgamos ser o ponto crucial para a transformação das identidades políticas. Por isso, mesmo que a partir de então inserissem em seus vocabulários a perspectiva de um jogo político movimentado através de partidos, algumas vezes o conceito partidário tomava sentidos bem distintos.

<sup>320</sup> *Aurora Fluminense*, nº 01, 02/05/1838.

<sup>321</sup> *Aurora Fluminense*, nº 14, 01/06/1838.

descentralização política e administrativa nas províncias. A linguagem apresenta indícios, que distinto do que alguns estudiosos<sup>322</sup> do período argumentaram, nesse momento, já compreendiam que os partidos políticos deveriam estar atrelados a programas políticos. E, assim, procuravam se distanciar ideologicamente de seus rivais.

Na folha, era relatada uma acusação, onde regressistas indicavam que o *partido progressivo e liberal* nutria ideias republicanas jamais esquecidas desde antes a abdicação de Pedro I. Para afastar de seus grupos tal responsabilidade, indicava que este *partido* ao qual pertencia havia salvado o trono em 1831, semeando no país a aversão contra fórmulas essencialmente democráticas, e teria parado o carro da revolução. Em sua interpretação, os indivíduos que compunham a agremiação haviam lutado contra a *facção republicana*, e a eles devia-se a continuação da monarquia brasileira desde então. Assim, o *partido* havia mantido a ordem sem ferir as liberdades, conciliando o respeito ao trono com a dignidade dos povos. De modo contrário, a ameaça do Brasil estava naqueles que buscavam regressar às práticas da velha realeza, que, desconhecendo o tempo que vivenciavam, queriam governar através dos costumes das monarquias absolutas.<sup>323</sup>

Neste momento, percebemos a identificação do grupo que pertenciam ao *partido progressivo e liberal*, adotando os vocábulos já utilizado pelos personagens para indicar a oposição ao regresso. Notamos que há um apontamento da existência deste grupo no movimento que levou ao 7 de abril, bem como a sua liderança e atuação no início do interregno. Nesta interpretação, os personagens que pertenciam a este partido estão presentes na trajetória do mantimento da monarquia e da ordem nacional.

---

<sup>322</sup> Neste aspecto, estamos falando de perspectivas como as de Caio Prado Junior (1994), Vicente Licínio Cardoso (1938), Nelson Werneck Sodré (1967) e Richard Graham (1997). Tais autores questionaram as diferenças entre liberais e conservadores ideologicamente. Entretanto, consideramos estas alusões um problema, já que esses personagens que atuavam na política durante todo o século XIX estavam aprendendo a lidar com o funcionamento dos partidos e com a pluralidade de ideias. Da mesma forma, os conflitos partidários ocorriam entre as elites, assim, compartilhavam muitos valores semelhantes.

<sup>323</sup> *Aurora Fluminense*, nº 54, 21/09/1838.

Ressaltamos a utilização do termo *facção republicana*, e não *partido republicano*, para indicar o grupo exaltado que atuou no início da época. Definir algo como facção indicava o despreendimento dos personagens que a compunham com as instituições e a ordem política, sem sentido de organização política formal.

Esta trajetória e caráter do partido progressista também são frisados pela redação do *Parlamentar*. O jornal definia seu grupo político como “[...]O partido, que em todas as épocas defendeu com perseverança, e coragem a integridade, e a união do Império, e a honra nacional[...]”.<sup>324</sup> Assim, indicavam que o partido que pertenciam não era republicano ou democrata, como julgavam o governo, demonstrando que suas bases se assentavam no *partido moderado*, responsável pela liderança na primeira fase da Regência:

[...]não se conheceu o **partido moderado**, esse **partido do justo meio**, sempre **imparcial**, regido e **prudente**, que salvou entre nós a liberdade e monarquia, defendendo-as dos ataques do exaltamento e retrogradação? Pois bem; **a oposição atual formou sempre o centro deste partido**, a sua parte mais considerável e importante, e de mais nunca separou-se dele, nunca abandonou suas bandeiras[...] só houve mudança da parte desses ambiciosos desapontados, os quais dentre as **cinzas dos partidos vencidos foram ressuscitar o antigo partido antiliberal**, para com ele conseguirem seu fim[...] proclamando-se **regressistas, inimigos do ato adicional, da monarquia constitucional e americana**, e patenteando afeição para instituições caducas, e ao mesmo tempo **ódio entranhável a liberdade**[...] <sup>325</sup> [grifos nossos].

Neste trecho, percebemos a existência de duas identidades que estavam em disputa no âmbito político. A primeira, à qual pertencia o redator do *Parlamentar*, é apontada como núcleo do partido moderado, grupo que, no passado, havia se distanciado da exaltação e da restauração. E a segunda, composta por antigos restauradores que possuíam aversão às instituições modernas e à própria liberdade. Mais uma vez, é necessário frisar o quanto esses grupos se constroem através da perspectiva do outro, pois, para definir quem eram, definiam também seus adversários.

Nesta perspectiva, três regressistas, que também eram também três ministros do Império, foram caracterizados como pessoas que sempre pertenceram a extremos políticos.

<sup>324</sup> *O Parlamentar*, n° 34, 27/01/1838.

<sup>325</sup> *O Parlamentar*, n° 90, 27/01/1838.

Logo, Bernardo Pereira de Vasconcellos foi definido o mais demagogo no passado, cujos discursos tinham objetivos democratizantes. Rodrigues Torres, no periódico *Independente*, também proferia ideias republicanas. Por último, era lembrado no Parlamento os escritos de caráter federalistas de Rego Barros.<sup>326</sup>

Estas acusações de incoerência de direcionamento político possuíam muita relevância, já que o momento era de afirmação aos princípios políticos e de afirmação de suas identidades. Apresentar uma contradição ideológica de seus oponentes desqualificava os personagens para atuação na política.

Para os progressistas, a revolução nacional havia sido iniciada em 1822 e foi encerrada em 1834, com a reforma da Constituição. Teria sido ela operada pelo *partido liberal e progressivo*, que se contentou com seus triunfos e, em seguida, não exigiu nada além. A partir de então, era apenas necessário conservar e manter as instituições. Mais uma vez, a participação de alguns regressistas era assinalada no movimento:

[...]Não é sabido, que os srs. Vasconcellos, Torres, e outros, que presentemente se jactão de regressistas, **pertenceram até a promulgação da reforma ao partido liberal**, e nele foram em **extremo democratas**? [...] Quando o Snr. Vasconcellos pregava abertamente a federação, o ilustre Evaristo, que foi sempre um dos principais chefes do **partido liberal**, começou por combatê-la fortemente[...]<sup>327</sup> [grifos nossos].

A argumentação possuía o objetivo de indicar a participação desses líderes no mesmo movimento, assim como os pertencentes do núcleo moderado, tornando-os também responsáveis pela abdicação de Pedro I. Do mesmo modo, demonstrava a incoerência de posicionamento desses personagens, quando os princípios políticos possuíam caráter valoroso, percebidos nas fontes estudadas.

Nas citações acima, verificamos a utilização de *partido progressivo e liberal*, *partido liberal e progressivo* e *partido liberal*. Objetivando, neste trabalho, compreender as linguagens

---

<sup>326</sup> Ibidem.

<sup>327</sup> *O Parlamentar*, nº 97, 26/09/1838.

que possibilitaram a formação dos partidos políticos instituídos no Segundo Reinado, identificar a utilização destes termos naquele momento torna-se de extrema relevância.

A análise das fontes indica, nesse sentido, que o vocábulo *partido* estava em uso constante naquele ano. Já indicamos, no capítulo anterior, que a emergência da formação das identidades, de sua maior caracterização e do entendimento dos grupos como partidários foi possível após a renúncia de Diogo Feijó e o ingresso da política do regresso no comando do país.

Assim, o ambiente era de imersão na construção destas identidades. Quando colocadas ao lado da palavra partido, virão para caracterizar a política angariada por aquele grupo. Assim, defendendo instituições mais liberais e progressivas, utilizaram estes termos para indicar o partido ao qual pertenciam. Enquanto isso, do lado oposto, o apego à tradição, o receio das liberdades consideradas extremas e a busca pelas bases da Constituição de 1824 designavam um partido moldado por interesses conservadores, ou regressistas, termo criado por seus contestadores.

Portanto, consideramos que, neste primeiro momento, quando encontramos nos impressos as designações de *partido conservador* ou *partido liberal*, não consideramos como as agremiações que disputaram o poder político por todo o Segundo Reinado. Entretanto, julgamos que suas ideias estavam em construção, e o período estudado encontra-se na trajetória da formação destes partidos políticos.

### 2.3.1- A linguagem crítica ao projeto regressista em meio à formação das identidades partidárias

Para os progressistas, quando seus adversários buscavam revisar as principais conquistas liberais da década, era imprescindível a defesa destas instituições. Para isso, toda argumentação que utilizavam para afastarem de si os indícios de republicanismo, desordem e anarquia, fazia também em relação às legislações, que julgavam não serem as responsáveis pelos conflitos que rodeavam o país. Se os regressistas defendiam um retorno à Carta de 1824,

sem as fórmulas tão descentralizadas que operou o Ato Adicional; para os progressistas, a legislação de 1834 havia dado à Constituição maior legitimidade:

[...]A Constituição purificada pelo Ato Adicional, que lhe imprimiu o centro de legitimidade, que somente pode derivar da vontade da nação, e que lhe deu o seu complemento perfeccional pelos direitos e regalias de poderes políticos, que única, é adaptável ao estado atual do Brasil, e capaz de fazer a sua prosperidade, e glória[...].<sup>328</sup>

Assim, tais políticos defendiam o documento como condizente aos interesses nacionais, já que promovia maior respeito às preferências provinciais. Do mesmo modo, sua legalidade aparecia mediante a ideia de que foi a representação nacional que teria escrito, e não outorgado por um rei. Inclusive, para a redação do *Parlamentar*, o motivo da exaltação de algumas províncias encontrava-se na aversão que o governo possuía em relação ao Ato Adicional.<sup>329</sup>

A *Aurora Fluminense* também saiu em defesa da legislação e procurou desvincular as tensões nacionais a sua implementação. Logo, não acreditava que as desordens no Brasil adivinham das reformas ou do movimento de 1831, como julgavam os regressistas:

[...]No Pará, nem tinham sido executadas ainda, quando rompeu a rebelião contra o presidente Lobo; no Rio Grande do Sul a questão toda de influências, de ódios pessoais, de exagerações políticas, em nada implicou nem o Ato Adicional, nem a instituição da assembleia da província, nem os princípios do sistema federativo [...] Quanto ao movimento de Sete de Abril, não se entenda que antes desse dia tudo era paz, ordem, e segurança no Brasil. Não falando já da desastrosa confederação do Equador em 1824, na sedição contra o comandante das armas da Bahia, na revolução da Cisplatina, em que estado nos achávamos nós em 1830, e nos primeiros meses de 1831?<sup>330</sup>

O periódico relatava que o problema ia além das medidas descentralizantes, já existindo conflagrações em momentos precedentes à reforma e à abdicação de Pedro I.

Quando o projeto de interpretação foi aprovado no parlamento, era noticiado no *Parlamentar*: “No dia 17 do corrente passou na Câmara dos Deputados, o projeto da escravidão das províncias, encapotados com o título de interpretação do ato adicional[...]”.<sup>331</sup> Já na *Aurora*

<sup>328</sup> *O Parlamentar*, nº 49, 28/03/1838.

<sup>329</sup> “[...]A desconfiança derramou-se em todo o Império, os partidos renasceram, exaltaram-se. No Rio Grande do Sul a legalidade não tem avançado em palmo de terreno, e a Bahia proclamou a sua Independência. Como não haviam de desconfiar os brasileiros de um ministério, cujos membros influentes sempre patentearam sua aversão ao Ato Adicional [...]” *O Parlamentar*, nº 32, 13/01/1838.

<sup>330</sup> *A Aurora Fluminense*, nº 89, 13/12/1838.

<sup>331</sup> *O Parlamentar*, nº 98, 29/09/1838.

*Fluminense*, dizia-se: “[...]Aprovou-se ontem a reforma do Ato Adicional sem discussão, sem debate, no meio de um silêncio profundo[...]”.<sup>332</sup>

O silêncio profundo ressaltado pela *Aurora* devia-se à reforma do regimento que haveriam feito há pouco tempo na Câmara dos Deputados, que limitava a quantidade de parlamentares que podiam discursar nas sessões. A medida foi interpretada como Golpe de Estado Parlamentar pela oposição, a fim de passar vários projetos regressistas sem haver discussão.

Nesse sentido, na ótica destes personagens, a época de reação que viviam pretendia destruir todas as novas instituições e regressar ao Antigo Regime. Não possuindo competência para promover melhorias ao país, o governo clamava que, sem a nulificação das garantias institucionais, não poderia governar. Estabelecendo uma relação de vassalagem com a Câmara, a administração propunha medidas perigosas à nação:

[...]A destruição da jurisdição do júri nos crimes políticos; o engajamento de tropas estrangeiras, a militarização da guarda nacional, o arbítrio pleno e absoluto deixado ao governo nas promoções do exército, finalmente o projeto de reduzir ao silêncio a oposição[...].<sup>333</sup>

Estes projetos da administração eram bem problemáticos para os progressistas, já que tocavam nos empreendimentos liberais do início da década.

Na *Aurora Fluminense* era ressaltada a proposta do ministério da criação de tribunais excepcionais em detrimento da justiça dos jurados, garantida constitucionalmente aos cidadãos. Para a redação, o projeto era o maior avanço do sistema regressivo, que não se preocupava em corrigir os defeitos institucionais presentes no Código Criminal, mas destruí-los. Indicando o apego aos princípios absolutos da administração, ressaltava: “Cada espécie de forma política tem sua organização judiciária em matéria criminal: a do governo constitucional é o júri: a do despotismo, são os tribunais excepcionais[...]”.<sup>334</sup>

---

<sup>332</sup> *A Aurora Fluminense*, nº 35, 01/08/1838.

<sup>333</sup> *O Parlamentar*, nº 88, 22/08/1838.

<sup>334</sup> *A Aurora Fluminense*, nº 37, 06/08/1838.

Sendo assim, novamente ressaltava-se o caráter contrário ao liberalismo de seus adversários, já que projetavam o estabelecimento de políticas contrárias àquelas promovidas pelos liberais moderados no início da Regência. Dessa maneira, o grupo progressista reconhecia a existência de duas identidades em confronto naquele tempo. Assim, anunciava seu círculo político através das denominações de *progressistas* e *liberais*, palavras extremamente caras ao projeto político que defendiam. Para isso, ligava a sua trajetória e a de seus aliados aos esforços legislativos descentralizadores.

Do outro lado do jogo político, identificava-se a trajetória de personagens que se direcionavam contrariamente aos princípios do liberalismo que pretendiam. Os esforços centralizantes, o caráter conservador e a aproximação a costumes da antiga monarquia europeia faziam com que os progressistas apresentassem seus adversários através de palavras como *retrógrados*, *absolutistas* e *antiliberais*.

De todo o modo, percebemos que, tanto nos periódicos progressistas, como também no regressista, o jogo político parlamentar estava sendo compreendido através de partidos políticos. A seguir, verificaremos como as redações enxergavam a existência de duas agremiações em disputa naquele período.

#### **2.4- Dois partidos em combate no vocabulário político dos impressos**

Como já destacado, a palavra *partido* ganhava adesão no vocabulário político dos jornais analisados no ano de 1838. Do mesmo modo, identificamos o reconhecimento, por parte das três principais fontes analisadas, que havia dois partidos em disputa no parlamento, cujo principal espaço de debate era a imprensa. Neste momento, averiguaremos como regressistas e progressistas compreendiam o cenário partidário naquele contexto.

Apresentou-se, no *Sete d'Abril*, a percepção de que partidos políticos surgiam em conformidade com a crença na diversidade e na oposição, confirmando a tese de Giovanni Sartori<sup>335</sup>:

Sendo o Governo Representativo o governo da maioria, ouvida a minoria, é claro que **dois partidos existem sempre em semelhantes governos: - o ministerial ou a maioria, a oposição ou a minoria.** Sendo da natureza das coisas que cada qual se busque elevar, fica também evidente que a minoria procura fazer-se maioria<sup>336</sup> [grifos nossos].

Além do trecho destacado, o autor do artigo, assinado por P.B, assinalava que uma minoria se transformava em maioria quando fazia promessas que possuíam garantias de realização. Entretanto, julgava não ser o caso da oposição, que não possuía princípios.

O que nos interessa neste estudo é o entendimento que os grupos políticos possuíam acerca do conceito de *partido*. No fragmento apresentado, o periódico regressista compreende o vocábulo como algo normativo nos governos representativos, no qual encaixa-se, no Brasil Império, a existência de dois partidos. Assim, como ressalta Giovanni Sartori, a convicção na diversidade, ou melhor, a crença de que ideias contrárias não eram opostas à ordem política está na trajetória da formação e aceitação dos partidos políticos nos governos.<sup>337</sup> Portanto, crendo na legitimidade da oposição, acreditava-se que era através destas ideias divergentes que os partidos se distanciavam e, por isso, sempre existiam dois grupos: a maioria e a minoria, ou o governo e a oposição.

Esta convicção e respeito para com a oposição também foram ressaltados nos periódicos progressistas. Evidente que, num momento em que eles estão estabelecidos em cenário de divergência com o poder, afirmar sua importância é essencial a este grupo. Entretanto, os argumentos utilizados revelam um ambiente político que compreendia sua importância.

Logo, nas páginas da *Aurora Fluminense*, dizia-se que oposição era o primeiro elemento necessário ao governo constitucional, pois, caso ela não existisse, o Estado se inclinaria ao

---

<sup>335</sup> SARTORI, 1982.

<sup>336</sup> *O Sete d'Abril*, nº 531, 07/03/1838.

<sup>337</sup> SARTORI, 1982, p. 23-24.

*despotismo*.<sup>338</sup> Além disso, compreendia que, nas Câmaras, “[...]a oposição tem a fraqueza por situação, e a resistência por dever[...]”.<sup>339</sup> Desse modo, a divergência política aparecia como fator essencial para o governo da sociedade.

Retornando a linguagem de observação das identidades pelos regressistas, através de uma recopilação do *Correio de Minas*, reconhecia-se, no *Sete*, a existência de dois partidos, cujo principal ponto de cisão era a legislação de 1834. Definia, então, que os indivíduos pertencentes ao primeiro partido, no qual se inseria a administração, defendiam o Ato Adicional, mas compreendiam que algumas circunstâncias teriam levado a passar na redação dessa lei algumas contradições. E, por isso, desejavam interpretá-lo legalmente para poder consolidar de fato a Constituição. Dentro da argumentação, informava que este partido era composto pela *maioria da nação*.<sup>340</sup>

Enquanto isso, o outro partido gerava descrédito ao Ato Adicional. Formado por *ultra-reformistas*, que, através de um entusiasmo irrefletido, ou delírio da ambição, buscavam sempre inverter as reformas constitucionais em princípio federal. Assim, desacreditavam a lei da reforma, pois pregavam, na tribuna e na imprensa, a *independência das províncias*.<sup>341</sup> Em outra edição, o *Sete d’Abril* definia o grupo como “[...]partido dos intitulados progressistas, ou mais propriamente anarquistas[...]”.<sup>342</sup>

Em outro momento, para indicar a incoerência contida em seus adversários por designarem o nome de Hollanda Cavalcanti para a eleição de regente, definia os progressistas como *partido democrático puro*,<sup>343</sup> demonstrando a aproximação da oposição com o republicanismo.

<sup>338</sup> *A Aurora Fluminense*, nº 70, 29/10/1838.

<sup>339</sup> *O Sete d’Abril*, nº 611, 21/09/1838.

<sup>340</sup> *A Aurora Fluminense*, nº 19, 18/06/1838.

<sup>341</sup> *Ibidem*.

<sup>342</sup> *O Sete d’Abril*, nº 567, 06/06/1838.

<sup>343</sup> “[...]o Sr. Hollanda é um – verdadeiro aristocrata de nascimento!!... e todavia, é ele o escolhido para Regente pelo partido democrático puro!!... Entendão-os lá. O Feijoismo nutre, o respeito da forma de governo conveniente ao Brasil, as ideias proclamadas no ‘Justiceiro’ e de vez em quando deixa-nos entrever no ‘Parlamentar’, isto é, Democracia Monárquica, - Monarquia Popular, - afugentando para longe toda a espécie de Aristocracia... e todavia,

Sendo assim, percebemos que no *Sete d’Abril* se forjava uma oposição entre personagens que possuíam ideias mais exageradas, e outros que buscavam rever os adiantamentos promovidos pelo avanço do liberalismo no início da década. Seus adversários eram representados como *anarquistas*, que, com as ideias que defendiam, perigavam ao Brasil a dissolução das províncias do centro nacional.

Na *Aurora Fluminense*, também se reconhecia que duas agremiações se dividiam na Câmara. Para a redação, desde a abertura da Assembleia Legislativa daquele ano, dois partidos, que seriam dois sistemas políticos, entraram em combate. Estes seriam os seguidores do *ministério* e a *oposição*.<sup>344</sup> Na perspectiva do responsável pelo periódico, entretanto, reconheceu-se a existência de três partidos que há 17 anos tinham aparecido na cena política:

[...]Existem entre nós **três partidos, um monarquista liberal**, outro **monarquista com tendências ou ao poder absoluto** ou a não fazer entrar senão uma fraca dose de liberdade na combinação dos elementos políticos, e **um terceiro**, enfim, **o partido republicano** [...] **O partido monárquico sem tendências de liberdade é aquele que em 1822 resistiu as ideias constitucionais da independência, que desta época até 1826 mergulhou o Brasil nas trevas do despotismo, que em 1828 e 29 combateu contra a realidade da Carta, que foi vencido em 1831, e que ressuscitou depois de 19 de setembro de 1837.** Nossa história constitucional é a da **luta entre este partido, e o da monarquia liberal**[...] Nada diremos da **seita republicana**; é um **partido irregular**, sem consideração, sem meios de influência, pouco numeroso, sem porvir, sem confiança em si mesmo, antipático a grande maioria do país, e votado a uma impotência absoluta. Resta-nos, pois, unicamente as [ilegível] do partido monárquico, a liberal e a contrarrevolucionária. Na opinião da primeira, a Constituição reformada é a arca da aliança brasileira. O ato adicional tem, sem dúvida alguma, mais de um defeito, pode abrir caminho a muitos abusos, a muitos conflitos. Mas é um fato tão poderoso, foi destinado a satisfazer necessidades tão imperiosas, está de tal arte ligado ao destino das liberdades e franquezas provinciais, representa ideias tão dominantes, que a prudência política a aconselharia, que ele fosse corrigido simplesmente com interpretações sinceras, e moderadamente. O **monarquismo iliberal** atacou a Constituição reformada, não pelas suas imperfeições, mas unicamente porque o ato adicional era uma das muralhas da ordem nova, é que a convinha fazer uma, muitas brechas. O pensamento, que dirige este assalto, é aquele mesmo, que atacou a instituição do Júri na sua alçada política, que deu garrote a liberdade da tribuna, que inspirou a propaganda do princípio – que liberdade, governo livre é tudo peta[...]<sup>345</sup> [grifo nosso].

A longa citação fez-se necessária pelo fato de apresentar ricas referências para o entendimento das identidades que rivalizavam naquele momento. Primeiramente, destacou-se

---

os feijoistas têm prometido os seus votos ao Sr. Hollanda!...” *O Sete d’Abril*, nº 539, 28/03/1838. No mesmo artigo, apresentava que caso Hollanda Cavalcanti ganhasse as eleições, uma luta imediata ocorreria entre o *partido da aristocracia* e o *partido da monarquia popular*.

<sup>344</sup> *A Aurora Fluminense*, nº 34, 30/07/1838.

<sup>345</sup> *A Aurora Fluminense*, nº 63, 12/10/1838.

a existência de três partidos que movimentavam a política brasileira desde a época da Independência. Indicamos que as classificações utilizadas pela folha não existiram no início da década de 1820, ou mesmo quando escreviam o artigo, já que a rotulagem era própria da redação do periódico. O objetivo da folha era relacionar a participação de seus adversários a movimentos que fossem contrários à independência, ao constitucionalismo, ou ao próprio liberalismo – perspectivas fundamentais na cultura política da época.

Assim, a história dos regressistas estava apresentada paralelamente à história dos corcundas e, em seguida, dos caramurus. Conforme os estudos de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, os *corcundas* eram os partidários do Antigo Regime na época da Independência.<sup>346</sup> Já os segundos, com trajetória já ressaltada no primeiro capítulo deste trabalho, foram, conforme Basile, os aliados de Pedro I nos conflitos que marcaram a abdicação.<sup>347</sup>

Para o redator, em 1838, o Brasil vivenciava a luta entre os dois partidos monárquicos. E da mesma forma como foi definido pelo *Sete d'Abril*, a chave da cisão daquele tempo era o Ato Adicional. Na perspectiva da *Aurora*, a política empreendida pelo partido monárquico sem tendências de liberdade, ou contrarrevolucionário, era de uma Monarquia afastada do liberalismo.

Para além da identificação destes dois grupos em contenda, na *Aurora Fluminense*, apresentou-se a existência de um *terceiro partido*. Denominado de *seita republicana*, o redator optou por não esboçar nada a respeito, pois considerava como *partido irregular*. Esta ideia confirma as premissas de Giovanni Sartori, que revelou que a formação dos partidos políticos possuía relação com as instituições. Da mesma forma quando a redação da *Aurora* apresenta seus adversários através da denominação de *seita*, palavra que, no século XIX, já havia se distanciado do vocabulário da política, conforme o autor.<sup>348</sup> Logo, um grupo republicano no

---

<sup>346</sup> NEVES, Lúcia Marias Bastos P. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência. (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

<sup>347</sup> BASILE, 2000.

<sup>348</sup> SARTORI, 1982, p. 23-24.

território monárquico aparecia como algo em desarmonia com o Regime, pois não se configurava como uma organização partidária, ou, pelo menos, como categoria distinta aos *partidos monárquicos* que pertenciam.

Portanto, percebemos que a ideia de que haveria duas agremiações em disputa era mútua. A redação do *Parlamentar* concebeu os partidos daquele ano do mesmo modo que seus aliados da imprensa. Nesta folha, era exposto que a luta que ocorria na política era uma batalha entre o *passado* e o *presente*, entre o movimento *progressivo* e o *regressivo*. Na exposição, a rivalidade teria também sido iniciada na época da Independência.<sup>349</sup>

O primeiro partido teria advindo dos recolonizadores, que, na época da Independência, buscavam retornar o Brasil ao jugo de Portugal. Durante o governo de Pedro I, os retrógrados teriam incitado o imperante voltar a ideias do passado e restringir as instituições brasileiras. Após a abdicação, tornaram-se restauradores, fazendo oposição ao movimento que salvou o Brasil em 1831. Por fim, é apresentado no *Parlamentar* que tais personagens eram os mesmos que se estabeleciam ao alto do Poder Executivo naquele momento.<sup>350</sup> Desse modo, indicava que a marcha desses personagens sempre teria sido o passado, o antigo e a recusa do progresso.

Já o segundo partido era formado por aqueles que, no passado, haviam impedido D. Pedro I de golpear as instituições. Os mesmos que, com moderação, montaram uma revolução que teria salvado o país do naufrágio. Estes teriam, em 7 de abril de 1831, subido ao poder e promovido forças à liberdade.<sup>351</sup> Portanto, esta era a trajetória da oposição que pertenciam, cuja marcha de seus movimentos era apresentada, como sempre, direcionada ao progresso e à liberdade.

Além de reconhecerem a existência de dois partidos em disputa naquela fase, em meados do ano de 1838, os periódicos analisados comentavam acerca da formação de um *terceiro*

---

<sup>349</sup> *O Parlamentar*, nº 76, 04/07/1838.

<sup>350</sup> *Ibidem*.

<sup>351</sup> *Ibidem*.

*partido* no parlamento. No *Sete d’Abril*, relatava-se que um grupo de deputados havia se separado da maioria, logo, do partido ao qual pertencia o governo. Indicava que este terceiro partido era composto por deputados novos, cujo principal fim era equilibrar os interesses da maioria, unindo seus votos a minoria quando necessário.<sup>352</sup>

Este terceiro grupo poderia ser visto como útil para os regressistas, já que se colocaria fora dos interesses da maioria e das exagerações da minoria. Assim, se tornariam interessantes para o jogo político, pois, para captar os votos deste partido, a maioria e a minoria teriam que retirar todos os excessos de seu projeto. O partido também poderia ser melindroso para a política, caso servisse a oposição nas medidas cujo único objetivo fosse enfraquecer o governo.

353

Por fim, indicava-se, no *Sete d’Abril*, que haviam escolhido o pior momento para desenvolver tal bandeira da imparcialidade. Pois, o momento exigia cooperação completa ou resistência enérgica por parte dos personagens políticos. O quadro nacional reclamava que os parlamentares se colocassem na maioria ou minoria, na oposição ou no ministerialismo – ideias médias poderiam perder o país.<sup>354</sup>

Na *Aurora Fluminense*, o aparecimento deste novo grupo não era apresentado da mesma forma. Para essa redação, a opinião de um justo meio era um progresso real, do qual a oposição se felicitava. Para o publicista responsável, o terceiro partido só era perigoso para maus governos.<sup>355</sup> Enxergando-os com bons olhos, lamentou, em seguida, a dissolução deste grupo no parlamento. Na folha, era apresentado que o motivo que teria levado ao fim foi porque um ministro havia pedido a cada um dos membros pessoalmente para que não fracionassem a maioria.<sup>356</sup>

---

<sup>352</sup> *O Sete d’Abril*, n° 568, 08/06/1838.

<sup>353</sup> *Ibidem*.

<sup>354</sup> *Ibidem*.

<sup>355</sup> *A Aurora Fluminense*, n° 15, 06/06/1838.

<sup>356</sup> *A Aurora Fluminense*, n° 34, 30/07/1838.

Para este trabalho, tal debate é proveitoso na medida em que apresenta o universo partidário existente na Câmara. Um terceiro partido, enxergado como o centro, o equilíbrio entre duas opiniões que estavam em conflitos, comprova ainda mais a perspectiva de duas identidades estavam se formando na política. Sua existência não formava uma terceira opinião, um projeto distinto dos dois grupos que já possuíam identidades reconhecidas. No entanto, viria para opinar entre essas duas posições, apenas elas responderiam contra as possíveis exagerações dos dois lados.

No capítulo anterior, verificamos os grupos políticos definidos através dos princípios de governo e oposição. Neste novo momento, percebemos que esse direcionamento não mudou, apenas ganhou novos contornos. Além dos grupos políticos serem divididos através de uma minoria ou maioria ocupante das cadeiras parlamentares, a ideia de que deveriam obter princípios ou programas políticos também aparecia no vocabulário:

O *Chronista* honra-nos a paciência, exigindo de nós peremptoriamente, que respondamos já e já a numerosos artigos seus, que tem por fim provar, que a oposição quer precisamente aquilo mesmo que quer o governo, que a mais completa identidade existe entre **os programas políticos dos dois partidos**[...] <sup>357</sup> [grifos nossos].

Assim, mais do que se estabelecerem ao lado do governo, ou ao lado da oposição ao governo, estes grupos deveriam conter objetivos comuns que seriam o fator de união. Percebemos que a razão de união entre os personagens estava localizada na opinião que possuíam acerca das legislações liberais do país. Por isso, antes de definirem a si e ao outro através de uma denominação partidária específica, os partidos apareciam através de uma multiplicidade de intitulações: partido da maioria, partido da minoria, partido do governo, partido da oposição, partido regressista, partido progressista, partido conservador e partido liberal.

Todas as denominações indicam que, no vocabulário político estudado, a ideia de partidos estava em uma fase de transição muito específica. Passava-se da percepção de partidos

---

<sup>357</sup> *A Aurora Fluminense*, n° 49, 10/09/1838.

como apenas lados políticos e ingressava-se, mesmo que lentamente, na compreensão de partidos como princípios ou ideias políticas. Assim, era simultâneo, os partidos políticos eram construídos no parlamento, ao mesmo tempo em que seu significado era transformado no âmbito linguístico.

## 2.5- Conclusão

Durante a realização deste capítulo, buscamos demonstrar a construção e os objetivos das identidades regressista e progressista no início do governo do Regresso. Desse modo, esclarecemos que duas perspectivas levavam à diferenciação destes grupos. Primeiramente, consideramos o grau de liberalismo como algo decisivo na formação dessas identidades, já que ambos defendiam tal corrente de pensamento, bem como que ela fosse seguida e fundamentada na concepção de justo meio, pois o ponto de cisão era justamente o quanto cada grupo tendia ao absolutismo ou à anarquia.

A segunda compreensão não se distingue da primeira, já que foi precisamente o movimento liberal que levou a efetivação das reformas políticas do início da década. Assim, o posicionamento que possuíam diante do Ato Adicional ou do Código de Processo Criminal, era formado através do espectro liberal que os grupos políticos acreditavam, sendo fator principal de discordância entre os apoiadores do governo e da oposição.

Por fim, percebemos que as denominações *partido do governo* e *partido da oposição* caíam em desuso para a entrada das intitulações de *partido progressivo* e *partido do regresso*, ou *liberais* e *conservadores*, entre outras nomenclaturas. Tal mudança significava uma transformação da perspectiva partidária, que ultrapassava o sentido de posicionamento entre administração e oposição.

Assim, o conceito de partido ganhava sentido, primeiramente, de organização formal, como algo benéfico às instituições. E de outro modo, trazia para sua semântica a necessidade de estar pautado numa ideia, programa e princípio político. No entanto, estabelecido este estudo

num período de transição, muitas vezes os significados acabavam se confundindo. Porém, alguma clareza é apresentada nas contradições: os partidos políticos ingressavam no vocabulário da política, ao mesmo tempo em que formavam suas posições no parlamento.

Ademais, ressaltamos que a maior incidência das nomenclaturas regressistas e progressistas para a definição de grupos políticos ocorreu durante o *Ministério Parlamentar*, entre setembro de 1837 e abril de 1839. Sendo assim, o contextualismo linguístico mostra-se mais uma vez essencial para a compreensão do desenvolvimento dos partidos políticos no Rio de Janeiro, já que suas denominações são definidas através da conjuntura vivenciada pelos personagens que compunham as agremiações. Portanto, a consolidação do ministério setembrista, bem como as discussões em torno das instituições que sustentariam o Império durante o Segundo Reinado, confirmava a existência de duas correntes políticas que se formavam desde meados da década de 1830.

A seguir, verificaremos que a modificação do contexto político alterava a percepção dos personagens em relação às agremiações que estavam sendo fundamentadas. As denominações partido progressista e partido regressista entravam em desuso.

### 3- “O Sr. D. Pedro II há de governar”: vocabulário político partidário na transição da Regência para o Segundo Reinado

Vem, ó salutar MAIORIDADE, vem, que tu serás o balsamo consolador que alivie o ardor de nossas feridas! Vem dar ao povo já cansado de sofrer nulidades (mais para a nação do que para si) a norma de sua perpétua felicidade, no Monarca brasileiro, que nós mais que ninguém havemos decantado, não agora no rápido crescer de seus felizes anos, mas na sua infância, quando uma só voz não se erguia para saudá-lo ao amanhecer o Dia do seu aniversário! Vem, ó Dia, com ardor esperado, por termo aos males que nos flagelam; vem acenar com o ramo de oliveira aos povos do Brasil rebelados, e dar energia a teus novos governantes para sustentarem a tua dignidade hoje, mais que nunca, vilipendiada pelo estrangeiro, que recebe nosso dinheiro a troco de suas quinquilharias, e despreza-nos como selvagens, desprezando tudo o que é nosso.<sup>358</sup>

Após 19 meses de governo regressista, capitaneado por Bernardo Pereira de Vasconcellos, a opção própria de retirada do *Ministério Parlamentar*, e a sequência de gabinetes não aprovados pela opinião pública levou ao enfraquecimento do governo de Pedro de Araújo Lima. Nesse tempo em diante, as opiniões em torno da continuidade da regência direcionaram à Câmara dos Deputados para a maioria do Imperador, assim, possibilitando a efetivação do Segundo Reinado na figura de um rei de 14 anos.

É importante que se ressalte que a antecipação da maioria do Imperador não era ideia exclusiva dos políticos atuantes em 1840. Acerca da temática, perspectivas historiográficas ressaltaram que, desde meados do decênio regencial, surgiu, na opinião pública, propostas nesse sentido. Já na década de 1930, o autor Bruno Magalhães evidenciava que o projeto para a maioria do imperador possuía raiz em 1835. No entanto, só apareceu vitorioso em 1840, sob forma de conspiração política. O ensaísta indicou que, no fim da década, o movimento começou através de reuniões secretas, e depois passou para a tribuna, a imprensa e a praça pública, os meios de propaganda existentes na época. Também demonstrou que as ações foram essencialmente promovidas por políticos, sem a cooperação de outro elemento.<sup>359</sup>

<sup>358</sup> A *Ortiga*, nº 11, 13/11/1839.

<sup>359</sup> “Por uma iniciativa do senador José Martiniano de Alencar, fundou-se na Corte, aos 15 de abril daquele último ano, a “Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador o Sr. D. Pedro Segundo”, da qual também faziam parte os senadores Costa Ferreira, Hollanda Cavalcanti e Paula Cavalcanti, e os deputados Antônio Carlos, Martim Francisco, Peixoto de Alencar e José Marianno. Poucos dias depois, entraram para o “Club da Maioridade” – como

Na perspectiva de Paulo Pereira Castro, a ideia de uma conspiração para retirar os conservadores do poder foi baseada em projetos de antecipação de maioria que desde 1835 eram debatidos no círculo político. Assim, nos fins da década de 1830, o deputado José de Alencar propôs a fundação da *Sociedade Promotora da Maioridade*, transformada em *Clube da Maioridade*, sob presidência de Antônio Carlos, a quem foi confiado o comando dos ministérios após a coroação do Imperador.<sup>360</sup>

Castro também apresenta que, impropriamente definida como um golpe parlamentar, a maioria, na verdade, teria sido um golpe palaciano, em que o elemento decisivo foi a manifestação da vontade do jovem príncipe. Para realizar tal feito, o autor revela que os liberais teriam se aproveitado do impulso promovido pelos próprios conservadores em relação ao ideal monárquico. Assim, desde o início da regência de Araújo Lima, o círculo do governo buscava projetar, em primeiro plano, a ideia do Imperador-menino, restabelecendo práticas de etiqueta e cerimônias que foram abolidas durante a Regência.<sup>361</sup>

Lilian Schwarcz também aponta que, desde 1835, a ideia da antecipação da maioria de Pedro II era cogitada. Para a historiadora e antropóloga, tal meta era promovida pelo conturbado ambiente que foi a regência e as medidas descentralizadoras. Assim, para solucionar os conflitos nacionais, a elite carioca apostava numa saída monárquica. A autora ressalta: “É o partido liberal, em 1840, com a criação do Clube da Maioridade, que dá forma ao projeto; mas a tarefa não era realmente difícil. Afinal, os próprios governistas pareciam favoráveis a pôr fim ao regime eletivo das Regências[...]”.<sup>362</sup>

José Murilo de Carvalho igualmente apresentou a ideia de antecipação da maioria desde o início da luta da oposição capitaneada por Bernardo Pereira de Vasconcellos contra o

---

ficou sendo conhecido -, mais os deputados Limpo de Abreu, Teophilo Ottoni, José Antônio Marinho, Pinto Coelho e Acayaba Montezuma” (MAGALHÃES, 1939, p. 124).

<sup>360</sup> CASTRO, 1972, p. 60-61.

<sup>361</sup> Ibidem.

<sup>362</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 92-93.

governo de Feijó. No ano de 1835, o estadista teria já apresentado a possibilidade da regência da princesa Januária, ideia que não foi adiante. Quando os regressistas ocuparam o poder em 1837, conforme o autor, foram os liberais que promoveram uma campanha pela maioria. Em 1839, Francisco Montezuma, ex-ministro de Feijó e ocupante das fileiras progressistas, apresentou uma proposta de antecipação. Em 1840, com as três leis centralizadoras em discussão na Câmara dos Deputados, que estava dominada por conservadores, buscavam os liberais contornar a situação. Para isso, formaram um clube chamado *Sociedade Promotora da Maioridade do Imperador, o sr. D. Pedro II*:

[...]A primeira reunião da Sociedade foi na casa do senador padre José Martiniano de Alencar, pai do futuro romancista de mesmo nome. Entre os principais conspiradores estavam os Andrada de São Paulo, Antônio Carlos e Martim Francisco, ambos deputados; os Cavalcanti de Pernambuco, Antônio Francisco e Francisco de Paula, ambos senadores; Teófilo Otoni e o padre Antônio Marinho, liberais históricos de Minas Gerais. Os conspiradores contavam com a conivência do mordomo do paço, Paulo Barbosa, em cuja residência, a Chácara da Joana, passaram a ser feitas as reuniões. Antônio Carlos foi encarregado de conseguir a anuência do imperador, a quem chamava de “rapazinho”. O tutor, marquês de Itanhaém, teria dito que, consultado, d. Pedro concordara com a ideia.<sup>363</sup>

Na perspectiva de Izabel Marson, a operação reformista do regresso se encaminhava satisfatoriamente, até que, em julho de 1839, os liberais pressentiram o perigo e deram o seu golpe, também com extrema maestria. Conforme a autora, se, nos últimos anos do período regencial, os conservadores criaram e difundiram a imagem senhorial do Imperador, os liberais tornaram-na realidade no fim da década. Desse modo, para a realização da maioria, agilizaram o apoio da Câmara e solicitaram a D. Pedro que assumisse o poder ao qual tinha direito, e ele respondeu “Quero já”.<sup>364</sup>

Já na percepção de Jeffrey Needell, o Golpe da Maioridade vai além de uma conspiração liberal. Para o brasilianista, a precisão está em definir a movimentação como uma trama oposicionista, já que não havia uma ideologia política unificada. Logo, o grupo integrava

<sup>363</sup> CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 37-38.

<sup>364</sup> MARSON, Izabel Andrade. *O Império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 199.

antigos restauradores, moderados e exaltados, reunindo personagens sem coesão política, cujo fim da união era a substituição do poder.<sup>365</sup>

Desse modo, a liderança da movimentação se desloca para um terceiro grupo, denominados de *facção áulica*. Acerca destes personagens, Julio Benvivoglio indicou que, mesmo que o núcleo fosse formado por poucos integrantes, estes possuíam bastante influência. A facção áulica não se constituía como partido, ou possuía qualquer coesão, sua vida foi efêmera e a liderança era exercida por Aureliano de Sousa Coutinho. Entretanto, eles tiveram papel de destaque na efetivação da maioria:

[...]Em grande parte, estiveram atrelados ao Paço, procurando obter vantagens advindas de seu trânsito facilitado junto aos órgãos do governo imperial, visto ocuparem postos importantes da administração. Em sua maioria, tinham ligações com negociantes de grosso trato ligados do comércio de importação e exportação, com a alta burocracia da Corte; influência junto ao poder Judiciário boa parte deles eram magistrados e tinham acesso aos representantes do corpo diplomático de diferentes países como França, Inglaterra e Áustria[...]<sup>366</sup>

Conforme o autor, a efetividade da maioria se deu pelo fato desta facção não integrar de fato um partido, acoplando os interesses das duas identidades que se enfrentavam no parlamento. No decorrer do capítulo, durante a análise das fontes, perceberemos que a percepção de Jeffrey Needell e Julio Benvivoglio encontra razão no contexto estudado. O movimento pela maioria, bem como a composição dos personagens políticos que integraram o primeiro ministério do Segundo Reinado – o gabinete maiorista –, ultrapassava o sentido partidário tal qual é apresentado pela historiografia.

Assim, não consideramos os acontecimentos políticos do ano de 1840 como fruto de divergências partidárias entre liberais e conservadores. Contudo, compreendemos a importância do evento em questão para a formação destes partidos políticos. Neste trabalho, temos

---

<sup>365</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *The Party of order: the conservatives, the state, and slavery in the brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 84.

<sup>366</sup> BENTIVOGLIO, Júlio César. A Facção Áulica e a vida política no Segundo Reinado. In: *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SP - UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004, p. 8.

demonstrado a transformação da terminologia partidária em meio às disputas políticas no fim do tempo regencial. Para o ano de 1840 e 1841, perceberemos que o contexto já apresentava nuances que, no quesito partidário, gestaria a política no Segundo Reinado. No âmbito das linguagens políticas, uniam-se vocabulário e prática política: partidos políticos eram formados no campo da doutrina e da ação.

Em relação as características dos periódicos investigados, perceberemos neste recorte algo distinto dos capítulos anteriores. A efemeridade das folhas analisadas foi algo persistente no decorrer de todo o trabalho, entretanto, pela primeira vez notaremos a frequência de certas tipografias na publicação dos periódicos. Do mesmo modo que *A Aurora Fluminense*, impresso de caráter progressista, *A Ortiga*, *O Propugnador da Maioridade* e *A Regeneração* eram publicados na imprensa de Francisco de Paula Brito. Não por acaso, todos esses jornais possuíam caráter maiorista.

Já o periódico *O Anônimo*, contendo em suas páginas opiniões diversas acerca do contexto político da época, era publicado na mesma tipografia do jornal *O Regresso*, analisado no primeiro capítulo. Acerca deste último, é importante lembrar que tanto regressistas quanto progressistas negaram qualquer participação. Em relação a folha surgida em 1840, demonstramos que sua linguagem se afastava dos progressistas na medida em que defendia a revisão do Ato Adicional. Do mesmo modo, se distanciava dos regressistas quando parte da equipe redatorial defendia a maioridade do imperador. Assim, demonstrou uma perspectiva política para além das identidades que estavam sendo construídas.

Não de forma acidental, *O Brasil* era publicado no mesmo estabelecimento que *O Sete d'Abril*. Do mesmo modo, *O Maiorista* possuía a mesma raiz tipográfica que *O Parlamentar*, antiga folha progressista. Deste modo, perceberemos que para além da consolidação destas tipografias no cenário editorial do Rio de Janeiro, notamos também certa coesão ideológica nos locais de publicação.

**Quadro 6-** Periódicos utilizados para a análise do capítulo 3

| <b>Jornais</b>                     | <b>Ano de início da publicação</b> | <b>Redator</b>                                     | <b>Tipografia</b>                                 | <b>Tendência</b>             |
|------------------------------------|------------------------------------|--|---|------------------------------|
| <i>A Ortiga</i>                    | 1839                               | Anônimo  | Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito | Não foi possível identificar |
| <i>O Propugnador da Maioridade</i> | 1840                               | Anônimo  | Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito | Progressista/Liberal         |
| <i>O Anônimo</i>                   | 1840                               | Anônimo  | Typographia do Diário.                            | Não foi possível identificar |
| <i>O Brasil</i>                    | 1840                               | Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues Silva | Typographia Americana                             | Regressista/Conservadora     |
| <i>A Regeneração</i>               | 1834                               | Anônimo  | Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito | Progressista/Liberal         |
| <i>O Maiorista</i>                 | 1840                               | Francisco de Salles Torres Homem                   | Typographia e livraria de C. Ogier e C.           | Progressista/Liberal         |

Fonte: Elaborado pela autora.

### **3.1- Proposta de maioria do Imperador no governo de Diogo Antônio Feijó**

No ano de 1837, encontramos, no periódico *O Sete d'Abril*, folha ligada aos interesses regressistas, a defesa da maioria do Imperador, assim como da regência de Dona Januária, sua irmã. O objetivo em elevar Pedro ao trono aos 12 anos se justificava na desconfiança que continham no governo de Diogo Antônio Feijó, personagem a quem empregavam extrema oposição. Nas folhas deste periódico, e para seus apoiadores, a monarquia se encontrava em

posição de fraqueza naquele instante. E, por isso, eram apontados os motivos que exigiam a figura de um monarca no poder.

A retórica empregada utilizou a figura da Princesa Januária e de seu futuro marido para comprovar seu direcionamento. Primeiramente, delimitava que o casamento da Princesa Imperial Dona Januária necessitava ocorrer logo, pois “[...]Todos nós sabemos que a Sereníssima Princesa Imperial tem passado o terceiro lustro de sua idade, que está em tempo consequentemente de tomar estado de casada[...]”.<sup>367</sup> Todavia, abordava que tanto o governo como a Assembleia Geral não teriam ainda iniciado a lei de dotação nupcial da princesa. Assim, era questionado no periódico: “[...]Pretenderão que ela fique para Tia? [...]”. O redator considerava que o assunto tocaria de modo mais eficaz no coração de seu irmão Imperador assim que subisse ao trono. De outro modo:

A Constituição ordena que o Príncipe Imperial, logo que tenha 18 anos, substitua no governo como Regente, o Imperador, no caso de impossibilidade física ou moral deste, porque a idade de 18 anos é a maioridade constitucional do imperante: mas se a Princesa Imperial casar antes dos 18 anos, entendemos nós que se pode contemplar com maior ao dito respeito, pois, suposto seja essa espécie omissa na Constituição, pode-se lhe aplicar convenientemente o direito e costume civil, segundo o qual, entre nós o filho ou filha casada é por esse fato havido emancipado[...] **não faltaria o marido da princesa em reclamar essa condição e direito para sua mulher**[...] esta suposição não é favorável, nem ao meneio dos nossos negócios públicos, nem a causa do Imperador menor<sup>368</sup> [grifos nossos].

A fonte indica a utilização de possibilidades pautadas pela Constituição para embasar seus argumentos. Na folha, expunha a provável reivindicação ao trono pela sucessora de Pedro II, evidentemente, por meio de seu marido. Podemos considerar que a escolha discursiva da redação convenceria, em sua ótica, os seus leitores, já que se imbuía da cultura política da sociedade, que assegurava o altar ao jovem Pedro.

No mesmo sentido, mobilizava um argumento para o estágio precoce do Imperador: “[...]A idade de 12 anos em que tem entrado S.M.I é a mais azada na vida do homem para receber quaisquer doutrinas[...] grande cabedal de prudência terá adquirido já, quando chegar

---

<sup>367</sup> *O Sete d’Abril*, n° 434, 25/03/1837.

<sup>368</sup> *Ibidem*.

aos 18 anos[...]”. Logo, sua idade não prejudicava, só contribuía, uma vez que era o momento em que os jovens mais aprendiam. No entanto, após os anos que legalmente se estabeleciam a maioridade, as paixões, os caprichos e o apetite do período dominariam seus direcionamentos.<sup>369</sup>

Ademais, para reafirmar sua razão, salientava que esses mesmos liberais que, naquele momento, ditavam as regras do país, acreditava-se que “[...]o verdadeiro governo constitucional de fato era aquele em que o Monarca se apresentava quase passivo, deixando obrar o ministério responsável[...] Segundo aquele pensar, basta só que o Monarca saiba assinar papéis[...]”<sup>370</sup> Dessa forma, o momento era oportuno, e mesmo para seus adversários não seria contraditório, já que no Estado que vigorava a Regência, a figura do Imperador já não era predominante.

Em sua argumentação, o redator revela que nem ele ou o grupo que representava teriam formulado o projeto para a maioria do monarca. A agitação, que era geral em todo o território do Império, teria levado, no ano de 1836, à disseminação da ideia da Regência da princesa Januária, e que ele próprio teria se alucinado com o princípio januarista para assegurar o elemento monárquico. No entanto, um amigo seu do credo oposto, feijoista, havia o convencido de renunciar a este projeto, e logo começou a pensar na maioria do monarca:

Acho extemporâneo o projeto, e até perigoso, porque pode expor a família imperial à mercê de novas ambições. Entregar uma menina de 14 anos em mãos de cambistas políticos, é fazer de um metal precioso uma moeda fraca, pela depreciação talvez de todas as qualidades que tornam sagrada uma pessoa tão delicada; e esta depreciação poder influir depois para a nova dispensa do Imperador, quando ele chegar a essa mesma idade. Eu não me oponho ao projeto unicamente por sustentar o atual Regente de quem sou amigo; porém acho que, no caso de haver um partido bastante forte que pretenda fazer esta prova, então muito melhor seria inaugurar de uma vez o senhor D. Pedro II e chamá-lo ao posto que lhe está destinado, porque alfim ele é o legítimo imperante. E assim escusado é reproduzir as dispensas de idade para uma e logo para outro, o que sempre traz inconvenientes, quando não fossem novos distúrbios e novas seitas: e não seria de admirar ver mais tarde bandos e energúmenos, distinguindo-se pelas cores de Januaristas e Pedristas.<sup>371</sup>

---

<sup>369</sup> Ibidem.

<sup>370</sup> Ibidem.

<sup>371</sup> *O Sete d’Abril*, nº 441, 19/04/1837.

Em sua alegação, dizia que a conversa teria ocorrido em abril de 1836, e já em maio, o mesmo partido que sustentava o regente, vendo que o projeto januarista tomava corpo entre a população e a Guarda Nacional, tratou de desmembrar esses defensores. Eles teriam insinuado em reuniões para que desistissem da elaboração deste plano, pois, neste caso, era mais prudente a idade do Imperador, que sempre seria visto como legítimo. O mesmo não ocorreria ao expor “[...]uma menina débil ao choque dos partidos[...]”. Assim, o projeto teria saído do próprio grupo feijoista e a maioria do Imperador era aclamada por todos os partidos e por todo o Brasil naquele momento.<sup>372</sup>

Para o escritor, o projeto que defendia naqueles anos apresentava duas questões fáceis de resolver, todavia, de naturezas distintas. A primeira era de caráter jurídico, incluída no direito escrito. Respectivamente, a segunda se encontrava em caráter filosófico, ligada ao interesse público. Assim, em sua análise, buscou delimitar se a Assembleia Legislativa poderia, através de uma lei ordinária, dispensar a idade do monarca. De outro modo, questionava se tal medida seria conveniente.

Para demonstrar o segundo aspecto, de caráter filosófico, a redação do *Sete d’Abril* expunha que a medida seria urgente para a salvação pública, uma vez que a administração estava sendo fatal ao país. Questionavam-se, na redação, se deveriam seguir sofrendo todas as calamidades e desastres, ou então se conviria aos interesses do bem-estar e da felicidade mudar os agentes do governo. Assim, salientava que faltava no Brasil um “[...]piloto hábil que nos leve ao salvamento.” E como o governo estabelecido não os salvava, acreditava que era necessário substituí-lo.<sup>373</sup>

Demonstrado a necessidade para o público, retornava-se ao primeiro aspecto, onde a discussão se voltaria para o artigo 178 da Constituição, que determinava: “É só constitucional o que diz respeito aos limites, e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos

---

<sup>372</sup> Ibidem.

<sup>373</sup> *O Sete d’Abril*, nº 442, 22/04/1837.

políticos, e individuais dos cidadãos. Tudo, o que não é constitucional, pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas Legislaturas ordinárias.” Através disso, debatiam a constitucionalidade do artigo 121 do mesmo documento, que demarcava: “O Imperador é menor até a idade de dezoito anos completos.”<sup>374</sup> Desse modo, concebiam que a maioria do Imperador, conforme explícita na Constituição, não era constitucional e poderia ser alterada por uma lei ordinária. Para a redação: “[...]O art. 121 está incluído no capítulo que trata da Regência; se ele fosse constitucional, se acharia entre os quatro poderes políticos que estabeleceu a Constituição[...]”.<sup>375</sup>

A análise desta discussão no *Sete d’Abril* em 1837, além de demonstrar a similaridade com o vocabulário emancipador de 1840, também apresenta uma mudança linguística da retórica regressista. Assim como seu antecessor, o periódico *O Brasil*, analisado nas próximas páginas, conteve a influência de Bernardo Pereira de Vasconcellos em suas publicações, além de outras grandes figuras do regresso. No ano de 1840, seus redatores optaram por uma linguagem contrária às pretensões maioristas, indicando as razões para que o projeto não fosse à frente. Ao discutir acerca das capacidades exigidas ao imperante para governar a nação, era demonstrada a não preparação do Imperador para o cargo naquele momento. Do mesmo modo, interpretou-se que, por meio de uma lei ordinária, a maioria não passava de um golpe.

Antes de esboçarmos a argumentação dos redatores deste periódico, examinaremos o vocabulário político de mobilização à maioria do Imperador. Durante a investigação, perceberemos que o projeto ultrapassava os segmentos políticos regressista e progressista, ou liberal e conservador. A pauta em si não figurava os projetos ou as vertentes que defendiam. Este fator é o que podemos denominar de sublinguagens existentes numa cultura política.<sup>376</sup>

---

<sup>374</sup> *Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824.*

<sup>375</sup> *O Sete d’Abril*, nº 443, 26/04/1837.

<sup>376</sup> POCOCK, 2003.

### 3.2- O vocabulário político maiorista em 1840

Em meados de 1839, voltava a ecoar tanto na imprensa, como no parlamento dos deputados, vozes em favor da antecipação da maioridade do Imperador. Entretanto, a ideia era movimentada por personagens diversos daqueles de meados da década, sendo a vez dos regressistas pleitearem contra a medida. Digno de exemplo é o periódico *A Ortiga*, que circulou entre os anos 1839-1840. A folha não possuía periodicidade em suas publicações, era vendida nas lojas dos Sr. Laemmrl, Rua da Quitanda n. 77, na Rua do Ouvidor n. 152, na Rua d'Ajuda n. 23, e na praça da Constituição n. 44 e 64, no escritório da Typographia Imparcial de Brito, que era o impressor e editor do jornal. A redação era composta por indivíduos variados, contendo, inclusive, certa ambiguidade de posicionamentos políticos. Na epígrafe do periódico, era estampado o teor crítico de sua existência:

Sou erva bem conhecida,  
Nas folhas trago a peçonha  
Capaz de tornar vermelha  
A cara mais sem vergonha.

De codinome *Cariocas*, parte da redação da *Ortiga* questionava o estado político que vivenciava o Império. A percepção era de que a força regencial estava esgotada. Neste entendimento, era acreditado que nenhum percalço seria solucionado enquanto durasse a menoridade de Dom Pedro II. Nesta ótica, esta era a única esperança para o Brasil<sup>377</sup>, “[...]ou a Augusta Princesa Imperial a Sra. D. Januária. Venha ela salvar o Brasil.”<sup>378</sup>

Existem outros artigos no periódico que não possuem assinaturas. Para estes, consideramos a autoria de um redator principal, que expressava opinião semelhante aos *Cariocas*. Em uma seção denominada *Comunicados*, expunha que apenas a Regência de D. Januária ou a declaração da maioridade de D. Pedro II poderia salvar o Brasil. Nesta percepção, o Império estava ameaçado pela *anarquia*, propagada pelos *sectários do absolutismo*, que

---

<sup>377</sup> *A Ortiga*, nº 01, 10/08/1839.

<sup>378</sup> *A Ortiga*, nº 12, 25/01/1839.

buscavam erguer, na nação, um *trono de ferro*.<sup>379</sup> Neste ponto, o direcionamento é de contrariedade à política regressista, acusada de conter traços do Antigo Regime.

Percepção diversa era a do *Homem do Século*, outro grupo de autores responsáveis pelas publicações. Em texto assinado neste epíteto, era dito: “[...]E como não nos constituímos como o órgão de um partido, e somos totalmente estranhos as outras partes da redação desta folha, responsável unicamente por nossas doutrinas[...].”<sup>380</sup> Demonstrando, assim, a multiplicidade de opiniões que integrava a redação.

Em relação à maioria, *O Homem do Século* pedia por cautela. Para compor seus argumentos, indicava que as mazelas que cercavam o governo regencial eram de responsabilidade de ministros e do regente, assim, o ódio era voltado a estes personagens. No entanto, caso fosse responsável um jovem Imperador, que, sem necessária instrução para a gestão, sem a maturidade necessária para o cargo, iria carregar a culpa junto aos ministros. Desse modo, compreendia que a monarquia estaria ameaçada, abrindo a argumentação de republicanos para contestar o regime, caso o monarca não fosse capaz de conter as desordens:

[...]Eis o que cremos que acontecerá se vemos a imprudência de irmos perturbar a educação do Imperador, e o lançarmos em um pego, onde ele e as instituições do país desaparecerão[...] se não contam com o milagre, então em boa e sã consciência não sabemos, como uma criança de 14 para 15 anos, posto que sabendo já o que nenhum menino da mesma idade sabe, e tendo as melhores disposições possíveis para a ciência do governo; há de escolher ministros, e ministros regeneradores, que venham com a tenra mão do Imperador curar tantas chagas, que gotejam sangue, desde que seu Augusto pai nos deixou[...].<sup>381</sup>

Este entendimento foi contestado pelo periódico *O Propugnador da Maioridade*. Conforme a redação, era necessário considerar a responsabilidade dos ministros e a inviolabilidade do Imperador. Assim, nenhum ato da realeza poderia ser executado sem a referenda de um ministro ou conselheiro, ficando estes obrigados a responder pelas ações. Logo, o Imperador não teria sua imagem prejudicada.<sup>382</sup>

<sup>379</sup> *A Ortiga*, nº 13, 01/02/1839

<sup>380</sup> *A Ortiga*, nº 02, 19/08/1839.

<sup>381</sup> *A Ortiga*, nº 17, 29/02/1840.

<sup>382</sup> *O Propugnador da Maioridade*, nº 01, 19/05/1840.

A última folha destacada surgiu na corte em maio de 1840, momento em que tramitava, na Câmara dos Deputados, as discussões em torno da maioria de Pedro II. Quando foi lançada, era estampado que seria publicada indeterminadamente, na Imprensa Imparcial de Brito, e que era vendida nas lojas dos costumes, com o preço de 80 réis. Em sua epígrafe, um verso de Camões: “A verdade, que conto nua e pura, vence toda a grandiloqua Escritura.” A finalidade única de sua existência era defender e propagar o projeto de antecipação da maioria. Por isso, quando consolidada, encerrar-se-ia a publicação.

Para o responsável pela redação, cuja autoria não conhecemos, a maioria de Pedro II era uma questão de vida e morte para o Brasil. Neste argumento, indicava que, embora as virtudes sociais que qualificavam Pedro de Araújo Lima, o regente não possuía o prestígio necessário para governar a nação:

[...]o Regente não tem esta superioridade, sua autoridade é ineficaz, e cada vez mais e mais fraca se torna, e desta arte não pode agrilhoar, antes acoroçoar o desenfreamento das opiniões antimonárquicas, nas paixões anarquizadoras. A monarquia assim mal guardada, mal fortificada, ameaça saltar com horrível fragor, aluir-se ao menos e dissolver-se insensivelmente. É isto o que só a declaração da maioria de S. M. I. pode prevenir[...].<sup>383</sup>

Assim, identificava que o Império estava sendo gestado sem a força necessária, ameaçando sua integridade territorial e o próprio regime. Desse modo, a antecipação da maioria de Pedro II aparece como a alternativa para prevenir a dissolução e acalmar as tensões que se espalhavam pelo país.

A redação também justificava a necessidade da efetivação da maioria, buscando apartar as mazelas que poderiam conter a ideia. O periódico argumentava que, em três anos, a maturidade do Imperador não passaria por um salto muito grande e que da mesma forma que teria muito o que aprender aos 14 anos, também ocorreria aos 18. O Imperador era apresentado como alguém dotado de talentos não comuns, sendo muito mais adiantado que os jovens de sua

---

<sup>383</sup> Ibidem.

idade.<sup>384</sup> O intuito deste jornal era a propaganda da emancipação, indicando a fraqueza governativa da Regência e a figura do Imperador como salvação nacional.

Outro periódico intrigante, que também foi lançado em meio às discussões em torno da maioria, era denominado de *O Anônimo*. Publicado entre os meses de maio e julho de 1840, na Typographia do Diário, seus números saíam as ruas às segundas-feiras. A assinatura custava 1\$000 rs. por trimestre e, também, se vendia avulso, na casa de Passos, Rua do Ouvidor nº 152. Em relação à autoria das publicações, destacava-se em suas primeiras páginas: “Quem eu sou depois verão. Do redator.” Todavia, não conseguimos identificar o personagem por trás dos números.

A doutrina que pretendia sustentar, conforme o próprio periodista, era “[...]justa, e santa, porque se cifra na defesa da monarquia constitucional representativa: todas as suas discussões serão subordinadas a este grande princípio[...].”<sup>385</sup> Seu direcionamento político era apresentado justificando a escolha do nome da folha; para o redator, os jornais publicados no Rio de Janeiro sempre expressavam doutrinas que desmentiam o título que adotavam:

[...]A *Aurora*, já havia outros jornais quando ela apareceu, e se alguma luz veio ela comunicar-nos, não foi por certo essa luz benéfica, e salutar, que precede ao astro do dia, foi um fogo ardente, que principiou logo, queimando-nos, e que produziu esse incêndio, que atualmente devora o Brasil. *O Sete d’Abril*, criou-se para defender a regeneração, que se supunha operada nesse dia; mas sempre exagerado, ou contraditório, começou vestindo todos os andrajos da anarquia, e expirou coberto das lantejoulas do absolutismo. *O Sete d’Abril* teve um Filho, e este em vez de respeitar ao pai, viveu com ele uma continuada guerra, e passou como réu de um parricídio. Temos agora entre outros o *Instincto*. Declarou-se ele inimigo das matemáticas, da metafísica social, e da poesia: entretanto as vezes raciocina, como um Sócrates, quando zurze alguns dos ministros atuais, e põe-lhes os podres na rua; outras vezes diverte os leitores com charadas que muito bem podem abrir-lhe as portas do Panarso, e franquear-lhe a sociedade das musas. Estas reflexões nos conduzirão a dois corolários: 1º que em matéria de periódicos os nomes estão sempre em contradição com as coisas: 2º que o partido mais razoável era não dar nome ao nosso periódico[...].<sup>386</sup>

Interessante neste trecho destacado é ressaltar o não comprometimento do redator com os principais periódicos que propagavam o ideário regressista e progressista no ano anterior.

<sup>384</sup> *O Propugnador da Maioridade*, nº 04, 12/06/1840.

<sup>385</sup> *O Anônimo*, nº 01, 04/05/1840.

<sup>386</sup> *Ibidem*.

Abaixo, veremos que os periodistas poderiam propagar uma linguagem que iria além das duas vertentes políticas propagadas. Antes de apresentarmos sua opinião em torno da maioria, demonstraremos sua compreensão acerca do cenário político que vivenciava o Império.

Conforme a redação, o gabinete de 19 de setembro teria sido organizado de acordo com o voto das câmaras, possuindo maioria parlamentar. Em sua opinião, a política adotada por esse ministério não teria sido a mais adaptada o que o país necessitava, exagerando todos os princípios de reação contra a liberdade. No entanto, apresenta, em seus escritos, que, antes que a condenação surgisse nas câmaras, devido a uma crise ministerial, o gabinete dissolveu-se, retirada causada por uma força estranha à Constituição: “[...]Esta força é o que chamam de Camarilha, ou cabeça de Medusa os que gostam de materializar; o *Anônimo* a denuncia ao país como uma influência permanentemente maligna, constantemente infensa, hostil a liberdade, e aos princípios de ordem social.”<sup>387</sup>

Já o gabinete 13 de abril, que sucedeu ao 19 de setembro, teria sido formado sem a atenção ao voto das câmaras, integrando indivíduos não muito populares à opinião pública. Entretanto, assim como o seu predecessor, antes que pudesse ser derrotado, dissolveu-se. Novamente, a culpa recai sobre a camarilha. A mesma trajetória teria ocorrido com o gabinete seguinte, de 1º de setembro.<sup>388</sup> A análise da fonte indica que a crise na administração estava sendo causada pela excessiva influência de determinados legisladores nos ministérios:

[...]camarilha não quer aceitar ministério algum que ouse ter sobre aquele assunto um pensamento que não seja da camarilha, uma vontade que não seja também a da camarilha. A loucura, e o egoísmo desta **facção desorganizadora** tem chegado ao excesso de pretender formar, no ano de 1842, uma câmara de deputados composta unicamente de suas criaturas, parentes e aderentes a esta pretensão, quando está tão próxima a maioria do Imperador, não é só suspeita, senão muito perigosa. No país clássico da liberdade, quando o rei deseja organizar um novo ministério, costuma encarregar esta comissão a uma pessoa da sua confiança, que designa para ministro, e a qual incumbe a escolha dos companheiros[...] Quisera o *Anônimo* que o nosso exímio regente imitasse, na organização dos ministérios, estes exemplos constitucionais, nomeando para ministro uma pessoa da sua confiança, a quem ficasse livre a escolha dos seus colegas. Se proceder a este

<sup>387</sup> *O Anônimo*, nº 02, 11/05/1840.

<sup>388</sup> *Ibidem*.

modo, resignando-se a somente reinar em nome do Imperador, e não governar, o *Anônimo* não julga impossível a organização de um ministério, que corresponda aos desejos das câmaras, e aos votos e as necessidades do país; **mas se subsistir a mesma prática inconstitucional, que até agora tem prevalecido, e conservando-se as camarilhas o direito de depor e de compor ministério, crê o *Anônimo* que não poderá haver esperanças de salvação. Abaixo a camarilha! ... abaixo a cabeça de Medusa! Viva, floresça, brilhe, desde já o Astro da constituição, unicamente ELE**<sup>389</sup> [grifos nossos].

Sendo assim, o redator indica que a falta de autonomia ou autoridade do regente estava resultando nas crises ministeriais. A ação das câmaras sobre o Poder Executivo foi enxergada como inconstitucional, e só haveria uma esperança para o fim desses conflitos: a autoridade do Imperador sob todas as outras, como inclinava a Constituição. Além disso, denomina o grupo que está fazendo oposição como uma *facção desorganizadora*, indicando o caráter contrário das instituições políticas.

Na Câmara dos Deputados, Teophilo Ottoni também apontou que a camarilha teria sido a responsável pelo fim da administração de 19 de setembro. Para o deputado, este grupo se constituía como camarilha do validismo, e a dissolução do gabinete teria acontecido pela necessidade em colocar, no Senado, um valido. Partindo este personagem para o Senado, o governo teria sido dissolvido. Argumentou, assim, que a camarilha parlamentar havia feito uma transação com a camarilha do validismo.<sup>390</sup>

Acerca do valimento, Ricardo de Oliveira apresenta que o valido era alguém próximo do círculo íntimo do poder régio. No meio das lutas e disputas que ocorriam no universo da corte, estes personagens galgavam a centralidade do afeto do monarca, vivendo sob sua proteção e patrocínio. Para Oliveira, no processo de construção do Estado Moderno, a figura do valido pode ser percebida através de um papel mediador entre o poder real e a nobreza que o assediava. O autor também destaca que o conceito integrava a cultura política do Antigo

---

<sup>389</sup> Ibidem.

<sup>390</sup> Anais do Parlamento Brasileiro, 27 de maio de 1840, p. 494-495.

Regime ibérico,<sup>391</sup> logo, podemos indicar qual seria o posicionamento de liberais a nível de Teophilo Ottoni em relação a esta existência. Conforme Julio Bentivoglio, o grupo se aproxima ao que denominamos de palacianos ou áulicos.<sup>392</sup>

Contudo, questionamos se a alusão de Teophilo Ottoni estaria relacionada a personagens ligados ao círculo íntimo do monarca ou do regente Pedro de Araújo Lima, já que o senador nomeado foi Bernardo Pereira de Vasconcellos, e o gabinete setembrista foi dissolvido poucos meses após sua posse. Desse modo, podemos interpretar que, para Teophilo Ottoni, parlamentares da alta cúpula regressista, beneficiados pelo regente, influenciavam as decisões políticas governativas. Tendência política que seria combatida com a maioria.

Retornando a análise do periódico *O Anônimo*, consideramos que, se boa parte da historiografia apresentou que a maioria foi efetivada para sanar os interesses de liberais, que buscavam conter os avanços reformistas dos regressistas, cabe a nós apresentarmos um vocabulário que diverge deste prisma. Nas páginas do jornal, a antecipação de Pedro II foi defendida, assim como a reforma do Ato Adicional. Na folha, era apresentado que a experiência demonstraria os benefícios da reforma. Assim, era necessário que a comissão das assembleias provinciais revesse toda a massa da legislação provincial, propondo a revogação de todos os atos que não pertenciam às províncias.<sup>393</sup>

O que não significava adesão aos princípios regressistas, denominada pelo redator como *seita do patriarca do regresso*. Para o redator, três defeitos eram encontrados nos projetos regressistas nas câmaras. O primeiro deles era o espírito de centralização. O publicista também acreditava em uma maior autoridade ao poder central, no entanto, buscava reconhecer a autonomia que as províncias haviam angariado nos últimos anos, e que a união destas com o

---

<sup>391</sup> OLIVEIRA, Ricardo de. Valimento, prirvança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime. *Revista Brasileira de História*, [online]. 2005, v. 25, n. 50, p. 217-238. Acesso em: 17 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882005000200009>.

<sup>392</sup> BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado – A facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II. *Revista Esboços*, Florianópolis, v., n. 23, p. 187-221, 2010.

<sup>393</sup> *O Anônimo*, nº 03, 18/05/1840.

centro poderia ocorrer sem a retirada excessiva de suas atribuições. O segundo defeito exposto na folha era o espírito da reação. Em sua interpretação, ao buscar pôr fim às garantias que foram concedidas às províncias nos primeiros anos do regime, o regresso ultrapassava ainda o que havia deixado o absolutismo:

[...]Quando éramos colônia de Portugal pudemos ter os nossos juizes ordinários eleitos popularmente; quando se promulgou o código do processo os juizes municipais ficaram de natureza mista, propostos pelas câmaras municipais, em listas tríplices, e escolhido pelo governo na Corte e pelos presidentes nas províncias. Hoje quer-se que todas estas autoridades sejam de imediata escolha do governo geral; e desta natureza são todas as outras alterações de que abunda o projeto reformador[...].<sup>394</sup>

E, por fim, delimitava que o último defeito era a destruição das garantias constitucionais. Assim, ao dar um excessivo arbítrio aos chefes de polícia sobre os cidadãos, não se prevenia em sacrificar as garantias dos cidadãos com o pretexto de impor silêncio a minorias turbulentas.<sup>395</sup> Nesse sentido, a redação se preocupava com a revisão das legislações promovidas no início do período regencial. Entretanto, não concordava com a forma, nem com a política empreendida pelos regressistas.

A análise da fonte demonstra que, para a redação, faltava força do regente Pedro de Araújo Lima para governar a nação. Em conjunto, o Poder Legislativo dominava o Poder Executivo naquele momento, acrescido das intenções pouco liberais dos projetos regressistas, era reivindicado na folha: “Abaixo a camarilha! ... abaixo a cabeça de Medusa! Viva, floresça, brilhe, desde já o Astro da constituição, unicamente ELE.” Protesto encontrado repetidas vezes no periódico.

Quando, em 13 de maio de 1840, foi apresentado, no Senado, um projeto pela maioria do Imperador, o redator identificava a atitude como relevante para pôr fim às influências que prejudicavam o país:

Na sessão de 13 do corrente mês apresentou-se no Senado o seguinte projeto:  
A Assembleia Geral Legislativa decreta:

<sup>394</sup> *O Anônimo*, n° 09, 06/07/1840.

<sup>395</sup> *Ibidem*.

Artigo único. O Sr. D. Pedro 2º, Imperador Constitucional, e defensor perpétuo do Brasil, é declarado maior, desde já. Paço do Senado, 13 de maio de 1840.

Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque. – José Martiniano d'Alencar. – Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque. – José Bento Leite Ferreira de Mello. – Antônio Pedro da Costa Ferreira. – Manoel Ignacio Mello e Souza.<sup>396</sup>

Dias depois, o deputado Honório Hermeto Carneiro Leão propôs o seu próprio projeto de maioria e atacava as reivindicações dos senadores que gostariam de que o projeto fosse feito por uma lei ordinária, e não por uma reforma constitucional:

[...]eu penso que o artigo da Constituição, que acabei de citar, é constitucional, é daqueles que não podem ser revogados pelas legislaturas ordinárias, mas que podem ser reformados[...] Todos os artigos da constituição que contêm ou versam sobre as garantias do cidadão ou sobre direitos políticos, ou sobre limites, ou atribuições de direito público, são constitucionais, e não podem ser alterados por leis ordinárias[...].<sup>397</sup>

A análise dos variados periódicos, bem como o estudo dos Anais do Parlamento Brasileiro, indica que, para os maioristas, a tentativa de Honório Leão era atrasar o projeto, e um longo debate sobre a constitucionalidade do artigo 121 da Constituição foi empreendido a partir de então. Assim, nas páginas do *Anônimo*, o futuro Marquês do Paraná temia o fim da Regência de Araújo Lima, já que o personagem era o braço-direito do governante: “[...]como a maioria do Imperador vem arrancar-lhe todos estes atributos, força é que ele empregue os últimos esforços para não deixar escapar a presa, que tem segura em suas mãos[...]”.<sup>398</sup>

Nesta seção, identificamos o vocabulário que objetivava conceder a maioria do Imperador nos fins dos anos de 1839 até meados de 1840. Conforme a análise das fontes, percebemos que a linguagem não se limitava a um programa político partidário e nem se restringia a disputas de caráter identitário. Contudo, a semelhança de seus argumentos está na percepção que possuíam sobre a impossibilidade de dar prosseguimento à Regência, bem como à oposição política ao regresso.

<sup>396</sup> *O Anônimo*, nº 03, 18/05/1840.

<sup>397</sup> *Anais do Parlamento Brasileiro*, 18 de maio de 1840, p. 338.

<sup>398</sup> *O Anônimo*, nº 04, 25/05/1840.

Na seção seguinte, com o objetivo de compreender o contexto exposto para além da ótica maiorista, investigaremos a linguagem política de um periódico regressista, onde uma das finalidades era conter os avanços políticos da maioria. Assim, por meio da análise do periódico *O Brasil*, compreenderemos o posicionamento de regressistas frente à possibilidade da maioria do Imperador.

### **3.3- O vocabulário político regressista em oposição aos projetos da maioria**

Em 16 de junho de 1840, o periódico *O Brasil* aparecia na cena editorial da Corte no Rio de Janeiro. Suas publicações viriam ocorrer nas quintas-feiras e aos sábados, e os seus números eram vendidos avulsos nas lojas dos costumes. A folha era publicada na Typographia Americana, na Rua da Alfandega, nº 43. O preço para adquirir era de 2:000 rs. por trimestre, ou 80 rs. cada número.

Embora seus nomes não apareçam nas páginas do *Brasil* como responsáveis pela redação, a historiografia sobre o tema, bem como perspectivas da época,<sup>399</sup> apresentam que os escritos eram de responsabilidade de Justiniano José da Rocha<sup>400</sup> e Firmino Rodrigues Silva.<sup>401</sup> Conforme Elmano Cardim, Paulino José Soares de Sousa e Euzébio de Queirós, figuras regressistas e proeminentes saquaremas convidaram os dois publicistas para publicar um novo jornal que tinha como uma das finalidades se opor ao projeto maiorista, sobretudo ao periódico *O Despertador*, que era redigido por Sales Torres Homem.<sup>402</sup>

<sup>399</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Ação; Reação; Transação. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009; CARDIM, Elmano. Justiniano José da Rocha. V. 318. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964; MASCARENHAS, Nelson Lage. Um jornalista no Império: Firmino Rodrigues Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

<sup>400</sup> “Sua pena esteve sempre a serviço do Partido Conservador, que defende e amparou com calor e inteligência, jamais desertando das suas fileiras, mesmo quando em desacordo com os seus correligionários. Poucas, muito poucas compensações teve, no entanto, em face de tal dedicação, o devotado jornalista, que morreu esquecido, sem honrarias, a braços com a miséria.” CARDIM, 1964, p. 13-14.

<sup>401</sup> “[...]Firmino Rodrigues Silva, ou abreviadamente, Firmino Roiz Silva, poeta, magistrado, político, foi dos maiores jornalistas do Império.

[...]

Jornalista conservador desde a juventude, privou com os homens do partido que por tão largos anos, em períodos alternados, governou o Império[...].” MASCARENHAS, 1961, p. 2.

<sup>402</sup> Ibidem, p. 16-17.

Assim, encomendado por grandes figuras regressistas, *O Brasil* surgia para defender as pautas do regresso. É importante ressaltar que, em suas páginas, não encontramos costumeiramente a palavra partido ligada ao regresso. No entanto, a interpretação política da redação deixava claras as bases que seguia: “[...]é tempo de parar nesse despenhadeiro em que vos arrojais a vós e ao país, disse, é tempo de voltar olhos atrás, e examinar tudo o que se há destruído, tudo o que se tem edificado[...].”<sup>403</sup> Perspectiva fortemente regressista.

No sentido identitário, os redatores acreditavam que havia duas correntes partidárias que estavam em conflito desde os meados da década. O primeiro era o *partido vencedor* do 7 de abril de 1831, responsável pela organização da sociedade brasileira desde então. Este grupo havia posto, na prática política da sociedade, exagerações, levando todo o país à subversão. Para os publicistas, o partido promovia uma política pautada por seus interesses pessoais, ameaçando aqueles que não os obedeciam.<sup>404</sup>

É ressaltado na argumentação que, no meio deste tempo, levantava-se, na imprensa e no parlamento, um *partido de resistência e oposição*, que, aos poucos, ganhavam espaço na opinião pública. Em meio à crise: “[...]subiram ao poder os mais brilhantes chefes do partido parlamentar[...].”<sup>405</sup> No entanto, assim como percebido pelo *Anônimo*, apontava-se, no *Brasil*, que os ministérios que sucederam o 19 de setembro não possuíam cor política, e nem relações com a câmara. Por isso, não se adequavam às necessidades do país.

A investigação pautada nas fontes primárias aponta que, no sentido histórico dos partidos, os redatores seguiram a mesma trajetória da interpretação do *Sete d’Abril*, da *Aurora Fluminense* e do *Parlamentar*. Embora pertencentes a vertentes políticas diversas, todos encontram a raiz partidária nos acontecimentos após a abdicação de Pedro I. Outro fator interessante é a opção dos escritores do *Brasil* em não indicar liberal, progressista, conservador

---

<sup>403</sup> *O Brasil*, nº 01, 16/06/1840.

<sup>404</sup> *Ibidem*.

<sup>405</sup> *Ibidem*.

ou regressista para essas identidades. O contexto linguístico demonstra, mais uma vez, o caráter de transição do conceito de partido e que as agremiações seguiam em momento de formação, e não de consolidação.

Percebendo os avanços legislativos em relação à maioria de Pedro II, objetivava-se no periódico indicar os prejuízos que a prematura antecipação poderia causar. Primeiramente foi apontada a necessidade em avançar com os projetos empreendidos pelo grupo regressista. Como argumento para a defesa da reforma dos códigos, demonstravam que, cercado de uma legislação ruim, era impossível o governante exercer as suas funções. Logo, era necessário que reformasse as legislações antes da antecipação, ou então a monarquia seria comprometida:

[...]D. Pedro 1º, rodeado do prestígio da realeza e de seus relevantes serviços feitos em prol da independência do Império, abdicou; a regência trina morreu de inanição; o 1º regente do ato adicional demitiu-se. E por que pessoas tão diversas desacoroçoarão de reger os destinos do país? Onde existirá a causa de tal descoroçoamento? Nos homens não, que assaz deles foram experimentados de diversas opiniões e princípios. Onde pois existirá ela? Lê-se os relatórios dos ministros e presidentes, vereis em todos eles apontados como causa dos males que tem pesado sobre o país, os defeitos da nossa legislação.”<sup>406</sup>

Todo o percalço sofrido pelas administrações passadas era culpa dos códigos que haviam sido mal reformulados, e o periódico acreditava que, caso a reforma não ocorresse antes da elevação de Pedro II, seu governo seria o próximo a ruir. Assim, antes de atingir a maioria, dizia ser necessário organizar a nação e tornar o país governável, o que acreditava estar sendo impedido pela oposição. Nesta ótica, seus antagonistas estavam proclamando a maioria a fim de retirar-lhes o poder. Conforme a redação, as propostas do grupo que compunham a oposição eram sempre em favor do desenvolvimento do elemento democrático, em defesa das liberdades provinciais, colocando em oposição os direitos do povo aos do governo.

Nesse sentido, os redatores apresentavam que era necessário ter cautela ao buscar declarar maior o Imperador, pois, até aquele momento, Pedro II não estava imerso no debate

---

<sup>406</sup> *O Brasil*, nº 05, 27/06/1840.

público, vivendo apenas entre os livros e no recinto familiar. Assim, por maior que fosse sua inteligência, seria impossível evitar as sugestões de quem o rodeava, abusando de seu nome e do amor que teria aos brasileiros, influenciando o Duque de Bragança a satisfazer suas vontades próprias. Finalizando o artigo, a redação ressaltava que atitudes exageradas advindas do monarca provocariam reações, ofertando triunfo aos republicanos e separatistas.<sup>407</sup>

Em relação à constitucionalidade do artigo 121 da Constituição, discussão que ocorria na Câmara dos Deputados, o posicionamento destes personagens era o mesmo de Honório Carneiro Leão: a maioria só poderia ocorrer mediante a reforma. Quando, em 18 de julho, o deputado citado retirou seu projeto de reforma perante o parlamento, relatou-se, no *Brasil*, o posicionamento dos maioristas:

[...]a minoria julgou poder aproveitar esse espanto para alcançar uma dessas vitórias, seguidas sempre de imediato arrependimento; o Sr. Alvares Machado, pedindo a palavra, declarou que, como o Sr. Carneiro Leão retirava seu projeto, nada mais havia a fazer senão proclamar imediatamente a maioria. Gritos descompassados, soltos pela irreflexão, o acompanharam; e se não fosse felizmente um momento de bom senso, a Câmara teria, sem votação, sem meditação, saído a inquietar com ilegítimos brados a pacífica população desta cidade! [...].<sup>408</sup>

Para a redação, a retirada em nada alterava as impossibilidades legais contidas na Constituição para se fazer uma *maioridade já e já*. Desse modo, o projeto não era o único impedimento para tornar logo maior o Imperador, na carta constitucional ainda marcava a idade de 18 anos, e o único meio legal era a reforma do artigo 121, cuja proposta já não existia. Interpretava-se, no *Brasil*, que havia quatro opiniões no parlamento em relação ao tema:

1ª – A dos que achavam que o artigo 121 não é constitucional, e que podia e devia ser alterado por lei ordinária.

2ª – A dos que achavam que o artigo é constitucional, mas não recuavam diante da responsabilidade de rasgarem a constituição.

3ª – A dos que achavam que o artigo é constitucional, mas que repeliam toda a ideia de reforma.

4ª – A dos que achavam que o artigo é constitucional, mas convinham na necessidade da sua reforma, especialmente para evitarem-se os perigos de uma nova eleição de regente.<sup>409</sup>

---

<sup>407</sup> *O Brasil*, nº 13, 18/07/1840.

<sup>408</sup> *O Brasil*, nº 14, 21/07/1840.

<sup>409</sup> *Ibidem*.

Em relação a essas posições, indicavam que as duas primeiras pertenciam a opositores extremos, sendo Álvares Machado representante da primeira e Teophilo Ottoni da segunda. Já as duas últimas eram compartilhadas pela maioria parlamentar, sendo a 3ª a que reunia todos os doutrinários do partido que pertencia.<sup>410</sup> Por isso, quando dias depois a maioria foi consolidada, a redação apontava o acontecimento como grave, resultado de *paixões populares* e fruto de *ilegalidades*. No entanto, mantendo o direcionamento de ordem e de respeito à monarquia e à figura do imperante, os redatores ressaltavam que aceitariam o que estava consumado e toda a ilegalidade em volta disso. Entretanto, também reivindicavam às províncias que não reagissem contra estes acontecimentos, pois poderia causar a aniquilação do Império.<sup>411</sup>

Reconhecendo a maioria de Pedro II, a redação apresentou uma trajetória dos anos regenciais, delimitando os partidos que entraram em disputa nesse tempo. Mais uma vez, a reforma constitucional de 1834 aparece como o cerne da formação partidária:

[...]O império foi quase despedaçado em suas entranhas por uma reforma constitucional, que legitimava todas as exigências irrefletidas das localidades, todas as ambições desordenadas, e reduzia o governo central a um miserável fantasma de autoridade sem ação nem influência. Aspirando ao domínio completo da sociedade a democracia, não parou por aí suas conquistas, foi mais longe; das leis constitucionais desceu às regulamentares, dos princípios desceu à aplicação. As finanças mereceram-lhes especial atenção, e a lei da organização do tesouro produziu em finanças a mesma revolução que mais tarde produziu o ato adicional em política. O código do processo foi a prova mais irresistível do seu triunfo, confiando o governo das localidades a indivíduos de eleição popular, neutralizou em grande parte a ação do poder. Assim como o elemento democrático criou uma constituição sua própria e uma legislação sua, também quis uma força a sua disposição, organizada segundo suas necessidades, e essa força foi a guarda nacional.<sup>412</sup>

Quando capitaneada por liberais, a Regência havia prejudicado todo o edifício institucional, direcionando a nação à democracia e afetando os princípios monárquicos. Nos últimos anos regenciais, buscando impedir os males públicos, a redação ressaltava que havia se

---

<sup>410</sup> Ibidem.

<sup>411</sup> *O Brasil*, nº 15, 28/07/1840.

<sup>412</sup> Ibidem.

levantado outro *partido*, que, sob liderança de estadistas distintos, buscou frear os avanços do elemento popular. O partido havia nascido em 1836:

[...]recrutado dentre todos os homens que compreendiam a posição do país e previam o desastroso futuro que o aguardava, procurou despertar todas as simpatias a prol do elemento monárquico, fazendo com que todos se persuadissem que o país não estava perdido, que uma esperança havia de salvação pública, e essa esperança era o Sr. D. Pedro II.

Apenas hasteada a bandeira da monarquia, o partido que a adotara contou com a maioria do país, venceu, e esse vencimento terminou uma época muito pronunciada de nossa política e deu começo a outra. O dia 19 de setembro de 1837 não foi ocasionado por outro motivo, nesse dia o elemento democrático terminou a ação violenta que provocara, abdicou o ceptro; - principiou uma nova ordem de coisas.<sup>413</sup>

Assim, a força da monarquia conquistada naqueles últimos anos teria sido de responsabilidade deste grupo. A política que buscavam empreender desde então era de reorganização do país, revendo o ato adicional, os códigos, a guarda nacional, todas as leis promovidas durante o predomínio de ideias revolucionárias. Buscava-se, assim, reconciliar o povo e a realeza, que haviam sido divorciados em abril de 1831. Após a reorganização e reconciliação, entregariam o país pronto ao monarca.<sup>414</sup>

Todavia, suas pretensões foram embargadas pelos maioristas. Em 23 de julho de 1840, senadores e deputados se reuniram e consolidam a maioria do monarca. Regressistas, naquele momento, eram apeados do poder, e o primeiro ministério responsável pela condução política do Segundo Reinado fica sob responsabilidade de seus adversários políticos. Assim, era formado o primeiro gabinete de Pedro II: como ministro do Império, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva; da Fazenda, Martim Francisco Ribeiro de Andrada; na Marinha, o cargo era ocupado por Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti; no Ministério de Guerra, Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque; nos Estrangeiros, Aurelianno de Souza e Oliveira Coutinho, e na Justiça, Antônio Paulino Limpo de Abreu.

A composição ministerial revela um governo para além da perspectiva de disputa entre regressistas e progressistas. Os irmãos Andradas, por exemplo, não ocupavam, naquele

---

<sup>413</sup> Ibidem.

<sup>414</sup> Ibidem.

momento, um posicionamento entre aquelas duas divisões. A trajetória destes ilustres personagens é marcada por um forte questionamento de liberais, que os julgavam conservadores. Também eram julgados pela ala política conservadora, que não aprovava a perspectiva de transformação social que defendia tais indivíduos.<sup>415</sup>

Já Antônio Paulino Limpo de Abreu, Hollanda Cavalcanti e seu irmão Franciso de Paula Cavalcanti ocupavam as fileiras do progresso. O segundo personagem, por exemplo, disputou a última eleição para regente, se posicionando ao lado oposto de Pedro de Araújo Lima. Em relação a Aureliano Coutinho, parecia que, assim como os Andradas, o indivíduo não ocupava nenhuma das posições entre o progresso e o regresso, contudo, sua aproximação com o último grupo, durante o governo, resultou na rápida substituição ministerial do gabinete maiorista.

O caráter heterogêneo do novo governo foi destacado por Sérgio Eduardo Ferraz. Para o autor, além da multiplicidade ideológica, os integrantes possuíam também divergências pessoais. Por conta disso, o ministério teve curta duração.<sup>416</sup> O futuro não foi positivo para quem objetivava, com a maioria, embargar os avanços das reformas regressistas. O Segundo Reinado se consolidaria através das bases institucionais estabelecidas por este grupo.

A seguir, verificaremos o cenário identitário nos primeiros momentos do governo de Pedro I. Perceberemos, ao longo da investigação, que mais uma vez o contexto político moldava as denominações partidárias. Desse modo, não encontraremos Partido Conservador e Partido Liberal em disputa nos primeiros anos do Segundo Reinado. Entretanto, perceberemos um ambiente montado para a formação destes partidos políticos, já que o conceito de partido atingia o caráter de organização institucional.

---

<sup>415</sup> MOTA, Danyllo Di Giorgio Martins da. A família Andrada como autora de sua própria história. In: MOTA, Danyllo di Giorgio Martins da. *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946): História, memória e escrita biográfica na construção de uma tradição política e familiar*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

<sup>416</sup> FERRAZ, 2009.

### 3.4- Linguagem e identidade política no alvorecer do Segundo Reinado

Em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicava ao trono em favor de seu filho. Aos seis anos, o segundo imperador brasileiro não estava pronto para assumir a posição de seu pai, o fundador da nação, no Império recém-fundado. Nove anos mais tarde, aos 15 anos, Pedro II alcançava uma prematura maioridade, por escolha política da Câmara dos Deputados e do Senado. Em oposição à figura autoritária e despótica de seu pai, buscava-se, nesta nova fase imperial, distanciar o Brasil de uma direção inclinada ao absolutismo. Em objeção aos percalços presentes durante a Regência, via-se o necessário cuidado em relação aos avanços liberais, sobretudo concernente à gestão das instituições.

Neste trabalho, consideramos a experiência regencial de extrema importância para as escolhas institucionais durante o Segundo Reinado. Perspectivas consolidadas já apontaram o período como um laboratório, onde foram testadas experiências para a aplicação na fase de maior desenvolvimento político, industrial, tecnológico e social do Império brasileiro.<sup>417</sup> A exemplo disso, Raymundo Faoro apresentou que é possível encontrar, ao estudar a política do Segundo Reinado, uma visão harmônica e elegante de um Império, pois Dom Pedro II obedeceu por todo o seu reinado aos princípios da Carta de 1824.<sup>418</sup>

Assim, em 23 de julho de 1840, D. Pedro II assumia o governo que duraria até 15 de novembro de 1889, perfazendo quase cinquenta anos de reinado. Como bem explicita José Murilo de Carvalho, quando o personagem alcançava o poder, o Império passava por uma fase turbulenta: “[...]Rio Grande do Sul era uma república independente, o Maranhão enfrentava a revolta da Balaiada, mal terminara a sangrenta guerra da Cabanagem no Pará, e a Inglaterra ameaçava o país com represálias por conta do tráfico de escravos[...]”.<sup>419</sup> O autor ainda aponta

---

<sup>417</sup> FAZOLI FILHO, 1990; LYRA, 2000; MOREL, 2003; BASILE, 2009.

<sup>418</sup> FAORO, 2001.

<sup>419</sup> CARVALHO, 2007, p. 9.

que, por conta de seu longo governo e pelas transformações operadas durante o período, nenhum outro líder de Estado marcou mais a história do país do que ele.

Desse modo, a fase turbulenta das regências chegava ao fim. Durante esse período, o liberalismo alcançou todo o Brasil por meio da criação das Assembleias Provinciais e da elaboração do código criminal que ganhava forma própria brasileira, democratizando as instituições judiciárias, possibilitando às províncias maior influência nestas decisões. Em termos eleitorais, votou-se pela primeira vez, para o líder máximo do Poder Executivo, os regentes Diogo Antônio Feijó e Pedro de Araújo Lima, fator que só se repetiria com a República, que, de forma direta, apenas no fim do século seguinte. Além disso, a Câmara dos Deputados alcançou um poder jamais repetido nos próximos anos, já que o Poder Moderador poderia dissolvê-la quando achasse conveniente.

**Quadro 7 – Perfil social do Gabinete Maiorista**

| <b>Personagem</b>                                 | <b>Data de nascimento</b> | <b>Local de nascimento</b> | <b>Formação</b>                            |
|---|---------------------------|----------------------------|--|
| Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva | 01/11/1773                | São Paulo                  | Direito – Universidade de Coimbra          |
| Martim Francisco Ribeiro de Andrada               | 19/04/1775                | São Paulo                  | Matemática – Universidade de Coimbra       |
| Antônio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti    | 21/08/1797                | Pernambuco                 | Militar                                    |
| Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque       | 10/06/1793                | Pernambuco                 | Medicina – Universidade de França/Militar  |
| Aurelianno de Souza e Oliveira Coutinho           | 21/07/1800                | Rio de Janeiro             | Direito – Universidade de Coimbra          |
| Antônio Paulino Limpo de Abreu                    | 22/09/1798                | Lisboa                     | Bacharel em Leis – Universidade de Coimbra |

Fonte: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.

Composto ilustremente com duas duplas de irmãos, os *andradas* e os *cavalcantis*, dos gabinetes estudados até então, o ministério maiorista apresenta uma maior diversidade no

sentido geracional. Os irmãos Andradas eram os únicos sexagenários do grupo, além disso, continham em sua trajetória uma longa jornada de vida política, que incluía exílios e prisões. Antônio Carlos, por exemplo, ficou afastado quase dez anos do exercício público, retornando como deputado em 1838. No entanto, nunca deixaram de ser grandes nomes entre as elites, a participação destes indivíduos na maioridade de Pedro II foi essencial.<sup>420</sup>

O Andrada mais velho possuía em sua experiência o cargo de Juiz de Fora em São Paulo, desembargador na província da Bahia e ouvidor em Pernambuco. Em contraste com sua jornada institucional, Antônio Carlos participou do movimento revolucionário de Pernambuco, motivo de uma de suas prisões. Na época da independência, foi deputado à Constituinte, fiel ao Império desde então. Destino não muito distinto teve seu irmão, Martim Francisco também sofreu exílios e prisões em sua trajetória. Foi secretário do Governo Provisório, ministro no Primeiro Reinado e depois deputado geral pelas províncias de Minas Gerais e São Paulo. Com uma trajetória distinta, tais personagens não integravam o regressismo e o progressismo que se desenvolvia partidariamente no Rio de Janeiro, no entanto, faziam oposição ao regresso ascendente.<sup>421</sup>

Já os *cavalcantis*, possuíam em comum o percurso militar. Embora Francisco de Paula possuía formação em Medicina, é no meio militar que a vida deste se destaca, ocupando o corpo de saúde do exército. Já o seu irmão, assentado desde os dez anos como praça do exército, foi promovido até atingir o cargo máximo de tenente-coronel. Assim, se Antônio Hollanda Cavalcanti não se destaca pela formação acadêmica, o mesmo não pode ser dito acerca da carreira militar, no passado serviu contra a revolução pernambucana. A partir de então, galgou na vida pública ocupando o cargo de deputado geral e presidente pela sua província, tornando-

---

<sup>420</sup> BLAKE, 1883.

<sup>421</sup> Ibidem.

se senador em 1838. Além disso, havia disputado o cargo de Regente e ficado em segundo lugar por duas vezes consecutivas, representando uma identidade política distinta em cada eleição.<sup>422</sup>

O mais jovem entre os ministros, Aurelianno Coutinho, estava em fase de ascensão política. Pertencente ao círculo íntimo do Imperador, o bacharel em Direito já havia sido desembargador da Corte e presidente da província de São Paulo. Por fim, apontamos a figura já destacada anteriormente, Limpo de Abreu: lisboeta, bacharel e com longa trajetória de vida pública – o único representante dos antigos ministros de Feijó.<sup>423</sup>

O grupo de ministros ressaltados acima não possui a mesma coesão verificada no gabinete de 19 de setembro de 1837, assim como não apresenta a ascensão da identidade política progressista. Entretanto, todos pertenciam à oposição ao regresso que avançava no parlamento. Do mesmo modo, possuíam em comum entre eles e os outros ministérios ressaltados, o compromisso com as instituições monárquicas, ocuparam em sua trajetória diversos cargos da magistratura, e foram, em sua maioria, atuantes ilustres da Independência.

Em julho de 1840, o Imperador não possuía em suas mãos a experiência necessária para o cargo herdado. Em relação à cultura política imperial, os governantes responsáveis até aquele momento experimentaram períodos tão conturbados que valorizavam, quase de forma unânime, a moderação, o equilíbrio, a ordem, a pacificação, as liberdades, o progresso e a monarquia. Contudo, tais preceitos compartilhados nesta cultura política não significavam conformidade em relação à forma de alcançar estes princípios. Os partidos políticos estavam sendo formados no parlamento e na imprensa no Rio de Janeiro, e suas bases advinham das decisões políticas tomadas no início da Regência. Consolidados durante a década de 1840, os personagens políticos que digladiavam nas arenas políticas do Império haviam muito a discordar.

---

<sup>422</sup> Ibidem.

<sup>423</sup> Ibidem.

Sendo assim, em respeito aos princípios monárquicos, sempre proeminente no vocabulário político regressista, os redatores do *Brasil* prontamente aceitaram os resultados políticos de julho. Entretanto, não compactuavam com os personagens que alcançavam os altos postos do ministério. Logo, expressavam que, naquele momento, pertenciam à oposição. Contudo, já delimitavam que, em breve, retornariam ao lugar que haviam sido retirados: “A causa que perdemos no presente, temos toda a certeza, nós a ganharemos no futuro. A tranquilidade e a ordem é incompatível com as agitações; o povo não vive hoje em dia nas praças públicas, as sociedades não se mantêm senão em virtude da lei[...]”.<sup>424</sup>

Através de uma recopilação da *Phenix*, periódico que circulava em São Paulo, interpretou-se no *Brasil* a maioria através da ótica partidária. Assim, era apresentado:

Todos sabem que dois partidos políticos dividem hoje nossa desditosa pátria, tendo ambos seus representantes no corpo legislativo, onde **uma maioria sempre firme em seus princípios de política, de estabilidade, de ordem e de futuro**, punha, quanto em si cabia, **uma barreira aos excessos de uma minoria turbulenta, que tantos tropeços pôs ao trono, durante a menoridade do Senhor D. Pedro II! Esta minoria comandada na câmara eletiva pelos Andradas, Montezuma e Limpo**, tendo por seus bota-fogos **Otoni e Alvares Machado**, e no **senado dirigida pelo marquês de Paranaguá**, homem fatal a terra que o viu nascer, e mais por **Vergueiro** e Alencar; esta minoria já cansada de ver baldados os seus esforços parlamentares para apossar-se do poder, e dirigir atualmente as eleições, deliberou **apelar por um golpe de estado, para uma revolução**, abusando manifestamente da **inocência do nosso jovem e adorado monarca**. O grande **plano por ela traçado foi fazer-se por excelência monarquista**, e pedir já e já a maioria do Senhor D. Pedro II, que a constituição marcara aos 18 anos, contando destarte ver a sua gente empolgar o poder<sup>425</sup> [grifos nossos].

Nesse sentido, a maioria havia sido um *golpe de estado*, caracterizado como *revolução* de um dos partidos políticos que se combatia no parlamento. Tais vocábulos são importantes para a efetividade da crítica, já que falamos de uma elite política apegada aos preceitos constitucionalistas e totalmente aversiva aos princípios revolucionários. Assim, seus adversários eram caracterizados como uma minoria *turbulenta* e *excessiva*, que, longe do poder, tornaram-se até monarquistas com a finalidade de alcançar novamente os altos postos. Em

---

<sup>424</sup> *O Brasil*, nº 15, 28/07/1840.

<sup>425</sup> *O Brasil*, nº 23, 18/08/1840.

oposição a estes, estava o partido que defendia a maioria do parlamento e que se inclinava à ordem, à *estabilidade* e ao *futuro*.<sup>426</sup>

Durante a análise dos fatos que haviam levado o Império ao denominado golpe, estes indicaram que, após a retirada do projeto de Carneiro Leão, a antiga oposição correu aos *clubs*: “[...]e aí no meio dos aplausos da gente proletária que, pela maior parte, nem voto tinha nas eleições primárias, foi decretada a revolução[...].” No dia seguinte, diziam os redatores que os maioristas haviam lotado as galerias de gente *assalariada* para atacar, insultar e amedrontar os deputados. Assim, a maioria havia sido proclamada através de muitos excessos, com uma desordem continuada reinando durante as discussões, com as galerias apoiando os *deputados da ordem* em detrimento aos da *desordem*.<sup>427</sup>

Mais de uma vez destacou-se o tipo de indivíduo que apoiou a maioria:

Então o regente, conhecendo um pouco tarde o quanto se achava comprometida a sorte da monarquia, entregue aos Alencares e aos Machados, procurou o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos, para que junto com seus colegas salvasse a monarquia e o país.

O Sr. Vasconcellos aceita no dia 22 a pasta do Império, e neste mesmo dia expede um decreto adiando as câmaras. Esta medida salvadora é recebida alegremente pelos amigos da ordem, e com insultos pela oposição. Neste comenos chegando o senador José Bento, entra para a sala das sessões, arenga ao povo, dizendo: - “Vamos para o campo! Não temos mais governo, resistamos!” – e sendo aplaudido pelos Srs. Andradas, Álvares Machado e Ottoni, segue para o campo de Santana, inclusive **estudantes e moleques**, e foram dando e recebendo vivas.

[...]

[...]Mas sabendo logo o governo que **S.M., talvez com receio de que a tranquilidade se perturbasse, declarava querer subir ao trono já**, sustou todas as suas ordens, e o regente em pessoa dirigiu-se ao paço, onde sabendo a resolução de S. M. que queria já ser proclamado maior, declarou não se opor a sua vontade[...]

[...]

**Assim reunidos meia dúzia de senadores e deputados que não constituíam maioria**, debaixo da presidência do marquês de Paranaguá, que foi o 1º chefe da revolução, foi proclamado maior o Senhor D. Pedro II, indo crescendo a reunião a proporção que se divulgava a vontade de S. M., e a anuência do governo<sup>428</sup> [grifos nossos].

A narração destes fatos apresenta que havia, ao lado dos maioristas, personagens que não deveriam estar na arena daquele debate político. Eram estes *assalariados*, *estudantes*, *moleques*, *gente proletária*. Em resumo, para desqualificar o movimento político de seus

---

<sup>426</sup> Ibidem.

<sup>427</sup> Ibidem.

<sup>428</sup> Ibidem.

adversários, indicava que foi apoiada por uma camada da sociedade não apta para as decisões governativas. Do outro lado, estavam os *amigos da ordem*, preocupados em salvar a monarquia e o país. Em outro número, os redatores expressavam a opinião em relação a este tipo de público:

[...]No meio desse povo, outro existe a que de ordinário dão o nome de plebe, e que a constituição brasileira repele do exercício das funções soberanas, quando exige a renda líquida de cem mil réis pelo menos para poder intervir no exercício do direito de eleger.

A veemência das paixões desses homens, a falta absoluta ou o acanhamento de suas faculdades intelectuais, a pobreza em que vivem, fazem deles a matéria sempre disposta para todas as revoluções, os desgraçados instrumentos de todas as violências[...].<sup>429</sup>

Assim, numa perspectiva de classe, acreditando que havia aquelas qualificadas para a tomada de decisões políticas, os redatores apresentavam que os maioristas possuíam apoio daqueles não preparados. Em outra edição, a redação expõe as personalidades que compunham as fileiras de seu próprio partido: “[...]conta no seu seio nossos estadistas os mais ilustrados, nossos militares os mais bravos, nossos negociantes e lavradores os mais abastados[...].”<sup>430</sup> Logo, aqueles que deveriam estar à frente das decisões políticas.

Destacamos também, no trecho, a forma como o “quero já”, frase pronunciada pelo Imperador em relação à maioria, foi interpretada no periódico. Para estes personagens, Pedro II não havia dito de forma autêntica, no entanto, aceitou a prematura subida ao trono com a finalidade de tranquilizar os excessos que avançavam no parlamento.

A interpretação, bem como as demais opiniões expostas no *Brasil*, não ficou sem respostas na arena editorial da Corte. Com a finalidade de combater o periódico ligado aos interesses do regresso, assim como defender o ministério de 23 de julho de 1840, surge, no Rio de Janeiro, o jornal *A Regeneração*, caracterizado por ele próprio como ministerialista. Dentro deste debate, perceberemos como estava traçado o cenário político partidário naquele momento.

---

<sup>429</sup> *O Brasil*, nº 55, 03/10/1840.

<sup>430</sup> *O Brasil*, nº 121, 27/04/1840.

Com a intencionalidade de ser publicado às terças e sextas-feiras, o novo periódico era vendido nas lojas dos Sr. Laemmert Passos, na Rua do Ouvidor nº 152 e Albino e Brito, na Praça da Constituição nº 44 e 64. As publicações ocorriam na Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito, também na Praça da Constituição. A assinatura custava 4\$000 réis por trimestre.

Um dos primeiros objetivos da redação foi questionar a interpretação dos acontecimentos que levaram à maioria publicada na *Phenix*, e que reverberava o *Brasil*. Para a equipe redatorial, da forma como havia sido exposta, era, na verdade, “[...]um apontado de falsidades grosseiras e de calúnias as mais torpes e infames[...]” Principalmente em relação à perspectiva de que a elevação de Pedro II ao trono havia sido obra de *moleques*, gente da *ínfima ralé*:

[...]a maioria dos representantes de ambas as câmaras, todas ou quase todas as ilustrações militares, eclesiásticas e civis, os homens distintos de todas as classes que se acharam reunidos no dia 22 e 23 de julho no paço do Senado, são moleques, ínfima população? Agradeçam todos esses cidadãos aos patronos destas duas publicações e qualificações que lhes são barateadas, por se terem vindo reunir em torno da maioria dos representantes do país, a fim de salvarem o trono, e a paz do Império dos horríveis desastres[...].<sup>431</sup>

Desse modo, a maioria aparecia como resultado de uma luta que reunia indivíduos de todas as classes de cidadãos, inclusive, grandes nomes da sociedade.

Tendo como foco deste trabalho a transformação do vocabulário político partidário, destacamos que, nesse momento de transição da Regência para o Segundo Reinado, sobretudo as discussões em torno da maioria, percebemos, nas fontes, um bipartidarismo no Império mais consolidado. Contudo, em relação às denominações das agremiações, notamos ainda um ambiente obscuro.

Isto posto, quando lançado ao público, a redação da *Regeneração* dizia estar determinada a se aliar em uma das opiniões dos partidos que existiam no início do Segundo Reinado. Ligado aos interesses do governo e dos maioristas, a nova fase, ou os novos

---

<sup>431</sup> A *Regeneração*, nº 02, 21/08/1841.

acontecimentos políticos que vivenciava o Império, possibilitou a difusão de novas características aos partidos que surgiam. Desse modo, o fato de o grupo adversário ter se posicionado contrariamente à maioria de Pedro II levou a serem denominados de *partido regencial* ou *partido antimaiorista*.<sup>432</sup> O primeiro termo induzindo a ideia de que seus adversários angariavam a continuidade da Regência.

Em outro momento, apontou que havia três anos que dois partidos promoviam uma luta entre a moralidade e a corrupção: o *partido imperialista* e a *escola política do Sr. B. P. de Vasconcellos*. O último grupo se configurava como o *partido da corrupção*, que havia sido colocado à frente dos negócios públicos em 19 de setembro de 1837: “[...]a escola Vasconcellina teve o mérito de introduzir um sistema de corrupção mais singelo, e de lógica mais fácil[...].”<sup>433</sup> Durante seu governo, a missão setembrista teria sido apenas solicitar às câmaras, arbítrio, baionetas e dinheiro.<sup>434</sup>

Conforme a redação da *Regeneração*, quando esteve no poder, este grupo havia substituído a autoridade de princípios por interesses individuais, logo, o egoísmo ocupando de forma generalizada os assuntos públicos. As melhores instituições políticas, transplantadas de outros países para o Brasil, sofreram degeneração e foram levadas à ineficácia. Além disso, era apontado os prejuízos financeiros aos cofres nacionais por conta da prevaricação e do roubo. Assim era descrito “o regime podre da administração regencial.”<sup>435</sup>

Em contraposição, estava o grupo que a folha defendia, cujo primeiro princípio era salvar a hora e a moralidade do país. Desse modo, foi denominado de *partido imperialista*. O ministério maiorista era ressaltado pela redação como governo dos *imperialistas*, cuja obra era a reforma ou regeneração social, a reconstrução do que seus adversários haviam destruído.<sup>436</sup>

---

<sup>432</sup> A *Regeneração*, nº 01, 18/08/1841.

<sup>433</sup> A *Regeneração*, nº 07, 09/09/1841.

<sup>434</sup> A *Regeneração*, nº 08, 11/09/1841.

<sup>435</sup> A *Regeneração*, nº 20, 23/10/1841.

<sup>436</sup> *Ibidem*.

A escolha da denominação do grupo foi bem pensada pelos redatores. A maioria dos defensores da maioridade adivinha das fileiras progressistas, constantemente acusados de republicanos pelos regressistas. Entretanto, a bandeira maiorista foi majoritariamente defendida pela identidade mais liberal, e o trono voltou a ser ocupado sob sua responsabilidade. Assim, forjava-se, no vocabulário da folha, uma oposição entre defensores do governo regencial e imperialistas, sempre buscando ressaltar que seus adversários eram contrários à situação de maioridade do Imperador:

Como o Brasil fala tanto na revolução de julho, e sempre de um modo pouco favorável, preciso foi lembrar-lhe que a maioridade do Senhor D. Pedro II não acarretou os males que de ordinário trazem as revoluções; e que ao contrário trouxe muitos bens, o que seria ocioso demonstrar, se o Brasil nos não obrigasse a tanto.<sup>437</sup>

Sendo assim, aliados à bandeira regressista, seus adversários eram denominados de *partido da corrupção*, *partido regencial*, *partido corruptor*, *partido setembrista*, como também, *partido da ordem*. De modo distinto dos outros termos, este último não apresentava características negativas para o grupo. Os próprios regressistas autodenominavam desta forma. Além disso, assim como encontrado nas outras fontes analisadas, ao denominar seu adversário como *partido setembrista*, relacionava uma das identidades políticas às disputas entre progressistas e regressistas no fim da década de 1830.

Em relação à formação dos partidos políticos, a análise revela um ambiente linguístico mais consolidado para as agremiações políticas, já que as disputas eram constantemente ressaltadas como conflitos partidários. Mesmo que os partidos ainda não houvessem ganhado institucionalidade, ou até mesmo consolidado suas denominações, havia uma concórdia nas considerações redatoriais: duas opiniões partidárias dividiam os interesses nacionais. Desse modo, o terreno político bipartidário estava quase pronto para conduzir a política do Segundo Reinado.

---

<sup>437</sup> A *Regeneração*, n° 44, 26/11/1840.

Na oposição ao ministério, por meio do periódico *O Brasil*, era ressaltado o caráter usurpador do ministério que estava no poder. Para os redatores, o gabinete buscava para si as atribuições que só eram concedidas ao Poder Moderador. Assim, contra-argumentando seus adversários, que os acusavam de defender a Regência, demonstravam que a maioria não havia alterado a situação política do país. A condução política do gabinete resultava que, em vez de uma regência de um só membro, o país vivenciava uma regência de seis pessoas, já que o ministério tomava para si atribuições que não condiziam.<sup>438</sup>

Também é preciso destacar que, seguindo a cultura política das bandeiras mais conservadoras da política imperial, indicavam os preceitos republicanos de seus adversários. Assim, publicou-se o seguinte diálogo:

Sou maiorista, mas não monarquista!

Há sempre neste mundo distinções muito engenhosas; seja prova o seguinte diálogo, que ouvimos ao passar pela rua do...

- A. Então que é isso, amigo? Você a quem sempre conheci tão republicano, federalista e apaixonado do 'Republico' antes de 1831, exaltado e leitor acérrimo da 'Nova Luz', da 'Matraca', do 'Par de Tetas', você que nunca quis mamar, está hoje monarquista?! Ora dê cá esse braço, dou-lhe deveras os parabéns por tão inesperada conversão.

- B. (meio agastado) Eu não mudei, sou sempre o mesmo homem.

- A. Como! Pois você não teve sempre parte ativíssima nos movimentos de 22 de julho, não foi, anteriormente esse dia, um dos apóstolos mais fervorosos da maioria?

- B. Tudo assim é, meu amigo, fui e sou maiorista; mas isso não é ser monarquista.

- A. Cada vez menos o entendo, por quem é explique-se melhor.

- B. Com muito gosto; escute ... mas ah! Isto é segredo do partido: você ainda não pode ser iniciado nesses mistérios; talvez que em breve lhe sejam revelados. Olhe; eu sou tão monarquista, como nossos dignos coirmãos e patrícios gerais, os soldados, presidentes e ministros da república do Rio Grande, e eles também são maioristas como eu: entende-me agora?!<sup>439</sup>

Sendo assim, era demonstrado que, embora as intenções maioristas em demonstrar apego às instituições monárquicas, já que havia comandado o movimento para a elevação de Pedro II ao trono, a redação considerava que estes personagens não eram monarquistas. Ressaltava-se que a trajetória deste grupo político estava ligada aos exaltados no passado, e que seus princípios políticos eram os mesmos daqueles que efervesciam o Rio Grande do Sul.

<sup>438</sup> *O Brasil*, nº 40, 29/09/1840.

<sup>439</sup> *O Brasil*, nº 41, 01/10/1840.

Portanto, apesar da tentativa de tomarem à frente de um movimento dito monarquista, indicava-se, no *Brasil*, que o percurso foi apenas pretexto político, pois a monarquia nunca havia integrado a ação política de seus adversários.

Ao mesmo tempo, a incoerência em conter os irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos como integrantes do partido era apontada, já que haviam sido oposição aos exaltados de Feijó e próprios representantes da restauração no passado:

[...]os Srs. Andradas – os inimigos do Sr. Feijó em 1822, exaltados de 1831, caramurus em 1832, os constantes e figadais adversários de Feijó ministro da justiça, os opositoristas calorosos de Feijó regente em 1836 e 37 – para formarem partido, visitam ao mesmo Feijó em 1838, esquecem todas as ofensas que dele receberam, todas as que lhe irrogaram, e, em liga com ele e os seus, conquistaram o poder. Entre seus aliados para essa conquista contam-se os homens que mais recentemente os ofenderam, entram os Ottonis e os Machados: concordam em fazer-se monarquistas; esquecem-se estes últimos do que até então tem dito, tem apregoado, e o homem que ontem, condenou como indigna, como abjeta, como asiática a prática de beijar a mão ao monarca, que mandou que lhe beijassem a mão ou o pé, ou o que quisessem, vai beijá-la, não uma, porém muitas vezes, e dobrando ambos os joelhos[...].<sup>440</sup>

Nesta perspectiva, o grupo que havia liderado a movimentação da maioria unia-se em um partido com personagens diversos, que defendiam posicionamentos ambíguos, pois o único fim era alcançar o poder. Em nossa interpretação, as fontes atestam que o sentido para a maioria ultrapassa a perspectiva de quem havia sido liberal progressista, que mobilizou o movimento a fim de frear os avanços regressistas. Evidente que há, no movimento, essa vertente, contudo, parece mais coerente a ideia de que diversas forças políticas atuaram para a emancipação do príncipe. Ou então, o projeto não atingiria força no parlamento, já que a composição era de maioria apoiadora dos governantes do regresso.

Desde que o ministério da maioria se estabeleceu no poder, no *Brasil* já se apontava a possibilidade de sua dissolução. Para a redação, as partes ambíguas que compunham o gabinete levariam ao seu fim: “[...]quem não sabe que a probidade dos Srs. Ministros da guerra, da marinha e dos estrangeiros repugnam todos esses escândalos de que, para vencerem nas eleições, têm lançado mão os Srs. Limpo e Andradas?”<sup>441</sup> Assim, as qualidades dos irmãos

<sup>440</sup> *O Brasil*, nº 64, 24/11/1840.

<sup>441</sup> *O Brasil*, nº 48, 17/10/1840.

Cavalcanti e de Aureliano Coutinho não combinavam com os perigos da política de Antônio Paulino Limpo de Abreu e os irmãos Andrada, personagens que apelidou-se no *Brasil de trindade infernal*.<sup>442</sup> No periódico, é proposta a ideia de que, após a queda dos governantes, era necessário um ministério conciliador:

A conveniência nas atuais circunstâncias de um ministério composto de pessoas sisudas e respeitáveis, que não tenham figurado como chefes nos últimos acontecimentos políticos, e cujos nomes não despertem antipatias invencíveis, é hoje reconhecida por todas as pessoas sensatas.<sup>443</sup>

Tal proposição foi combatida na folha ministerialista, para a *Regeneração*, a dissolução do gabinete não ocorreria naquele momento, uma vez que ele conservava a confiança da nação e do próprio monarca. Os resultados das eleições, que haviam inclinado à vitória do seu grupo, demonstravam que possuíam tal confiança. E, por conta disso, o periódico não concordava com a alusão a um ministério conciliador, ou gabinete das circunstâncias, pois a ideia faria sentido caso os partidos lutassem com forças iguais e não existisse uma opinião triunfante. O que não era o caso, já que haviam triunfado nas eleições, e assim esmagariam a vontade nacional.<sup>444</sup>

Como já previsto pela equipe de redatores do *Brasil*, em 23 de março de 1840, o gabinete maiorista, o primeiro ministério do Segundo Reinado, prematuramente chegava ao fim. As razões para tal ocorrência foram vistas de forma distinta pelos periódicos analisados. Na *Regeneração*, a causa da retirada de cinco dos seis membros que ocupavam o ministério estava na proposta de Aureliano Coutinho, o único a permanecer, em demitir o Comandante João Paulo de seu posto no Rio Grande do Sul.

Para a redação, não concordando nenhum de seus colegas com a proposição, o correto era que Aureliano pedisse a sua demissão. Contudo, Limpo de Abreu e os irmãos Andradas foram os que tomaram iniciativa de retirarem-se, depois de reconhecerem que não possuíam mais a confiança da Coroa. Já os irmãos Cavalcanti aguardavam que o próprio Imperador os

---

<sup>442</sup> *O Brasil*, n° 49, 20/11/1840.

<sup>443</sup> *Ibidem*.

<sup>444</sup> *A Regeneração*, n° 38, 04/01/1841.

retirasse do comando. Nesta interpretação, a discordância de Aureliano Coutinho e seus colegas, o fato de ter sido ele o responsável pela nova organização ministerial e a composição do ministério que formava atestavam que o personagem havia rejeitado o programa do gabinete que fazia parte.

Assim, era formado um novo governo que integrava influências do partido derrotado em julho. No Ministério da Justiça, Paulino José Soares de Sousa, o futuro Visconde de Uruguai. No Ministério da Fazenda, Miguel Calmon Dupin, futuro Visconde com Grandeza de Abrantes. Nas pastas da Marinha, liderava Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá. No Ministério da Guerra, liderava José Clemente Pereira. No Império, Candido José de Araújo Vianna, futuro Marquês de Sapucaí. E, por fim, nos Estrangeiros, o único do Ministério da Maioridade a se conservar no posto, Aureliano de Souza, Visconde de Sepetiba.

**Quadro 8-** Perfil social do Gabinete de 23 de março de 1841

| <b>Personagem</b>                       | <b>Data de nascimento</b> | <b>Local de nascimento</b> | <b>Formação</b>   |
|---|---------------------------|----------------------------|---|
| Paulino José Soares de Sousa            | 04/10/1807                | Paris                      | Direito – Universidade de Coimbra                       |
| Miguel Calmon Dupin                     | 22/12/1796                | Bahia                      | Bacharel em Leis – Universidade de Coimbra              |
| Francisco Vilela Barbosa                | 20/11/1769                | Rio de Janeiro             | Matemática – Universidade de Coimbra                    |
| José Clemente Pereira                   | 17/02/1787                | Castelo Mendo              | Bacharel em Direito e Cânones – Universidade de Coimbra |
| Candido José de Araújo Vianna           | 15/09/1793                | Minas Gerais               | Bacharel em Direito – Universidade de Coimbra           |
| Aurelianno de Souza e Oliveira Coutinho | 21/07/1800                | Rio de Janeiro             | Direito – Universidade de Coimbra                       |

Fonte: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

Ao nos depararmos com o quadro acima, o primeiro elemento que se destaca é a formação intelectual deste grupo. Diferente dos outros ministérios destacados, pela primeira vez encontramos uma unanimidade no local de formação. Todos os ministros eram formados na Universidade de Coimbra, e com exceção de Francisco Vilela Barbosa, o Marquês de Paranaguá, possuíam diploma na área do Direito. Assim, um ministério bem capacitado intelectualmente para lidar com a Reforma do Código de Processo Criminal, aprovada no fim daquele ano.

Paulino José Soares de Sousa, personagem que há pouco tem havia entrado para a vida eletiva se comparado ao restante do grupo, figurava também como o mais jovem entre os ministros. Aos 34 anos, o futuro Visconde do Uruguai dividiu os assentos ministeriais com o septuagenário Marquês de Paranaguá, que pela última vez subia nesta posição do governo. Ambos os personagens haviam transitados em outros postos institucionais antes que pudessem ocupar o cargo em questão. Após se formar, Vilela Barbosa lecionou matemática para a Academia da Marinha, foi deputado às Cortes, ministro de Pedro I e deputado geral.<sup>445</sup>

Já José Paulino Soares de Souza, exerceu carreira na magistratura ocupando o posto de juiz de paz no município de São Paulo, e a partir de 1837, deputado geral pela mesma província. Assim como José Clemente Pereira, não possuía o Brasil como terra natal. Nascido em Portugal, este último personagem também obtinha experiência na magistratura, sendo juiz de fora na província do Rio de Janeiro e desembargador na província da Bahia. Revolucionário na causa da Independência, Clemente Pereira assumiu a deputação geral em 1826, e ainda ocupava o cargo quando assumia este ministério.<sup>446</sup>

Assim como os dois últimos citados, Candido José de Araújo Vianna também foi figura importante na Independência, juiz de paz em seu local de nascimento, foi deputado de

---

<sup>445</sup> BLAKE, 1883.

<sup>446</sup> Ibidem.

Constituinte de 1823 e na Assembleia Geral nos anos seguintes, e presidente nas províncias do Maranhão e Alagoas. Além disso, foi algumas vezes ministro de Pedro I. Em 1839, alcançava o almejado cargo de senador. Do antigo 19 de setembro, ou Ministério Parlamentar, temos Du Pin e Almeida, também deputado da Constituinte, ministro do primeiro Imperador e deputado geral nas legislaturas seguintes. Por fim, o único remanescente do Ministério Maiorista, Aureliano Coutinho: experiência na magistratura, presidente de província, e pertencente ao círculo íntimo da corte.<sup>447</sup>

Este grupo de ministros aparece como o mais diversificado no sentido geracional, no entanto, o mais homogêneo na ótica de formação intelectual. Deste modo, com exceção do único coimbrão formado em Matemática, todos os outros exerceram cargos da magistratura. Paulino José Soares de Sousa e Aureliano Coutinho eram os personagens mais jovens, e os únicos que não foram deputados atuantes na Independência. Em comum, mais uma vez, era o fator de todos os ministros terem feito carreira em vários setores institucionais, corroborando com a construção e manutenção da ordem da nação e da Monarquia. Neste segundo ministério de Pedro II, percebemos o cuidado em nomear políticos que possuíam experiência governativa desde o tempo do primeiro Imperador, possibilitando uma percepção de que o Estado necessitava de organização.

Fundado com a finalidade de defender o ministério maiorista, o jornal *A Regeneração*, naquele momento, perdia a razão de existência. Por isso, na edição de número 58, anunciava a suspensão de suas publicações.<sup>448</sup>

---

<sup>447</sup> Ibidem.

<sup>448</sup> *A Regeneração*, nº 58, 30/03/1841: “Na colisão, pois, ou de fazer oposição enérgica e decidida ao novo gabinete (que conta em seu seio duas influências do partido maiorista, a quem S. M. honra com confiança) por sua elevação, motivada pela dissidência entre os Ministros que deixaram o poder, e o Sr. Aureliano, que nele permanece, ou de sustenta-lo, nós preferimos suspender a publicação da nossa folha, até que a abertura das câmaras, e a conduta mesmo do novo ministério antes disso nos aplinem a estrada porque deveremos franca e lealmente marchar, persuadidos como estamos, de que o Sr. Marques de Paranaguá, de um lado, e o Sr. Paulino, de outro, se oporão a essa política reacionária que o Brasil tem colhido tão tristes resultados, não se julgando ninguém seguro, apesar dos talentos e virtudes, mandados respeitar pela constituição do império, em razão da contínua variedade de ministros que constantemente figuram nas cenas políticas o país. Se porém nessa ocasião estivermos decididos a

Os motivos que haviam levado o ministério ao fim foram contestados nas páginas do *Brasil*. Para a redação, quando a questão da demissão do comandante de armas da província do Rio Grande do Sul surgiu, o gabinete já estava dissolvido. Nesta opinião, a queda já deveria ter ocorrido há um tempo. Assim, o gabinete de 24 de julho não poderia dar continuidade por não conter o apoio da maioria do país. A eleição, da qual haviam saído vitoriosos, teria sido cercada de imoralidade e violências. Por isso, alcançaram tal resultado. A questão da demissão de João Paulo do comando das armas havia sido pretexto para um ministério que já havia sucumbido, pois não possuía para si o apoio do monarca ou da nação.<sup>449</sup>

Desse momento em diante, voltava novamente *O Brasil* a pertencer aos interesses governativos. De oposição, passava a ministerialista e dedicou algumas palavras às pretensões do partido que reascendia ao poder:

[...]Seu programa de 1841 é o mesmo de 37, 38, 39 e 40. As ideias que professa hoje só podem diferir das ideias que professara nos anos anteriores em um único ponto, isto é, hoje se apresentam mais robustecidas, aconselhadas pela experiência, sancionadas pelo tempo, e, o que é mais ainda, reconhecidas como salvadoras, por aqueles que lhe fizeram guerra desabrida[...] A administração dos oito meses deu força ao partido da monarquia e da ordem, e deu força ao partido da monarquia e da ordem, porque os corifeus da oposição perderam todo o prestígio, porque muitos dos seus atos justificam as opiniões de seus antagonistas, porque os principais argumentos, de que se valiam, acham-se refutados por eles mesmos[...].<sup>450</sup>

Sendo assim, o Império se voltava novamente ao regresso. Paulo Pereira Castro denomina o segundo ministério que ascendia no Segundo Reinado como Gabinete Palaciano, que ainda, naquele mesmo ano, conseguiu concluir o programa regressista, interrompido pela maioria.<sup>451</sup> Assim, em novembro e dezembro, o governo conseguia atingir os objetivos regressistas, restaurando o Conselho de Estado e reformando o Código de Processo Criminal, que, em conjunto com a revisão do Ato Adicional, completava a obra iniciada em 1837. O Segundo Reinado iniciou sua jornada com a vitória do projeto político deste grupo nas

---

terminar a nossa folha, francos convidaremos os nossos subscritores a virem receber o que lhes restarmos de suas assinaturas (O editor proprietário da Regeneração)”.  
<sup>449</sup> *O Brasil*, nº 111, 27/03/1840.

<sup>450</sup> *O Brasil*, nº 121, 27/04/1840.

<sup>451</sup> CASTRO, 1972, p. 66.

instituições nacionais. A disputa iniciada em meados da década de trinta alcançou o grupo político vitorioso com a consolidação dessas reformas.

### 3.5- O vocabulário político após o fim do gabinete maiorista

A derrota dos liberais em 23 de março de 1841 foi amargada em curto e a longo prazo. Na trajetória linguística dos Partido Liberal, décadas mais tarde, encontramos a relevância do contexto para seus prosélitos. Assim, no ano de 1868, quando o Partido Liberal se encontrava mais uma vez afastado dos postos ministeriais após a retirada do gabinete de Zacarias de Góis, redatores pertencentes ao partido apontavam a trajetória de exclusão da agremiação. A *Opinião Liberal*, órgão do Partido Liberal que se radicalizava no fim dos anos sessenta, ressaltava que, desde o início do governo de Pedro II, era possível encontrar um ódio profundo contra os liberais: “[...]a Monarquia e o Partido Liberal estão em perpétua luta no Brasil[...]”<sup>452</sup>

Desse modo, em 1841, pouco mais de um mês após a substituição ministerial, surgia na atividade impressa da Corte o periódico *O Maiorista*. A nova folha era publicada às terças, quintas e sábados na Typographia e livraria de C. Ogier e C., na Rua do Rozario, nº 84, e na Rua do Hospício, nº 51. Ao analisar os números, não encontramos a autoria das publicações. Entretanto, atentando-se aos personagens da época e conforme as elucidções de Raimundo Magalhães Júnior, Francisco de Sales Torres Homem fazia parte da redação.<sup>453</sup> As assinaturas custavam 2\$500 por trimestre, 5\$000 por semestre, e 10\$000 por ano. Interpretando a política que permeava a sua volta, delimitou duas divisões partidárias que se chocavam no Brasil.

Sendo assim, em relação aos recentes acontecimentos que haviam movimentado o Império naquele momento, ressaltava-se a maioria como um processo que teria salvado o Brasil de um abismo que havia entrado há três anos com o governo regressista. Assim como denominado pela *Regeneração*, expunha os personagens contrários ao movimento como

<sup>452</sup> *Opinião Liberal*, nº 72, 18/07/1868.

<sup>453</sup> MAGALHÃES JÚNIOR, 2009.

*partido regencial*. Para além desta nomenclatura, identificava a existência de dois grandes partidos que repartiam a população desde épocas remotas do país:

[...]um é o **partido nacional**, outro o representante de ideias e sentimentos antipáticos a nossa civilização, que resistiu ao movimento constitucional da independência, que desta época até 1828, mergulhou o império nas trevas do despotismo, que em 1828, e 29, combateu contra a realidade da constituição, que foi vencido em 1831, ressuscitado depois de 19 de setembro de 1837, suplantado de novo em 22 de julho para reaparecer ainda uma vez sob a atual administração, que nela procura ao seu apoio. **Nossa história constitucional é a da luta entre este partido, e o da monarquia liberal**[...] <sup>454</sup> [grifos nossos].

Nesse sentido, assim como foi interpretado por todos os jornais de caráter progressista analisados até aqui, seus antagonistas eram ressaltados através de uma ótica de aversão ao movimento liberal, contrários às instituições formadas no Brasil após a Independência, aproximando seus preceitos aos do Antigo Regime.

Em relação à surpreendente substituição de um gabinete maiorista para o grupo adversário, o direcionamento exposto na folha foi de ressentimento. Revelava que, após a ascensão do ministério capitaneado por Aureliano Coutinho e em conjunto com homens que haviam tentado impedir a maioria do Imperador, em todo o Império, era assistida à substituição de aliados do grupo ao qual o *Maiorista* pertencia, mesmo que estes houvessem alcançado a maioria dos sufrágios nas últimas eleições. Nesse sentido, indicava que a opinião popular não estava sendo respeitada no segundo ministério de Pedro II. <sup>455</sup>

Seu tempo de existência na cultura impressa do Rio de Janeiro estava inserido em um cenário de oposição ao poder político ministerial. No âmbito das linguagens políticas, o contexto político que pertencia justificava a escolha de seu vocabulário. Desse modo, cada palavra ou conceito efetuado para interpretar a gestão nacional era utilizado como forma de crítica às atitudes dos ministros.

A realização do projeto político regressista avançava no Império. Quando foram iniciadas as publicações do *Maiorista*, o Ato Adicional já havia sido interpretado, faltavam

---

<sup>454</sup> *O Maiorista*, nº 01, 25/05/1841.

<sup>455</sup> *Ibidem*.

apenas alguns aspectos para que o regresso efetivasse seu plano de ação. A análise da fonte revelou uma constante frequência de temas que já percorriam o vocabulário liberal desde a primeira cisão interna do grupo moderado. Desse modo, o Poder Moderador, o Ato Adicional, o Código de Processo Criminal, o Conselho de Estado e a centralização foram os principais assuntos levantados para debater com o cenário político vigente.

Na perspectiva da folha, o projeto montado pelo regresso não era para a fortalecer a monarquia ou o próprio Imperador, mas para firmar o próprio poder do grupo. Assim, as reformas que produziam eram para perseguir e oprimir o povo, para que ninguém pudesse contestá-los:<sup>456</sup>

[...] O que nós vemos é que as reformas concentram todo o poder judiciário nas mãos do governo [...] E pois estamos convencidos de que elas poderão estar de acordo com as tendências de um governo que rejeita a divisão de poderes, mas, afastam-se completamente do regime que consagra a Constituição do Estado[...] a divisão e a harmonia dos poderes políticos é o princípio conservador dos direitos dos cidadãos[...].<sup>457</sup>

A escolha argumentativa exposta no periódico considerou a cultura política constitucionalista para a crítica. Assim, ao objetivar a redução das atribuições provinciais em relação ao poder central, acusava o regresso de seguir um caminho contrário à Carta de 1824, que prezava pela harmonia e divisão dos poderes políticos.

Com o Código de Processo Criminal prestes a ser aprovado nas casas legislativas, optou-se, na folha, a utilização da sátira para criticar seus opositores:

Código Criminal Prático da Semi República do Passamão na Oceania.  
 Capítulo 1º  
 Dos crimes e sua punição  
 Art. 1º Por crime só se entenderá aquela ação que for cometida por pessoas de credo político diferente do **partido dominante** e vencedor.  
 Art. 4º Nenhum espertalhão do partido dominante, nenhum afilhado deste será declarado criminoso, faça o que quiser, enquanto intrigar, adular, e sorrabar aos poderosos do dia. Decaídos estes, então de tomarão estreita conta a aqueles.  
 Art. 5º Não se dará má fé, se não nos desafetos ao partido preponderante.  
 Art. 6º Serão criminosos os que acolherem e derem asilo em sua casa a coisas furtadas ou a sujeitos, que por qualquer meio, gíria, esperteza, ou alicantina embolsarem o alheio! Excetuam-se desta disposição os altos contrabandistas, e os magistrados.  
 Art. 7º Os impressores, os pintores, ou gravadores de libelos famosos, ou de outra qualquer coisa injuriosa, só ficarão responsáveis e serão punidos, se forem

<sup>456</sup> *O Maiorista*, nº 87, 13/01/1841.

<sup>457</sup> *O Maiorista*, nº 85, 08/01/1842

pobres, desvalidos, ou se não estiverem sob a proteção de gente desfrutadora e dominante. A está tudo é lícito e perdoável.

Capítulo 2º

Das circunstâncias agravantes ou atenuantes dos crimes.

Art. 1º São circunstâncias agravantes de qualquer crime:

§ 1. Incurrer o delinquente no desagrado do presidente de província, ou de algum dos da sua clientela.

§ 2. Não ter em eleições votado na chapa do governo.

§ 4. Não se compor ou acomodar com as exigências mormente pecuniárias dos indivíduos preponderantes

§ 5. **O ser pobre honrado e pacífico**

§ 6. Não ser de grande tom e não entrar na busca das transações.

§ 7. Ter vergonha, consciência e religião.

§ 8. Ser bem-criado e incapaz de abaixar-se e de cometer indignidades<sup>458</sup> [grifos nossos].

Acima, apresentamos dois capítulos da sátira ao Código de Processo Criminal exposto pela folha. Na publicação, também foi colocado capítulos que versavam sobre crimes contra presidentes de províncias; crimes contra o livre exercício dos poderes políticos; acerca de rebelião, sedição, insurreição e resistência; prevaricações e abusos de empregados públicos; sobre os excessos, influências e abusos de autoridade; irregularidades de condutas; peculato; moeda falsa; contrabando; crimes contra a liberdade individual; abertura de cartas; calúnia e injúrias, e títulos indevidos.

Em resumo, o texto apresentava que as penas só seriam aplicadas caso fossem culpados os inimigos do *partido dominante*, enquanto estes não seriam penalizados. Aos personagens que buscavam a efetivação da reforma do código, era demonstrado que angariavam uma inversão dos valores liberais, já que buscavam uma legislação cercada de privilégios. A sátira resumiria os resultados do novo Código de Processo que estava por ser aprovado: a criminalidade posta apenas aos desfavorecidos e à oposição ao governo.

Desse modo, percebemos um jogo de oposição que diferenciava o grupo ou partido defendido pelo *Maiorista*, e aquele que comandava os principais postos do poder. Logo, o programa político aplicado pelo governo vigente colocava o *pobre honrado, pacífico e moralizado* em contraponto aos *privilegiados*, àqueles que desfrutavam do *apadrinhamento*

<sup>458</sup> *O Maiorista*, n° 69, 20/11/1842.

*político*, aos *afilhados* do partido dominante. Assim, a política do favorecimento era o que empregavam seus adversários.

Tais argumentos eram relevantes para a crítica, já que evidenciavam o apego às práticas de privilégios comuns no Antigo Regime, em oposição aos novos horizontes exigidos ao Império liberal. Para o governo, era esperada a defesa de uma igualdade jurídica, ambiente onde a regalia de poucos não poderia atingir.

Outro projeto do governo que preocupou a redação foi a forma de reestabelecer o Conselho de Estado. É necessário que se ressalte a importância desta instituição para o Império. Criado com a Constituição de 1824, e extinto no Ato Adicional em 1834, o Conselho de Estado era formado por membros vitalícios e era a principal atribuição era aconselhar o Imperador em relação ao exercício do Poder Moderador.<sup>459</sup> Conforme as elucidações de José Murilo de Carvalho, o conselho era um grupo razoavelmente homogêneo, integrando, ao longo do Segundo Reinado, a visão política dos principais líderes dos partidos Conservador e Liberal. Escolhidos pelo Poder Moderador, possuíam muita experiência pública, já que, ao ocuparem o cargo, já haviam passado por um longo aprendizado em outros postos administrativos.<sup>460</sup>

Todavia, no momento de sua recriação, liberais pertencentes à oposição questionaram a natureza da instituição, já que seu caráter vitalício pode ser um dos primeiros problemas para este grupo. Além disso, colocava em risco a autonomia do Imperador:

[...]Como a reforma do Código, também o Conselho de Estado, o indispensável complemento do plano infernal de **escravizar a coroa** e país será tomado de escalado, sem exame, sem discussão[...]

[...] É assim essa concepção sublime da filosofia do século, esse poder impassível, imparcial como a justiça. Esse poder quase divinal que se colocou no fastígio do edifício constitucional para regular a balança entre os outros poderes. **Se tornará caído o Monarca sob o jugo de um Conselho vitalício e de um número fixo, o instrumento vil das paixões de um partido**[...] <sup>461</sup> [grifos nossos].

Assim, na linguagem apresentada, caso fossem escolhidos sob as influências de seus adversários políticos, a própria independência do Poder Moderador estaria ameaçada, agindo

---

<sup>459</sup> FERRAZ, 2012.

<sup>460</sup> CARVALHO, 2008, p. 357.

<sup>461</sup> *O Maiorista*, nº 69, 20/11/1842.

sob a influência de paixões partidárias. Perspectiva contrária àquela exposta nas folhas do *Brasil*. Para essa redação, além de reestabelecer a instituição, era necessário que se ampliasse as atribuições dos conselheiros, caso eles fossem responsáveis pelos atos do Poder Moderador, como propunha o deputado Marinho na Câmara dos Deputados em 1840: “[...]caso queira criar um conselho de estado responsável pelos atos do poder moderador, dar-lhe mais outras atribuições[...].”<sup>462</sup>

Para desqualificar o reestabelecimento da instituição, utilizava-se, no *Maiorista*, vocábulos, como *Conselho Monstro* e *oligarquia*, para denominá-la. Em relação à preocupação com a influência dos partidos no conselho, em conjunto ao caráter vitalício da organização, destacamos dois posicionamentos da folha acerca da escolha de seus ocupantes. Com a recriação aprovada em dezembro de 1841, a redação demonstrou apreensão às influências do ministério para escolha dos conselheiros:

[...] S.M., não é o chefe político de uma facção, mas sim o Imperador dos brasileiros, e por tal motivo cumpre-lhe consultar e ouvir os homens de todas as comunhões políticas[...] por isso, fora mister que não menos que ele escolhesse na formação do Conselho de Estado seis indivíduos de cada um dos partidos, que hora lutam entre si[...].<sup>463</sup>

Desse modo, considerava como imprescindível que as opções integrassem personagens de ambos os lados partidários que digladiavam no jogo político. Assim, após a escolha dos nomes pelo Imperador, foram publicadas as queixas contra a composição do novo Conselho de Estado: “[...]Nenhum só homem do partido da maioria aparece entre os nomes que o ministério impôs a escolha imperial [...] lá se encontram todos os membros do gabinete que em

---

<sup>462</sup> Em relação à proposta de Marinho, o deputado havia apresentado da seguinte forma:

“A assembleia geral decreta:

Art. 1º Fica criado um conselho de estado que terá por fim aconselhar o Monarca em todos os casos que o mesmo Monarca julgar conveniente.

Art. 2º Este conselho constará de dez membros que terão o mesmo vencimento e honras dos antigos conselheiros de estado, e serão nomeados e demitidos como o julgar conveniente o Imperador.

Art.3º Os conselheiros de estado serão responsáveis como os ministros.” *O Brasil*, nº 117, 01/08/1840.

<sup>463</sup> *O Maiorista*, nº 79, 16/12/1842.

23 de julho dera o golpe do adiamento das câmaras para embargar a ascensão do monarca[...].”<sup>464</sup>

O trecho destacado apresenta a desaprovação da redação aos nomes indicados. Além disso, demonstra as nomeações como imposição do ministério, que teriam privilegiado seu grupo partidário para a composição da instituição. Um problema relevante para seus aliados nos próximos anos, considerando o caráter vitalício da organização.

Finalizadas as reformas regressistas, liberais insatisfeitos ainda tentaram o último empreendimento para a realização de suas reivindicações. Liderados por políticos de grande proeminência nacional, como Diogo Antônio Feijó e Teophilo Ottoni, em 1842, liberais de São Paulo e Minas Gerais se agitaram com o objetivo de contestar o arranjo político montado pelos conservadores. De acordo com José Antônio Marinho, com a Lei do Conselho de Estado e da Reforma Judiciária, em conjunto com as demissões que ocorriam de forma crescente por todo o império, que favoreciam a base política do ministério, levaram políticos de São Paulo e Minas Gerais a enviarem petições ao Imperador com a finalidade de suspender as legislações adotadas.<sup>465</sup>

Para os representantes das províncias em questão, as autonomias provinciais e municipais estavam em jogo e prometiam só cederem quando suas queixas fossem atendidas, caso não fossem, se separariam do Império.<sup>466</sup> Assim, o debate partidário ultrapassava a esfera jornalística e parlamentar, levando seus envolvidos ao confronto armado. Conforme as elucidaciones de Erik Hörner, governo e oposição entraram em conflito e se armaram

---

<sup>464</sup> *O Maiorista*, nº 95, 10/02/1842.

<sup>465</sup> MARINHO, José Antônio de. *História da Revolução Liberal de 1842*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015.

<sup>466</sup> DANTAS, Monica Duarte. O Código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação). Conferência apresentada junto ao *IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito - Autonomia do direito: Configurações do jurídico entre a política e a sociedade*. Universidade de São Paulo, 2009. (versão para discussão).

simultaneamente.<sup>467</sup> Nas páginas do *Maiorista*, os movimentos que ocorriam nas províncias de São Paulo e Minas Gerais eram apoiados:

[...] este nobre povo de paulistas promete sustentar com as armas na mão a liberdade e o trono do Sr. D. Pedro II, derramando até a última gota do seu sangue, gastando até o último valor de sua fortuna, para salvar a pátria, e lançar por terra o gabinete de 23 de março[...]  
Os Paulistas que em todos os tempos têm corrido pressurosos aos reclamos da pátria. Eles que foram os primeiros a soltar o brado majestoso que libertou o Brasil dos ferros coloniais [...] estariam hoje, de todo, degenerados, se não corressem valentes como seus antepassados, a proteger a causa da liberdade em perigo[...].<sup>468</sup>

É importante ressaltar que se objetivou não desassociar o movimento da Monarquia. Era importante para este grupo a legitimidade e, por isso, o propósito era proteger o Imperador e o trono dos artifícios montados pelos conservadores. Entretanto, pouco tempo depois, o levante liberal foi contido. Para este trabalho, não há espaço para tratar as causas, as consequências, a movimentação e a trajetória da Revolução Liberal do ano de 1842. Contudo, o cenário nos revela um confronto de identidades que consolidava o cenário bipartidário no Brasil.

No quesito partidário, o vocabulário político do periódico apresentou denominações que faziam sentido para o cenário político naquele momento. Assim, a redação colocava-se como pertencente ao *partido da maioria*, *partido da constituição*, *partido nacional* e *partido da ordem*. Assim, partido político não aparecia como uma instituição consolidada com nome próprio, mas era reconhecido através das causas políticas que defendiam. Em contrapartida, seus algozes apareciam como *partido regencial*, já que, em passado recente, não teria apoiado a maioria do monarca, representante de *oligarquias*, *antibrasileiros*, ligados ao *despotismo* e contrários às instituições liberais, interpretação comumente encontrada no vocabulário liberal.

A análise dos periódicos que compõem este trabalho revela um ambiente de formação de dois partidos políticos desde a segunda metade da década de 1830. Mesmo expressando denominações e interpretações diversas, há uma coerência interpretativa na forma de conceber a divisão de duas identidades políticas. Na trajetória linguística do Partido Liberal, o cenário

---

<sup>467</sup> HÖRNER, 2010, p. 23.

<sup>468</sup> *O Maiorista*, n° 94, 03/02/1842.

analisado determinou o início da longa caminhada de exclusão política de sua agremiação. Em trabalho monográfico, apresentei a trajetória linguística do Partido Liberal entre os anos de 1840-1860. Em todos os periódicos liberais, a efetivação do projeto político regressista aparece como precursora da história de exclusão das pautas liberais do poder.<sup>469</sup>

### 3.6- Conclusão

No que se refere a formação dos partidos políticos, percebemos a modificação da autoridade política alterando a linguagem política dos impressos e também as nomenclaturas partidárias. Após a efetivação da maioria, os regressistas eram denominados por adversários como *partido antimaiorista*, *partido regencial* ou até mesmo *escola política de Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Enquanto isso, os defensores do movimento eram caracterizados como *partido imperialista*, *partido maiorista* e *partido da constituição*, denominações que traziam características ao grupo político que estava sendo formado. Em relação ao *partido progressista* e *partido regressista*, percebemos que estes termos entraram em desuso.

A análise deste capítulo demonstrou, mais uma vez, a percepção de que os partidos políticos estavam sendo formados nas esferas da doutrina e da ação. Sendo assim, além da percepção de que haviam grupos políticos se organizando através de propostas, programas ou pensamento político semelhante, a própria percepção do conceito de partido político estava sendo transformada. Por isso, encontramos na linguagem dos periódicos da época uma multiplicidade de nomenclaturas para os partidos que estavam sendo formados.

Em relação ao movimento em favor da maioria, apresentamos que não pode ser percebido unicamente como um projeto partidário, entretanto, aglutinava personagens que se posicionavam contrariamente à política regressista. Contudo, mesmo que a mobilização não

---

<sup>469</sup> COUTINHO, Driely Neves. *Linguagens de liberalismo: os diferentes vocabulários do Partido Liberal no Brasil Império*. Monografia (Graduação em História) – Faculdade Saberes, Vitória, 2019.

integrasse progressistas puros, podemos afirmar que grande parte dos maioristas pertenciam as bases que formariam o Partido Liberal.

### Considerações finais

As discussões em torno do Código de Processo Criminal, do Ato Adicional, do reestabelecimento do Conselho de Estado, da centralização, da descentralização e das forças políticas que deveriam se sobressair no Império, tocavam no cerne ideológico que dividiam as identidades políticas desde meados da década de 1830. Durante os anos analisados, percebemos a inserção do elemento partidário no vocabulário político dos periódicos, cuja raiz dos grupos políticos era interpretada como fruto das decisões feitas no período regencial.

Consideramos aqui, que os partidos políticos só poderiam alcançar o nível de institucionalidade, quando o próprio conceito pudesse ser colocado como necessário às instituições na retórica dos personagens políticos. Deste modo, no decorrer da análise, percebemos uma construção de duas identidades que se moldavam através dos projetos políticos para conduzir o Segundo Reinado.

Durante a escrita deste trabalho, identificamos a transformação do conceito de partido político na atividade impressa do Rio de Janeiro. A análise linguística demonstrou que a transformação ocorreu em meio as mudanças do contexto político. Deste modo, no ano de 1837, momento inicial de investigação, encontramos um vocabulário ainda distante do Partido Conservador e do Partido Liberal. Contudo, nos deparamos com a existência de uma divisão política na Câmara dos Deputados, que aos poucos transformava-se através de uma perspectiva partidária.

Sendo assim, os primeiros rastros de partido político presentes no vocabulário político das folhas estudadas traduziam-se nas posições que encontravam os personagens nos governos. Logo, *partido do governo* e *partido da oposição* foi até perto do fim do ano de 1837 muito usual nos periódicos analisados, sobretudo no *Sete d’Abril* e no *Parlamentar*, principais componentes de rivalidade política presente no primeiro capítulo.

Naquele momento, os partidos referenciados não possuíam uma conotação de identidade ou programa partidário que foi presente posteriormente. A noção de partidos ligava-se ao lado que pertenciam diante o governo: está com o governo ou com a oposição? Contudo, seria errôneo distanciar ou ignorar os grupos que estavam sendo formados no parlamento com os posicionamentos políticos que possuíam.

A extensa bibliografia já escrita sobre o período, assim como o vocabulário dos periódicos que analisamos demonstraram que desde a consolidação das reformas legislativas na Regência, e o início do governo de Diogo Antônio Feijó, podemos encontrar um conflito que reivindicava a condução política do Império, traduzindo-se em perspectivas mais centralizadoras ou descentralizadoras. Assim, se partido do governo ou partido da oposição não denominavam o ideário político destes grupos, o mesmo não pode ser dito acerca das figuras que o integravam.

Na história da construção dos partidos políticos do Brasil Império, seguir um personagem político precede o cumprimento ou a lealdade partidária. Por isso, se seguir ao governo não possuía sentido identitário, estar ao lado de *feijoistas* possuía. Do mesmo modo ocorria ao lado da oposição que se manteve por quase todo o 1837, representada principalmente por Bernardo Pereira de Vasconcellos, as ideias políticas deste indivíduo que se construía desde a aprovação do Ato Adicional em 1834, eram transformadas no ideário da oposição de 1837.

A partidarização e a divisão de identidades ganhavam forma durante o período analisado. E todas as vezes que surgia um grupo à parte daqueles que estavam em conflitos cotidianos, sua existência confirmava a construção de um bipartidarismo político na política do Rio de Janeiro. Assim ocorreu com o *partido da maromba*, identificado na linguagem dos jornais de 1832, e com o *terceiro partido* parlamentar, presente nos periódicos e nos discursos parlamentares de 1838.

O primeiro, definido como *fracção* ou *facção anfíbia*, distanciando o conceito de partido ao de facção, tal qual identificado por Giovanni Sartori<sup>470</sup> acerca da aceitação do elemento partidário no ocidente, foi rejeitado pelos grupos políticos porque diziam que estes não queriam se posicionar ou se comprometer. Assim, percebemos que o posicionamento político era reivindicado, e aqueles que buscavam se apartar do conflito, ou que transitassem entre um e outro pensamento, eram percebidos como interesseiros, já que se estabeleciam ao lado de quem poderia o favorecer no momento.

O surgimento de um terceiro partido no ano de 1838 também é um fator curioso que marca a construção do bipartidarismo no Rio de Janeiro. Sua presença denotava um posicionamento a parte das duas tendências que se desenvolvia no parlamento. Não se tratava de uma terceira opinião ou identidade para além das tendências progressistas e regressistas que se desenvolviam desde meados da década, mas, de um grupo que não buscando se posicionar em ambos os lados, viria opinar diante o cenário de divergências.

Nesta perspectiva, é possível perceber ao longo deste estudo que aos poucos duas identidades políticas estavam sendo gestadas e transformadas em partido político. Paulatinamente, *partido* ganhava sentido de institucionalidade, enquanto *facção* e *seita*, termos utilizados determinadas vezes, eram descritos como grupos prejudiciais à política.

Fundamentada esta pesquisa no estudo do vocabulário político e da cultura política, investigou-se que a modificação do contexto governamental também gerou uma alteração na linguagem política das folhas, bem como, na compreensão acerca das identidades. A divisão parlamentar entre regressistas e progressistas não era novidade em 19 de setembro de 1837, data da abdicação de Diogo Antônio Feijó e início da Regência de Pedro de Araújo Lima.

---

<sup>470</sup> SARTORI, 1982.

Contudo, é a partir deste momento e durante o *Ministério Parlamentar*, que identificamos um contexto linguístico mais claro da divisão *partido progressista e partido regressista*.

Assim, no segundo capítulo apresentamos um cenário mais concreto das duas identidades que estavam sendo formadas. A oposição vitoriosa em 1837 viria buscar ao Império um retorno as bases constitucionais de 1824. Os avanços que a autonomia administrativa e jurídica alcançava nas províncias viria ser revisado por parte deste grupo, vitorioso nas disputas por projetos políticos para o Segundo Reinado no início dos anos 1840.

Neste sentido, identificamos que a entrada do grupo político regressista na liderança do poder ministerial concretizou as identidades políticas que estavam sendo gestadas desde meados da década. Além disso, os periódicos *O Sete d’Abril*, *O Parlamentar* e *A Aurora Fluminense* demonstraram em seu vocabulário a percepção de dois partidos em conflito na Câmara dos Deputados. Do mesmo modo, evidenciavam que a rivalidade ocorria por conta das discordâncias em torno dos caminhos jurídicos e administrativos que deveriam trilhar o centro nacional e as províncias.

Neste tempo, o grupo regressista buscou dar sentido próprio a identidade que formava, já que o termo *regresso* foi criado num tom de crítica por seus adversários políticos. Sendo assim, assumia no *Sete d’Abril*, o principal porta-voz do grupo no Rio de Janeiro, que eram de fato regressistas, no entanto, buscavam demonstrar o que tal denominação se constituía. Assim, determinava seu grupo como *classe conservadora*, cujo objetivo era aliar o progresso com a ordem. Conforme a redação, essa classe seria a mais preparada economicamente para governar, já que era formada por capitalistas, negociantes e homens da indústria.

A construção de identidades e de crítica a estas identidades eram moldadas conforme a cultura política da elite imperial, assim, a moderação e o equilíbrio eram o padrão de pensamento a ser seguido. E por isso, eram nestes termos que regressistas buscavam forjar suas

identidades, separando o regresso do atraso, e concedendo a ele um sentido de ordem e conservadorismo, o que não os distinguia da liberdade e do progresso.

Com as bases institucionais para a condução do Segundo Reinado em jogo, no campo do progresso buscou-se indicar seus adversários como defensores de uma monarquia gótica, permeada de inúteis etiquetas, como era o caso do ritual de beija-mão. Com o liberalismo e a perspectiva de liberdade em voga, seus opositoristas foram evidenciados como defensores do *Antigo Regime*.

Em relação a compreensão que o grupo possuía acerca dos partidos que estavam sendo formados, a análise do periódico *A Aurora Fluminense* foi essencial, já que desde seu aparecimento na atividade editorial do Rio de Janeiro, a redação se preocupava em utilizar o termo *partido* para interpretar a política da época. Através desta linguagem, do *Parlamentar* e do *Sete d'Abril*, percebemos que enxergavam a existência de dois partidos que surgiam no parlamento dos deputados, e todos esses jornais percebiam as opiniões em torno do Ato Adicional de 1834, entre as outras reformas do início da década de 1830, como cerne das divisões políticas.

Com o movimento maiorista em curso a partir de 1839, e a consolidação da maioria em 1840, percebemos uma alteração das nomenclaturas partidárias, que traduziam o contexto vivenciado pelos personagens políticos. Primeiramente, apontamos que a mobilização da maioria foi além de uma conspiração liberal ou progressista, entretanto, assim como foi ressaltado por Jeffrey Needell,<sup>471</sup> o fator de coesão do grupo foi o pertencimento dos integrantes a oposição regressista, logo, nem sempre tais personagens eram necessariamente progressistas. O periódico *O Anônimo* confirmou essa ideia, já que possuía um vocabulário de crítica ao regresso, apoiava a ideia da maioria, e defendia a interpretação do Ato Adicional.

---

<sup>471</sup> NEEDELL, 2006.

Retornando a questão das nomenclaturas partidárias, notamos para os primeiros momentos do Segundo Reinado um abandono dos termos *partido regressista* e *partido progressista*. O periódico *A Regeneração*, defensor do primeiro ministério do Segundo Reinado, por exemplo, definia seus adversários como *partido regencial*, *partido antimaiorista* ou *escola política de Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Assim, a denominação relacionava-se aos acontecimentos recentes, e ao pensamento político de um personagem.

Através do periódico *O Brasil*, defensor da ala mais conservadora do Império, notamos mais uma vez o reconhecimento da trajetória dos partidos políticos nas opiniões em torno das reformas do início da década. Além disso, a linguagem da folha demonstra certa coesão do grupo conservador para a consolidação de seu partido, formando mais um jornal com longos anos de duração.

Durante a análise de todo o período, seja nos periódicos ou nos discursos parlamentares, identificamos a recorrência em apontar a incoerência política no percurso da vida de alguns personagens. Interpretamos essa percepção como consequência do ambiente de formação de identidades políticas, se posicionar e ser fiel as ideias que adotavam era imprescindível para esses homens.

Neste sentido, observamos que nos anos de 1837 a 1842 os partidos políticos se encontravam em gestação na política do Rio de Janeiro. Não apenas de maneira prática, com a união de indivíduos por meio de uma agenda ideológica, a transformação também ocorria no campo conceitual, já que o próprio termo *partido* ganhava conotação positiva no vocabulário político da época, atingindo ao longo do tempo o nível de institucionalidade.

Durante a análise, percebemos que paulatinamente, inseria-se o vocábulo partido para definir as divergências que ocorriam entre deputados, ministros, entre outras figuras políticas. Entretanto, verificamos que a modificação da autoridade política gerava uma modificação das

denominações partidárias. Portanto, consideramos errôneo atribuir os acontecimentos políticos através das disputas entre Partido Conservador e Partido Liberal durante este período. No entanto, consideramos o recorte temporal analisado como fase de transição e de formação das agremiações políticas que disputaram o poder durante todo o Segundo Reinado.

## REFERÊNCIAS

### FONTES:

*A Aurora Fluminense*  
*Anais do Parlamento Brasileiro*  
*A Ortiga*  
*A Regeneração*  
*O Anônimo*  
*O Brasil*  
*O Dezenove de Setembro*  
*O Maiorista*  
*O Parlamentar*  
*O Propugnador da Maioridade*  
*O Regresso*  
*O Republico*  
*O Sete d'Abril*

### BIBLIOGRAFIA:

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BAKER, Keith M. El Concepto de Cultura Política en la reciente historiografía sobre la Revolución Francesa. *Ayer*. nº62. 2006, p.88-110.

BASILE, Marcello. Conservadorismo no Brasil Império. In: VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000. p. 140-141.

BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos. In: CARVALHO, José Murilo de.; NEVES, Lúcia Maria B. (orgs.) *Dimensões e fronteiras do Estado brasileiro no oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014. p.37-62.

BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, dez. 2001, p. 91-130. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2001000200091&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2001000200091&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 3 abr. 2021, p. 92-93

\_\_\_\_\_, Marcello. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

\_\_\_\_\_, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial*, v.II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_, Marcello. Os reacionários do Império: a imprensa caramuru no Rio de Janeiro. *Dimensões*, Vitória, v. 10, p. 167-189, jan/jun 2000.

\_\_\_\_\_, Marcello Otávio Neri de Campos. Regência e imprensa: percursos historiográficos. *Almanack*. nº20, Guarulhos, set, 2018. p.1-9. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S223646332018000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223646332018000300001&lng=en&nrm=iso). Acesso em jul. de 2020.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. A província: estudo sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1870.

BENTIVOGLIO, Júlio César. A Facção Áulica e a vida política no Segundo Reinado. In: *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História*. ANPUH/SP - UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004, p. 8. (referenciar direito)

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império. *Diálogos*, Maringá, v. 14, p. 535-556, 2010.

\_\_\_\_\_, Julio. Palacianos e aulicismo no Segundo Reinado – A facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II. *Revista Esboços*, Florianópolis, v., n. 23, p. 187-221, 2010.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.) *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998]

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BRASILIENSE, Americo. *Os programas dos partidos e o 2º Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.

CALDEIRA, Jorge. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999

CAMPOS, Adriana Pereira. Magistratura eleita: administração política e judicial no Brasil (1826-1841). *Almanack*, Guarulhos, n. 18, p. 97-138, 2018.

CARDIM, Elmano. Justiniano José da Rocha. V. 318. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964;

CARDOSO, Vicente Licínio. *À margem da História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938

- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem/ Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008;
- \_\_\_\_\_, José Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999,
- \_\_\_\_\_, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- \_\_\_\_\_, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave da leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, n. 1, p.140-141.
- CASTRO, Paulo Pereira. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da civilização brasileira: dispersão e unidade*. São Paulo: DIFEL, 1972.
- CAVALCANTI JUNIOR, Manoel Nunes. *O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: ARTMED, 2001, p. 45.
- COUTINHO, Driely Neves. *Linguagens de liberalismo: os diferentes vocabulários do Partido Liberal no Brasil Império*. Monografia (Graduação em História) – Faculdade Saberes, Vitória, 2019.
- DANTAS, Monica Duarte. O Código do processo criminal e a reforma de 1841: dois modelos de organização do Estado (e suas instâncias de negociação). Conferência apresentada junto ao *IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito - Autonomia do direito: Configurações do jurídico entre a política e a sociedade*. Universidade de São Paulo, 2009. (versão para discussão).
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001
- FAZOLI FILHO, Arnaldo. *O Período Regencial*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. 2ªed.São Paulo: Atual, 2000. p.6.

- FERNANDES, Gabriela da Silva R. *7 de Abril: usos políticos e representações na Regência (1831-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013, p.10.
- FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado. Instabilidade ministerial, Câmara do Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, 2012.
- FONSECA, Silvia Carla Pereira de. *A ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo, v. 1, p. 61-64, 1976.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.19
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997
- HORNER, Erik. *Em defesa da Constituição: a guerra entre rebeldes e governistas (1838-1842)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- IPANEMA, Cybelle; IPANEMA, Marcello. Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública. Nº307, *IHGB*, 1975
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de “regresso” no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). *Almanack*, Guarulhos, n. 10, p. 314-334, 2015.
- MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Visconde de Abaeté*. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1939
- MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.
- MARINHO, José Antônio de. *História da Revolução Liberal de 1842*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015.
- MARSON, Izabel Andrade. *O Império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 199.
- MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista no Império: Firmino Rodrigues Silva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

- MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991
- MORAES E SILVA, Antônio de. *Diccionario da língua portuguesa*. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- \_\_\_\_\_, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- MOSCA, Gaetano. A classe política (Extraído de Elementos de Ciência política, 1896, p.78-107). In: CRUZ, Manuel Braga da. *Teorias Sociológicas – os fundadores e os clássicos* (antologia de textos) V.1, 4a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p.405.
- MOTA, Danyllo Di Giorgio Martins da. A família Andrada como autora de sua própria história. In: MOTA, Danyllo di Giorgio Martins da. *Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1870-1946): História, memória e escrita biográfica na construção de uma tradição política e familiar*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019
- MOTTA, Laura Oliveira. *Entre a ordem e o medo: a utilização da Guarda Nacional no policiamento da cidade do Rio de Janeiro oitocentista (1831-1835)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império*. Tomo I. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899, p.33.
- NEDELL, Jeffrey. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação 1831-1857. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº10, p.5-22, nov 2009.
- \_\_\_\_\_, Jeffrey D. *The Party of order: the conservatives, the state, and slavery in the brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006, p. 84.
- NEVES, Lúcia Marias Bastos P. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência. (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.
- NISBET, Robert. *História da ideia de progresso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.
- NOMURA, Miriam do Prado Giacchetto Maia. *Os relatos de Daniel Kidder e a polêmica religiosa brasileira na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

OLIVEIRA, Gustavo Souza de. “Eu sou católico romano, mas não sou ultramontano, nem papista”: Pe. Diogo Antônio Feijó e o catolicismo com Religião Civil. *Caminhos da História*, Montes Claros, v. 24, n. 2, jul/dez de 2019.

OLIVEIRA, Leonardo Gão Velloso Damato. *Momento Federalista: projetos políticos no alvorecer do Império brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

OLIVEIRA, Ricardo de. Valimento, privança e favoritismo: aspectos da teoria e cultura política do Antigo Regime. *Revista Brasileira de História*, [online]. 2005, v. 25, n. 50, p. 217-238. Acesso em: 17 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882005000200009>.

OTTONI, Theophilo Benedicto. *Circular dedicada aos Srs. Eleitores de Senadores pela província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Typografia do Correio Mercantil de M. Barreto, Filhos & Octaviano, 1860.

PANDOLFI, Fernanda Claudia. *A abdicação de D. Pedro I: espaço público da política e opinião pública no final do Primeiro Reinado*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

PARETO, Vilfredo. *Manual de Economia Política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996, POCOCK, J.G.A. *Linguagens do ideário político*. J.G.A POCOCK; Sérgio MICELI (org.). São Paulo Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PERELMAN, Chaïm.; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão, 2a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.4.

PRADO JUNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e Império*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

PRADO, Maria Emilia (Orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

QUEIROZ, Tatiane Rocha de. *O regressismo e o conservadorismo no periódico O Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2002.

- ROCHA, Justiniano José da. Acção; Reacção; Transacção. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.
- RODRIGUES, Luaia da Silva. *O Justo Meio: a política regressista de Bernardo Pereira de Vasconcelos (1835-1839)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- SANTANA, Kátia Luciene de Oliveira e Silva. *Reuniões perigosas: ajuntamento ilícito e política na Corte regencial (1831-1837)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 92-93.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as Batatas*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992, p. 151-161.
- SILVA, João Manuel P. *Historia do Brazil de 1831 a 1840*. Rio de Janeiro: Tipografia Carioca, 1878.
- URUGUAI, Visconde do. Ensaio sobre o Direito Administrativo. In: *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- \_\_\_\_\_, Visconde de. *Estudos práticos sobre a administração das províncias no Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da; CARVALHO, Thaís da Rocha. Ultramontanismo e protestantismo no Brasil regencial: uma análise da crítica panfletária dos padres Perereca e Tilbury à missão metodista no Brasil. *Almanack*, Guarulhos, n. 15, p. 143-182, 2016.
- SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória d'O Republico no fim do primeiro reinado e início da Regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)*.
- SILVA, Wlamir José da. *Liberais e povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *Imprensa e partidos políticos na província do Espírito Santo (1860-1880)*. Vitória: IHGES, 2013.
- SISSON, Sébastien Auguste. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília: Senado Federal, 1999.
- SKINNER, Quentin. Prefácio. In: *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 86.

\_\_\_\_\_, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Volume I: José Bonifácio. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. p.285

VÉLEZ, Ricardo. *O liberalismo francês: A tradição doutrinária e a sua influência no Brasil*. Juiz de Fora, 2002, p. 107.